

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Carolina Artur Machava Chiúre

**A Importância das áreas de conservação para o
desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona
tampão do Parque Nacional do Limpopo**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Comunicação e Ciências
Empresariais da Escola Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de
Mestre

Constituição do júri

Presidente: Prof. Doutora Adília Cabral

Arguente: Prof. Doutora Susana Lima

Orientador: Prof. Doutor Nuno Carvalho

Agosto, 2019

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço imensamente a Deus pelo dom de vida e por ter me mantido saudável, por me ter dado forças e disposição para fazer face ao curso. Sou também grata pela saúde da minha família e familiares, e por ter me tranquilizado o espírito nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica. Sem ele, nada seria possível.

Em segundo lugar agradeço aos meus pais, Artur Machava (em memória) e Lina Matavel por me terem trazido ao mundo e por carinhosamente me terem mostrado os caminhos da vida e pelo amor incondicional de sempre. Aos meus irmãos, Naftal e Marta por muito amor e apoio.

Em seguida agradeço ao meu esposo, Boaventura Inácio Chiure pela compreensão, apoio e companheirismo. Muito obrigada esposo por suportar a dura realidade da distancia espacial e temporal, e graças a si também que hoje a nossa família conhece mais uma etapa de crescimento em prol dela mesma e do mundo todo.

Os meus agradecimentos vão também para a ANAC/PNL por terem concebido a necessidade de aquisição de mais conhecimentos para melhor fazer-se face aos destinos das áreas de conservação em Moçambique. É com muito prazer e prontidão que olho no futuro com enormes expectativas quanto ao alcance das metas e objetivos pré-concebidos. À Dra Ana Paula Chauque, ao Dr Cornélio Miguel, e a todos os colegas, os meus sinceros agradecimentos por todo o apoio a mim prestado.

Estou muito grata aos meus tão estimados professores do curso de Turismo de interior e educação para a sustentabilidade, pelos nobres ensinamentos. É graças a eles que me coloco diante de mais uma jornada profissional. Estou particularmente grata ao Professor Doutor Nuno Carvalho, meu orientador deste trabalho, pelo imensurável contributo para o sucesso deste trabalho. À Professora Doutora Adília Cabral, por todo o apoio prestado durante o período de duração do curso. A proferssora Doutora Filipa, pelo valioso contributo e apoio prestado. E por fim, aos meus meus colegas de turma, pela colaboração e partilha de conhecimentos.

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu esposo Boaventura Inácio Chiure e aos meus filhos Euclides, Naisson, Beth e Cleyton.

Esposo por muito amor, e sobretudo muita compreensão e companheirismo, tendo se tornado, para além de esposo, também companheiro de academia, pelo seu apoio incansável nesta jornada. Por tanto valor que atribui a esta nobre tarefa de academia, a ponto de se permitir passar por solteiro, durante o período de duração do curso.

Aos meus filhos, em particular destaque para o mais novo, o Cleyton, que aos 19 meses de vida, foi lhe retirado o direito ao colo.

Aproveito para pedir as minhas desculpas por lhes ter privado dos seus direitos de esposo, e filhos. Deus vos abençoe grandemente.

A importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo

Resumo: O presente estudo incidiu sobre o Parque Nacional do Limpopo e denomina-se “A importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo. Em termos teóricos o estudo é enquadrado pelos eixos: relação homem/natureza; áreas protegidas; turismo; desenvolvimento local sustentável.

Tem como objetivo geral estudar a importância da conservação da natureza e da biodiversidade para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo e como objetivos específicos: compreender a importância da natureza e da biodiversidade enquanto recurso endógeno; compreender como é que o Parque Nacional do Limpopo concilia os objetivos de conservação com o desenvolvimento local sustentável; compreender o contributo do turismo para o desenvolvimento local sustentável e consequente melhoria da qualidade de vida das comunidades.

A metodologia aplicada é de carácter misto, ou seja, qualitativa e quantitativa.

Os resultados obtidos permitem evidenciar que o Parque Natural do Limpopo possui uma importante gama de recursos naturais, os quais se constituem como importantes recursos endógenos para o desenvolvimento da atividade turística. Contudo, verifica-se, também, que os mesmos não estão a ser devidamente rentabilizados. Foi, também possível concluir que a conservação da natureza e da biodiversidade são de extrema importância não só em termos ambientais, mas também em termos socioeconómicos. Salienta-se, por isso, a importância que todos os atores inquiridos tenham manifestado a opinião de que a conservação é de extrema importância, o que constitui uma grande mais valia para a implementação de políticas conducentes à conciliação da conservação da natureza e da biodiversidade e o desenvolvimento local sustentável, desde que articuladas e participadas por todos os atores.

Palavras-chave: Conservação da natureza e da biodiversidade, recursos endógenos, turismo sustentável, desenvolvimento local sustentável

Abstract: The present study was carried out in Limpopo national park, on the importance of conservation areas for sustainable local development through tourism in the buffer zone of the Limpopo national park. The survey is theoretically framed by the lines: Mankind-nature relation; protected areas; tourism; sustainable development.

It aims to study the Limpopo national park in general, and more specially meant to understand: The importance of nature and biodiversity as endogenous resources; how Limpopo national park reconciles conservation goals with sustainable local development; The contribution of tourism for sustainable local development and the resulting improvement of communities living quality.

For the purpose, qualitative and quantitative research methodologies were applied, with the use of data collection techniques such as bibliographic and document analyses, informal conversation and semi-structured interviews.

The achieved results are an evidence that the Limpopo national park has a wide range of natural resources, however, not being properly monetized, due to the lack of tourism infra-structures, and also, the inhabitants specially living in the buffer zone, are not encouraged enough to develop tourism-oriented activities. It was also possible to draw the conclusion that nature and biodiversity conservation are extremely important not only for the environment but also in socioeconomic sphere.

Therefore, it matters to point out the importance that all the inquired individuals have shown with respect to conservation, which is Worth considering for the implementation of policies leading to conciliation of nature and biodiversity conservation and sustainable local development, since all the process stakeholders coordinate and get involved.

Keywords: Nature and biodiversity conservation, tourism, endogenous resources, sustainable local development, tourism

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	21
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	25
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	27
Tema 1.1 - Conservação da natureza e da biodiversidade.....	29
1.1.1. Relação Homem/natureza.....	29
1.1.2. Evolução do conceito de conservação da natureza.....	33
1.1.3 Criação de áreas protegidas no Mundo, e em particular em Moçambique.....	36
1.2. Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável nas Áreas de Conservação.....	43
1.2.1 Turismo.....	45
1.2.2 Turismo sustentável em áreas de conservação.....	46
1.2.3 Evolução do conceito de desenvolvimento.....	53
1.2.4 Desenvolvimento sustentável.....	57
1.2.5 Desenvolvimento local sustentável.....	59
1.2.6 Turismo e desenvolvimento local sustentável.....	63
CAPÍTULO 2 – OBJECTIVOS E METODOLOGIA.....	67
Capítulo 2 - Objetivos e Metodologia.....	69
2.1 Objetivo geral e objetivos específicos da investigação.....	69
2.2 Dispositivo metodológico.....	70
2.2.1 Instrumentos de recolha de dados.....	70
2.2.2 Instrumentos de análise de dados.....	73

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	75
CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO.....	77
3.O Parque Nacional do Limpopo - Caracterização.....	79
3.1 Proclamação e Objetivos.....	79
3.1.1 Objetivos Primários do PNL.....	79
3.2 Localização geográfica.....	80
3.2.1 Limites.....	80
3.2.2 O PNL como parte integrante do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo.....	82
3.3 Parâmetros biofísicos.....	84
3.4 Património natural.....	85
3.4.1 Flora.....	85
3.4.2 Fauna.....	86
3.5 Ocupação humana.....	87
3.5.1 Breve história da população e antecedentes socio-económicos e Culturais.....	87
3.6. Atividades económicas e emprego.....	88
CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	91
4.1. Apresentação e análise dos inquéritos por questionário.....	93
4.1.1 Inquérito às comunidades locais.....	93
4.1.2 Inquérito aos Líderes comunitários.....	120
4.1.3 Inquérito aos turistas.....	140
4.2 Apresentação e análise das entrevistas semi-estruturadas.....	155
Tema-1 Caracterização do Distrito de Massingir, do PNL e das comunidades residentes na zona tampão do parque.....	156
Tema-2 Conservação da natureza e da biodiversidade.....	162

Tema-3 Desenvolvimento turístico no PNL.....	174
Tema-4 Turismo, e desenvolvimento local sustentável.....	187
5. Conclusões e recomendações.....	209
5.1 Principais conclusões.....	209
Referências Bibliográficas	219
ANEXOS	
Anexo 1 – Guiões das entrevistas.....	223
Anexo 2 – Inquérito as comunidades locais.....	235
Anexo 3 – Inquérito aos líderes locais.....	241
Anexo 4 – Inquérito aos turistas.....	247
Anexo 5 – Grelha de análise de conteúdo.....	251
Anexo 6 – Tabelas de cruzamento de variáveis.....	259
Anexo 7 - Transcrição integral das entrevistas.....	261

INDICES DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Parque Nacional do Limpopo	82
Figura 2: Mapa do Parque transfronteiriço do Grande Limpopo	84

INDICES DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos inquiridos por sexo.....	94
Gráfico 2: Distribuição dos inquiridos por idade.....	94
Gráfico 3: Habilitações Literárias.....	95
Gráfico 4: Estado Civil.....	96
Gráfico 5: Distribuição dos inquiridos por profissões.....	97
Gráfico 6: Distribuição dos inquiridos por distrito.....	97
Gráfico 7: Tempo de residência na aldeia.....	98
Gráfico 8: Pertence a alguma associação.....	99
Gráfico 9: Tipo de associação.....	99
Gráfico 10: Património cultural e identidade.....	100
Gráfico 11: Grau de importância atribuída a conservação da natureza e da biodiversidade.....	101
Gráfico 12: Participação das comunidades na conservação da natureza e da biodiversidade.....	102
Gráfico 12.1: Cruzamento entre variáveis "As populações participam na conservação da natureza e da biodiversidade" e "Grau de importância que atribuí a conservação da natureza e da biodiversidade"	103

Gráfico 13: Acoes concretas desenvolvidas pelas comunidades.....	104
Gráfico 14: Participação dos inquiridos na conservação da natureza e da biodiversidade.....	105
Gráfico 14.1:Cruzamento entre variáveis "Participa na conservação da natureza e da biodiversidade" e "Grau de importância que atribui a conservação da natureza e da biodiversidade"	106
Gráfico 15: Ações concretas desenvolvidas pelos inquiridos.....	106
Gráfico 16: Participação das comunidades na tomada de decisões.....	107
Gráfico 17: Formas de participação das comunidades na tomada de decisões.....	108
Gráfico 18: Grau de interação entre PNL e comunidades locais.....	109
Gráfico19: Participação das comunidades em atividades turísticas ou de geração de rendimentos.....	110
Gráfico 20: Tipos de atividades turísticas ou de geração de rendimentos desenvolvidos pelas comunidades.....	110
Gráfico 21: Desenvolve alguma atividade turística ou de geração de rendimentos.....	111
Gráfico 22: Tipos de atividades desenvolvidas pelos inquiridos.....	112
Gráfico 23: Para além dos projetos em curso com recurso aos 20% das receitas do Parque, que outros investimentos acha que poderiam se feitos.....	113
Gráfico 24: Em que áreas o turismo praticado no PNL contribui para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.....	115
Gráfico 25: Já teve algum benefício direto dos fundos dos 20% do Parque.....	116
Gráfico 26: Como tem contribuído para manter este benefício.....	116

Gráfico 27: Grau de satisfação com a existência e atuação do Parque.....	118
Gráfico 28: O que acha que deve ser feito para manter os benefícios do turismo tanto para o Parque como para as comunidades na conjugação do desenvolvimento local com a conservação da natureza e da biodiversidade.....	120
Inquérito aos Líderes	
Gráfico 29: Caracterização por sexo.....	121
Gráfico 30: Idade.....	121
Gráfico 31: Estado civil.....	122
Gráfico 32: Profissão.....	122
Gráfico 33: Habilitações literárias.....	123
Gráfico 34: Tempo de liderança na aldeia.....	123
Gráfico 35: Número de famílias na aldeia.....	124
Gráfico 36: Número de habitantes na aldeia.....	124
Gráfico 37: Atividades económicas na aldeia.....	125
Gráfico 38: Atividades turísticas desenvolvidas na aldeia.....	125
Gráfico 39: Património cultural e identidade.....	126
Gráfico 40: Importância atribuída a conservação da natureza e da biodiversidade.....	126
Gráfico 41: Desenvolvimento de atividades de conservação da natureza e da biodiversidade pelas comunidades.....	127
Gráfico 42: Ações concretas desenvolvidas pelas comunidades.....	128
Gráfico 43: Participação dos inquiridos em ações de conservação da natureza e da biodiversidade.....	129

Gráfico 44: Formas de participação dos líderes na conservação da natureza e da biodiversidade.....	129
Gráfico 45: Formas de contribuição do turismo praticado no PNL para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.....	130
Gráfico 46: Satisfação ou insatisfação dos líderes com a existência e atuação do Parque.....	131
Gráfico 47: Satisfação ou insatisfação com o desempenho dos comités de gestão da verba dos 20% das receitas disponibilizadas pelo Parque.....	131
Gráfico 48: Propostas para melhoria do desempenho dos comités de gestão.....	132
Gráfico 49: Ações concretas desenvolvidas pelos líderes locais com vista a manutenção dos benefícios das receitas provenientes do turismo no Parque.....	133
Gráfico 50: Outros investimentos que poderiam ser feitos com recurso aos 20% das receitas do turismo praticado no parque.....	135
Gráfico 51: Perceção sobre a satisfação ou insatisfação das comunidades em relação as mudanças na qualidade de vida provocadas pelo estabelecimento do parque.....	136
Gráfico 52: Perceção em relação a opinião que a comunidade tem sobre a importância da conservação da natureza e da biodiversidade.....	137
Gráfico 53: Perceção sobre o grau de contribuição das comunidades para o processo de conservação da natureza e da biodiversidade.....	138
Gráfico 54: Perceção sobre em que medida as comunidade estão satisfeitas ou insatisfeitas com a existência e atuação do parque.....	139
Gráfico 55: Opinião sobre o grau de interação entre o parque e as comunidades.....	140

Inquérito aos turistas

Gráfico 56: País de proveniência	141
Gráfico 57: Caracterização por sexo.....	142
Gráfico 58: Caracterização por idade.....	142
Gráfico 59: Habilitações literárias.....	143
Gráfico 60: Profissão	143
Gráfico 61: Destino final.....	144
Gráfico 62: Motivo da visita.....	145
Gráfico 63: Com quem visita o parque.....	146
Gráfico 64: Meios de propaganda que o influenciaram.....	146
Gráfico 65: Trata-se de primeira vez que visita o parque.....	147
Gráfico 66: Não se tratando de primeira visita, o que o motivou a visitar novamente.....	148
Gráfico 67: Período de estadia no PNL.....	148
Gráfico 68: Local de alojamento no PNL.....	149
Gráfico 69: Avaliação do local de alojamento.....	150
Gráfico 70: Propostas para o melhoramento do turismo no PNL.....	151
Gráfico 71: Já visitou o Parque Nacional do Kruger.....	151
Gráfico 72: Caso já tenha visitado o Parque Nacional do Kruger, que exemplos de boas praticas deveriam ser seguidos pelo PNL.....	152
Gráfico 73: Opinião sogle o grau de importância da conservação para o desenvolvimento das comunidades locais.....	152

Gráfico 74: Opinião sobre o grau de interação entre turistas e comunidades locais.....	153
Gráfico 75: Grau de satisfação pelos produtos e serviços oferecidos pelo parque.....	154

ABREVIATURAS

ANAC-Administração Nacional das Áreas de conservação

ESEC-Escola Superior de Educacao de Coimbra

EUA- Estados Unidos da America

PNG- Parque Nacional do Gounarezou

PNK- Parque Nacional do Kruger

OMT- Organizacao Mundial de Turismo

ONG- Organizacao Não Governamental

ONU-Organizacao das Nacoes Unidas

PIB- Produto Interno Bruto

PNL-Parque Nacional do Limpopo

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PTGL- Parque Transfronteirico do Grande Limpopo

RSA-República da Africa do Sul

UICN- Uniao Internacional para a Conservação da Natureza

WCED-Comissão Mundial para o desenvolvimento do ambiente

INTRODUÇÃO

As populações residentes na maioria das áreas de conservação em Moçambique geralmente enfrentam o problema sério de pobreza e baixo índice de desenvolvimento devido à falta de oportunidades de emprego e fraco desenvolvimento económico nessas regiões.

A biodiversidade representa um pilar vital para o desenvolvimento de Moçambique e para o sustento da maioria da população moçambicana (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2015).

O desenvolvimento que se propõe com base nos recursos naturais deriva da grande e reconhecida importância das áreas naturais enquanto recurso endógeno capaz de promover o desenvolvimento local.

Na contemporaneidade, debates sobre a importância das áreas de conservação no alavanque do desenvolvimento local através das práticas turísticas sustentáveis, bem como a inclusão das comunidades locais neste processo tem dominado a sociedade, de tal forma que, todas as partes intervenientes são chamadas à consciência, sobre a necessidade de um turismo sustentável, preocupando-se pela sustentabilidade em todas as suas vertentes: económica, ambiental e social. "Trata-se de um fenómeno que deveria preocupar-se com o desenvolvimento sustentado, porque depende intrinsecamente dos recursos da natureza e da herança cultural da sociedade" (Lima & Marques, 2007, citado por Oliveira, Freitas, & Nobrega, 2018).

O presente trabalho tem como objetivo geral estudar a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo e como objetivos específicos, compreender a importância da natureza e da biodiversidade enquanto recursos endógenos; compreender como é que o Parque Nacional do Limpopo concilia os objetivos de conservação com o desenvolvimento local sustentável; e compreender o contributo do turismo para o desenvolvimento local sustentável e consequente melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Para a prossecução dos abjetivos acima, a metodologia usada foi de carácter misto, isto é, quantitativo e qualitativo.

Como instrumentos de recolha de dados, foi privilegiada a análise bibliográfica e documental, observação participante e diário de bordo, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas bem como inquérito por questionário.

Para analisar as informações recolhidas, as técnicas utilizadas foram a análise bibliográfica e documental, a análise de conteúdo e a análise estatística.

Em termos de estrutura, o trabalho é dividido em duas partes:

Parte I, que é intitulada "Enquadramento teórico e metodológico", a qual subdivide-se igualmente em dois capítulos:

Capítulo 1, entitulado "Enquadramento teórico" debruça-se fundamentalmente sobre dois temas: A conservação da natureza e da biodiversidade e o turismo e o desenvolvimento local sustentável.

Na conservação da natureza e da biodiversidade foi abordada a relação homem/natureza, onde enfatizou-se o conflito entre as partes desde a génese do homem, devido à tentativa de dominação desta pelo homem, conflitos estes que se foram acentuando com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sendo, no entanto, cada vez mais evidente que apesar da sua capacidade intelectual, o homem sempre dependerá da natureza para sobreviver. Abordou-se ainda, a evolução do conceito de conservação da natureza e da biodiversidade, o qual com a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável, passa a incorporar o desenvolvimento humano. Foi ainda abordada a criação de áreas protegidas no mundo, em particular em Moçambique, nos finais do século XIX, cujo significado era basicamente voltado à proteção das espécies biológicas.

Relativamente ao turismo e desenvolvimento local sustentável, foi abordado o turismo enquanto vetor de desenvolvimento sócio-económico e cultural, o conceito de desenvolvimento local sustentável bem como o papel do turismo no alcance do desenvolvimento local sustentável. Foi ainda abordado o conceito de turismo sustentável, bem como a importância dos recursos naturais enquanto atrativo turístico

e a necessidade de sua gestão eficiente de modo a minimizar os impactos negativos do turismo.

O capítulo 2, intitulado "Objectivos e metodologia" apresenta os objetivos do estudo, define as questões orientadoras da pesquisa bem como o referencial metodológico que irá dar suporte à pesquisa bem como os instrumentos e procedimentos adotados para a recolha e tratamento dos dados, conforme referenciado anteriormente.

A parte II, intitulada "Estudo empírico" estrutura-se também em dois capítulos:

Capítulo 3, intitulado "Caracterização do Parque", onde é apresentada a caracterização geográfica e sócio-econômica do PNL e o capítulo 4, intitulado "Apresentação e discussão dos resultados", subdivide-se em apresentação e análise dos inquéritos por questionário e apresentação e análise das entrevistas semi-estruturadas.

Por último apresenta-se as conclusões e recomendações.

PARTE I– ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Tema 1.1 - Conservação da natureza e da biodiversidade

1.1.1 Relação Homem/natureza

A relação cultura, e conseqüentemente homem-natureza, é tão antiga quanto a existência humana na terra (Carvalho, 2018) sendo o homem, parte dela e dela dependendo, intrinsecamente. Portanto, a natureza existiu antes do homem, ela está estrutural e cronologicamente acima do homem (Allègre, 1996).

Segundo este autor, o homem, mesmo ciente da sua pequenez, via-se como sendo um ser "imbatível" capaz de dominar e determinar destinos da natureza, em virtude da inteligência de que ele detém.

Esta atitude vangloriosa do homem evidenciou-se na "era das luzes" e tinha como fundamento, o desenvolvimento científico como a justificação dos destinos da humanidade.

Os primeiros cientistas caracterizavam o homem como sendo um ser estranho à natureza, que não fazia parte do ciclo natural, e que por este facto, deveria se esforçar em deixá-la do jeito que a encontrou – atitude xenantrópica. A segunda atitude considera o homem como um elemento integrante e indissociável da natureza, e que por via disso, haja necessidade de tomar tal consciência e respeitá-la procurando se adaptar a ela, e assegurar a sobrevivência da espécie (Allègre, 1996).

Portanto, analisadas as duas atitudes, importa sublinhar que o respeito pela natureza é objeto comum entre elas, contudo, numa, num sentido intrínseco e noutra num sentido extrínseco.

Finalmente, o homem, devido à essa capacidade de raciocínio, compreendeu que a sua ideia inicial, de se considerar como o centro de todo o universo era uma mera ilusão, sendo que este era produto da natureza, e que dela dependia para sobreviver, natureza esta que é finita.

É neste enquadramento finito, que se deverão inscrever todas as ações humanas, (Allègre, 1996) pois a liberdade que o homem julgava ter conquistado sobre a natureza,

ficava cada vez mais saliente que era apenas aparente, e que na percepção de Branco (1997),

O homem quer queira quer não, depende da existência de uma natureza rica, complexa e equilibrada em torno de si. Ainda que ele se mantenha isolado em prédios de apartamentos, os ecossistemas naturais continuam constituindo o seu meio ambiente. A morte desses ecossistemas representará a morte do planeta (como citado por Mariano, Scopel, Peixinho & Sousa, 2011, p. 159)

Carvalho (2018) relaciona o fim de uma relação saudável entre o homem e a natureza, com a altura em que este começa a intervir nela, transformando-a, criando a cultura, que não é nada mais que a natureza transformada, em seu próprio proveito, indo progressivamente sendo menos dependente da natureza, por via do aumento progressivo da sua capacidade tecnológica, consubstanciada na cultura.

Relativamente à cultura, Bernardi, (1982) apresenta quatro fatores: i) O anthropos, ou seja, o homem na sua realidade individual e pessoal; ii) O ethnos, comunidade ou povo, entendido como associação estruturada de indivíduos; iii) O oikos, o ambiente natural e cósmico, dentro do qual o homem se encontra a atuar; e iv) O chronos, tempo, condição ao longo da qual, em continuidade de sucessão, se desenvolve a atividade humana (conforme citado por Carvalho, 2018, p. 252).

Sendo o oikos, o local onde o homem se encontra a atuar, pode-se então compreender que existe uma infinidade de culturas, dependendo do ambiente natural onde cada uma é criada. Essa infinidade de culturas determina também uma infinidade de desafios que são impostos ao homem, bem como de respostas que este deverá dar, de modo a satisfazer as suas necessidades físicas e espirituais.

Por seu turno, Mariano et al. (2011) relaciona o início da degradação ambiental com o início do sedentarismo: "O sedentarismo foi o terreno fértil para iniciar o controlo da natureza, porém em um ritmo ainda lento, de uma relação harmoniosa" (p.159).

Carvalho (2018) realça o facto de o homem adquirir cada vez mais capacidade para fabricar artefactos cada vez mais sofisticados, como fator que tende a quebrar essa

relação de solidariedade homem-natureza, tornando-a progressivamente assimétrica com o aumento da capacidade tecnológica do homem.

O conflito que a espécie humana estabeleceu com a natureza tem, assim, uma origem muito longínqua, na pré-história – pensemos nas crescentes roturas ecológicas que constituíram a proliferação de uma espécie de predador tecnologicamente evolutiva, a domesticação e a progressiva criação cultural de espécies animais, e a associação da tecnologia agro-pastoril à utilização controlada do fogo em larga escala –, e a atual situação resulta de sucessivas crises ecológicas acumuladas (Carvalho, 2018, p. 253).

Ombe & Fungulane (1996) relacionam o início da degradação da natureza com a descoberta do fogo, destacando o desflorestamento, a erosão e empobrecimento dos solos, o desaparecimento de algumas espécies de animais e outros tipos de modificação na natureza.

Através do fogo, processava a destruição da vegetação, que consistia no abate das árvores para alimentar o fogo e constituir clareiras onde se montavam acampamentos. Algumas espécies de animais foram eliminadas como, por exemplo: Mamute, Rinoceronte Pelado, Urso das Cavernas, Bisonte, o Auroque, entre outros. O habitat do bisonte da Europa (Bison Bonasius) estendia-se desde o Cáucaso até a França e Bélgica. Porém, por razões de desbravamento de florestas, foi progressivamente desaparecendo (p. 9).

A este respeito, Allègre (1996) sublinha a grande luta que o homem sempre teve com a natureza, para sua sobrevivência, de tal forma que lhe roubou o fogo, arrancou-lhe os metais, domesticou o seu solo, planificou o seu espaço, explorou o seu subsolo, poluiu a sua atmosfera.

Apesar da emergência da consciência ambiental ter sido só nas últimas décadas, Ombe & Fungulane (1996) realçam o facto de algumas tribos de caçadores, guiadas por uma base religiosa e ética, e dotadas de um certo grau de percepção ecológica, terem já nos tempos, elaborado, embora de forma empírica, certos códigos legislativos que refletissem a interação homem-natureza.

Embora de forma empírica, estas medidas tomadas trouxeram de certa forma algum benefício para a natureza, num sentido em que o homem ia sendo consciencializado sobre a necessidade do uso equilibrado e racional dos recursos naturais.

Facto curioso é que o mesmo homem, consciente e preocupado com o impacto por si causado sobre os recursos que os considera de vital importância, precisava que existisse legislação para interditar e regular o uso dos mesmos, facto que prevalece até aos nossos dias.

Atualmente, para além do empobrecimento dos solos devido ao fogo, da erosão dos solos provocada pelo desflorestamento para atividades agrícola e pecuária, problemas de equilíbrio ecológico pela perda da vegetação, muitos são os fatores que tornam minada a relação homem/natureza, resultando em desgraças e graves desastres naturais, que caso não se tome consciência, os seres vivos no planeta terra correm o risco de desaparecer.

Nas últimas décadas, após a segunda guerra mundial, em nome do desenvolvimento, as novas tecnologias por seu turno agravam o dilema de degradação ambiental. A emissão de radiações ultravioletas, a degradação da camada de ozono, a poluição atmosférica, a poluição da água, são só alguns dos exemplos desta quebra contínua e progressiva desta relação entre o homem e a natureza.

Na perceção de Mariano et al. (2011),

O discurso do progresso, desde a Revolução Industrial, foi apresentado como sinónimo de prosperidade e de bem-estar aos homens que, no entanto, nos dias atuais, a sociedade toma consciência da sua participação na destruição dos recursos naturais e o aumento dos riscos globais, comprometendo a vida no planeta Terra (p.162).

Estes e outros fatores, resultam em pobreza extrema consubstanciada em desastres naturais, doenças, fome guerras e outros tipos de perturbações que tendem a reduzir a esperança de vida das sociedades, aliás, estas por serem parte desta natureza frágil e finita, ao interferirem nela, interferem igualmente sobre suas vidas também.

Aliás, o autor realça o facto deste conflito ter tido origem desde a génese do homem, sendo que vai se acentuando progressivamente com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia:

Os níveis de crescimento ora alcançados pela sociedade moderna são de extrema relevância na medida em que a visão do homem pelo futuro foi ampliada, foram adotadas novas formas de pensar e de agir, porém, tornou-se também importante e urgente a adoção de políticas e estratégias que possam permitir a conciliação e harmonização deste crescimento que tanto se almeja que atinja níveis cada vez mais altos e abrangentes, com os dilemas ambientais, bem como o progresso humano, visto que estes conceitos, ao mesmo tempo que são coerentes, nalgum momento mostram-se também contraditórios.

Aliás, a literatura aponta para esse desenvolvimento tecnológico como uma ferramenta importante para reverter o cenário de degradação ambiental e outros males que assolam a sociedade.

Na percepção de Carvalho (2018), perante o facto de parecer haver tendências de emergência de uma consciência ambiental no homem, o desenvolvimento tecnológico deveria ser usado para reverter o atual cenário de degradação ambiental.

Já em 1987, a Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), dava ênfase no avanço tecnológico e científico como fundamental para a redução do dilema de degradação ambiental e outros males que assolam a sociedade (O Nosso Futuro Comum, 1987).

Assim, todas as civilizações têm responsabilidades na atual crise ambiental, na medida em que muito antes das sociedades industriais da época moderna, a atividade humana sempre se mostrou nociva para os ecossistemas, provocando nestas, profundas e irreversíveis alterações, sendo a desflorestação o exemplo mais antigo (Carvalho, 2018, p. 253).

1.1.2 Evolução do conceito de conservação da natureza

A fundação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUNC), em 1948, marcou uma nova era no campo da conservação da natureza para as nações de todo o Mundo, onde começaram a assumir vários compromissos em prol da conservação, desde o nível global, até ao individual.

Este organismo, já em 1980, lançou a Estratégia Internacional de Conservação, documento que foi considerado como fundamental neste domínio.

De acordo com a definição adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), no documento acima referenciado, a conservação da natureza é: "A gestão da utilização da Biosfera pelo homem de modo a que possa proporcionar de forma perene os maiores benefícios no presente, mantendo ao mesmo tempo o seu potencial para satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras" (IUNC, 1980).

Ainda segundo a UICN (1980), a Estratégia Mundial de Conservação tinha 3 objetivos fundamentais:

- Preservar os processos ecológicos principais e os sistemas que garantem a vida;
- Preservar a diversidade genética;
- Assegurar a utilização de forma perene das espécies e dos ecossistemas.

Com o lançamento deste documento, pela primeira vez o conceito de conservação da natureza começa a ganhar um outro significado, começa-se a dar ênfase, não só na proteção de espécies biológicas, como também a necessidade de preservação dos ecossistemas, pois ficava cada vez mais claro nas mentes humanas, a importância do meio natural bem como as diversas interações que nele ocorrem.

Ainda na década de 80, foi constituída pela ONU, a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (W.C.E.D – World Commission of Environmental and Development).

A W.C.E.D estudou vários problemas que aceleram a degradação ambiental e retardam o desenvolvimento e progresso humano.

Segundo a W.C.E.D,

Os malogros que precisamos corrigir, provêm tanto da pobreza, como da curteza das vistas com que tantas vezes buscamos o progresso. Tantas zonas do mundo estão a afundar-se numa terrível espiral descendente: os povos pobres são obrigados a dar uso excessivo aos seus recursos ambientais para

sobreviver ao dia a dia e o empobrecimento do seu ambiente empobrece-os ainda mais fazendo-lhes a sobrevivência ainda mais difícil e incerta. A prosperidade que se atingiu em certas partes do mundo é muitas vezes precária, pois é conseguida com práticas agrícolas, florestais e industriais que só trazem lucro a curto prazo (Nosso Futuro Comum, 1987, p.35).

Foi com esta base, e com o pensamento de que a humanidade tem capacidade para tornar sustentável o progresso para assegurar que pode dar satisfação as necessidades presentes, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras poderem satisfazer as de então, que esta comissão sugere o desenvolvimento sustentável, através do lançamento do relatório de Brundtland.

Uma outra etapa que marcou avanços significativos e uma grande viragem na evolução do conceito de conservação da natureza, foi aquando da realização da Conferência das Nações Unidas para Ambiente e Desenvolvimento (ECO – 92), também conhecida como Cimeira da Terra, no rio de janeiro, em 1992.

A cimeira da terra, culminou com uma série de acordos, com vista à elaboração de estratégias para o alcance de um desenvolvimento sustentável, tendo sido os principais documentos dela resultantes: a carta da terra, a Agenda 21 e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, onde os 176 países participantes comprometeram-se em elaborar estratégias e planos de ações que pudessem permitir a materialização destes objetivos.

O Ministério do Ambiente (2017), através da sua Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade - 2025 considera a conservação da natureza e da biodiversidade como um fator de competitividade e valorização das atividades económicas e motor de desenvolvimento local e regional, sendo imprescindível a sua integração nas políticas setoriais relevantes. Para Ferreira (2014), a conservação da natureza,

deve ser entendido como um conceito que defende o desenvolvimento de uma gestão de carácter dinâmico de todos os elementos que compõem a natureza, com a finalidade de potenciar os múltiplos usos e benefícios que advem do meio ambiente, por parte do

Homem e das espécies florísticas e faunísticas, respeitando e preservando as dinâmicas naturais que ocorram na natureza e que a equilibram (p. 6).

1.1.3 Criação de áreas de conservação no Mundo, e em particular em Moçambique

Apesar do dilema de degradação ambiental se datar a partir da génese do homem, só nos finais do século XIX é que este tomou a consciência das suas consequências nefastas, e por via disso surge a preocupação em adotar estratégias para reverter o cenário, sendo uma das medidas tomadas a criação de áreas específicas para a conservação e proteção do meio ambiente.

Segundo Honey (1999), a América foi o pioneiro na adoção de práticas de conservação e proteção do meio ambiente, através do estabelecimento de áreas específicas para a proteção da fauna e flora, criando os Parques Nacionais de Hot Spring e de Yellowstone, em 1832 e 1872, respetivamente.

Honey (1999), debruçando-se desta temática, refere:

around the world, many protected areas have been modeled after the U.S. National Parks System, which was created in the late nineteenth century by drawing boundaries around specific areas to preserve them in their natural state and free them of direct use. (p.11)

Segundo a autora, foram exemplo desses países, Austrália (1879), México (1898), Argentina (1903) e Suécia (1909).

Os outros países do Mundo, embora não tivessem iniciado com o estabelecimento de sistemas de áreas de conservação, mas a preocupação pelo extermínio dos recursos, sempre tiveram, de tal forma que, com a assinatura da convenção de Londres, em 1933, muitos desses países comprometeram-se em criar e potenciar áreas específicas para a conservação e proteção dos recursos naturais, sendo que, atualmente, segundo Franco, Schittini & Braz, (2015),

As áreas especialmente protegidas em função de suas características naturais totalizam hoje 20,6 milhões de quilómetros quadrados e cobrem 15,4% da superfície terrestre

do planeta. Por causa dessa magnitude, muitos autores consideram as áreas protegidas como a principal ferramenta de proteção da diversidade biológica (p. 234).

Para Ombe & Fungulane (1996),

O estabelecimento das áreas de proteção foi uma das medidas primordiais de defesa e conservação da fauna bravia, tendo a Grã-Bretanha iniciado com o movimento de proteção e conservação da natureza a nível das suas colónias em Africa, através da criação de Parques Nacionais. (p. 19)

Segundo os autores, Portugal, sendo também signatário da Convenção de Londres, tendo assistido ao movimento criado por Grã-Bretanha nas suas colónias, em particular para os países da Africa Austral vizinhos de Moçambique, sentiu-se pressionado a cumprir com as decisões daquela Convenção, no que diz respeito à criação de áreas específicas destinadas para a conservação e proteção da natureza, sendo que alguns países da região, vizinhos de Moçambique como a Africa do Sul, Zimbabwe, Tanzânia, Malawi, Namíbia, Angola, Zâmbia terão inspirado Moçambique no processo de estabelecimento de parques e reservas nacionais.

Em Moçambique, dados indicam que a conservação da natureza foi sempre uma prioridade das civilizações, embora pouco se sabe sobre a temática, no período pré-colonial.

Ainda assim, Ombe & Fungulane (1996) relacionam a conservação da natureza com os modos de vida, o ambiente, os usos e costumes dos povos Bantu em Moçambique, o que leva a crer que alguma noção do uso racional dos recursos naturais já se tinha em mente, tal como acontecia, em outros países do Mundo.

Em relação ao período colonial, um dos fatores que tanto contribuiu para a degradação dos solos e conseqüentemente do meio ambiente, segundo os autores, foi o cultivo do algodão e outros produtos para a exportação. Moçambique, devido à sua localização geográfica, onde ocupa quase toda a faixa costeira do oceano indico, sempre foi um dos países da preferência dos asiáticos, árabes e povos europeus para questões de trocas comerciais. O ouro, o marfim, os escravos, as oleaginosas, mariscos entre outros

são indicados pelos autores como sendo os produtos que impulsionavam o comércio na região.

Refira-se que grande número de elefantes foram abatidos nesse período, para extração de troféus para as trocas comerciais. Sabe-se que entre os séculos XVII e XVIII, grandes quantidades de marfim foram exportadas de Moçambique para diferentes cantos do mundo, com destaque para Ásia e Europa, estimando-se uma média mensal de duas a três embarcações que saíam de Moçambique com produtos diversos onde se destacava o ouro e o marfim. Era a fauna bravia a ser destruída e prevê-se que a redução ou diminuição na população dos elefantes tenha iniciado nessa época.

Ombe & Fungulane (1996) dividem a história de conservação da natureza em Moçambique em duas fases principais, sendo a primeira, respeitante ao período anterior ao decreto nº40/040 de 20 de janeiro de 1955, que define preceitos ligados à proteção da fauna, flora e solos nas colónias portuguesas e a segunda fase, onde Portugal, observando as decisões da convenção de Londres, cria instituições e estruturas vocacionadas pela proteção da natureza.

Os autores evidenciam a grande procura do marfim e das peles dos elefantes, pelos comerciantes asiáticos e europeus, o que obrigou Portugal a reforçar os mecanismos de proteção da fauna, através de alguma legislação sobre a caça, a qual abria espaço para a caça de nível local, pois, ao restringir completamente a atividade de caça seria equivalente a tornar a vida das populações mais difícil ou quase que impossível, uma vez que esta era um dos seus meios de subsistência.

Não adotando estas medidas, concorria-se para o extermínio das espécies, devido a falta de noção sobre o uso racional, o que resultaria em consequências irreversíveis de âmbito social, económico bem como científico.

Segundo o decreto nº 40/040, que foi um dos primeiros instrumentos normativos na matéria de conservação da natureza em moçambique, no período colonial,

São parques nacionais, as áreas sujeitas a direção e fiscalização públicas, reservadas para a propagação, proteção e conservação da vida animal selvagem e da vegetação espontânea e ainda para a conservação de objetos de interesse estético, geológico, pré-

histórico, arqueológico ou outro interesse científico em benefício e para a recreação do público, e nas quais é proibido caçar, abater ou capturar e destruir ou colher plantas, salvo por iniciativa ou sob fiscalização das autoridades respetivas (Ombe e Fungulane, 1996, p. 34).

Analisando este conceito de áreas protegidas segundo o decreto anteriormente referido, pode-se entender que uma das funções das áreas protegidas, para além de proteger, conservar e propagar as espécies biológicas, tem também a função educativa e investigativa.

Partindo desta base, percebe-se claramente que as espécies encontradas em locais fora do seu habitat natural, não podem satisfazer estas necessidades, visto que elas estão isoladas daquilo que é o seu ecossistema natural, quando os estudos científicos vão além de estudar a espécie singularmente, mas sim com as diversas interações com o meio ambiente. No entanto, estas diversas interações que garantem o equilíbrio ecológico não eram tidas como relevantes, aquando da criação das áreas protegidas, sendo que o foco era na proteção das espécies biológicas.

Analisando o papel científico-educativo das áreas protegidas em Moçambique no tempo colonial, Ombe e Fungulane (1996) consideram que este não foi dado muita relevância, de tal forma que esta matéria era pouco inserida em programas educativos, e que a fraca capacidade económica de Portugal, estaria na origem desta fraca inserção, pois ações que tem a ver com a conservação da natureza acarretam custos elevados.

Os autores realçam o facto de o Governo de Moçambique ter herdado os problemas da época colonial.

Segundo autores, Moçambique criou uma série de legislação ambiental que fosse ao encontro da atual situação do país, instituições que pudessem trabalhar no sentido de harmonizar a convivência e o bem-estar da população, principalmente a questão da segurança alimentar em consonância com a conservação ambiental, tomou inúmeras medidas corretivas para a resolução de alguns problemas que já vinham do passado, onde a instrução foi uma outra área que mereceu atenção especial do Governo.

Refira-se que em 1977 foi criada uma escola de formação de agentes de conservação da natureza, que funciona no Parque Nacional da Gorongosa, cujo objetivo central era formar quadros para o sector, à luz das orientações e diretivas económicas e sociais do terceiro congresso da Frelimo.

Entretanto, a guerra civil entre o Governo da Frente de Libertação de Moçambique e a resistência Nacional de Moçambique, veio a reduzir todos os esforços ao fracasso.

Como se pode imaginar, todo o tipo de guerra provoca consequências dolosas no país ou região onde ocorre, quer sejam de ordem social, económica, ambiental entre outras. Moçambique não foi uma exceção.

A movimentação desordenada da população, a procura de locais mais seguros para se refugiarem, a fome, a incerteza do futuro e vários outros tipos de desastres da população, provocados pela guerra, provocaram consequências nefastas para o processo de conservação da natureza, de tal forma que todos os esforços ora iniciados, reduzidos ao fracasso. "As zonas de proteção da fauna bravia foram várias vezes invadidas e transformadas em locais de abate indiscriminados de animais para a venda descontrolada de trofeus e despojos" Ombe & Fungulane (1996, p.49).

Só após o fim da guerra, em 1992, o país começou a tentar reerguer-se dos vários problemas ora tidos, sendo que desde então, o Governo de Moçambique, com o apoio de parceiros de cooperação, sector privado e ONGs, vem investindo na reabilitação de infraestruturas, habitats, repovoamento e recuperação de espécies e populações de fauna, na maioria das Áreas de Conservação do país.

Atualmente, Moçambique assumiu vários compromissos nesta matéria, sendo signatário de várias convenções internacionais sobre a conservação da natureza e da biodiversidade, sendo de maior destaque, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção sobre o Comercio Internacional de Espécies de Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas (CITES), Convenção de Ramsar, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), e as varias obrigações decorrentes das iniciativas regionais, como os Protocolos da SADC sobre Florestas, Conservação da

Fauna Bravia e Fiscalização (Plano Estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação-ANAC, 2015-2024).

Conforme estabelecido na Política de Conservação Moçambicana e sua Estratégia de Implementação, as áreas de conservação em Moçambique têm como objetivos principais a conservação da biodiversidade nacional e a contribuição para o crescimento económico e para a erradicação da pobreza no país.

Atualmente, as áreas de conservação em Moçambique ocupam cerca de 18,57 milhões de hectares, que correspondem a cerca de 25% do território nacional, e incluem 7 Parques Nacionais, 9 Reservas Nacionais, 20 Coutadas Oficiais, e áreas de conservação comunitárias e 50 Fazendas de Bravio (Plano Estratégico da ANAC, 2015-2024).

As Áreas de Conservação em Moçambique possuem características diversificadas, tanto do ponto de vista ecossistémico, como pela sua localização.

Algumas Áreas de Conservação incluem variados ecossistemas, nomeadamente o terrestre, costeiro e marinho, por exemplo, a Reserva Especial do Maputo, o Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto, o Parque Nacional das Quirimbas e a Reserva do Lago Niassa. Esta característica contribui para o seu elevado valor do ponto de vista da conservação da biodiversidade e torna-as particularmente atrativas do ponto de vista turístico (Plano estratégico da ANAC, 2015 – 2024).

Outras áreas de conservação estão localizadas ao longo da fronteira com países vizinhos, como são os casos do Parque Nacional de Limpopo, Parque Nacional de Magoé, Reserva Especial do Maputo, Reserva Nacional de Chimanimani, Reserva Nacional do Niassa e a Reserva Marinha Parcial da Ponta d'Ouro.

Estas áreas de conservação estão integradas em iniciativas regionais de áreas de conservação transfronteiriças, o que cria e amplia as oportunidades de cooperação neste domínio e abre espaço para o desenvolvimento de turismo regional e internacional abrangente, com significativos ganhos para o país.

A Lei da Conservação nº 16/2014, de 20 de junho estabelece duas grandes categorias de Áreas de Conservação: as áreas de conservação total, em que atividade humana é limitada, e as áreas de conservação de uso sustentável, em que a presença e integração das comunidades locais nos objetivos de conservação é permitida. Assim, a Lei abre espaço para a continuidade dos programas de reassentamento em curso nas Áreas de Conservação e ao mesmo tempo dá oportunidade à promoção e desenvolvimento de áreas de conservação comunitária que podem incluir outros projetos que sejam benéficos à comunidade local.

Desde o fim da guerra civil, Moçambique tem envidado esforços, com o apoio de parceiros de cooperação, sector privado e ONGs, investindo na reabilitação de infraestruturas, habitats, repovoamento e recuperação de espécies e populações de fauna, na maioria das Áreas de Conservação do país (Plano Estratégico da ANAC, 2015-2024).

No entanto, apesar destes esforços, a situação atual das Áreas de Conservação ainda é marcada por infraestruturas e serviços de apoio ao turismo que são pouco atrativos para os visitantes e também não atraem os investidores. Os investimentos necessários são avultados pelo que requerem parcerias estratégicas, com os doadores, parceiros de cooperação, sector privado e comunidades locais. Por outro lado, o auto-financiamento da ANAC nos próximos anos será um dos seus grandes desafios (Plano Estratégico de ANAC, 2015 – 2024).

1.2. Turismo e Desenvolvimento local Sustentável nas Áreas de Conservação

1.2.1 Turismo

Nas últimas décadas, há cada vez mais pessoas viajando, por motivos de lazer, negócios, saúde, religião, entre outros.

O reconhecimento do direito a férias na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a adoção aprimorada dos direitos trabalhistas em países e a crescente classe média em todo o mundo, aliado à acessibilidade a transportes aéreos bem como ao surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação são apontados como fatores que estão na origem do aumento do número de viagens internacionais, e conseqüentemente do turismo.

Apesar do turismo ser um tema que tem vindo a ser abordado desde cedo, a sua importância a nível global, só nas últimas décadas começou a despertar atenção e por conta disso, começa a emergir o grande interesse tanto na esfera política, socioeconómica e ambiental, bem como académica, em compreendê-lo como um fenómeno causador de mudanças.

Este interesse baseia-se no facto de o turismo ter-se mostrado como um dos setores com tendências cada vez mais crescentes nos últimos anos, e que tem mobilizado vários recursos, e vários interlocutores a diversos níveis.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) considera o turismo como sendo o setor chave a nível mundial. Segundo este organismo, nas últimas seis décadas, o turismo experimentou uma expansão contínua e diversificada, tornando-se num dos maiores sectores económicos do mundo, e que mais rapidamente cresceu (UNWITO, 2016).

Segundo a OMT (2016), as chegadas internacionais de turistas em todo o mundo cresceram de 25 milhões, em 1950 para quase 1,2 bilhões, em 2015.

Sendo que estas viagens estão diretamente associadas ao consumo de vários produtos/serviços nos locais visitados, seja para o suprimento de necessidades básicas e para fins de lazer, é acrescida a estas viagens, a componente económica, para os destinos visitados. Logo, o crescente número de turistas é acompanhado pelo crescente

aumento das receitas, o que torna o turismo, uma das mais importantes indústrias a nível mundial.

Considerando que as deslocações originam várias atividades produtivas nos locais visitados, como consequência de um número elevado de visitas num determinado local, para além do aumento das receitas, há que considerar ainda o aumento de oportunidades de emprego.

A Organização Mundial do Turismo estima que o turismo hoje seja responsável por 10% do total do PIB e 7% das exportações, resultando em benefícios substanciais para as comunidades, representando 1 em cada 11 empregos em todo o mundo.

Os números acima referenciados destacam o protagonismo assumido pelo turismo no alavanque da economia mundial, no aumento de rendimentos das populações bem como na melhoria da qualidade de vida.

Relativamente à vertente social, Marujo (2008) considera que o turismo deixou de ser visto apenas como um sinónimo de lazer e passou a assumir um papel de agente social nas sociedades em que se desenvolve (como citado por Marujo & Carvalho, 2010, p. 148).

Do ponto de vista cultural, o turismo pode ser considerado como um verdadeiro unificador de culturas, tendo em consideração as várias relações de intercâmbio entre turistas provenientes de vários cantos do mundo, e estes com as comunidades anfitriãs, o que provoca um forte desenvolvimento social e cultural.

1.2.2 Turismo sustentável em áreas de conservação

Com o intuito de fugir do turismo massificado, e da rotina das cidades, surge um nicho de mercado que busca pelos espaços naturais e protegidos para os tempos de lazer.

As áreas de conservação, na contemporaneidade, são vistas não só como espaços destinados à proteção, preservação e propagação de espécies biológicas e manutenção do equilíbrio biológico, mas também como destinos preferenciais para os amantes do ambiente natural.

Este interesse baseia-se no potencial que estas áreas possuem, do ponto de vista ético e de atratividade, conjugado com a sua "originalidade", uma vez que na sua maioria, os espaços naturais e protegidos sofreram pouca ou inexistente intervenção humana, mantendo o seu carácter natural. "A conservação da biodiversidade dos ecossistemas das diversas regiões encontra-se plenamente justificada se considerarmos as suas funções e valores, assumindo uma importância vital para o desenvolvimento do turismo sustentável" (Careto & Lima, 2007, p.66).

Oliveira, Freitas, & Nobrega. (2018) realçam a importância dos recursos naturais para o turismo, considerando-os de matéria prima para o desenvolvimento da atividade turística. Assim, na indústria do turismo em espaços naturais, os recursos naturais são a principal mercadoria a ser comercializada.

Assim, na indústria do turismo em espaços naturais, os recursos naturais são a principal mercadoria a ser comercializada.

Rodrigues, Irving, & Drummond (2010), sobre esta temática, consideram que as sociedades contemporâneas vivenciam a mercantilização de bens e serviços não materiais como o "ar puro", a paisagem, o "clima de montanha", e outros elementos que caracterizam a "vocação" est tica da biodiversidade".

Torna-se deste modo, cada vez mais evidente, a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento da atividade turística.

Contudo, o turismo, especificamente em ambientes naturais, quando não cuidado, pode gerar danos irreversíveis nos locais onde ocorre, facto que nalgum momento coloca divergências entre os conceitos de desenvolvimento e conserva o.

Como referido por Oliveira et al. (2018), "o turismo, independente do segmento, gera impactes ao meio em que   realizado, por isso, no caso de práticas turísticas em unidades de conserva o, requer-se mais aten o e cuidado com os possíveis impactes derivados da atividade" (p. 152).

Xavier (2007), relativamente aos impactes negativos do turismo refere:

O turismo, como qualquer outra atividade humana, vem gerando impactes de ordem social, cultural e ecológica, transformando paisagens e culturas em mercadorias, produzindo apropriação dos lugares pelo capital e excluindo do processo turístico camadas de população de menor poder aquisitivo (como citado por Oliveira et al, 2018, p. 152).

No entanto, quando bem gerido, o turismo em áreas de conservação, pode constituir-se como ferramenta para a conservação dos recursos naturais, como referido por Careto & Lima (2007) "o turismo provoca também impactes significativos sobre a biodiversidade, mas pode converter-se de maneira a protegê-la" (p.57).

A este respeito, Santos & Carvalho (2015) também realçam o papel do turismo em áreas de conservação para a preservação e conservação dos recursos naturais e culturais:

O turismo se alia à conservação ambiental porque, diante da possibilidade de visitar e conhecer, as próprias populações tradicionais e, por consequência, os visitantes passam a apreciar e cultuar os atrativos naturais, preservando-os não só para o deleite como pela sua integridade (p.195), sendo que, para o efeito, é sugerido o turismo sustentável.

O turismo sustentável surge como alternativa às formas de exploração turística que tendem a deteriorar os recursos turísticos, reduzindo deste modo, tanto a sua capacidade atrativa, bem como a possibilidade de as gerações futuras beneficiarem dos mesmos, e igualmente, a degradação ambiental.

Sendo os recursos turísticos/atrações, um dos elementos chave do turismo, a sua manutenção e preservação são fundamentais para que a atividade perdure a longo prazo.

O termo turismo sustentável tornou-se popularizado a partir do lançamento do relatório de Brundtland, em 1987, e constituiu uma forma direta de implementação do conceito de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Weaver & Oppermann (2000), turismo sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a habilidade das

futuras gerações satisfazerem as suas (p.354). A relevância deste conceito encontra-se na satisfação das necessidades presentes e futuras.

Segundo a definição adotada pela OMT (2003):

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida, (p. 24).

O turismo sustentável procura conciliar o turismo, com o conceito da sustentabilidade nas suas três dimensões: económica, socio cultural e ambiental, sendo para Weaver & Oppermann (2000), fundamental a definição de critérios de avaliação dos níveis de sustentabilidade nos destinos turísticos.

A medição dos níveis de sustentabilidade, para além de contribuir para que os destinos saibam o lugar que ocupam em termos do alcance dos objetivos do turismo sustentável, também poderá ajudá-los a tomar medidas corretivas, de modo a direcionarem seus esforços nas áreas julgadas relevantes, ao mesmo tempo que proporciona a competitividade do destino.

Hamilton & Attwater (1997) apresentam como primeiro passo a ser tomado em consideração na medição da sustentabilidade dos destinos, a identificação de um conjunto de indicadores ou variáveis que irão providenciar informação sobre o conceito, sendo que tal informação poderá ser usada tanto pelo sector do turismo e outros, de modo a fazerem a gestão em conformidade (como citado por Weaver & Oppermann, 2000).

De acordo com a OMT (2003), o turismo sustentável obedece a 5 princípios fundamentais: 1) os recursos naturais, históricos, culturais e outros voltados ao turismo são conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de trazer benefícios para a sociedade atual; 2)O desenvolvimento turístico é planeado e gerido de modo a não gerar problemas ambientais ou socioculturais para a área turística; 3)

A qualidade ambiental geral da área turística é mantida e melhorada onde necessário; 4) Um alto nível de satisfação dos turistas é mantido para que os destinos turísticos conservem seu valor de mercado e sua popularidade; e 5) Os benefícios do turismo são amplamente estendidos a toda a sociedade (p.24).

Assim, os princípios do turismo sustentável apontam para o uso dos recursos patrimoniais para a maximização da satisfação dos visitantes, dos operadores da atividade e dos interesses da comunidade local, respeitando a questão da equidade social e solidariedade entre as gerações, e constituem-se como as bases fundamentais do turismo sustentável.

A OMT (2003) enfatiza a pertinência do planeamento e gestão da atividade turística como instrumentos que possam contribuir para manter o mínimo de impactos negativos, condizendo deste modo, com a opinião de Weaver & Oppermann (2000), para quem *"the extent to which this impact is positive or negative depends in large part on the degree to which tourism is appropriately managed by the relevant stakeholders, and by host governments, communities and businesses in particular"* (p.5).

Assim, para que o desenvolvimento do turismo sustentável produza os efeitos desejados, deve-se ter em conta o planeamento integrado, que envolva todas as partes intervenientes.

De acordo com Weaver & Oppermann (2000) vários fatores justificam as práticas turísticas sustentáveis: i) O crescimento do mercado de "novos viajantes"; ii) A rentabilidade da sustentabilidade; e iii) Adequação das grandes corporações à adoção de práticas sustentáveis (p.357).

No que respeita ao primeiro fator, devido ao maior movimento ambientalista, na atualidade tem surgido um segmento de mercado turístico muito exigente para com as questões ambientais, o que leva o autor a considerar que os operadores turísticos, se quiserem sobreviver terão de se redefinir e optar por uma trajetória sustentável.

Relativamente à rentabilidade da sustentabilidade, importa realçar a reutilização de certos materiais na indústria turística bem como a redução dos níveis de utilização de energia que poderá reduzir a médio e longo prazo, os custos operacionais.

Por outro lado, um destino turístico sustentável, devido ao primeiro fator inicialmente apresentado, poderá melhor se posicionar no mercado e constituir-se como preferencial de vários turistas, que também podem recomendá-lo a amigos e familiares.

Mais ainda, as práticas turísticas sustentáveis podem melhorar significativamente a construção de um relacionamento saudável com as comunidades locais através de ações de responsabilidade social, o que por sua vez poderá possibilitar a existência de um ambiente harmonioso entre os turistas e os visitantes, reforçando ainda mais a boa imagem do destino e conseqüentemente, a competitividade do destino.

Seguindo esta linha de pensamento, há que considerar a opinião de Cabral, Santos, & Gomes. (2015), sobre a temática:

Entende-se que o conceito de sustentabilidade está intimamente relacionado com o de responsabilidade social corporativa. Isso quer dizer que o comportamento empresarial deve ser baseado em uma nova mentalidade, segundo a qual a empresa atua em um cenário em que estão envolvidos os seus funcionários, seus clientes, o governo, os acionistas, a comunidade, os fornecedores e os concorrentes, ou seja, seus stakeholders (p. 96).

Trata-se, portanto, de uma perspectiva que procura envolver ativamente todas as partes intervenientes, visando ao alcance de uma sustentabilidade plena.

Nesta lógica, pode-se entender que empresas que adotem o conceito de sustentabilidade em todas as suas vertentes, para além de maximizarem os ganhos em termos monetários, melhoram o relacionamento com as comunidades locais, o que facilita a sua inserção e aceitação por estas, contribuindo, deste modo para a construção de boas relações com estas, bem como entre comunidades e turistas.

No que respeita ao terceiro fator, Weaver & Oppermann (2000) destacam as vantagens que as grandes empresas têm na implementação de medidas de turismo sustentável,

através da alocação de recursos para financiar posições laborais que executem medidas direcionadas a questões de sustentabilidade, como a contratação de agentes ambientais, agentes de relações comunitárias, bem como para o treinamento contínuo de seus funcionários e introdução de programas de educação ao público.

Weaver & Oppermann (2000) realçam ainda as possibilidades de implementação de programas de reciclagem economicamente viáveis bem como a possibilidade de influenciar os fornecedores externos a pautarem por práticas ambientalmente sustentáveis.

A OMT (2003) realça o protagonismo assumido pela Agenda 21, documento adotado aquando da realização da conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, a qual terá inspirado a OMT e outras agências, a elaborarem uma agenda 21 para as viagens e turismo, que apresenta o papel que este setor deve desempenhar na conquista do desenvolvimento sustentável. Esta era uma das formas mais diretas de colocar em prática, o conceito de desenvolvimento sustentável, a qual estabelece o seguinte:

- Para os departamentos governamentais, as associações nacionais de turismo e as organizações comerciais representativas, o objetivo principal é estabelecer sistemas e procedimentos para incorporar as considerações sobre o desenvolvimento sustentável ao centro do processo da tomada de decisão e identificar as ações necessárias a criação do turismo sustentável;

- Para as empresas, os objetivos principais são: estabelecer sistemas e procedimentos para incorporar as questões do desenvolvimento sustentável, como parte da função regencial central, e identificar as ações necessárias para a criação do turismo sustentável (OMT. 2003, pág. 25)

Ainda segundo o mesmo autor, a Agenda 21 para as Viagens e Turismo define áreas e ações prioritárias, sendo algumas delas, como anteriormente referido, o planeamento para as práticas turísticas sustentáveis e a inclusão e participação de todos os setores da sociedade no turismo, com ênfase na criação de oportunidades para todos,

abrangendo igualmente mulheres, jovens, idosos e as comunidades locais, de forma adequada à sua sociedade e à sua cultura. (p.25).

Assim, a participação e envolvimento podem ser vistos como ferramentas fundamentais, a serem contemplados aos princípios de desenvolvimento de turismo sustentável.

1.2.3 Evolução do conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento começa a ganhar espaço na área académica, política e social no período após a segunda guerra mundial.

Amaro (2004) considera que vários autores associam o conceito de desenvolvimento ao crescimento económico, devido à descolonização da maioria dos países Europeus que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, e pela emergência das Nações Unidas, bem como pela influência ideológica da União Soviética.

Segundo o autor, a grande aspiração desses países era caminhar para a prosperidade e a riqueza total, como os seus antigos colonizadores, a par da sua independência política, com vista à reconstrução da Europa, a criação de uma base de acumulação produtiva que sustentasse a corrida aos armamentos, a constante inovação tecnológica e a apresentação de resultados de progresso, do ponto de vista ideológico, a afirmação do keynesianismo, como novo paradigma da Ciência Económica, implicando o princípio da regulação através da intervenção do Estado na economia e viabilizando, portanto, o papel deste na realização do progresso e no aumento do bem-estar das sociedades.

Ainda segundo o autor, o conceito de desenvolvimento, de certa forma sofreu alguma influência da história dos países Europeus considerados desenvolvidos, no âmbito das chamadas sociedades industriais, de tal forma que o resto dos países do mundo inspiraram-se nestes, vendo-os como modelo a seguir, o que contribuiu bastante para a credibilização da ideia da associação do conceito de desenvolvimento ao crescimento económico - conceito eurocentrado.

Uma vez que a pretensão da Europa era aumentar cada vez mais os níveis de produção industrial de modo a se reconstruir dos efeitos da guerra, e assegurar reservas dessa produção para fazer face à qualquer situação emergente, sendo este modelo para os outros países, em particular os do "terceiro mundo", estes últimos eram também aconselhados a seguir o exemplo, apostando na produção industrial, como forma de alcançar o desenvolvimento, ignorando completamente aquilo que são as suas necessidades e aspirações.

Mas, tal crescimento económico construiu-se à custa, muitas vezes, do aumento do desemprego e da insegurança, ou do desfavorecimento de algumas regiões face a outras com características mais propícias ao crescimento económico (por exemplo, devido a sua localização ou a existência de recursos com valor económico reconhecido que, por isso, acabava por atrair investimentos) (Mergulhão & Rita, 1997, p.35).

Mais do que isto, o autor realça a questão do abandono e desvalorização da cultura e das tradições dos países do "terceiro mundo", em nome da modernização, visto que se entendia por modernização, todas as práticas e modos de vida dos povos Europeus, sendo que tudo o que fosse de outros países era visto de forma marginalizada. Neste contexto, se os países quisessem modernizar-se, tinham que abandonar todas as suas tradições e modos de vida e procurar seguir o estilo de vida Europeu.

Segundo Amaro (2004), tantas outras mudanças foram acontecendo ao longo dos tempos, as quais tiveram consequências muito importantes, e que desaguaram na revolução industrial.

Em todo o caso, os modelos de desenvolvimento propostos, assentes no crescimento económico estavam longe de satisfazer aquilo que são as verdadeiras aspirações da sociedade, com destaque para as populações mais pobres.

O autor refere-se aos efeitos dos modelos de desenvolvimento acima descritos, segundo os Relatórios do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (P.N.U.D), que deixam transparecer de forma clara que apesar dos grandes avanços que resultaram dos modelos acima referidos, estes apenas beneficiaram 1/3 da população, e os outros 2/3 foram marginalizados e que os problemas de diversas formas de mal estar em todos os países do "terceiro mundo"

persistiam, incluindo áreas mais vitais de desenvolvimento, bem como promessas não cumpridas de várias formas de apoios a estes, o que de certa forma acentuou a frustração destes.

Amaro (2004) enaltece o papel de alguns técnicos das Nações Unidas, que já na época "farejavam" os efeitos negativos dos modelos de desenvolvimento ora adotados, de tal forma que em missões de apoio as sociedades do "terceiro mundo", já valorizavam o conceito de desenvolvimento comunitário, o modelo baseado em três ideias fundamentais: i) "O diagnóstico das necessidades deve realizar-se com a participação das populações; ii) A resposta a essas necessidades deve começar pela mobilização das capacidades da própria comunidade; iii) Os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada, articulando vários conhecimentos disciplinares e sectores de intervenção " (p. 15).

Assim, as sociedades industriais e os seus modelos de desenvolvimento mostraram-se incapazes de promover e realizar a vida e o Desenvolvimento integral, acabando aliás por trair um dos seus lemas históricos, que defendia a conjugação dos três princípios da "liberdade, igualdade e fraternidade", podendo a primeira ser associada ao Indivíduo, a segunda à Comunidade (ou Colectividade) e o terceiro ao Ambiente e à Natureza.

Finalmente, entre finais dos anos 60 e início dos anos 70, o conceito de desenvolvimento conheceu uma nova viragem, onde se desencadeia uma busca intensa de novas conceptualizações e estratégias. Refira-se que os fatores abaixo, entre outros, estiveram na origem deste movimento de procura por uma remodelação de conceitos de tal forma que se enquadrem naquilo que são as necessidades, aspirações e expectativas das sociedades.

- "A frustração que se continuava a sentir nos países subdesenvolvidos perante as "receitas" e modelos de desenvolvimento que lhe eram propostos ou impostos;
- O aparecimento de sintomas claros de "mal-estar social" nos países desenvolvidos, tornado visível a partir de acontecimentos mediáticos, como as revoltas estudantis de maio de 1968, em França, e de maio de 1969, em Itália, a contestação

dos “hippies”, durante a segunda metade da década de 60, a agitação social e étnica (ligada, por exemplo, à emergência do chamado “poder negro”) e os protestos generalizados contra a Guerra do Vietname, no início dos anos 70, nos E.U.A;

- A emergência de uma consciência ambiental sobre os problemas do desenvolvimento, tornada visível a partir da Conferência organizada pelas Nações Unidas em 1972, em Estocolmo, e da publicação, no mesmo ano, do estudo do Clube de Roma intitulado “Os limites de crescimento”, em que se toma verdadeiramente consciência dos enormes custos ambientais dos modelos de desenvolvimento dominantes, o que completa o conteúdo da designação de “mal-desenvolvimento”, atrás referida.
- A persistente crise económica que se instalou nos últimos 30 anos, com várias intermitências e irregularidades, tornando, no entanto, e por enquanto, impossível o regresso à lógica dos supostos “anos dourados”, pôs em causa a crença anterior no crescimento económico para desenvolver os países.
- Por fim, também nos países socialistas, se multiplicaram, a partir dessa época, os indícios de crises e “mal-estares” sociais, económicos, ambientais e políticos como a “Primavera de Praga”, em 1968, a agitação laboral dos estaleiros navais e das minas, na Polónia, que fez emergir o protagonismo do “Solidariedade” e de Lech Walesa” (p. 15-16)

Estes fatores marcam o início de uma nova era, e de um novo modelo de desenvolvimento, baseado no paradigma territorialista, o qual propõe uma visão de desenvolvimento fundamentada na plena mobilização do capital, endógeno, concebendo-o como "um processo integral de satisfação das necessidades básicas e de expansão das oportunidades dos indivíduos, grupos sociais e territoriais através da mobilização integral das suas capacidades e recursos (Henriques, 1987, citado por Mergulhão & Rita, 1997).

Contrariamente ao modelo funcionalista, que apenas se limitava em privilegiar o crescimento económico, marginalizando os saberes dos agentes locais, este novo

paradigma coloca e valoriza, em primeira instância os recursos locais bem como a participação comunitária.

Partindo do pressuposto de que o tal almejado desenvolvimento irá ocorrer no meio local, e em primeira instância beneficiar as populações locais, a sua participação é de extrema importância, pois, eles são os que melhor do que ninguém, conhecem as suas reais necessidades e prioridades, bem como os recursos localmente disponíveis.

Assim, mesmo quando decisões externas – políticas ou económicas – sejam importantes para determinada localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de participação dos autores locais, se não, ao contrário, o mais provável é que as mudanças geradas a partir do exterior, não se traduzam em efetivo desenvolvimento, e não sejam internalizadas na estrutura social, económica e cultural local, de modo a desencadear um aumento das oportunidades, o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida de forma sustentável (Carvalho, 2009. p 82).

1.2.4 Desenvolvimento sustentável

Na tentativa de se encontrar um ponto de equilíbrio, que pudesse estabelecer uma conciliação entre ambiente e desenvolvimento, foi instituído o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual veio a substituir o termo de eco desenvolvimento, proposto pela conferencia de Estocolmo, em 1972, que antes sofrera varias designações como desenvolvimento alternativo, desenvolvimento responsável entre outros, e que por fim, veio a se estabilizar no desenvolvimento sustentável, proposto pelo relatório de Brundtland, em 1987 "O Nosso futuro comum".

Segundo o relatório de Brundtland, 1987 "O Nosso futuro comum", o desenvolvimento sustentável " é o desenvolvimento que de resposta as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às delas" (CMAD, 1987, p.54).

Ferreira & Raposo (2017) consideram que esta perspetiva se tornou um marco de referência de desenvolvimento sustentável na medida em que promove a ideia de solidariedade entre as gerações, que constitui uma abordagem inovadora sob o ponto de vista conceptual e jurídico (p.126).

Suchs (1990) também realça o papel desta solidariedade, tanto para com as gerações presentes (solidariedade sincrónica) quanto para as futuras (solidariedade diacrónica).

A solidariedade sincrónica está intimamente relacionada com questões de justiça e equidade social, e constitui um requisito fundamental, e dela depende o alcance da solidariedade diacrónica.

A parcela da geração atual que padece de pobreza e desigualdades não se pode não se pode sacrificar em função de um futuro improvável e imponderável para os seus filhos e netos, assumindo um comprometimento com o futuro, sem sequer ter o presente. (como citado por Carvalho 2009, p. 80-81)

A abordagem de solidariedade intergeracional foi introduzida como forma de criar uma consciência de um consumo dos recursos a um ritmo que seja proporcional à velocidade de sua regeneração, bem assim a redução do consumo dos recursos não renováveis.

Carvalho (2009) chama a atenção para os limites de exploração dos recursos naturais para fins económicos, pois, parte destes recursos são finitos, e mesmo os renováveis, a exploração atual não está a um nível que permita a sua regeneração.

Por outro lado, o crescimento da população é apontado pelo autor, como um dos fatores que acelera o nível de degradação dos recursos, comprometendo-se, desta forma, a ideia da solidariedade entre as gerações.

Para além da satisfação das necessidades e aspirações das pessoas, e da solidariedade entre gerações que se traduz pela redução dos níveis de consumo dos recursos renováveis e não renováveis, o desenvolvimento sustentável trouxe uma outra inovação muito importante, que é a coesão social. Para Carvalho, (2009), atualmente, às três dimensões dos desenvolvimento sustentável, estabelecidas – económica, ambiental e social - deverá ser adicionada uma quarta dimensão, a vertente institucional, que chama a atenção para as questões relativas às formas de governação e dos sistemas legislativos (flexibilidade, transparência, democracia) nos seus diversos níveis, e para o quadro de participação dos grupos de interesse (sindicatos e

associações empresariais) e da sociedade civil (ONG) considerados como parceiros essenciais na promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Deste modo, esta abordagem de desenvolvimento pode ser considerada a mais completa de todos os tempos, na medida em que a sua implementação assenta em quase todas as vertentes consideradas críticas para o bem-estar e progresso das sociedades.

Para Hove (2004), o desenvolvimento sustentável "é o acesso para atingir a sustentabilidade, sendo esta considerada o intento final de longo prazo" (como citado por Fail & Schreiber, 2017. p.676).

Na perceção de Fail & Schreiber (2017), sustentabilidade consiste numa meta ou parâmetro (objetivo final) definido por meio de critérios científicos, que mensura e acompanha os resultados gerados pela utilização de estratégias do desenvolvimento sustentável.

Assim, critérios rigorosos de mensuração contínua deverão ser tomados em consideração, de modo a aferir até que ponto as sociedades estão alcançando os objetivos do desenvolvimento sustentável, realinhar e redirecionar os esforços para o alcance de uma sustentabilidade plena.

1.2.5 Desenvolvimento local sustentável

Como referido anteriormente, durante os anos 60, mantinha-se em quase todo o mundo um modelo de desenvolvimento que tendia a marginalizar os países mais pobres, obrigando-os a seguir o exemplo de países mais industrializados, em nome da busca do desenvolvimento, o que se traduziu num fracasso total, aumentando a frustração daqueles países que sentiam os impactes diretos deste modelo de desenvolvimento.

Segundo refere Amaro (2001), vários autores começam a partir dos anos 70, a compreender que o modelo de crescimento económico não era aplicável aos países que se encontravam em situação de extrema pobreza, e começam a partir de então, a sugerir outros modelos de desenvolvimento, destacando-se o desenvolvimento baseado na

satisfação das necessidades fundamentais dos mais pobres, o qual é igualmente considerado como influenciador do desenvolvimento local.

Corroborando o autor, Reis (2012) enaltece o papel do território bem como dos recursos endógenos “a política económica baseia-se numa teoria que propõe que o crescimento não tem que ser necessariamente polarizado, mas que pode ser difuso e propõe-se desenvolver um território, utilizando o potencial existente nele próprio” (p.159).

O território possui uma vasta gama de recursos que, explorados devidamente e de forma integrada e coesa, podem provocar um maior desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações.

Assim, o desenvolvimento local pressupõe uma relação direta entre o território e os seus recursos, visto que a disposição dos recursos num determinado território poderá ditar o tipo de intervenção que o homem poderá efetuar tendo como base as suas prioridades.

Amaro (2001) relaciona o conceito de desenvolvimento local com o de desenvolvimento comunitário, considerando que o primeiro deriva do segundo, sendo o desenvolvimento comunitário um conceito amplamente trabalhado nas Nações Unidas e traduzido por vários escritos e várias tentativas de aplicação, o que de certa forma, mantém os dois conceitos intrinsecamente ligados um ao outro, não sendo possível, falar de um conceito, sem referenciar o outro.

Ambos os conceitos, tem como espaço de atuação o meio local, e usam como matéria prima, os recursos endógenos.

Carvalho (2009) enaltece a dimensão e o protagonismo assumido pelo meio local na promoção de mudanças na qualidade de vida. É um meio de mudanças, onde ocorrem diversas interações com um objetivo único de melhorar a qualidade de vida das populações.

Segundo Amaro (2001), desenvolvimento local "é o desenvolvimento a partir das regiões, das comunidades e dos grupos mais desfavorecidos" (p.162).

Este conceito, ao considerar o desenvolvimento a partir das regiões, traz uma nova abordagem, relacionada com a completa autonomia destas, o que de certa forma traz alguma esperança para os países, sobretudo os mais pobres.

O desenvolvimento local pressupõe a identificação dos problemas locais e a disposição de soluções para fazer face aos mesmos. Portanto, a participação e envolvimento comunitário na tomada de decisões é fundamental neste processo. É um processo aturado, que requer um planeamento minucioso e integrado.

Na conceção de Carvalho (2009), desenvolvimento local "é um processo endógeno, geralmente assente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida das populações" (p. 81).

É um processo que envolve a mobilização e participação ativa dos agentes locais, na determinação das prioridades de uma coletividade e criação de sinergias para o alcance do bem-estar.

Assim, para que o desenvolvimento local ocorra de forma efetiva deve colocar as pessoas no centro das suas atenções, procurando maximizar os seus benefícios.

Segundo Albino & Leão (1997), o desenvolvimento local aparece como uma consequência da ineficácia e desadequação de políticas económicas. Aparece, de dentro para fora, por necessidade das comunidades rurais situadas á margem das grandes políticas económicas, aparentemente sem possuírem os recursos necessários ao desenvolvimento, pelo menos segundo o sistema económico que os define e que determina o seu valor e, com o objetivo de evitar/combater a marginalização e o declínio a que são condenadas.

O desenvolvimento local, tal como referido anteriormente, para que produza os efeitos esperados, deve partir de dentro para fora, visto que políticas e estratégias traçadas a níveis mais altos podem não coincidir com as reais necessidades e prioridades das populações, provocando deste modo, a falta de interesse por parte dos que deviam ser os principais protagonistas no processo, as populações locais.

Como refere Carvalho (2009), o desenvolvimento local enquadra-se numa perspetiva territorial integradora que procura através das diversas iniciativas, valorizar e potenciar os recursos endógenos, com o envolvimento e a participação de todos os agentes envolvidos no processo.

Os processos de desenvolvimento local têm por base o território e a identidade cultural do local e são baseados na valorização dos recursos locais nas suas diferentes formas. São evolutivos, podem e devem ser ajustados em andamento, Albino & Leão (1997).

Assim, a unicidade e singularidade dos territórios faz cada um diferente do outro, o que justifica o facto de as necessidades e prioridades variarem no espaço e no tempo, havendo deste modo, necessidade de se reajustar as estratégias e planos de desenvolvimento local com o decurso do tempo.

Nesta visão de desenvolvimento local, a melhoria das condições de vida da população, sendo uma das partes integrantes do processo e um dos objetivos, é importante. Mas é igualmente importante a participação e consciencialização dos elementos da comunidade e do exterior num processo coletivo e de estabelecimento de relações. (Albino & Leão, 1997).

Nestes termos, pode-se referir que o desenvolvimento local é um processo que procura ir ao encontro das necessidades de todas as populações em todas as nações do mundo, sem distinção racial, económica, e da posição socio cultural, e que as comunidades locais são os principais protagonistas.

É, portanto, um modelo que encara o meio local como sendo um meio onde deverão ocorrer várias inter-relações com uma finalidade única: identificação de problemas e necessidades, e busca de soluções e melhorias contínuas na qualidade de vida.

Relativamente ao acima exposto, Amaro (2004), considera que o Desenvolvimento Local exprime fundamentalmente:

"o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas" (p. 20).

Por outro lado, partindo do pressuposto de que a comunidade local tem o pleno domínio daquilo que são as suas necessidades, aspirações e prioridades, bem como o conhecimento íntegro da disposição de recursos locais, torna-se evidente que esta assumira um maior protagonismo na busca de soluções para os problemas coletivos.

O processo de desenvolvimento preconiza que cada espaço social, de forma autónoma e participada, deve assegurar uma relação aberta com a região onde se insere, em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias são condição essencial (Reis, 2012), o que pressupõe o exercício, pelas comunidades, de ações de cidadania e participação.

Assim, o meio local é tido como um meio em que são identificados os problemas e igualmente são dinamizados os recursos humanos, naturais, culturais entre outros, com vista a solução de tais problemas.

Na perceção de Mergulhão e Rita (1997), os recursos endógenos, por mais ricos que sejam, só por si não serão suficientes para sustentar um processo de desenvolvimento coerente, se não for acompanhado dos investimentos adequados.

O desenvolvimento local deverá ser visto como um processo que procura articular os recursos endógenos e exógenos, de forma sustentável, com vista a atingir um desenvolvimento integrado, que melhore a qualidade de vida, em todos os domínios (Carvalho, 2009).

É, portanto, um processo que deve procurar assegurar uma melhoria contínua da qualidade de vida das populações, ao mesmo tempo que preserva os recursos patrimoniais locais.

1.2.6 Turismo e desenvolvimento local sustentável

A agenda 2030 da Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, prevê o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das populações em três dimensões: Económica, social e ambiental.

O turismo tem um papel fundamental no alcance destas metas, pois representa um dos maiores sectores responsáveis pelo desenvolvimento sócio económico regional,

mundial e global, através da criação de emprego e oportunidades de geração de rendimentos para as comunidades locais.

Por seu turno, o meio local tem sido convocado a constituir-se como sendo um meio onde ocorram mudanças, sobretudo relativas à melhoria contínua da qualidade de vida das populações, através da identificação das necessidades e prioridades locais e articulação dos recursos localmente disponíveis, e os saberes das comunidades locais para encontrar soluções aos problemas ora identificados, bem como na compatibilidade entre ambiente e desenvolvimento. Assim, o turismo tem sido uma das atividades econômicas que se têm estudado como aplicáveis nesse novo modelo de desenvolvimento, quando se aponta o turismo sustentável como uma alternativa viável, economicamente capaz de diminuir os impactos ambientais e sociais acelerados com o seu incremento.

A relevância da relação entre turismo e desenvolvimento local baseia-se no reconhecimento do meio local como sendo detentor do potencial endógeno, e o turismo, por sua vez, utilizador deste potencial como matéria-prima para se desenvolver.

Considerando que em termos de recursos, cada território é único e exclusivo, pode-se então afirmar que cada território pode oferecer um leque de produtos e serviços turísticos, diferentes uns dos outros, e por esta lógica, a unicidade e singularidade dos territórios pode definir o seu grau de atratividade e sua competitividade: "a competitividade do setor do turismo está inteiramente dependente da garantia da sua sustentabilidade, a qual se desenha no próprio local, isto é, no território" (Careto & Lima, 2007, p.76).

Ainda, na mesma ordem de ideias, no contexto de desenvolvimento local também se pode considerar que as necessidades e prioridades também variam de local para local, cabendo às populações identificá-los e dinamizar atividades que possam ajudar efetivamente a permitir a satisfação dessas necessidades. "busca-se melhorar a qualidade de vida da população em termos de saúde e educação, bem como gerar emprego e renda no intuito de contribuir para a redução de desigualdades sociais" (Oliveria et al, 2018, p. 158).

Tendo em consideração esta percepção dos autores, o desenvolvimento local também tem como ênfase a equidade social, bem como a valorização das pessoas, colocando-as no centro das suas atenções.

Sobre esta questão, Hanai (2012) aborda que a concepção de desenvolvimento local acontece quando o elemento humano ocupa lugar central no processo e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios (como citado por Oliveira et al, 2018).

Por fim, o desenvolvimento local pressupõe uma relação saudável entre a natureza, a comunidade e as suas culturas, pois utiliza-os como recurso e fator de atração dos turistas.

CAPÍTULO 2 – OBJECTIVOS E METODOLOGIA

Capítulo 2 – Objetivos e Metodologia

Neste capítulo serão apresentados os objetivos deste estudo, a questão de partida e as questões orientadoras, bem como os instrumentos metodológicos.

2.1 Objetivo geral e objetivos específicos da investigação

A presente investigação tem como objetivo geral estudar a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo e específicos, compreender a importância da natureza e da biodiversidade enquanto recursos endógenos; compreender como é que o Parque Nacional do Limpopo concilia os objetivos de conservação com o desenvolvimento local sustentável; e compreender o contributo do turismo para o desenvolvimento local sustentável e consequente melhoria da qualidade de vida das populações.

Partindo dos objetivos deste estudo formulou-se a seguinte questão de partida: Qual a importância da natureza e da biodiversidade enquanto recursos endógenos para o desenvolvimento local sustentável das comunidades residentes no Parque Nacional do Limpopo, através do turismo?

Para operacionalizar a questão de partida foram formuladas um conjunto de questões orientadoras: i) Quais os recursos existentes no PNL e de que formas são aproveitados? ii) Até que ponto as comunidades locais estão consciencializadas sobre os objetivos da conservação da natureza e da biodiversidade? iii) Como é que as comunidades participam no processo de conservação da natureza e da biodiversidade? iv) Até que ponto o PNL incentiva e apoia as comunidades locais na valorização dos recursos endógenos e práticas turísticas sustentáveis? v) Quais os benefícios que as comunidades têm resultantes do seu envolvimento em atividades de conservação da natureza e da biodiversidade? vi) Como tem sido o grau de interação entre PNL e comunidades locais? vii) Qual é o nível de envolvimento das comunidades nas atividades turísticas e outras geradoras de rendimento? viii) Como tem sido a articulação dos diferentes atores na promoção de atividades turísticas e outras atividades geradoras de rendimento? ix) Que benefícios as comunidades locais têm

usufruído provenientes do turismo praticado no PNL? x) Que infraestruturas turísticas o PNL dispõe para o aproveitamento dos recursos endógenos?

2.2 Dispositivo metodológico

Neste ponto são apresentados os instrumentos de recolha e análise de dados utilizados na presente investigação e procede-se à explicitação das amostras dos inquéritos por questionário. O estudo tem carácter misto, quantitativo e qualitativo, recorrendo a uma diversidade de métodos e técnicas no sentido de obter o máximo de resultados.

2.2.1 Instrumentos de recolha de dados

Pesquisa bibliográfica e documental

A pesquisa bibliográfica, efetuada em bibliotecas convencionais e on-line, recaiu sobre livros e artigos científicos e teve como finalidade realizar uma revisão de literatura sobre as temáticas do estudo, com vista à construção do respetivo enquadramento teórico.

Em termos de pesquisa documental, a mesma incidiu sobre documentação institucional como plano de maneio do PNL, plano estratégico da ANAC, entre outros documentos oficiais, com o objetivo de caracterizar o PNL. Para este fim foi também consultada e recolhida alguma informação na imprensa, mormente artigos publicados sobre o grupo e ainda documentos e estatísticas oficiais.

Observação participante e diário de bordo

A observação participante constituiu-se como um instrumento privilegiado, na medida em que permitiu obter muita informação relevante para o estudo, sobretudo para complementar e compreender a informação proveniente dos inquéritos e das entrevistas. Como complemento usou-se o diário de bordo onde foram registadas as informações relevantes obtidas através da observação.

Este instrumento revela-se como uma ajuda preciosa para o investigador uma vez que se torna um importante auxiliar de memória para não perder elementos valiosos, que vão sendo escritos por ordem cronológica, todas as hipóteses, procedimentos, resultados observados ou acontecimentos relevantes que decorreram no processo de

pesquisa (Carmo e Ferreira, 1998).

Entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada “nem é inteiramente aberta – comunicação entrevistador e entrevistado, com carácter informal - nem orientada por um leque inflexível de perguntas e estabelecidas a priori” (Pardal & Correia, 1995: 65). Através dela procura-se, por um lado, obter informação sobre uma determinada situação e, por outro lado, compreender os quadros conceptuais dos interlocutores que disponibilizam a informação.

No presente estudo efetuaram-se quatro entrevistas semiestruturadas: ao Administrador do Distrito de Massingir, ao Administrador do PNL, à Coordenadora do Programa Comunitário do PNL e ao gestor do Turismo do PNL.

Todos os entrevistados tiveram conhecimento da intenção da entrevista, bem como dos objetivos da investigação. As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados, e integralmente transcritas para suporte de texto, o qual se apresenta no anexo 7.

Em termos de conteúdo, as entrevistas debruçaram-se sobre questões constantes dos guiões em anexo, com o objetivo de recolher informações e opiniões que respondessem aos objetivos do estudo (Anexo 1).

Inquérito por questionário

O inquérito por questionário corresponde a um instrumento de recolha de informações rigorosamente padronizado, tanto no texto das questões formuladas como na ordem em que elas são colocadas e permite avaliar as atitudes, as opiniões e os resultados dos inquiridos ou recolher qualquer outro tipo de informação junto dos mesmos (Reis, 2010).

Segundo Quivy & Campenhoudt (1992) o inquérito apresenta como vantagem a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação. “apresenta-se como uma técnica muito importante para o desenvolver do presente estudo, facultando uma “*coleção de discursos individuais*”” (Ghiglione e Benjamin, 2005:3).

Assim, no presente estudo decidiu-se utilizar o inquérito por questionário, uma vez que este possibilitava a obtenção de vasta informação, sobre as temáticas em estudo, num prazo de tempo relativamente curto e permitia a apresentação dos resultados de uma forma estatística e sistemática.

No presente estudo foram ministrados três inquéritos por questionário, a saber: i) à população local (113 inquiridos); ii) aos líderes comunitários (8 inquiridos); e iii) aos turistas (21 inquiridos).

No que se refere ao inquérito por questionário ministrado às comunidades, a sua estrutura foi dividida em três temas: i) Caracterização dos inquiridos; ii) Importância da conservação da natureza e da biodiversidade; iii) Contributo do turismo para o desenvolvimento local. (Anexo 2)

O inquérito ministrado aos líderes locais foi estruturado nos quatro temas seguintes: i) Caracterização dos inquiridos; ii) Caracterização da aldeia; iii) Opinião dos líderes sobre a importância da conservação da natureza e da biodiversidade e seu envolvimento no processo, turismo e desenvolvimento local; iv) Opinião dos líderes sobre o que as comunidades pensam sobre a conservação da natureza e da biodiversidade, o turismo e o desenvolvimento local. (Anexo 3)

O inquérito ministrado aos turistas foi estruturado pelos seguintes temas: i) Caracterização dos inquiridos; ii) Opinião dos turistas sobre o turismo praticado no parque; iii) Propostas de ações para a melhoria do turismo no PNL. (Anexo 4)

Relativamente aos turistas, importa referir que o mesmo foi ministrado a turistas que acederam ao parque através da fronteira de Giriyyondo, o que provavelmente terá tido alguma influência sobre a proveniência dos visitantes.

Nos três inquéritos por questionário ministrados, e acima referidos, todas as amostras são não probabilísticas por conveniência dado que se socorreram de pessoas que se encontravam disponíveis para participar e não foram alvo de critérios de aleatoriedade e estratificação, sendo que os resultados não podem ser extrapolados, embora permitam retirar conclusões relevantes.

2.2.2 Instrumentos de análise de dados

Análise bibliográfica e documental

A bibliografia e documentação que serviram de base ao estudo foram objeto de análise bibliográfica e documental simplificada.

Análise de conteúdo

Esta técnica de análise tem por base a inferência de conhecimentos, descrição e compreensão dos fenómenos para fazer o investigador chegar à sua explicação, previsão ou conclusão, sobre o objeto de estudo; mas esta técnica necessita do seu cruzamento com outras, para validar os conhecimentos (Carmo e Ferreira, 1998).

De forma a transformar a informação recolhida através das entrevistas semiestruturadas e de acordo com os objetivos traçados, foram criadas grelhas de análise de conteúdo. Em função das dimensões e objetivos do estudo, definiram-se temas, categorias e subcategorias estruturados numa única grelha de análise de conteúdo conjunta das quatro entrevistas (Anexo 5) que permitiram ter uma representação do conteúdo e uma seleção da informação através das unidades de registo. Numa fase posterior privilegiou-se uma abordagem de tipo descritivo contendo os resultados da análise efetuada.

Análise estatística

Para o tratamento da informação recolhida através dos inquéritos por questionário, aplicados, recorreu-se a uma análise estatística descritiva. Esta foi realizada com recurso ao programa de análise estatística *IBM SPSS Statistics* (Statistical Package for the Social Sciences) tendo-se procedido à interpretação, descrição e análise dos dados numéricos através da criação de gráficos.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

**CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO
LIMPOPO**

3. O Parque Nacional do Limpopo – Caracterização ¹

3.1 Proclamação e Objetivos

O Parque Nacional do Limpopo foi proclamado através do Decreto 38/2001, de 27 de novembro. A proclamação desta área outrora classificada como Coutada 16, pela portaria 22 357, de 23 de agosto em 1969, foi feita com base nas suas características ecológicas, diversidade de ecossistemas, espécies endémicas e espécies ameaçadas de extinção, por forma a reforçar a proteção e conservação dos recursos naturais existentes naquela área, e para garantir a continuação dos processos ecológicos e preservação dos valores naturais.

Através do mesmo decreto (38/2001, de 27 de novembro), numa faixa de 5 km confinante a oeste com o rio Limpopo, foi estabelecida, uma zona tampão, visando a utilização múltipla dos recursos naturais nela existentes.

3.1.1 Objetivos Primários do PNL

Parque Nacional é uma área de conservação total, de domínio público do estado, delimitada, destinada a propagação, proteção, conservação, preservação e manejo da fauna e flora bravias, bem como a proteção de locais, paisagens ou formações geológicas de particular valor científico, cultural ou estético, no interesse e para a recreação pública, representativos do património nacional.

São objetivos primários do PNL:

- Manter o carácter natural atual (no sentido natural, quase natural e muito pouco alterado) do PNL e geri-lo como uma área de conservação de importância global, dentro de uma estrutura de intervenção mínima de gestão, assegurando ao mesmo tempo, a manutenção e a evolução natural da estrutura e função do ecossistema;
- Assegurar a integração do PNL na estrutura do planeamento do PTGL e desta forma contribuir para uma gestão sustentável dos recursos naturais da região;

¹ A Caracterização do PNL aqui apresentada tem como principais fontes, o Decreto número 38/2001, de 27 de novembro, o Plano de manejo do Parque Nacional do Limpopo, a lei de conservação número 16/2014, de 20 de junho e o Plano estratégico da ANAC 2015-2024.

- Assegurar a participação das comunidades locais no desenvolvimento e gestão do PNL e assegurar um fluxo equitativo de benefícios para essas comunidades. Tais benefícios, deverão incluir uma partilha equitativa nos desenvolvimentos e operações de turismo, desenvolvimento dos recursos humanos e capacitação, criação de emprego, oportunidades de desenvolvimento de Empreendimentos pequenos, médios e minúsculos (SMME) e melhoramento das condições de vida;
- Desenvolver e gerir o PNL, de acordo com os interesses do povo moçambicano, no que diz respeito a conservação da Biodiversidade e a contribuição para o desenvolvimento socioeconómico sustentável do país e da região;
- Promover um turismo responsável, como um meio de geração de receita para o PNL e como um meio que conduza a um desenvolvimento socioeconómico dentro e a volta do Parque

3.2 Localização geográfica

Com uma área de 1.123, 316 ha, o PNL está localizado a Oeste da província de Gaza, junto a fronteira com Africa do Sul e a sul da fronteira com o Zimbabwe, abrangendo os distritos de Massingir, Mabalane, Mapai e Chicualacuala.

3.2.1 Limites

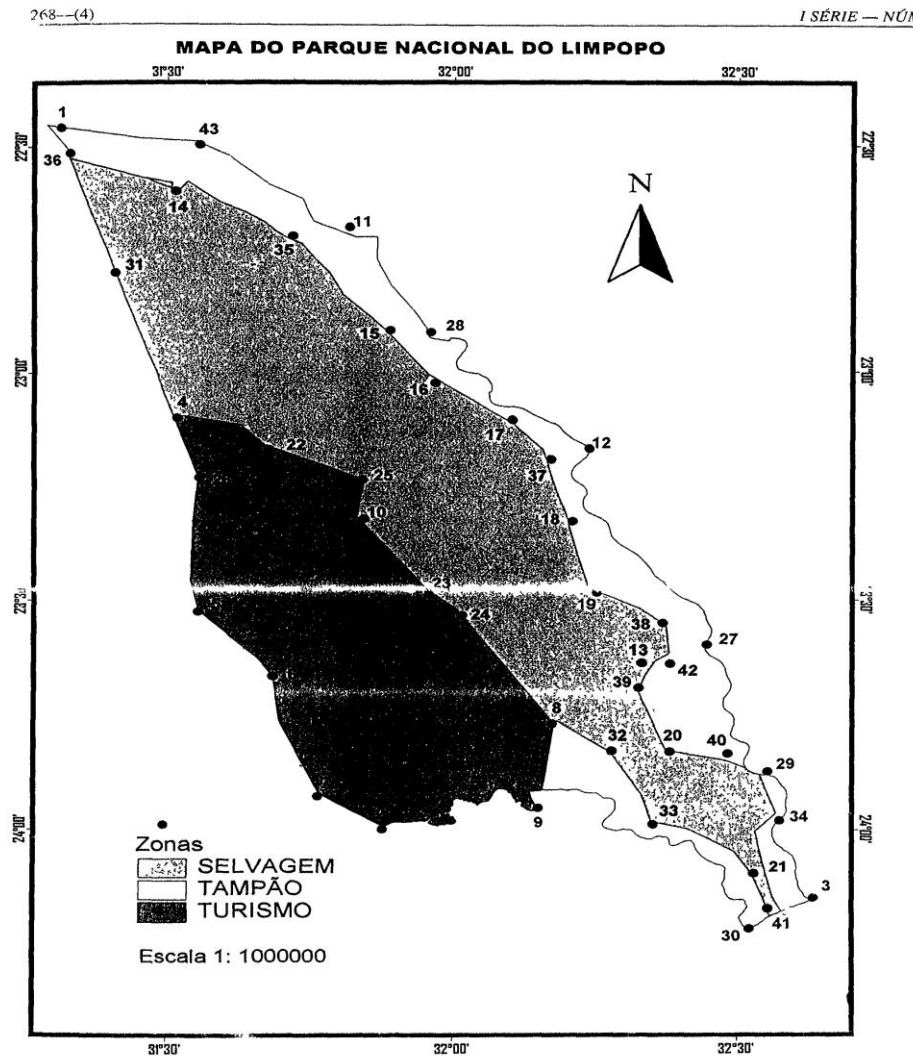
O perímetro oeste do parque é formado pela fronteira com Africa do Sul e estende-se numa direção Norte-Sul por uma distância de cerca de 200km. A fronteira do Zimbabwe é tocada na ponta é mais setentrional da área e daí corre numa direção nordeste.

O rio Limpopo forma o limite este enquanto o rio dos elefantes forma o limite sul. O curso do rio Limpopo é de fundamental importância na determinação da posição física do limite noroeste e um número de fatores relacionados tem de ser considerados. Estes incluem o regime hidrológico do rio, que experimentou uma grande cheia em princípios do ano de 2000 e periodicamente corre com um nível muito elevado. A extensão das cheias de 2000 foi tao grande que o vale ficou cheio, e os limites das planícies alagáveis foram excedidos.

A zona de suporte ou zona tampão do parque estende-se para oeste a partir do rio Limpopo e para Norte a partir do rio dos elefantes, na área de confluência deste com o Limpopo e a barragem de Massingir.

A posição do limite oeste desta zona é até a data, obscura, já que o mapa contido na proclamação reflete certos pontos marcados na planície e alagadiça, enquanto que o texto indica o limite esta 5 km a oeste do rio Limpopo. De qualquer modo, este limite deve ser refinado por uma equipe dedicada, trabalhando em conjunto com as comunidades locais, de forma que o mesmo possa ser convenientemente corrigido. O seu real alinhamento tomará em conta o uso da terra pelos residentes locais.

Figura 1 – Mapa do Parque Nacional do Limpopo



Fonte: Decreto número 38/2001 de 27 de novembro

3.2.2 PNL como parte integrante do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo

Área de conservação transfronteiriça é uma área estabelecida por um instrumento legal e gerida de forma colaborativa, que atravessa uma ou mais fronteiras entre estados, composta por áreas de conservação ou outras formas de uso da terra, que contribuem para a proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, bem como promove o desenvolvimento socio económico.

O PNL é parte integrante do Parque Transfronteiriço do grande Limpopo (PTGL), o qual inclui também o Parque Nacional de Kruger (PNK), na Africa do Sul e o Parque

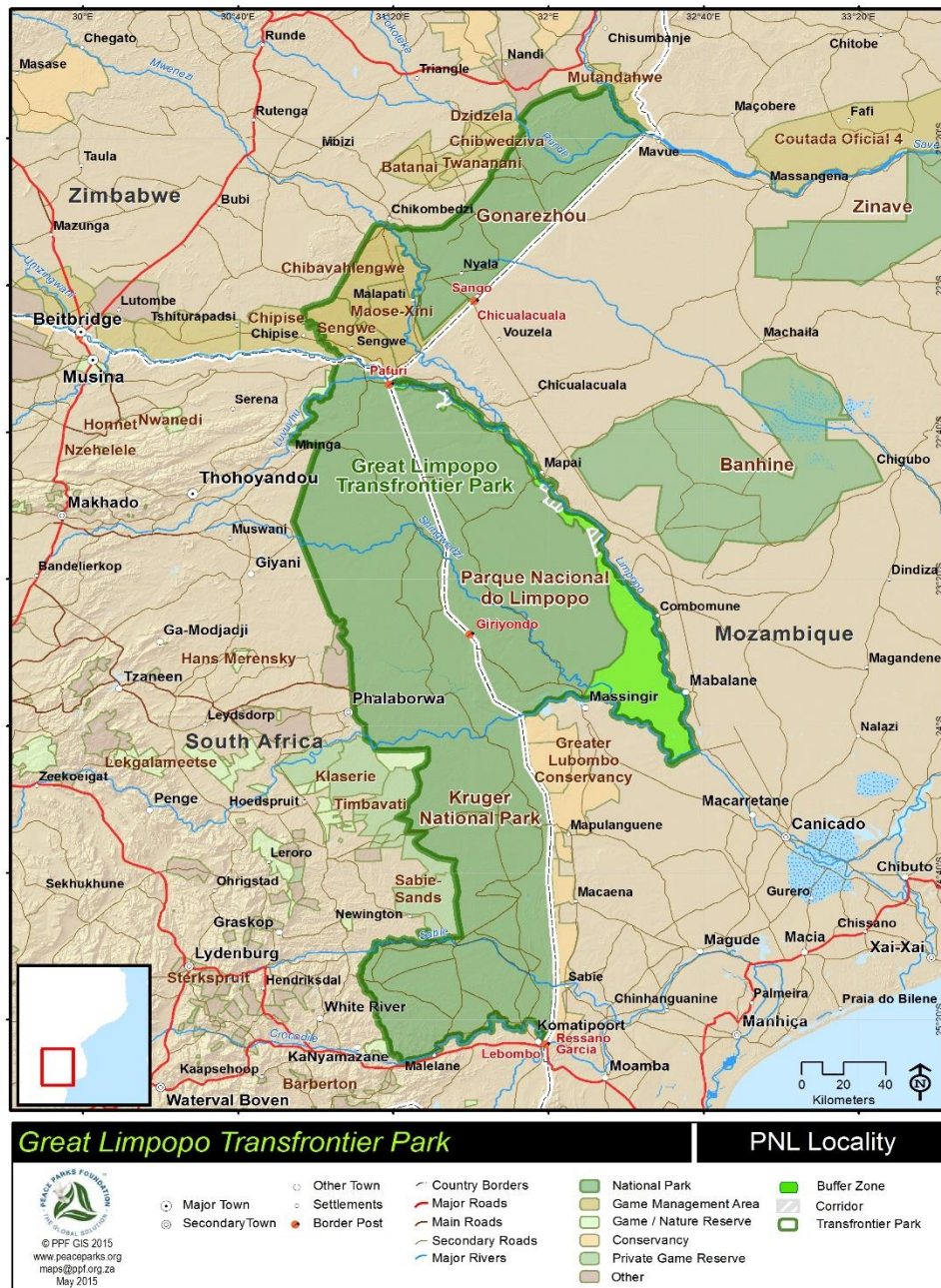
Nacional de Gozarezhou (PNG), no Zimbabwe. Todavia, a visão original para a área e o Projeto Piloto de Conservação de Transfronteira e Reforço Institucional incluía, também, o Parque Nacional de Banhine e o Parque Nacional do Zinave em Moçambique, bem como a terra intersticial entre os parques. O planeamento e desenvolvimento desta grande área faz parte do trabalho em curso, no qual o Governo de Moçambique e várias Organizações não Governamentais e Organização Governativa Internacional estão envolvidas.

A integração do PNL no PTGL, assim como outros parques do país em iniciativas regionais de áreas de conservação transfronteiriças cria e amplia as oportunidades de cooperação neste domínio, e abre espaço para o desenvolvimento de turismo regional e internacional e abrangente, com significados ganhos para o país.

O Parque Nacional do Kruger, situado imediatamente a Oeste do PNL, tem uma relevância importante no planeamento e desenvolvimento desta área, por inúmeras razões, sendo de maior destaque a necessidade de preencher um dos objetivos primários das Áreas de Conservação Transfronteiriças que é o de gerir os ecossistemas de forma holística. O PNK foi, no passado, zoneado como se fosse uma ilha, sem que fossem tomados em consideração os vizinhos de ambos os lados. Atualmente, a visão é baseada na cooperação de modo que ambas as partes harmonizem os seus respetivos planos de gestão e desenvolvimento, com a intenção de melhorar a gestão ecológica da área.

A mesma visão estende-se ao PNG, embora não seja contíguo ao PNL ou PNK, uma vez separado da parte norte do PNK (propriedade da Associação Comunitária de Makuleke e gerido como uma parte integrante do PNK com um contrato com o Parque) por um corredor de terra Tribal, as autoridades do Zimbabwe procuram envolver a população que vive dentro e próximo do corredor, com vista ao planeamento da região e a sua incorporação nas atividades das Áreas de Conservação Transfronteiriças.

Figura 2 – Mapa do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo



Fonte: Plano de manejo e desenvolvimento da zona tampão

3.3 Parâmetros biofísicos

Como acima referenciado, esta área foi proclamada Parque Nacional, baseando-se nas suas características ecológicas, diversidade de ecossistemas, espécies endémicas e espécies ameaçadas de extinção.

O clima é subtropical com verões quentes e húmidos e invernos amenos e secos.

A média das temperaturas máximas diárias aumenta de Sul para Norte, sendo comum temperaturas máximas absolutas acima dos 30°C durante os meses de novembro a fevereiro.

A precipitação média anual diminui de sul para o Norte. Não existem dados precisos da queda pluviométrica no PNL, porém, com base nos dados coletados ao longo de vários anos na área adjacente do KNP, a média anual varia de 360mm parte mais a norte até mais de 500mm no sudoeste do PNL.

As altas temperaturas durante o verão resultam em altas taxas de evaporação que afetam negativamente na eficácia da precipitação.

Em termos de biologia de conservação, as características climáticas chaves do Parque são as baixas e altamente variáveis quedas pluviométricas, com períodos regulares de seca e variações extremas de temperaturas dentro e entre as estações.

Em termos hidrográficos, o PNL é dominado pelos rios Limpopo, dos elefantes e em menor grau o Shingwedzi, sendo o maior o rio Limpopo. É caracterizado por uma cobertura extensa de areia ao longo de um eixo noroeste/sudeste. A existência de uma barragem na região contribui para a regulação do fluxo do rio dos Elefantes. Os três cursos de água são permanentes, mas os seus afluentes só levam água nas épocas de chuvosas.

No parque predominam solos arenosos no interior, com extratos de solos hidromórficos fortemente influenciados pelo rio dos Elefantes.

É composto por unidades de paisagens como sejam: planícies arenosas, planícies calcílicas com savana de arbustos de mopane, matas de mopane, savana arborizada e planícies aluviais.

3.4 Património natural

3.4.1 Flora

No que respeita a flora, o PNL está inserido dentro da vegetação de Mopane da Região Sudano-Zambeziana 1 e corresponde a mata tipo 15 de Acocks, mata de Mopane 2.

Em termos de determinantes ecológicas, a disponibilidade de humidade é o fator principal na determinação da composição e distribuição espacial da vegetação.

No PNL são conhecidos um total de 15 comunidades distintas de plantas, cujas suas diferentes combinações podem ser agrupadas em 10 paisagens que pertencem a 5 alianças paisagísticas.

3.4.2 Fauna

Relativamente à fauna, constitui património do PNL o seguinte:

- Quarenta e nove espécies de peixes, sendo que três espécies merecem um estatuto especial de conservação, devido à sua raridade e distribuição limitada, sendo esses, os dois pequenos habitantes sazonais das lagoas, *Nothobranchius orthonotus* e *Nothobranchius rachovii*, bem como o peixe com pulmões *Protopterus annectens*;

- Trinta e quatro espécies de rãs. O Pyxie dos terrenos arenosos, *Tomopterna krugerensis*, foi descoberto dentro do Parque Kruger e tem a principal área de distribuição dentro da área do Parque de Transfronteira, embora tenha sido também registado no Kwazulu - Natal, na Africa do Sul;

- Pelo menos 116 espécies de reptéis são conhecidos no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. De entre elas, existem duas espécies quase endémicas: *Nucras caesicaudata* (lagarto das areias com cauda azul) e *Monopeltis decosteri* (lagarto de De Coster de nariz em espátula);

- Um total de 505 espécies de aves, a partir do Parque Nacional Kruger, mas prevê-se que possa ser encontrado no PNL um pequeno número de espécie adicionais;

- São conhecidas 147 espécies de mamíferos na área, das quais, nenhuma é endémica. No entanto, para além de uma população localizada em redor de Pretoria na Africa do Sul, a toupeira dourada de Juliana, *Amblysomus juliana*, é apenas conhecida a partir de uns poucos espécimenes colhidos na área de Pretoriuskop no KNP. Atualmente, o KNP é também uma das únicas áreas do mundo que possui populações viáveis do cão selvagem *Lycaon pictus*, tendo perto de uma população de 300 indivíduos no total;

- A população de 3 000 rinocerontes brancos *Ceratotherium simum* presentes no KNP é a maior de todas ao nível mundial, enquanto que os 300 rinocerontes pretos *Diceros bicornis* ocupam o segundo lugar. Ambas espécies estão a aumentar significativamente e o aumento da livre circulação para dentro de Moçambique e Zimbabwe irá melhorar a conservação destes animais ameaçados, tal como será para os ameaçados cães selvagens;

- Uma nova espécie de morcego *Eptesicus* ainda não descrita é conhecida no KNP.
- É conhecido ainda um número de espécies raras de antílopes representando grupos genéticos únicos estão também, largamente localizadas dentro da TFCA, tais como a matagaica, *Hippotragus equinus*, a pala – pala, *Hippotragus niger* e o damalisco *Damaliscus lunatus*.

Dos mamíferos existentes no PNL, destacam-se elefantes, búfalos, pala-palas, girafas, cabritos do mato e leões.

3.5 Ocupação humana

3.5.1 Breve história da população e antecedentes socio-económicos e culturais

Na área do PTGL, os primeiros habitantes foram os caçadores e colectores San. Há 800 anos entraram na região os cultivadores e ferreiros Bantu, os quais foram desalojando gradualmente os san.

Moçambique possui uma situação geográfica no mundo bastante vantajosa e estratégica para o desenvolvimento de atividade comercial com povos e nações de diferentes partes do globo. Foi a partir deste privilégio geográfico e do conhecimento da existência de recursos naturais, que o território que é hoje conhecido como Moçambique foi sucessivamente visitado pelos árabes, indianos, chineses e europeus durante a fase pré imperialista no quadro das trocas comerciais (Ombe e Fungulane, 1996).

Devido a este fator, e com a dominação colonial, foram criadas várias rotas comerciais, o que possibilitou a penetração, na região, de várias tribos, sendo que atualmente, a tribo predominante no PNL é Shangana/Tsonga.

Os impactos das trocas comerciais estenderam-se igualmente para as espécies biológicas, tendo sido exercida uma forte pressão sobre os animais bravios, o que conduziu ao estabelecimento de áreas protegidas em Africa, e posteriormente em Moçambique.

Devido à guerra civil em Moçambique, muitas pessoas movimentaram-se para fora do PNL, causando uma enorme rutura social. Após a assinatura do acordo geral de paz, as populações regressaram as áreas rurais.

No distrito de Massingir, a população quase que duplicou entre 1980 e 1996, sendo que a sua maioria está concentrado em áreas de solos aluviais aráveis ao longo dos rios Limpopo e Shingwedzi.

A densidade da população decresce para montante do rio Shingwedzi a partir de Massingir e as aldeias tornam-se menores a medida que o acesso a cidade, mercados e serviços sociais se torna mais difícil.

Cerca de 27 000 pessoas vivem hoje no parque, em mais ou menos cinquenta aldeias situadas perto dos rios Limpopo, dos elefantes e Shingwedzi.

A maior parte dos habitantes (20 000 pessoas mais ou menos) estão concentradas em 44 aldeias situadas nas zonas de solos aluviais aráveis ao longo da margem esquerda do Limpopo e na margem direita do Elefantes (denominada como zona tampão), e o remanescente das pessoas (cerca de 7000) estão agrupadas em oito aldeias, na zona denominada como Zona central do Parque.

A zona Central do PNL encontra-se próxima do PNK e dos locais de reintrodução dos animais. Dotada de recursos hídricos, a zona onde se situam as aldeias é uma das mais atraentes para os animais, e conseqüentemente para o desenvolvimento turístico, razão pela qual foi desenhado um plano de gestão do PNL que prevê a transferência de uma parte dessas aldeias, o que irá contribuir, não só para aliviar as pessoas do conflito com os animais bravios, como também para a melhoria das suas condições de vida. (Bazin F. & Quesne, G. 2016).

Os limites da zona tampão foram desenhados tendo em atenção a todos os recursos utilizados pelas diferentes aldeias para a prática da agricultura e criação de animais, sendo que a zona tampão incorporou a maior parte da zona de utilização dos recursos. (Bazin & Quesne, 2016)

Em 2013, foi erguida uma vedação na região sudeste do PNL, com a finalidade de reduzir os conflitos homem-fauna bravia, tendo sido incorporado na zona tampão, todo o território situado a sul da vedação. (Bazin & Quesne, 2016).

3.6 Atividades económicas e emprego

Não existem dados sobre os padrões de receitas dentro e à volta do LNP. De qualquer forma a população nas áreas rurais e remotas tais como o PNL, pertencem as camadas

da sociedade mais desfavorecidas, devido a fracas infraestruturas e serviços sociais, distância dos mercados e oportunidades de emprego.

As infraestruturas dentro e à volta do Parque são muito fracas, contribuindo para o fraco potencial de desenvolvimento económico da região. A principal atividade económica na região é a agricultura de sequeiro (p.e., milho, abobora e feijão), complementada pela criação de gado doméstico. A área está numa zona semiárida, caracterizada por solos pobres, exceto os solos aluviais ao longo dos rios e recebe uma queda pluviométrica baixa e imprevisível. Por essa razão, o potencial para uma agricultura viável e sustentável é baixo. Em anos de boa colheita, o excesso de produção é comercializado em Maputo, uma possibilidade reservada à população que vive perto de Massingir e tem melhor acesso e transporte para Maputo. Mais adiante, a montante do Shingwedzi, a comercialização torna-se muito difícil.

Antes da guerra, Gaza era uma área importante de criação de gado e os seus números estão a aumentar novamente com animais tais como galinhas, patos, cabritos e porcos a serem também criados por muitas famílias.

Durante a estação seca, os habitantes locais colhem raízes e tubérculos, mel e frutos silvestres de plantas e árvores. Espécies locais e importadas de árvores, não só providenciam frutos para alimentação e fabrico de bebidas tradicionais, mas também são uma importante fonte de energia lenhosa para a cozinha, uma fonte de materiais de construção (postes e madeira para casas e vedações a volta dos quintais) e é usada para fabricação de carvão para venda nas vilas e cidades, tais como Maputo.

As árvores representam o principal potencial económico para a economia doméstica, uma vez que os produtos florestais podem ser vendidos ou consumidos diretamente. Constrangimentos na produção de árvores incluem a escassez de sementes ou plântulas, solos de baixa qualidade, seca, pestes e terra insuficiente.

A caça para o consumo local tem sido efetuada na área, de forma tradicional, pela população local e a carne de caça constitui uma importante fonte de proteínas. A pesca é também uma importante atividade económica para as comunidades que vivem próximas dos rios e da Barragem de Massingir. A maioria dos habitantes desta área

valoriza bastante a base dos recursos naturais e reconhece a sua importância para satisfazerem as suas necessidades.

O emprego da população local é no geral muito limitado e há poucas atividades de rendimento na região. A migração permanente e sazonal ocorre na área, especialmente de homens jovens, com intenção de obterem emprego em Maputo ou na África do sul. Como consequência, uma grande percentagem de agregados familiares na área, são chefiados por mulheres.

CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação e análise dos inquéritos por questionário

Com o intuito de complementar a informação adquirida nas entrevistas semiestruturadas e da observação direta, durante o trabalho de campo, foram também efetuados inquéritos a alguns grupos de indivíduos julgados relevantes para fornecimento de informação que nos pudesse permitir compreender como é que o turismo praticado no PNL contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, em consonância com a conservação da natureza e da biodiversidade.

Para uma compreensão mais ampla, e para possibilitar a obtenção da opinião de diferentes grupos de pessoas, o inquérito foi distribuído a três grupos: i) Comunidades locais; ii) Líderes locais; e iii) Turistas

4.1.1 Inquérito às comunidades locais

Este inquérito por questionário foi aplicado às comunidades de três, dos quatro distritos que se encontram dentro dos limites do parque, não tendo sido possível contemplar no plano, o quarto Distrito.

Não significando necessariamente que a amostra foi representativa, a ideia foi basicamente colher a sensibilidade das comunidades nos diferentes pontos do Parque, em relação ao tema de estudo, partindo do pressuposto de que a maneira de encarar determinadas situações pode variar de região para região, em função dos hábitos e costumes, e de vários fatores que determinam a diversidade das comunidades.

Neste contexto, no Distrito de Massingir foi identificada a comunidade de Chibotane, onde foram inquiridas 29 pessoas, em Mabalane as Comunidades de Nyimba Yinwe e Chimangue, 58 inquiridos e em Chicualacuala, a comunidade de Pafuri, 26 inquiridos, perfazendo um total de 113 inquiridos.

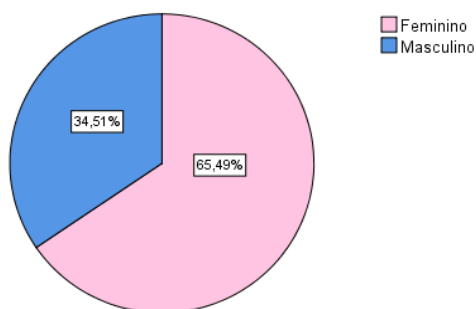
4.1.1.1 Caracterização sócio demográfica dos inquiridos

Neste primeiro ponto apresenta-se a caracterização dos inquiridos, de acordo com os seguintes dados sociodemográficos: Sexo, idade, habilitações literárias, estado civil, profissão, distrito de residência bem como o tempo de residência no PNL.

4.1.1.1.1 Distribuição dos inquiridos por sexo

Relativamente ao sexo, os inquiridos estão distribuídos em 65,49% (n74) do sexo feminino e 34,51% (n39) do sexo masculino, conforme ilustra o gráfico 1, abaixo apresentado.

Gráfico 1. Distribuição dos inquiridos por sexo

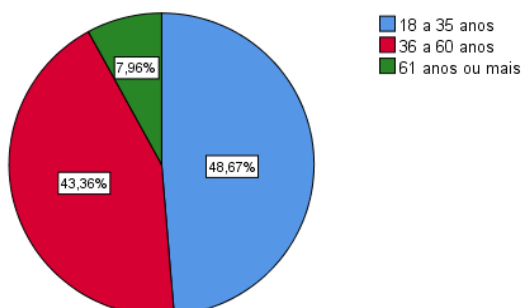


O facto de a maioria dos inquiridos serem do sexo feminino, como mostra o gráfico 1, deve-se ao facto de, na região ser mais frequente encontrar mulheres do que homens, uma vez que o sexo feminino é o mais predominante na região.

4.1.1.1.2 Distribuição dos inquiridos por idade

No que diz respeito à idade, 48,67% (n55) dos inquiridos encontram-se na faixa etária de 18 a 35 anos, seguidos da faixa etária de 36 a 59 anos, com uma percentagem de 43,36% (n49), sendo a mais baixa percentagem, de 60 e mais anos, na ordem dos 7,96% (n9), conforme apresentado no gráfico 2.

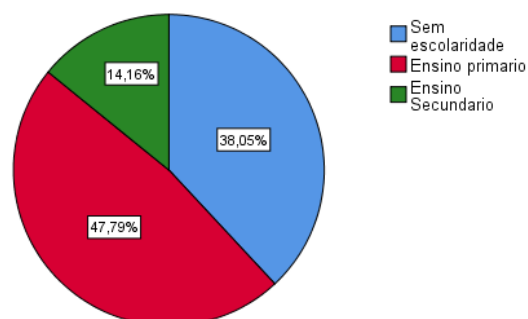
Gráfico 2. Distribuição dos inquiridos por idade



4.1.1.1.3 Habilitações literárias

Dados colhidos no terreno e apresentados no gráfico 3 revelam que, dos 113 inquiridos, 38,05% (n43) não foram à escola. Dos que tem alguma escolaridade, apenas uma percentagem baixa, 14,16% (n16) tem o nível secundário, sendo os restantes 47,79% (n54), com apenas o ensino primário. De referir que nenhum dos inquiridos tem ensino superior.

Gráfico 3. Habilitações literárias

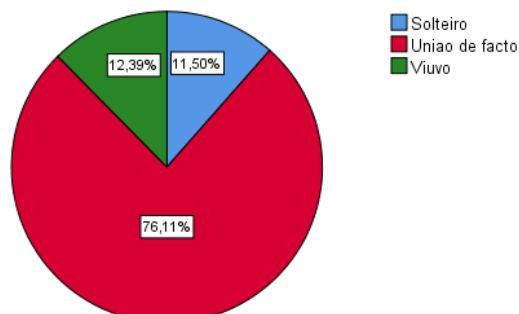


A falta de escolaridade é suscetível de originar situações de vulnerabilidade e condições de pobreza, uma vez que estas pessoas têm menos possibilidades de encontrar um emprego estável, e até mesmo pessoas sem algum nível de escolaridade, podem ter mais dificuldades para conceber ideias e iniciativas com vista a aproveitar os recursos que possam existir localmente, e desenvolver atividades de geração de rendimentos.

4.1.1.1.4 Estado Civil

Em relação ao estado civil, dos 113 inquiridos, a maioria, 76,11% (n86) estão casados em união de facto, enquanto que 11,50% (n13) são solteiros e 12,39% (n14) viúvos, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4. Estado civil

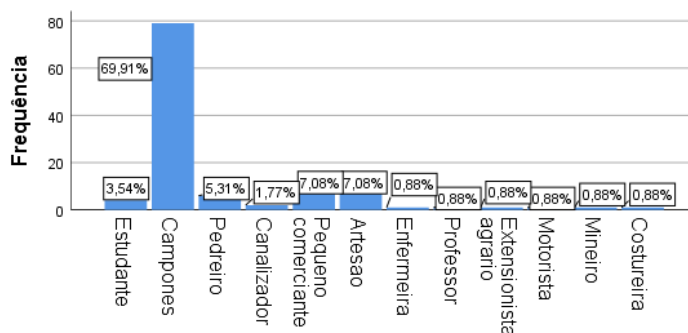


Importa referir que o casamento civil não tem um papel relevante nas comunidades rurais do Norte da província de Gaza, especificamente na zona do PNL, sendo que é mais privilegiado o casamento tradicional, denominado *lobolo*, que consiste na entrega pela família do noivo à da noiva, de certos valores monetários ou em espécie, sendo que, segundo o Governo do Distrito de Massingir (2010), a forma mais comum de lobolo é por meio do gado bovino. Esta forma de casamento à luz do código civil é considerada uma união de facto, daí a elevada percentagem apresentada no gráfico 4.

4.1.1.1.5 Distribuição dos inquiridos por profissão

Dos inquiridos, apenas 3 exercem profissões com remuneração fixa, sendo todos funcionários públicos, 1 professor, 1 enfermeira e 1 extensionista agrário. A grande maioria dos inquiridos, 69,91% (n79) vivem com base na agricultura de sequeiro, 7,08% (n8) estão entre artesãos e pequenos comerciantes. Uma percentagem de 5,31% (n6) corresponde a pedreiros, 3,54% (n4) a estudantes e os restantes, em proporções pouco significativas estão entre mineiros, costureira e motorista.

Gráfico 5. Distribuição dos inquiridos por profissões

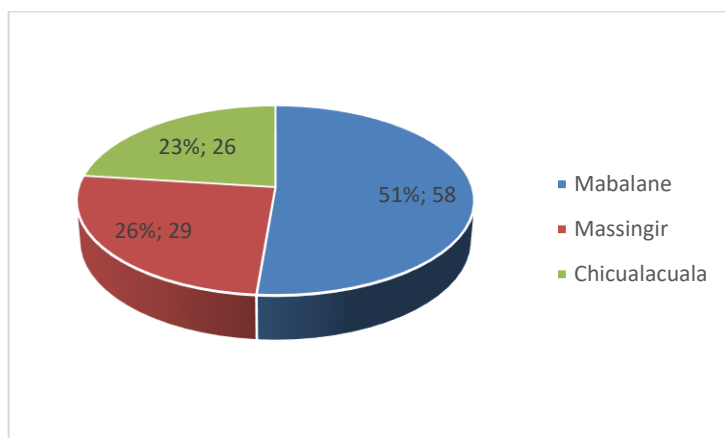


O emprego da população local é no geral muito limitado e há poucas atividades de geração de rendimentos na região, razão pela qual muitos jovens do sexo masculino e homens migram para RSA e Maputo a procura de trabalho (Ministerio do Turismo, 2003).

4.1.1.1.6 Distrito de residência

Como anteriormente referido, os inquiridos estão distribuídos em três distritos, a saber: Massingir, 26% (n29), Mabalane, 51% (n58) e Chicualacuala, 23% (n26), conforme o gráfico 6.

Gráfico 6. Distribuição dos inquiridos por distrito

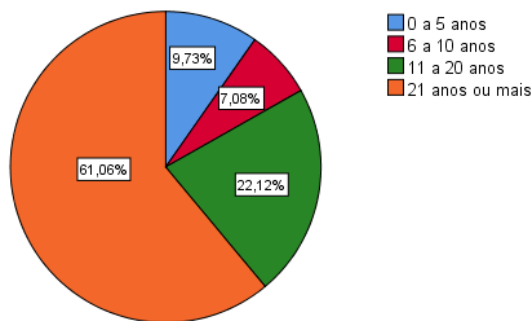


4.1.1.1.7 Tempo de residência na aldeia

Como se pode ver no gráfico 7, dos 113 inquiridos, apenas 9,73% (n11) vivem naquela zona há menos de 5 anos, sendo que a grande maioria, 61,06% (n69), vivem há mais de 20 anos.

Estes dados podem justificar a preservação dos modos de vida tradicionais destas comunidades, uma vez que raramente recebem na região, pessoas provenientes de culturas distintas.

Gráfico 7. Tempo de residência na aldeia

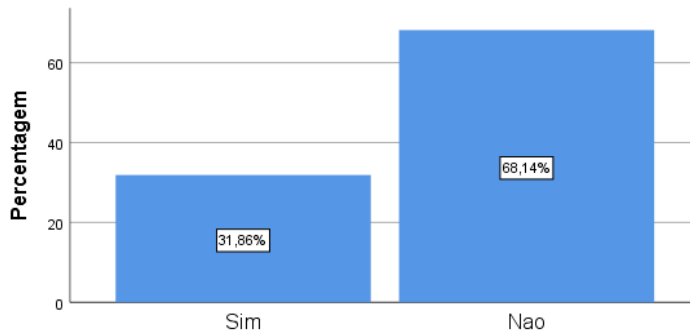


4.1.1.2 Opinião das comunidades sobre o contributo do turismo para a melhoria da sua qualidade de vida, em consonância com a conservação da natureza e da biodiversidade

4.1.1.2.1 Pertence a alguma associação

No que respeita a esta questão, 68,14% dos inquiridos (n77) referiram que não fazem parte de nenhuma associação, enquanto que 31,86% (n36) referiram que pertencem a algum tipo de associação. Importa realçar que no PNL, informações colhidas através de entrevistas formais e informais apontam para a organização da estrutura comunitária em associações, de modo a permitir que em conjunto, as pessoas possam desenvolver iniciativas e projetos com vista a geração de rendimentos, o que significa que as pessoas que não estiverem em nenhuma associação, dificilmente poderão estar contempladas nestas iniciativas.

Gráfico 8. Pertence a alguma associação

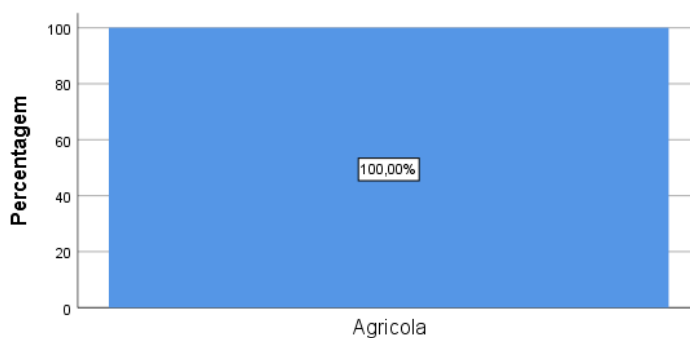


Os dados aqui apresentados podem refletir aquilo que é a realidade da região, em termos de proporção de pessoas abrangidas pelas iniciativas de melhoria das condições de vida proporcionada às comunidades. Daí que se afigure muito importante que as pessoas se organizem em associações.

4.1.1.2.2. Tipo de associação

Como se pode ver no gráfico 9, todos os inquiridos que afirmaram pertencer a algum tipo de associação, 100% (n36), pertencem a uma associação agrícola.

Gráfico 9 – Tipo de associação



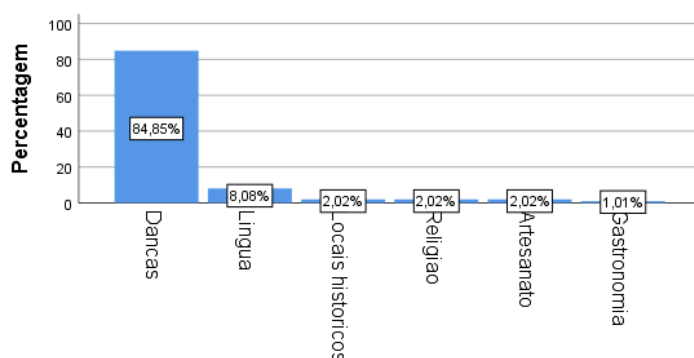
Os dados acima apresentados realçam o facto de que na região, a atividade mais relevante, desenvolvida pelas comunidades é a agricultura.

4.1.1.2.3 Património cultural e identidade

Relativamente ao património cultural e identidade, 12,3% dos inquiridos (n14) não responderam à questão.

Dos respondentes, 84,85% (n84) foram unânimes em considerar as danças como sendo o mais significativo, enquanto que 8% (n8) consideram a língua, o que mais lhes identifica, e os restantes, cerca de 7% (n7) se distribuem em percentagem reduzidas, por locais históricos, religião, artesanato, e gastronomia, conforme ilustra o gráfico 10.

Gráfico 10 – Património cultural e identidade



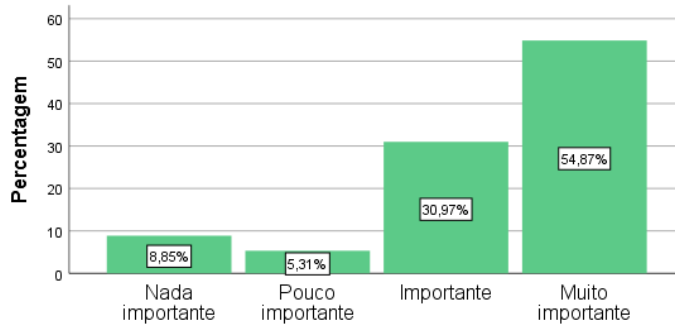
Do ponto de vista cultural e por tradição as danças são praticadas por crianças e mulheres.

4.1.1.2.4 Grau de importância atribuída à conservação da natureza e da biodiversidade

Relativamente à opinião dos inquiridos sobre o grau de importância que atribuem à conservação da natureza e da biodiversidade, a grande maioria destes, 85,84% (n97) tem uma opinião positiva, sendo que dentre estes, 54,87% (n62) consideram que a conservação da natureza e da biodiversidade tem um grau de importância muito relevante (muito importante), e 30,97% (n35) consideram importante.

De seguida, encontram-se 8,85% dos inquiridos, (n10) que não se identificam com a conservação, julgando-a de nada importante, e a percentagem mais baixa, 5,31% (n6) consideram que a conservação é pouco importante, conforme ilustra o gráfico 11.

Gráfico 11 – Grau de importância atribuída à conservação da natureza e da biodiversidade



Relativamente aos inquiridos que consideraram a conservação da natureza pouco ou nada importante, esta opinião pode ter como origem vários fatores como os modos de vida destas comunidades no passado, que tendem a influenciar as gerações atuais, como a caça furtiva nos distritos do Norte da província de Gaza, sobretudo a caça ao rinoceronte no PNL e no Parque Nacional do Kruger (PNK), a falta de oportunidades de emprego, a seca severa na região, aliada à inexistência de atividades económicas para assegurar meios de subsistência. Estes e outros fatores podem justificar o facto de alguns membros das comunidades não se identifiquem com as causas da conservação.

Por outro lado, os conflitos decorrentes da coabitação podem tornar as pessoas inimigas da conservação, optando por dizimar os recursos naturais, como forma de manifestar o seu desagrado perante certas formas de atuação do parque, como a própria literatura também já o refere:

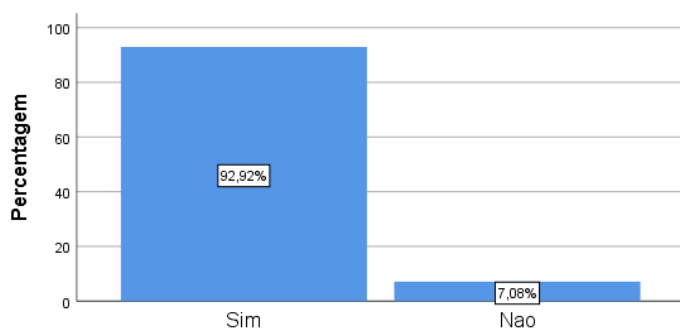
A intensificação da caça furtiva, e a exploração dos recursos florestais que se verifica nos últimos anos, surge como resposta comportamental das comunidades, provocada pelo impacto das políticas de conservação e do modelo de gestão atual que as exclui, interfere na sua capacidade adaptativa e na sua vida quotidiana (Wamir, Tedim & Ntumi, 2017).

Apesar destes fatores que tendem a levar algumas pessoas a reduzir a grande importância que a conservação assume, os dados aqui apresentados, revelam que de uma forma geral os inquiridos têm uma opinião positiva em relação à importância da conservação da natureza e da biodiversidade.

4.1.1.2.5 Participação das comunidades nas atividades de conservação da natureza e da biodiversidade

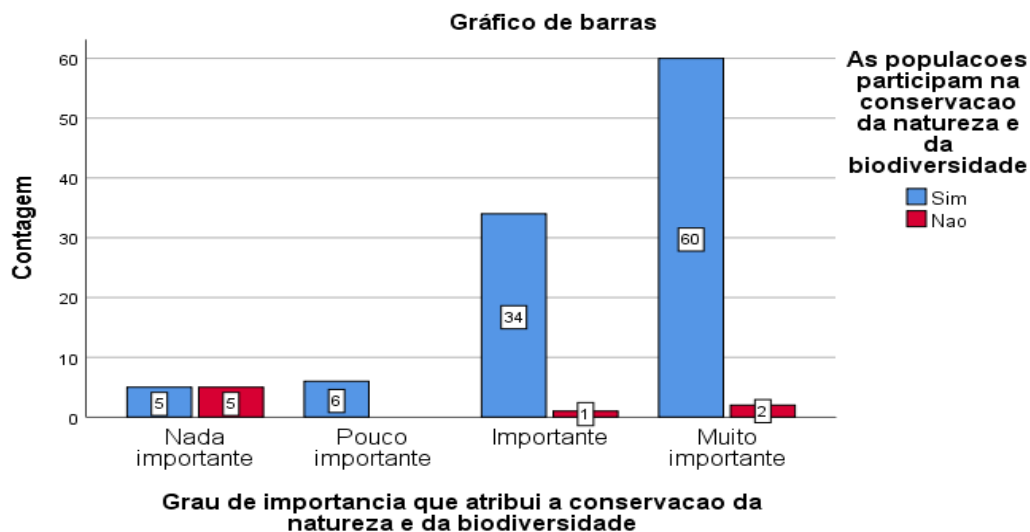
Relativamente à participação das comunidades neste processo de conservação da natureza e da biodiversidade, a grande maioria dos inquiridos, 92,92% (n105) afirma que as comunidades participam nalgum tipo de atividade como forma de apoiar a conservação da natureza e da biodiversidade. Dos inquiridos, apenas 7,08% (n8) consideram que as comunidades não participam no processo de conservação, conforme ilustra o gráfico 12.

Gráfico 12 – Participação das comunidades na conservação da natureza e da biodiversidade



Foi efetuado cruzamento entre as variáveis "As populações participam na conservação da natureza e da biodiversidade" e "Grau de importância que atribui à conservação da natureza e da biodiversidade" de modo a apurar a sua significância de correlação. O resultado indicou haver uma associação estatística significativa, (gráfico 12.1) com um valor de $p = 0,000$, (tabela no anexo 6).

Gráfico 12.1 - Cruzamento entre as variáveis "As populações participam na conservação da natureza e da biodiversidade" e "Grau de importância que atribui à conservação da natureza e da biodiversidade"

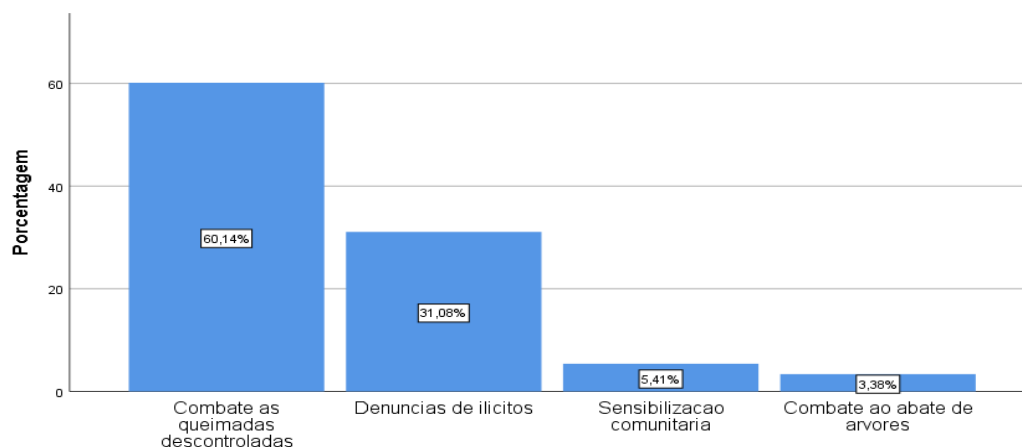


4.1.1.2.6 Ações concretas desenvolvidas pelas comunidades para a conservação da natureza e da biodiversidade

No que concerne às ações concretas desenvolvidas pelas comunidades como forma de participar na conservação da natureza e da biodiversidade, como se pode verificar no gráfico 13, abaixo, o combate às queimadas descontroladas foi indicado pela maioria dos inquiridos, 60,14% (n 89), seguido de denúncias de atos ilícitos, indicado por 31,06% (n46) dos inquiridos.

Alguns inquiridos, 5,41% (n8), apontam também as ações de sensibilização ambiental e os restantes 3,38% (n5) apontam o combate ao abate das árvores como sendo algumas das atividades desenvolvidas pelas comunidades.

Gráfico 13 – Ações concretas desenvolvidas pelas comunidades

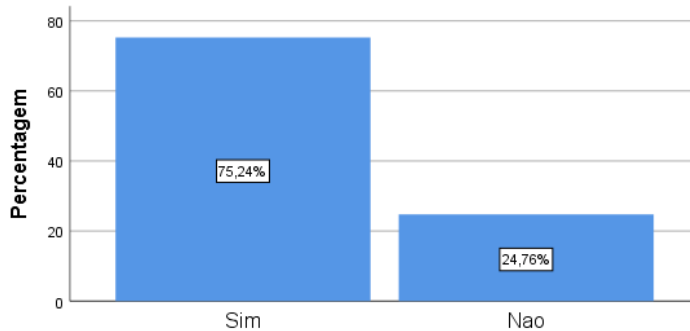


Como se pode ver no gráfico 13, e para validar a informação apurada nas conversas informais, as comunidades são bastante sensíveis às queimadas descontroladas e outras formas de desmatamento. Esta sensibilidade, para além de estar associada às questões de degradação ambiental, está também aliada ao reconhecimento do papel destes recursos para a sobrevivência do gado, enquanto fornecedores de alimento e abrigo para este, de tal forma que em algumas regiões onde decorreu a investigação, inclusive quando acontecem situações de queimadas em que é conhecido o causador, este é obrigado a pagar uma "multa" à comunidade, que geralmente é paga com uma cabeça de gado bovino.

4.1.1.2.7 Participação dos inquiridos na conservação da natureza e da biodiversidade

Relativamente à participação dos inquiridos no processo de conservação da natureza e da biodiversidade, o estudo indica que 75,24% (n79) dos inquiridos desenvolvem algum tipo de atividade em prol da conservação e apenas 24,76% (n26) afirmaram não participar no processo, (gráfico 14).

Gráfico 14 – Participação dos inquiridos na conservação da natureza e da biodiversidade



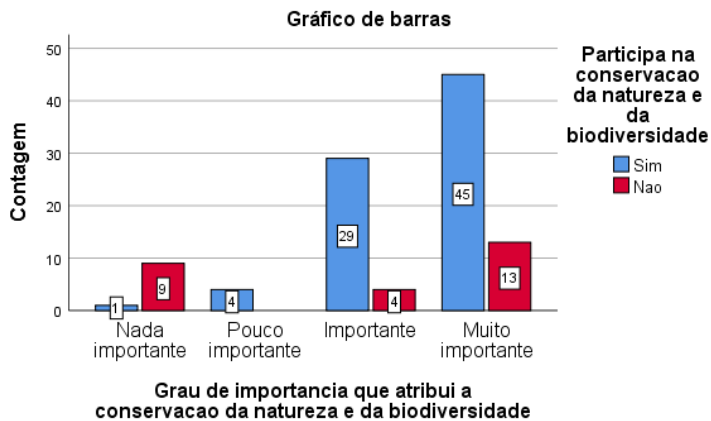
O facto de a grande maioria dos inquiridos desenvolver algum tipo de atividade pode estar relacionado com o grau de importância que atribuem à conservação, uma vez que estes dados condizem com a estatística apresentada em relação à importância que atribuem à conservação da natureza e da biodiversidade (vide gráfico 11).

Sendo que as comunidades estão a aderir à conservação, ainda que não seja de forma suficientemente satisfatória, uma vez que ainda existem alguns membros com tendências contrárias, o facto de a maioria considerar o processo como importante, e a intenção de participarem através de algumas ações concretas, deveria constituir-se como uma oportunidade para a implementação das políticas de conservação, bastando investir continuamente na redução dos conflitos, e na melhoria das condições de vida destas comunidades, construindo um relacionamento de confiança mútua de modo a incentivar que elas continuem a colaborar, a longo prazo.

Por outro lado, a sociedade no seu todo, deveria assumir uma responsabilidade por estas comunidades, como forma de as compensar pelo esforço de conservação de um bem comum.

Foi igualmente efetuado cruzamento entre as variáveis "participa na conservação da natureza e da biodiversidade" e "grau de importância que atribui à conservação da natureza e da biodiversidade" e igualmente, o resultado apresentou uma associação estatística significativa (gráfico 14.1) com um valor de $p = 0,000$ (Tabela no anexo 6)

Gráfico 14.1 Cruzamento entre variáveis "participa na conservação da natureza e da biodiversidade" e "Grau de importância que atribui a conservação da natureza e da biodiversidade"

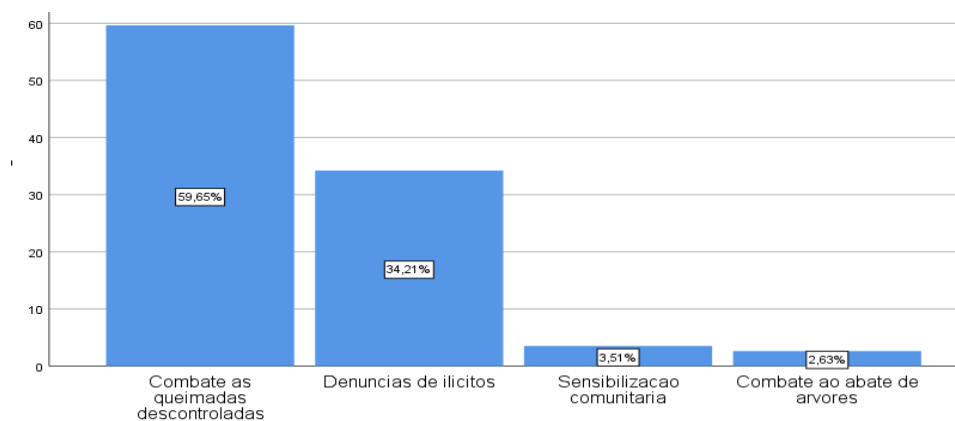


4.1.1.2.8 Ações concretas desenvolvidas pelos inquiridos

No que respeita à participação dos inquiridos na conservação da natureza e da biodiversidade, os inquiridos podiam escolher mais do que uma alternativa de resposta. Nesta questão, a maior percentagem dos inquiridos, 59,6% (n68) referiu que estão envolvidos em ações de combate a queimadas descontroladas, pelos motivos descritos anteriormente.

De seguida encontram-se os que se empenham nas denúncias de atos ilícitos, numa percentagem de 34,2% (n39), sensibilização comunitária, 3,5% (n4) e combate ao abate de árvores 2,6% (n3).

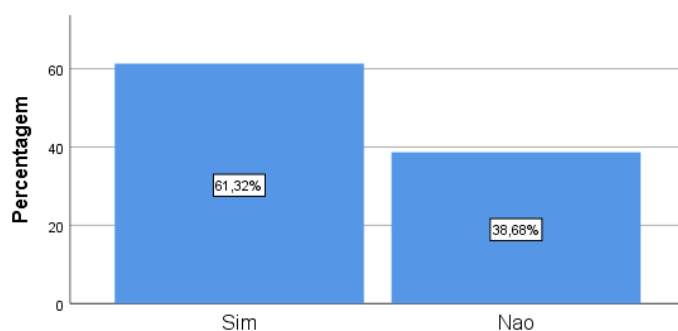
Gráfico 15 – Ações concretas desenvolvidas pelos inquiridos



4.1.1.2.9 Participação das comunidades nas tomadas de decisão

Em relação à questão da participação das comunidades no processo decisório, há alguma diferença na opinião dos inquiridos. Olhando para aquilo que são os números, apresentados no gráfico abaixo (16), estes revelam que 61,32% (n65) dos inquiridos considera que as comunidades são envolvidas no processo decisório, enquanto que 38,66% (n41) considera que não são envolvidas, e 6,1% (n7) não responderam à questão.

Gráfico 16 – Participação das comunidades nas tomadas de decisão



Considerando que a maioria dos inquiridos respondeu que as comunidades participam no processo decisório, pode-se assumir que, embora de forma não completamente satisfatória, como se explicita abaixo, o parque procura envolver as comunidades locais no processo decisório.

Relativamente a esta questão, importa ressaltar a diferença de opiniões por Distritos. Como referenciado anteriormente, as comunidades dos distritos de Mabalane e Chicualacuala, em todas as questões, foram sempre favoráveis ao PNL, diferentemente das do distrito de Massingir. De referir que o estudo decorreu numa altura em que ocorriam certos conflitos entre as partes, que provocavam tensão na comunidade de Chibotane.

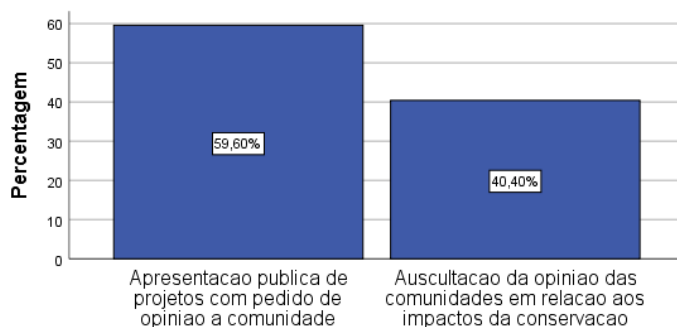
Outro aspeto relevante, relativo a este assunto, obtido através das conversas informais aponta para o maior envolvimento das comunidades em assuntos ligados à gestão dos fundos das receitas, pois neste aspeto, elas são completamente autónomas, porém,

decisões importantes relacionadas com a gestão do parque como tal, poucas vezes as comunidades são incluídas, a título de exemplo, a utilização dos recursos naturais, a introdução de mais animais bravios, entre outros.

4.1.1.2.10 Formas de participação das comunidades na tomada de decisão

No que concerne às formas pelas quais as comunidades participam na tomada de decisão, dos 65 inquiridos que afirmaram que as comunidades participam no processo decisório, 60% (n59) destes indicaram a apresentação pública de projetos com pedido de opinião à comunidade e 40% (n40) indicaram a auscultação da opinião das comunidades em relação aos impactes da conservação. De referir que nesta questão, os respondentes podiam escolher mais do que uma alternativa de resposta.

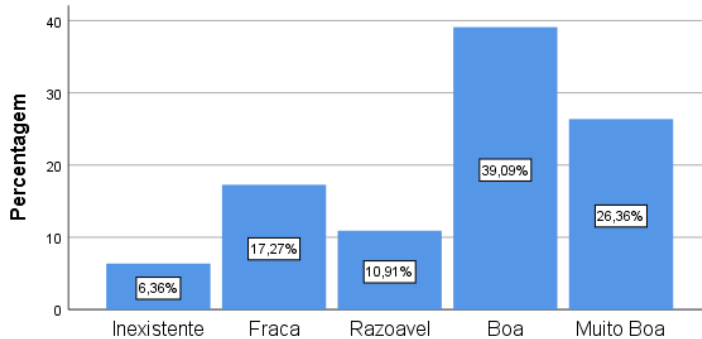
Gráfico 17 – Formas de participação das comunidades na tomada de decisão



4.1.1.2.11 Grau de interação entre o PNL e as Comunidades locais

Em relação ao grau de interação entre o PNL e as comunidades locais, segundo os dados ilustrados no gráfico 18, abaixo, a maioria dos inquiridos considera haver uma boa interação com o PNL dado que no seu conjunto as categorias de "Boa", com 39,09% (n 43), seguida da categoria "Muito Boa", com 26,36% (n 29), perfazem 65,45% (n72) das respostas. De seguida surgem as categorias de "Fraca", com 17,27% (n19), de "Razoável", com 10,91% (n12) e por último a categoria de "Inexistente", com 6,36% (n7).

Gráfico 18 - Grau de interação entre PNL e Comunidades locais



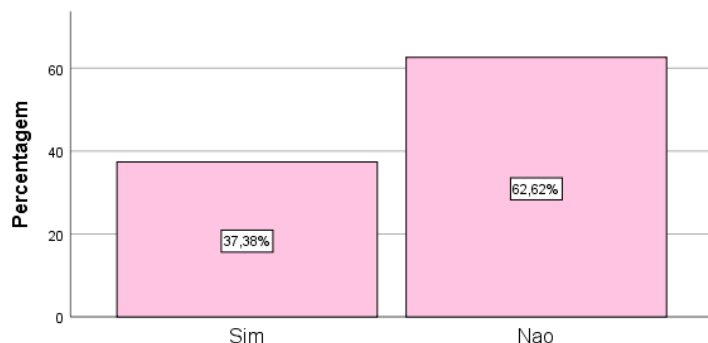
Estes resultados apontam para a existência de uma interação positiva entre as partes, o que se afigura de muito importante para a prossecução dos objetivos desta área protegida, em termos de conservação, bem como para os objetivos ansiados pelas comunidades, ou seja, a melhoria da sua qualidade de vida. Contudo, o facto de existirem cerca de 24% considerando que a interação é fraca, deve constituir uma chamada de atenção às autoridades do parque, no sentido de procurarem melhorias continuas no relacionamento com as comunidades.

4.1.1.2.12. Atividades turísticas ou de geração de rendimentos desenvolvidas pelas comunidades

Relativamente a esta questão, dos 113 inquiridos, 6 optaram por não responder a esta questão, sendo os respondentes 107.

Dos respondentes, 62,62% (n67) afirmam que as populações não desenvolvem atividades turísticas nem outras atividades de geração de rendimentos, e apenas 37,38% (n40) afirmam que sim.

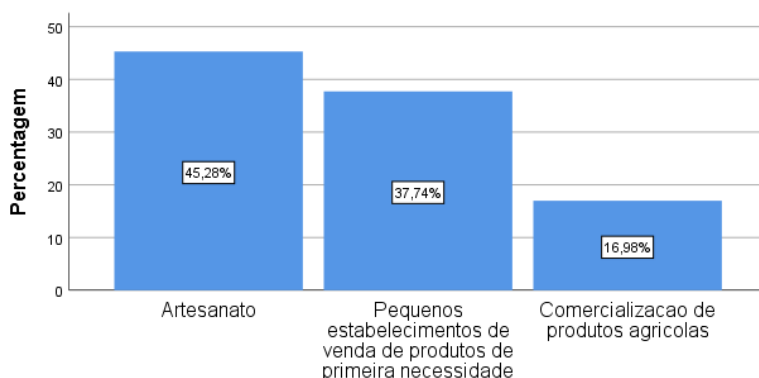
Gráfico 19 - Atividades turísticas ou de geração de rendimentos desenvolvidas pelas comunidades



4.1.1.2.13 Tipos de atividades turísticas ou de geração de rendimentos desenvolvidas pelas comunidades

Dos 40 inquiridos que afirmaram que as comunidades desenvolvem atividades turísticas ou de geração de rendimentos, as atividades por elas indicadas foram, o artesanato, com 45,28% (n24), pequenos estabelecimentos de venda de produtos de primeira necessidade, apontados por 37,74% dos inquiridos, (n20) e por último, 16,96% (n9) apontaram para a comercialização de produtos agrícolas. De referir que a questão permitia que os inquiridos indicassem mais de uma resposta.

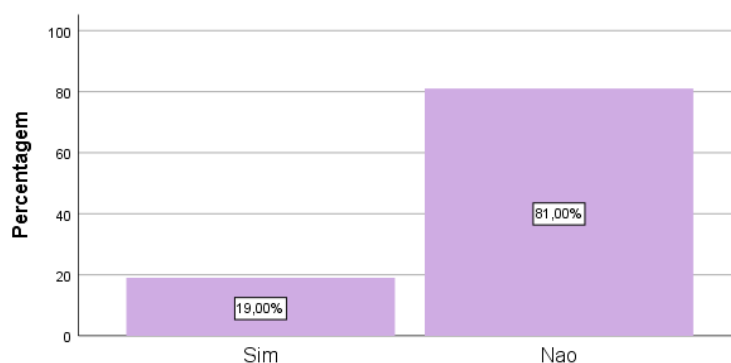
Gráfico 20 - Tipos de atividades turísticas ou de geração de rendimentos desenvolvidas pelas comunidades



4.1.1.2.14 Desenvolve alguma atividade turística ou de geração de rendimentos

Nesta questão, em que se perguntava se os inquiridos desenvolviam alguma atividade turística ou de geração de rendimentos, apenas 100 dos 113 responderam. Dos 100 respondentes, 19% (n19) responderam favoravelmente à questão, enquanto que os restantes 81% (n81) referiram que não desenvolvem qualquer atividade turística nem de geração de rendimentos, conforme mostra o gráfico 21.

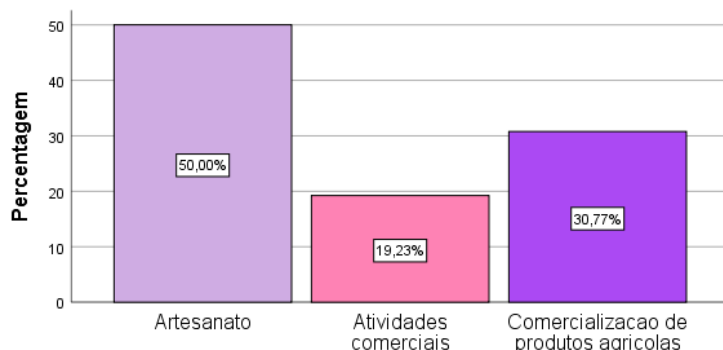
Gráfico 21 - Desenvolve alguma atividade turística ou de geração de rendimentos



4.1.1.2.15 Tipos de atividades desenvolvidas pelos inquiridos

Das três atividades apresentadas como sendo as desenvolvidas pelos inquiridos, o artesanato foi indicado com uma percentagem de 50% (n13), seguido de comercialização de produtos agrícolas, com 30,77% (n8) e por último, atividades comerciais com 19,23% (n5). De referir que nesta questão, os inquiridos podiam escolher mais de uma alternativa de resposta.

Gráfico 22 - Tipos de atividades desenvolvidas pelos inquiridos



4.1.1.2.16 Para além dos projetos em curso com recurso aos 20% das receitas do parque, que outros investimentos acha que poderiam ser feitos

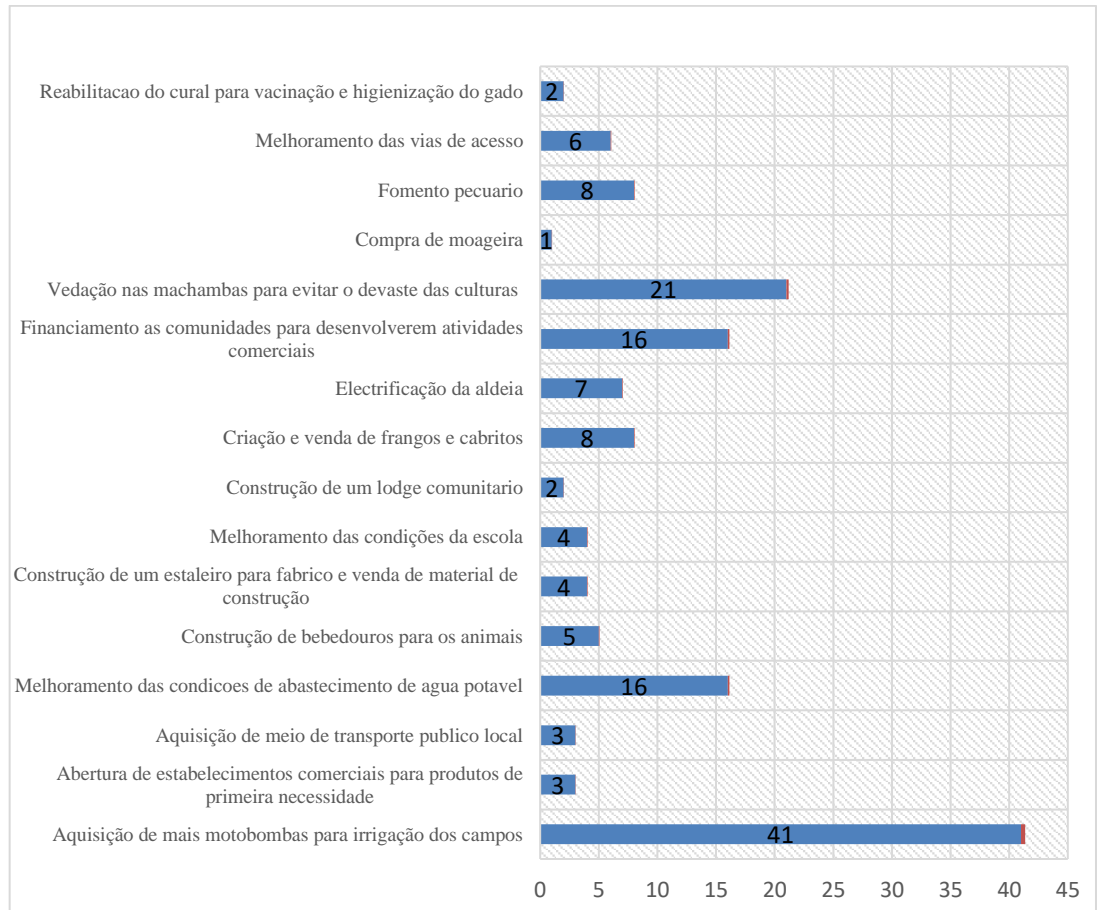
As comunidades residentes no PNL beneficiam de 20% das receitas provenientes do turismo para o desenvolvimento de atividades e projetos geradores de rendimento.

Assim, relativamente à questão, outros investimentos a serem feitos com recurso aos 20% das receitas disponibilizadas pelo parque, os inquiridos apresentaram uma lista de propostas, que na sua maioria constituem necessidades básicas, com mais destaque para investimentos em atividades que garantam a segurança alimentar.

Como se pode observar no gráfico 23, destaca-se, com a mais alta percentagem, 36,28% (n41), sugerem a aquisição de mais motobombas para a irrigação dos campos, seguida de construção de vedação nas machambas para evitar o devaste de culturas pelos animais bravios com 18,58% (n21).

Em terceiro lugar, encontra-se, com a mesma percentagem, o melhoramento das condições de água potável, e o financiamento das comunidades para desenvolverem atividades comerciais, ambas com 14,16% (n16), seguidos de outras atividades, como o fomento pecuário e criação e venda de frangos e cabritos, com 7,08% (n8), eletrificação da aldeia 6,19% (n7), melhoramento das vias de acesso com 5,31% (n6) e ainda outras atividades com percentagens relativamente reduzidas, conforme mostra o gráfico 23.

Gráfico 23 - Para além dos projetos em curso com recurso aos 20% das receitas do parque, que outros investimentos acha que poderiam ser feitos



A apresentação da primeira e segunda propostas, aquisição de mais motobombas para a irrigação dos campos e vedação das machambas, deve-se essencialmente, à questão da insegurança alimentar que se vive na região. Como acima referenciado, a agricultura é a principal base de subsistência das comunidades residentes nesta área, sendo que a maioria depende da agricultura de sequeiro, e tratando-se duma área semiárida, praticamente a segurança alimentar fica comprometida.

Por outro lado, ainda que consigam produzir com os poucos sistemas de irrigação existentes, o esforço muitas vezes é quase nulo, devido ao devaste de culturas pelos animais bravios, o que significa que para além da incerteza que a maioria das comunidades vive (as que dependem totalmente da agricultura de sequeiro), por não saberem se vai chover ou não para terem alimentação, o pouco que conseguem produzir das poucas vezes que chove, incluindo os poucos que usam sistemas de

irrigação, veem-se obrigados a partilhar as culturas com os elefantes e outros animais bravios, o que de certa forma agrava a sua situação de insegurança alimentar e conflitos entre as partes.

Outro aspeto relevante está ligado à falta de água potável. Apesar da análise ser feita de forma geral, importa destacar o distrito de Mabalane, concretamente a comunidade de Chimangue com problemas sérios de falta de água potável. Aliás, nas duas aldeias do distrito onde decorreu a pesquisa (Nyimba Yinwe e Chimangue), não existe nenhum sistema de abastecimento de água potável, sendo a situação mais crítica para a aldeia de Chimangue, devido à distância que a separa do rio, o que obriga as comunidades a percorrerem vários quilómetros ao rio, à procura do precioso líquido.

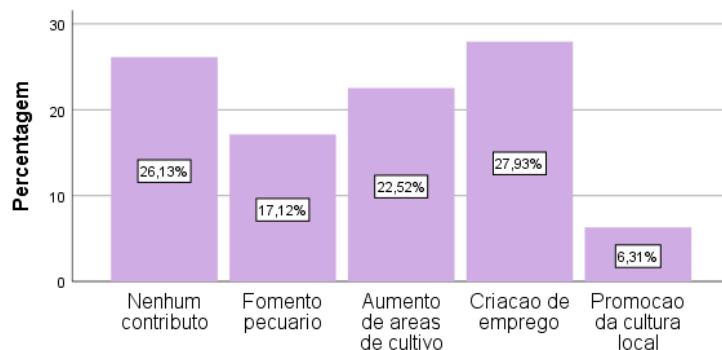
Como se pode ver, as propostas de intervenção apresentadas pelos inquiridos estão quase todas ligadas a necessidades básicas, e muito pouco se fala sobre projetos turísticos ou de geração de rendimento, ou seja, os inquiridos ainda estão longe de pensar nesse tipo de investimentos, estando com as atenções centradas ao básico.

4.1.1.2.17 Em que áreas o turismo praticado no PNL contribui para a melhoria da qualidade de vida das comunidades

No que respeita às áreas em que o turismo contribui para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, segundo ilustra o gráfico abaixo, 27,93% dos inquiridos, (n 31) consideram que contribui pela criação de emprego, 22,52% (n 25) considera que contribui pelo aumento de áreas de cultivo, 17,12 (n19) considera o fomento pecuário e 6,31% (n7) considera que o turismo contribui para a promoção da cultura local. O aumento de áreas de cultivo e o fomento pecuário embora possa parecer que não estão relacionados com a atividade turística, na realidade são objeto de financiamento proveniente das receitas do turismo.

Contrariamente às respostas anteriores, 26,13% dos inquiridos, (n29) considera que o turismo não tem tido nenhum contributo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Gráfico 24 - Em que áreas o turismo praticado no PNL contribui para a melhoria da qualidade de vida das comunidades



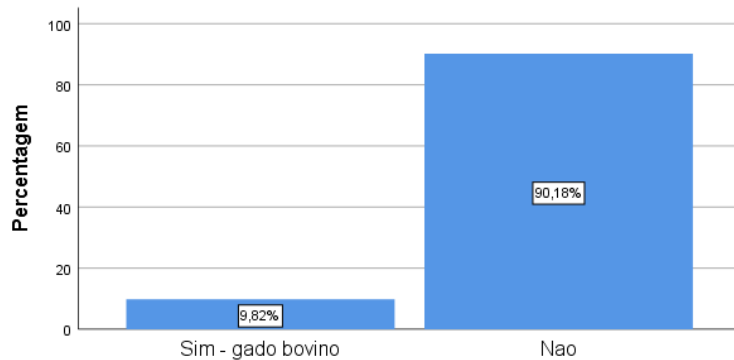
É relevante o facto de cerca de 74% dos inquiridos considerar que o turismo tem um contributo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. No entanto, o facto de existir cerca de 25% dos inquiridos afirmando que o turismo não proporciona nenhum contributo não se deve ignorar.

4.1.1.2.18 Já teve algum benefício direto dos fundos das receitas do parque

Em relação aos benefícios diretos dos fundos das receitas do turismo praticado no parque, dos 113 inquiridos, apenas 9,8% (n 11) afirmaram terem tido um benefício direto, que foi através do fomento pecuário (atribuição de uma cabeça de gado bovino) e os restantes 90,2% (n 101) responderam negativamente, enquanto que 1 não respondeu à questão.

O facto da maioria não ter tido um benefício direto dos fundos das receitas provavelmente terá influenciado os 26,13 % dos inquiridos a considerarem que o turismo praticado no PNL não tem nenhum contributo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, tomando como base os benefícios individuais.

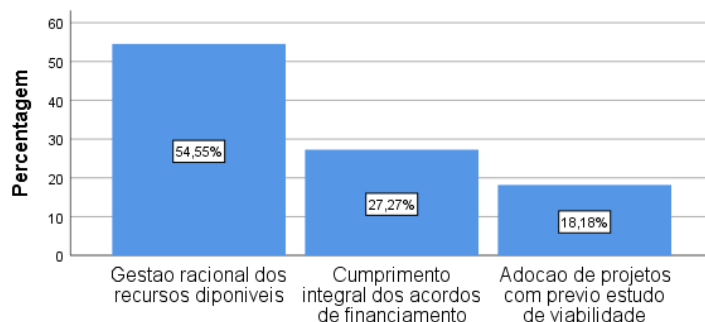
Gráfico 25 – já teve algum benefício direto dos fundos dos 20% do parque



4.1.1.2.19 Como tem contribuído para manter este benefício

Relativamente a manutenção dos benefícios, dos 11 inquiridos que afirmaram ter tido algum benefício direto das receitas dos 20% do turismo praticado no parque, 54,55% (n6) afirmaram que a gestão racional dos recursos disponibilizados é a forma que usam para contribuir para a manutenção desses benefícios, enquanto que 27,27% (n3) contribuem para essa manutenção dos fundos através do cumprimento integral dos acordos de financiamento e 18,18% (n2) privilegiam a adoção de projetos com prévio estudo de viabilidade.

Gráfico 26 - Como tem contribuído para manter este benefício



Apesar de aparentemente todos os inquiridos que responderam positivamente à questão anterior contribuírem para a manutenção dos benefícios, importa referir que informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas e conversas informais, bem

como da observação direta, indicam que ainda há muita fragilidade por parte dos detentores dos benefícios, principalmente devido à adoção de projetos que não são viáveis, ou seja, acabam por investir em projetos que antes de dar frutos, vão à falência.

A título de exemplo, aquando da realização da primeira reunião da assembleia distrital de Massingir, realizada em janeiro de 2019, que contou com a participação da autora deste estudo, onde deveriam ser apresentados os relatórios do ano anterior de prestação de contas da aplicação dos fundos, bem como acompanhar o desenrolar dos projetos e aprovar os próximos projetos a serem financiados, muitas associações apareceram a informar que não tinham tido nenhum rendimento pois tinham investido o dinheiro financiado na compra de gado e este morreu devido à seca. Entretanto, houve algumas associações que apresentaram relatórios satisfatórios, inclusive, aproveitaram o encontro para fazer a devolução dos valores monetários que lhes tinham sido financiados, para a conta mãe (das comunidades), por não necessitarem dessas verbas, o que significa que por si próprias já tinham pernas para andar e entenderam que seria justo devolver essas verbas para beneficiar outros elementos da comunidade.

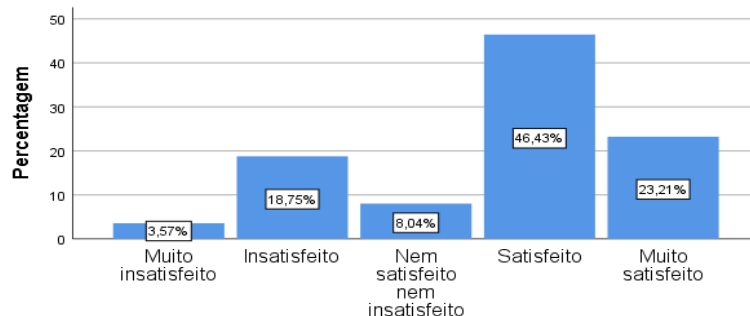
4.1.1.2.20 Grau de satisfação com a existência e atuação do parque

Relativamente ao grau de satisfação dos inquiridos, com a existência e atuação do parque, os dados recolhidos apontam para maior número de pessoas satisfeitas. Dos 113 inquiridos, 1 não respondeu.

Dos 112 respondentes, 46,43% (n53) afirmaram estar satisfeitos com a existência e atuação do parque, e 23,21% (n26) estão muito satisfeitos.

Contrariamente ao acima, 18,75% (n21) estão insatisfeitos, 3,57% (n4) estão muito insatisfeitos e finalmente 8,04% (n9) não estão satisfeitos nem insatisfeitos com a existência e atuação do parque.

Gráfico 27 - Grau de satisfação com a existência e atuação do parque



Olhando para os números apresentados no gráfico 27, pode-se considerar que duma forma geral, os inquiridos estão satisfeitos com a existência e atuação do parque, não se devendo, porém, ignorar a percentagem dos que estão insatisfeitos.

Para esta insatisfação podem ter contribuído, entre outros, os seguintes fatores: os conflitos decorrentes da coabitação e do uso dos recursos naturais, já atrás referido; o facto de 26,13% dos inquiridos considerarem que o turismo praticado no parque não tem nenhum contributo para a melhoria da qualidade de vida, que por sua vez esta relacionado com o facto de o turismo não estar a promover oportunidades de negócios para estas comunidades, referido adiante; e ainda o facto de 38,68% dos inquiridos considerar que as populações não participam na tomada de decisões.

Por outro lado, importa mais uma vez realçar a diferença de opinião e sensibilidade das comunidades por regiões, sendo que estas vai progredindo positivamente a favor do parque, do sul ao Norte do PNL, sendo que de uma forma geral, o distrito de Massingir (comunidade de Chibotane) é pessimista em relação ao tema, seguida da comunidade de Mabalane, que apesar de apontar para alguns aspetos negativos neste processo, considera positivos os impactos da conservação, e por ultimo, a comunidade de Pafuri que é bastante otimista, em relação a esta área de conservação.

Esta divergência de opiniões, pode estar relacionada, como já se referiu antes, com o facto de a recolha de dados ter coincidido com uma altura em que ocorreriam alguns conflitos entre as partes (PNL e alguns membros da comunidade de Chibotane) o que causou um ambiente de tensão por parte da comunidade, de tal forma que tudo o que

lhes fosse perguntado a respeito do parque, a resposta era sempre negativa. Por outro lado, ainda no período da recolha de dados, eram notáveis alguns comportamentos e atitudes de revolta por parte de alguns membros desta comunidade, devido aos já referidos conflitos.

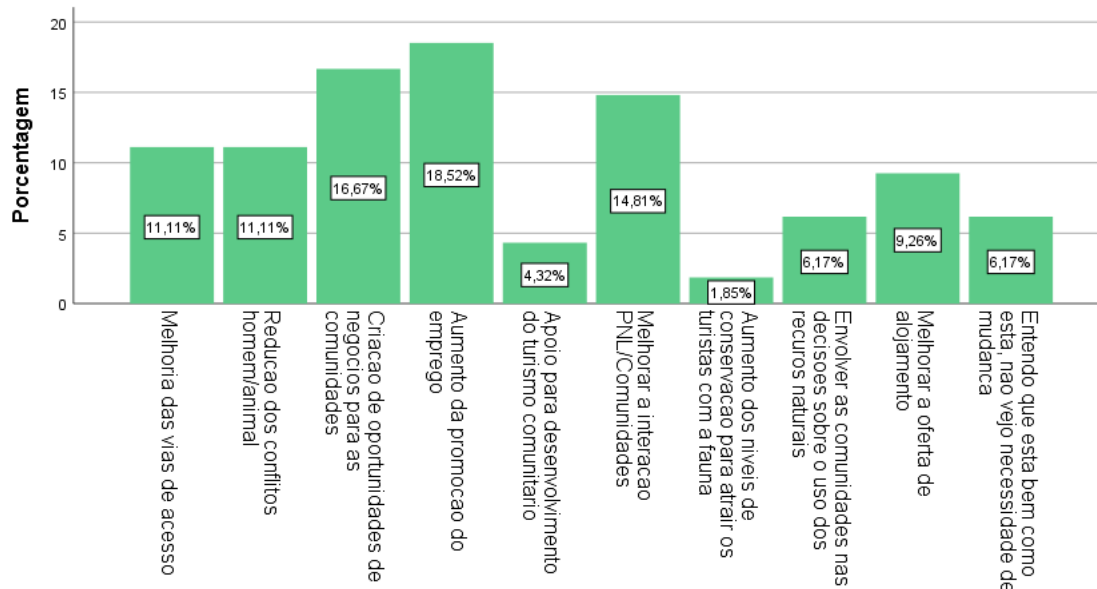
Por outro lado, a medida que se vai subindo para o Norte do PNL, verifica-se que, por natureza, as comunidades vão progressivamente melhorando a sua sensibilidade em relação a vários aspetos da vida social, incluindo a perceção sobre o parque.

Por outro lado, as regiões onde há muita falta de sensibilidade por parte das comunidades pode ser devido aos efeitos da caça furtiva.

4.1.1.2.21 O que acha que deve ser feito para aumentar os benefícios do turismo tanto para o parque como para as comunidades na conjugação do desenvolvimento local com a conservação da natureza e da biodiversidade

Relativamente às propostas conducentes ao aumento dos benefícios para ambas as partes, foram apresentadas pelos inquiridos várias propostas de ações a serem levadas a cabo, a saber: o aumento da promoção do emprego, apontada por 18,52% (n30) dos inquiridos; a criação de oportunidades de negócios para as comunidades, com 16,7% (n27) dos inquiridos; a melhoria da interação entre o PNL e as Comunidades, indicada por 14,81% (n24) dos inquiridos; a redução dos conflitos homem/animal e a melhoria das vias de acesso, cada uma destas apontada por igual percentagem, 11,11% (n18) dos inquiridos, entre outras propostas de ações com percentagens menos significativas, conforme ilustra o gráfico 28, abaixo.

Gráfico 28 - O que acha que deve ser feito para aumentar os benefícios do turismo tanto para o parque como para as comunidades na conjugação do desenvolvimento local com a conservação da natureza e da biodiversidade



Como se pode ver no gráfico, todas as propostas apresentadas pelos inquiridos não fogem dos aspetos acima tratados

A primeira proposta está ligada ao aumento de promoção do emprego, em seguida a criação de oportunidades de negócios. Estas duas propostas estão relacionadas. Sendo que na região há poucas oportunidades de emprego e igualmente poucas ou quase inexistentes atividades de geração de rendimentos, as comunidades veem no parque, uma solução para estes problemas.

4.1.2 Inquérito aos Líderes comunitários

De modo a compreender a perceção dos líderes locais em relação ao objeto em estudo, foi também efetuado um inquérito por questionário, a 8 líderes comunitários, dos quais, 6 do distrito de Massingir, 1 líder do distrito de Mabalane e 1 do distrito de Chicualacuala.

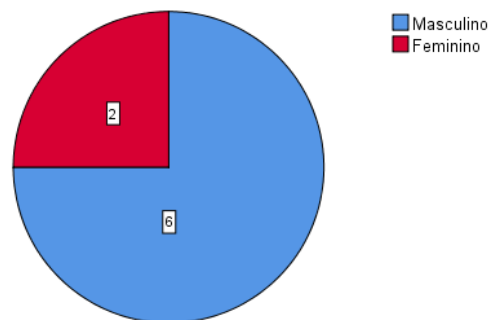
Pode considerar-se que a opinião dos líderes comunitários, na maioria dos casos representa também a opinião dos membros das suas comunidades, tendo em conta que estes conhecem a realidade vivida na sua área de jurisdição, e igualmente exercem influência sobre os membros das suas comunidades.

4.1.2.1 Caracterização socio demográfica dos líderes comunitários

4.1.2.1.1 Caracterização por sexo

Conforme referenciado anteriormente, foram inquiridos 8 líderes, dos quais 6 (75%) homens e 2 (25%) mulheres, conforme o gráfico 29, que se segue.

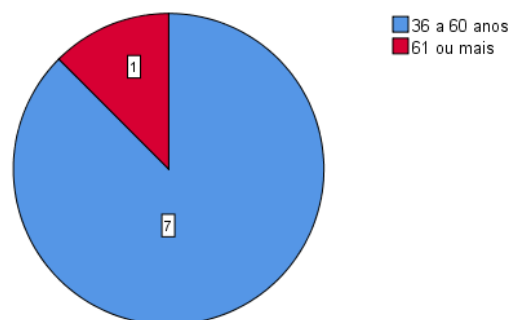
Gráfico 29. Sexo



4.1.2.1.2 Idade

Relativamente à idade dos inquiridos, 7 (87,5%) situam-se na faixa etária dos 36 a 60 anos, enquanto que 1 (12,5%) está na faixa etária de 61 anos e mais, conforme ilustra o gráfico 30, abaixo.

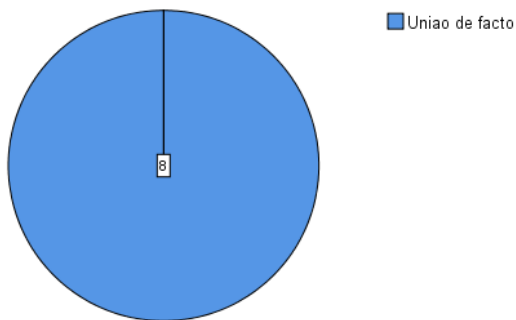
Gráfico 30 Idade



4.1.2.1.3 Estado civil

Relativamente ao estado civil, tal como também referenciado anteriormente, o casamento privilegiado pelas comunidades residentes nestas regiões é o tradicional, sendo que todos os inquiridos estão em regime de união de facto, gráfico 31.

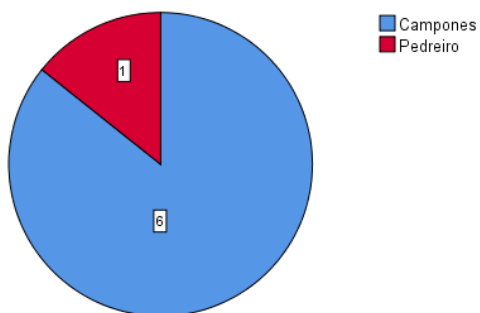
Gráfico 31 – Estado civil



4.1.2.1.4 Profissão

Relativamente a esta questão, dos 8 participantes, apenas 7 (87,5%) responderam, sendo que dos respondentes, 6 são camponeses, e 1 (12,5%) é pedreiro, segundo ilustra a tabela abaixo, gráfico 32.

Gráfico 32 – Profissão

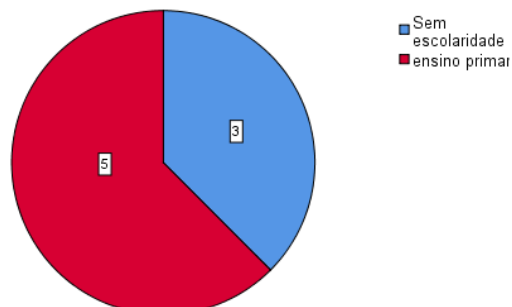


As respostas apontam não haver grande diferença em relação aos dados obtidos do inquérito da população, relativamente às profissões, sendo que na sua grande maioria são camponeses.

4.1.2.1.5 Habilitações literárias

Em relação as habilitações literárias, constatou-se que dos 8 inquiridos, 5 (62,5%) tem ensino primário, enquanto que 3 (37,50%) não tem nenhum grau de escolaridade, gráfico 33, abaixo.

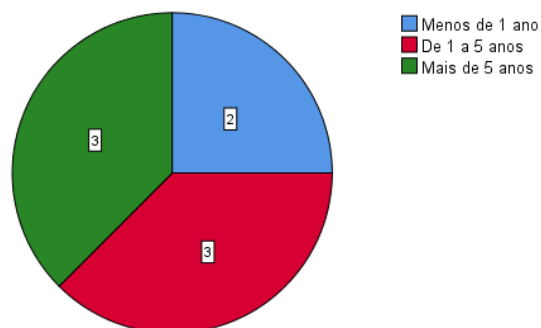
Gráfico 33 – Habilitações literárias



4.1.2.1.6 Tempo liderança na aldeia

Relativamente ao período de liderança da aldeia, 3 inquiridos (37,5%) afirmaram estar na liderança há mais de 5 anos, o mesmo número afirmou estar na liderança no intervalo de 1 a 5 anos, e os restantes 2 (25%) estão na liderança há menos de um ano, conforme demonstrado pelo gráfico 34, que se segue.

Gráfico 34– Tempo de liderança na liderança

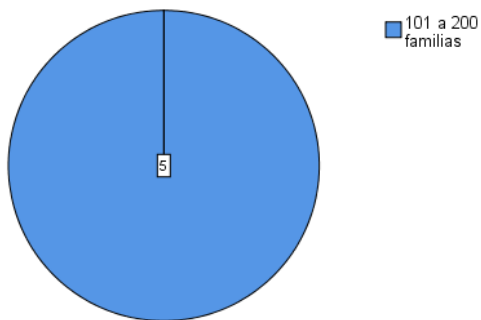


4.1.2.1.7 Número de famílias na aldeia

Relativamente ao número de famílias na comunidade, dos 8 inquiridos apenas 5 responderam à questão.

Dos respondentes, todos afirmaram que as aldeias que lideram possuem um número entre 101 e 200 famílias, conforme mostra o gráfico 35, abaixo.

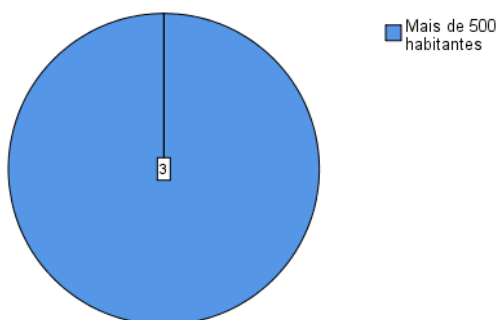
Gráfico 35 – Número de famílias na aldeia



4.1.2.1.8 Número de habitantes na aldeia

Relativamente ao número de habitantes na aldeia, dos 8 inquiridos apenas 3 responderam a esta questão, tendo todos afirmado que suas aldeias possuem um número de habitantes acima de 500 habitantes, como ilustra o gráfico 36, abaixo.

Gráfico 36 – Número de habitantes na aldeia

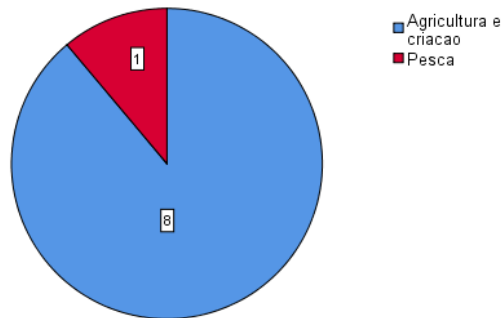


4.1.2.2 Opinião e perceção sobre o contributo do turismo para a melhoria da sua qualidade de vida, em consonância com a conservação da natureza e da biodiversidade

4.1.2.2.1 Atividades económicas na aldeia

Relativamente às atividades económicas predominantes na aldeia, todos os participantes 8 apontaram para a agricultura como sendo a principal atividade desenvolvida na aldeia. Porque os inquiridos podiam escolher mais de uma alternativa de resposta, 1 dos participantes indicou igualmente a pesca, conforme mostra o gráfico 37, abaixo.

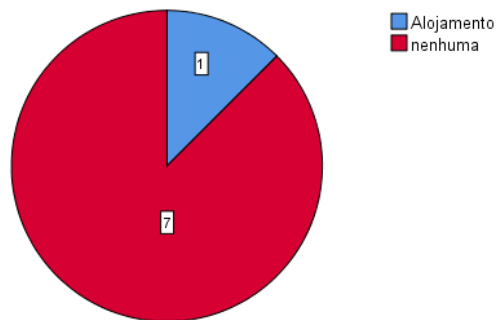
Gráfico 37 – Atividades económicas na aldeia



4.1.2.2.2 Atividades turísticas desenvolvidas na aldeia

No que diz respeito às atividades turísticas desenvolvidas na aldeia, dos 8 inquiridos, 7 (87,5%) indicaram que nas suas aldeias não existe nenhuma atividade turística desenvolvida pelas comunidades e apenas 1 (12,5%) respondeu favoravelmente à questão, indicando o ramo de alojamento como sendo o que é desenvolvido na sua aldeia, conforme o gráfico 38, abaixo.

Gráfico 38 – Atividades turísticas desenvolvidas na aldeia



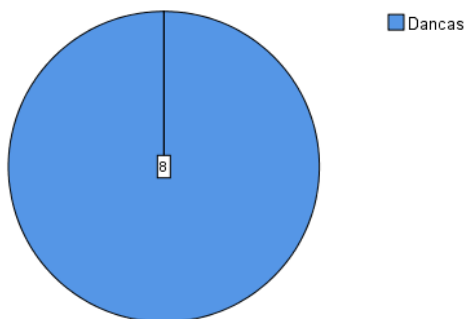
Estes dados indicam que as comunidades residentes nesta região ainda não aproveitam os recursos locais para geração de rendimentos através da prática de atividades turísticas.

A ausência de incentivo a estas comunidades para as práticas turísticas de base comunitária, referenciada pelas autoridades do parque aquando das entrevistas semiestruturadas podem estar na origem desta situação.

4.1.2.2.3 Património cultural e identidade

Relativamente ao património cultural e identidade, todos os líderes inquiridos, 8 (100%) referiram que as danças de makwai e makwayela é que constituem as suas principais manifestações culturais. Nalgumas aldeias existem inclusive grupos de importância reconhecida devido à sua prática desta atividade cultural, o que condiz com as informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas, conforme o gráfico 39.

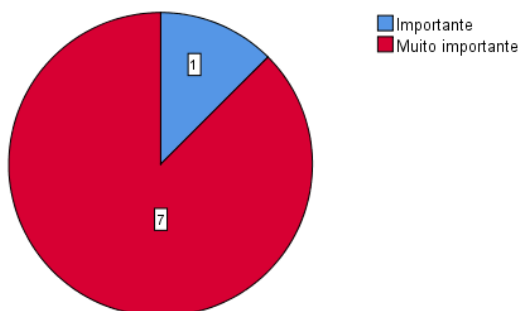
Gráfico 39 – Património cultural e identidade



4.1.2.2.4 Importância atribuída à conservação da natureza e da biodiversidade

No que respeita ao grau de importância que os inquiridos atribuem à conservação da natureza e da biodiversidade, todos apresentaram uma opinião positiva, sendo que 7 (87,5%) destes, consideram que a conservação é muito importante, e 1 (12,5%) considera como importante, conforme o gráfico 40, abaixo.

Gráfico 40 – Importância atribuída à conservação da natureza e da biodiversidade



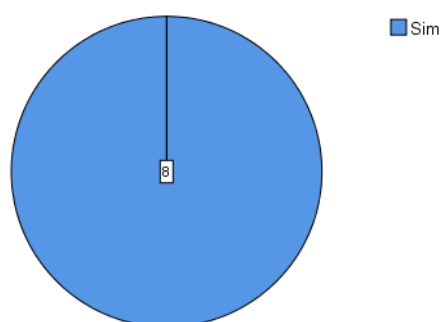
A opinião dos líderes relativa ao grau de importância que atribuem à conservação da natureza e da biodiversidade coincide com a opinião das comunidades inquiridas, conforme se pode ver no gráfico 11, pouco mais de 80% das comunidades inquiridas tem uma opinião positiva sobre o grau de importância da conservação da natureza e da biodiversidade, de tal forma que alguns membros das comunidades inclusive realizam algum tipo de atividade como forma de participar no processo.

Estes dados afiguram-se muito importantes para a implementação de políticas de conservação da natureza e da biodiversidade, sendo que estas políticas devem ir ao encontro dos anseios das populações em termos da melhoria da sua qualidade de vida, conforme este estudo vem evidenciando e a própria literatura o refere.

4.1.2.2.5 Desenvolvimento de atividades de conservação da natureza e da biodiversidade pelas comunidades

Relativamente à questão se as comunidades desenvolvem atividades de conservação da natureza e da biodiversidade, como ilustra o gráfico 41, abaixo, todos os inquiridos, 8 (100%) responderam positivamente à esta questão, afirmando que as comunidades desenvolvem atividades para a conservação da natureza e da biodiversidade.

Gráfico 41 – Desenvolvimento de atividades de conservação da natureza e da biodiversidade pelas comunidades



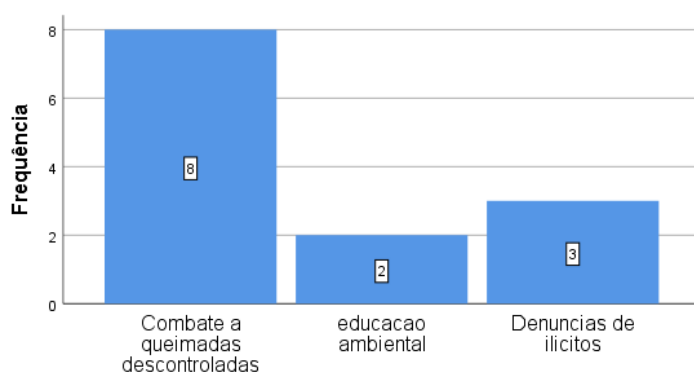
A afirmação dos líderes condiz com as respostas dadas pelos inquiridos das comunidades, uma vez que estes, ao serem questionadas sobre a sua participação em ações de conservação da natureza e da biodiversidade, 75,24% dos inquiridos afirmaram que estavam envolvidos em algum tipo de atividade como forma de contribuir para a conservação.

Nestes termos, as respostas obtidas indicam que as comunidades apoiam a conservação. O reconhecimento da sua importante relevância, estará na base da justificação da sua participação em ações de conservação.

4.1.2.2.6 Ações concretas desenvolvidas pelas comunidades

Como referenciado acima, as comunidades desenvolvem algum tipo de atividade como forma de apoiar a conservação da natureza e da biodiversidade. Dentre essas atividades, o combate às queimadas descontroladas foi apontado por todos os inquiridos, (8), as denúncias de ilícitos por 3 inquiridos, e a educação ambiental por 2, conforme o gráfico 42, abaixo. Importa referir que nesta questão, os participantes também podiam indicar mais do que uma resposta.

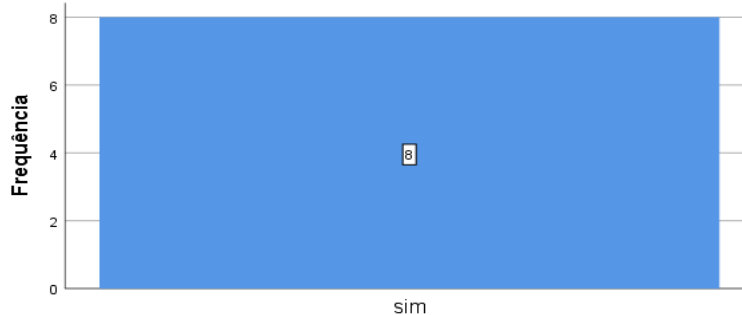
Gráfico 42. Ações concretas desenvolvidas pelas comunidades



4.1.2.2.7 Participação dos inquiridos em ações de conservação da natureza e da biodiversidade

Relativamente à participação em ações de conservação da natureza e da biodiversidade por parte dos líderes, como se pode ver no gráfico 43, todos os inquiridos (8) responderam positivamente à questão.

Gráfico 43 Participação dos inquiridos em ações de conservação da natureza e da biodiversidade

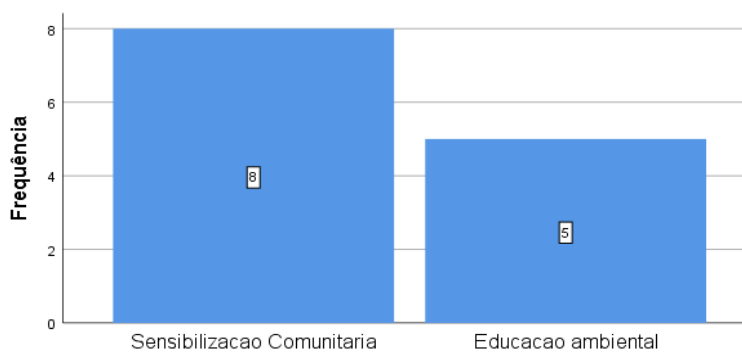


O facto de os líderes inquiridos afirmarem que participam em ações concretas de conservação da natureza pode constituir uma grande oportunidade para o parque, na medida em que os líderes locais têm influência sobre os restantes membros da comunidade, o que significa que há maior probabilidade destes influenciarem positivamente a comunidade, o que ao acontecer, pode contribuir para melhorar o processo de conservação.

4.1.2.2.8 Formas de participação dos líderes na conservação da natureza e da biodiversidade

No que respeita às formas de participação em ações da conservação da natureza e da biodiversidade, a sensibilização comunitária foi apontada como uma atividade que tem sido levada a cabo por todos os inquiridos (8), enquanto que a educação ambiental é desenvolvida por 5 dos inquiridos, conforme o gráfico 44, que se segue.

Gráfico 44 – Formas de participação dos líderes na conservação da natureza e da biodiversidade

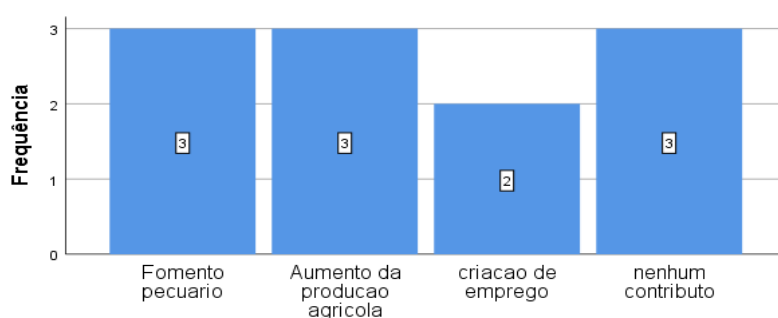


Como se referiu anteriormente, a participação das lideranças locais pode também significar a participação das comunidades. Sendo a sensibilização comunitária e a educação ambiental duas formas importantes de participação dos líderes na conservação, o parque beneficia, assim, destas duas ações diretas de intervenção dos líderes sobre a natureza e a biodiversidade para a transformação das comunidades no sentido da construção de uma consciência ambiental.

4.1.2.2.9 Formas de contribuição do turismo praticado no PNL para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais

Relativamente a esta questão, das três alternativas de resposta apresentadas como sendo as possíveis formas pelas quais o turismo praticado no PNL contribui para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, o fomento pecuário e o aumento da produção agrícola foram indicadas por 3 participantes, seguidos da criação de emprego, por 2 participantes, enquanto que 3 dos inquiridos consideram que o turismo praticado no PNL não tem nenhum contributo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, conforme o gráfico 45.

Gráfico 45 – Formas de contribuição do turismo praticado no PNL para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais

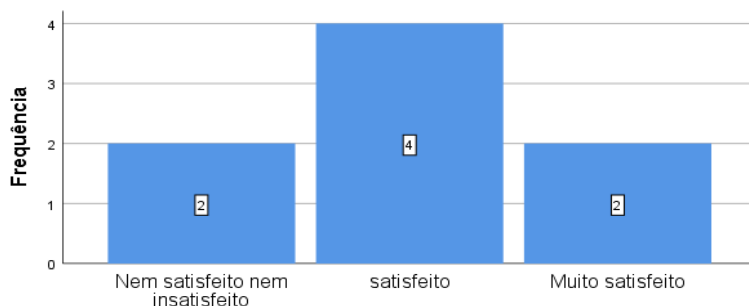


4.1.2.2.10 Satisfação ou insatisfação dos líderes com a existência e atuação do parque

Relativamente à satisfação ou insatisfação dos líderes pela existência e atuação do parque, 2 dos inquiridos consideram que não estão nem satisfeitos nem insatisfeitos,

enquanto que 4 estão satisfeitos e os restantes 2 estão muito satisfeitos, conforme mostra o gráfico 46, abaixo.

Gráfico 46 – Satisfação ou insatisfação dos líderes com a existência e atuação do parque

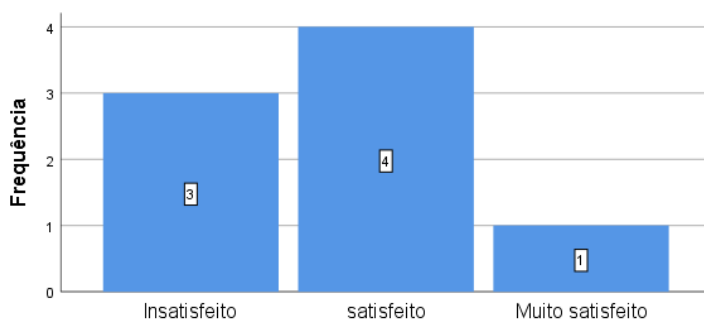


Os dados aqui apresentados apontam para a maioria de líderes satisfeitos com a existência e atuação do parque, e estão em consonância com a opinião das comunidades, relativamente à mesma questão.

4.1.2.2.11 Satisfação ou insatisfação com o desempenho dos comités de gestão da verba dos 20% das receitas disponibilizadas pelo parque

Relativamente ao desempenho dos comités de gestão da verba dos 20% das receitas do parque, 3 dos inquiridos manifestaram a sua insatisfação com o desempenho dos comités, enquanto que 4 afirmaram estar satisfeitos e 1 afirmou estar muito satisfeito com o desempenho dos comités de gestão, conforme ilustra o gráfico 47, abaixo.

Gráfico 47 – Satisfação ou insatisfação com o desempenho dos comités de gestão da verba dos 20% das receitas disponibilizadas pelo parque



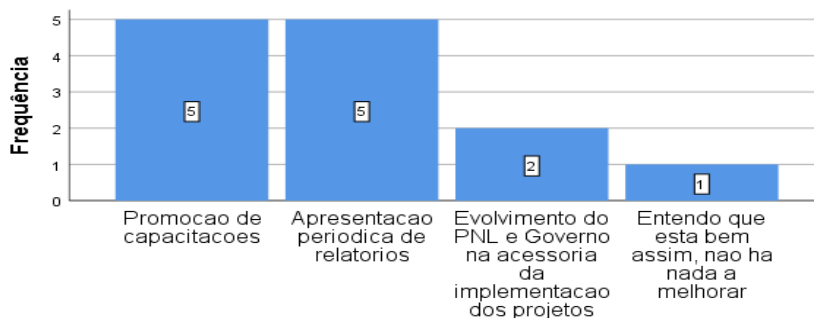
A insatisfação dos três líderes referida acima pode estar relacionada com o problema de falta de transparência na gestão, e a falta de apresentação de relatórios de prestação de contas, referenciadas por dois dos entrevistados.

4.1.2.2.12 Propostas para a melhoria do desempenho dos comités de gestão

No que diz respeito às propostas para o melhoramento do desempenho dos comités de gestão, foram apresentadas quatro alternativas de resposta, a saber: promoção de capacitações; apresentação periódica de relatórios; envolvimento do PNL e do Governo Distrital na assessoria da implementação dos projetos.

Os resultados obtidos foram os seguintes: a promoção de capacitações, e a apresentação periódica de relatórios são indicadas, ambas por 5 dos inquiridos, seguidas da opção, envolvimento do PNL e do Governo Distrital na assessoria dos projetos, indicado por 2 inquiridos, e por último, a opção, entendo que está bem assim e não há nada a melhorar, indicada por 1 inquirido, conforme mostra o gráfico 48, abaixo.

Gráfico 48 - Propostas para a melhoria do desempenho dos comités de gestão



Estas propostas de melhoria também condizem com os resultados apurados nas entrevistas semiestruturadas bem como nas conversas informais.

De realçar que o PNL assume que não tem estado muito presente na implementação e monitorização dos projetos, e a necessidade de mudar o cenário, ao mesmo tempo que também propõe estas capacitações aos membros dos comités de gestão.

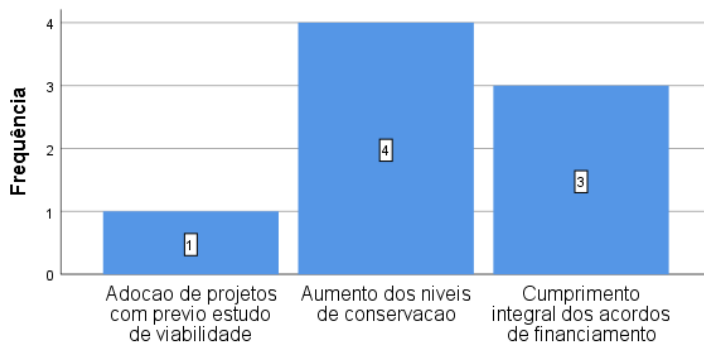
Por seu turno, conforme informação também obtida nas entrevistas, o Governo do Distrito mostra grande preocupação com a aplicação dos fundos em projetos sem prévio estudo de viabilidade o que concorre para o fracasso destes.

Ambas as entidades, PNL e Governo do Distrito, também manifestaram preocupação com a falta de transparência e apontam para a necessidade de promover uma melhoria neste aspeto, de tal forma que introduziram um tipo de gestão rotativo.

4.1.2.2.13 Ações concretas desenvolvidas pelos líderes locais com vista à manutenção dos benefícios das receitas provenientes do turismo no parque

Relativamente a esta questão sobre o contributo para a manutenção dos benefícios provenientes das receitas do turismo praticado no parque, conforme ilustra o gráfico nº 49, 4 dos inquiridos indicam, o aumento dos níveis de conservação da natureza e da biodiversidade; 3 dos inquiridos referem o cumprimento integral dos acordos de financiamento e 1 participante indica a adoção de projetos com prévio estudo de viabilidade.

Gráfico 49 - Ações concretas desenvolvidas pelos líderes locais com vista à manutenção dos benefícios das receitas provenientes do turismo no parque



Estas respostas aqui apresentadas no sentido da necessidade de promover ações que visem a manutenção dos benefícios das receitas provenientes do turismo vão ao encontro da informação colhida quer nas entrevistas quer no inquérito as populações. Segundo informações dos entrevistados e das populações locais, os impactes do turismo na melhoria da qualidade de vida não estão ainda muito visíveis devido a

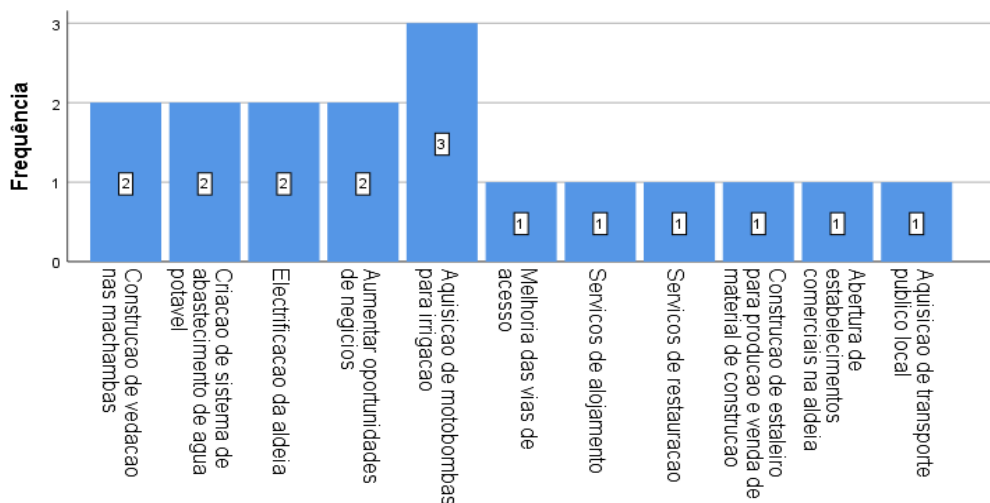
vários fatores. Um dos fatores apontados por aqueles, é o facto de as comunidades estarem a investir os fundos em projetos cuja viabilidade não tenha sido previamente estudada, o que concorre para o fracasso dos mesmos. A falta de reembolsos para a conta mãe (das próprias comunidades) também foi apontado como um dos fatores. Igualmente se aponta o fraco desenvolvimento turístico, e conseqüente o baixo valor a ser transferido para as comunidades, não sendo, portanto suficiente para se fazerem investimentos à altura das necessidades.

Para realçar a problemática de adoção de projetos sem prévio estudo de viabilidade, bem como a má gestão dos benefícios provenientes das receitas do turismo, por parte de alguns membros comunitários, importa referir a informação obtida nas conversas informais, relacionada com a construção de um lodge comunitário no Distrito de Massingir, Comunidade de Chibotane, sem o conhecimento das comunidades, e que tal lodge apenas foi construído e deixado abandonado sem nunca funcionar, e já se passou muito tempo após sua construção.

4.1.2.2.14 Outros investimentos que poderiam ser feitos com recurso aos 20% das receitas do turismo praticado no parque

Relativamente a outros investimentos que poderiam ser feitos com os fundos dos 20%, foi colocada aos inquiridos uma questão aberta, tendo sido obtido um conjunto diversificado de propostas de investimento em diversos setores. A aquisição de mais motobombas para incrementar a irrigação de campos foi proposta por 3 inquiridos, seguida de construção de vedação nas machambas, criação de um sistema de abastecimento de água potável, eletrificação da aldeia, e aumento de oportunidades de negócios para as comunidades, indicados por 2 inquiridos, e por último, a aquisição de um meio de transporte público local, abertura de estabelecimentos comerciais na aldeia, construção de estaleiro para a produção e venda de material de construção, serviços de restauração, serviços de alojamento e a melhoria das vias de acesso, propostos por 1 inquirido, como mostra o gráfico 50, abaixo.

Gráfico 50 - Outros investimentos que poderiam ser feitos com recurso aos 20% das receitas do turismo praticado no parque



Do conjunto de sugestões referido acima fica bem saliente a grande falta de infraestruturas e serviços sociais básicos nesta região. Destacam-se questões relacionadas com a água, quer para a irrigação, quer para abastecimento público que no seu conjunto obtêm uma percentagem de cerca de 28%. A este propósito, pode acrescentar-se, a informação proveniente de diversas fontes, que em algumas regiões onde decorreu a pesquisa, inclusive não existe um sistema de abastecimento de água potável, obrigando as comunidades a deslocarem-se vários quilómetros até ao rio para a busca deste bem.

Como também se pode ver, as propostas aqui apresentadas coincidem maioritariamente com as apresentadas pelas comunidades inquiridas, o que indica serem estas as principais prioridades da população. Pode ainda notar-se que a maioria destas propostas se situam ao nível das necessidades básicas o que independentemente da existência do turismo ou da proclamação do parque, as comunidades deveriam ter satisfeitas.

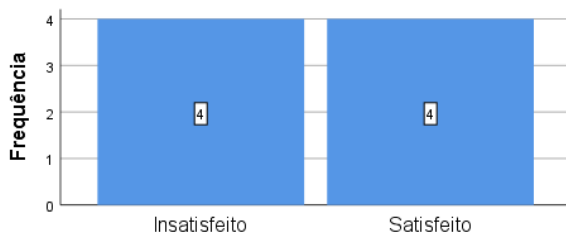
Assim, uma articulação de esforços conjuntos entre o PNL e o Governo afiguram-se como necessários pois, trata-se de necessidades prioritárias e que necessitam de investimentos avultados, e como já se referenciou anteriormente, as receitas

provenientes do turismo praticado no PNL não estão ainda a um nível que possam satisfazer estas necessidades.

4.1.2.2.15 Perceção sobre a satisfação ou insatisfação das comunidades em relação às mudanças na qualidade de vida provocadas pelo estabelecimento do parque

No que respeita à perceção dos líderes sobre a satisfação ou insatisfação das comunidades pelas mudanças na qualidade de vida provocadas pelo estabelecimento do parque, dados colhidos no terreno apontam para uma opinião negativa da metade dos inquiridos, e positiva para a outra metade, ou seja, dos 8 inquiridos, 4 consideram que as comunidades estão insatisfeitas com as mudanças que advieram do estabelecimento do parque e os outros 4 tem uma perceção de que as comunidades estão satisfeitas, conforme o gráfico 51, abaixo.

Gráfico 51 - Perceção sobre a satisfação ou insatisfação das comunidades em relação as mudanças na qualidade de vida provocadas pelo estabelecimento do parque



Esta perceção de insatisfação pode estar aliada ao facto de as comunidades não estarem ainda a sentir os benefícios do turismo praticado nesta área, estando mais salientes os conflitos, ou seja, atualmente os benefícios tem um peso menor que os malefícios. Por outro lado, sendo que na sua maioria, colaboram com o parque naquilo que são os seus objetivos, elas têm certas expetativas, que quando não satisfeitas acabam por as tornar frustradas.

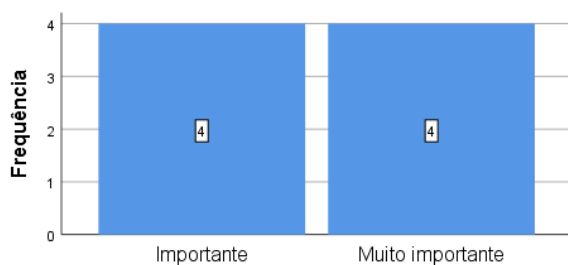
A satisfação pode ser justificada pelo esforço que o parque tem envidado, no sentido de criar uma aproximação com estas comunidades, melhorando o grau de interação entre as partes. Por outro lado, a esperança de que um dia o parque lhes poderá proporcionar mudanças na sua qualidade de vida poderá estar na origem desta

satisfação, de tal forma que apesar de poderem não sentir os benefícios hoje, acreditam que, à semelhança do que acontece com as comunidades residentes na vizinha África do Sul que tem tido benefícios imensuráveis com o turismo praticado no Kruger, o PNL também poderá num futuro próximo chegar aquele nível.

4.1.2.2.16 Perceção em relação à opinião que as comunidades têm sobre a importância da conservação da natureza e da biodiversidade

No que respeita à perceção dos inquiridos em relação à opinião que as comunidades têm sobre a importância da conservação da natureza e da biodiversidade, todos os inquiridos tem uma perceção positiva, sendo que 4 consideram que as comunidades colocam a conservação no grau de "Muito importante" e a outra metade dos inquiridos considera que a comunidade coloca a conservação no grau de "Importante", conforme ilustra o gráfico 52, que se segue.

Gráfico 52 - Perceção em relação à opinião que a comunidade tem sobre a importância da conservação da natureza e da biodiversidade



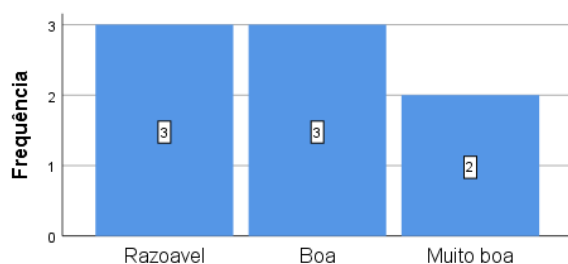
Estas opiniões referidas pelos líderes locais condizem com a informação prestada pelas próprias comunidades, uma vez que dos 113 inquiridos, 85,84% (n 97) tem uma opinião positiva sobre a conservação da natureza e da diversidade, sendo que 54,87% consideram-na de "Muito importante" e 39,97% consideram de "Importante".

4.1.2.2.17 Perceção sobre o grau de contribuição das comunidades para o processo de conservação da natureza e da biodiversidade

Relativamente à perceção dos inquiridos sobre o grau de contribuição das comunidades para o processo de conservação da natureza e da biodiversidade, a

maioria dos inquiridos tem uma perceção positiva sobre a contribuição das comunidades, uma vez 3 consideram de "Boa", 2 de "Muito boa" e os restantes 3 consideram de "Razoável", conforme mostra o gráfico 53, abaixo.

Gráfico 53 – Perceção sobre o grau de contribuição das comunidades para o processo de conservação da natureza e da biodiversidade

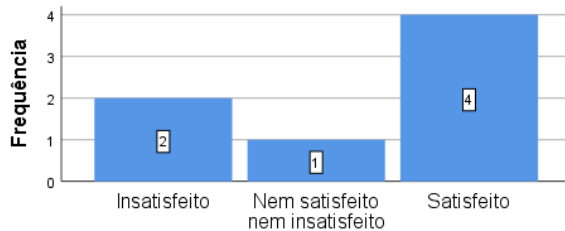


O facto de a maioria dos inquiridos ter uma boa perceção em relação à contribuição da comunidade no processo de conservação, também condiz com a informação dada pelas próprias comunidades, uma vez que dos 113 inquiridos, 79 afirmaram que participam na conservação da natureza e da biodiversidade através de ações concretas.

4.1.2.2.18 Perceção sobre em que medida as comunidades estão satisfeitas ou insatisfeitas com a existência e atuação do parque

No que respeita à perceção dos inquiridos sobre o grau de satisfação ou insatisfação das comunidades com a existência e atuação do parque, dos 8 inquiridos, apenas 7 responderam a esta questão. Dos respondentes, 4 consideram que as comunidades estão satisfeitas, 2 consideram de insatisfeitas e 1 considera nem satisfeitas, nem insatisfeitas, conforme mostra o gráfico 54, abaixo.

Gráfico 54 – Perceção sobre em que medida as comunidades estão satisfeitas ou insatisfeitas com a existência e atuação do parque



Apesar da maioria ter uma perceção positiva, é importante também considerar a opinião da minoria, 2 inquiridos, ou seja, 28,57% dos respondentes. A insatisfação de uma parte das comunidades pode a longo ou médio prazo trazer consequências irreversíveis a todo o processo.

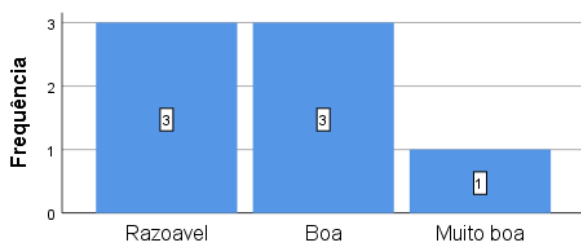
4.1.2.2.19 Opinião sobre o grau de interação entre o PNL e as comunidades

Em relação ao grau de interação entre PNL e as comunidades, dos 8 inquiridos apenas 7 responderam a esta questão.

Dos respondentes, 3 consideram a interação de Boa, e 3 considera-a de razoável e por último 1 respondente considera a interação de Muito Boa.

Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos no inquérito das comunidades, ou seja, existência de uma boa interação entre as partes, o que, como referido anteriormente se afigura de muito importante para a prossecução dos objetivos desta área protegida, em termos de conservação, bem como para os objetivos ansiados pelas comunidades, ou seja, a melhoria da sua qualidade de vida, gráfico 55.

Gráfico 55 – Opinião sobre o grau de interação entre o parque e as comunidades



4.1.3 Inquérito aos turistas

Este inquérito foi distribuído nos locais de receção nas entradas de Massingir e Giriwondo, com o objetivo de ser entregue aos turistas que entrassem no parque através destes postos. Contudo o número de respondentes foi baixo, ficando aquém das expectativas, tendo sido apenas respondido por 21 turistas que entraram pelo posto de Giriwondo.

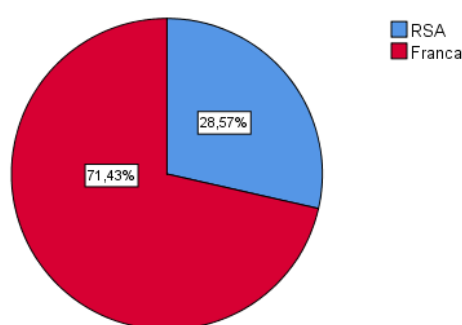
A informação que se pretende obter com este inquérito destina-se a estudar o contributo do turismo para o desenvolvimento das comunidades residentes na zona tampão do parque no sentido de compreender as principais motivações dos visitantes do PNL, bem como aspetos relevantes que fazem parte do pacote turístico, incluindo a satisfação pelos produtos e serviços oferecidos pelo parque, bem como obter algumas opiniões resultantes do conhecimento por parte dos turistas, de certos exemplos de boas práticas que poderão ter vivenciado no kruger, com vista à melhoria da oferta turística no PNL, até porque como foi apurado nas entrevistas semiestruturadas, a maior parte dos visitantes do parque são provenientes do PNK.

4.1.3.1 Caracterização dos inquiridos

4.1.3.1.1 País de proveniência

Dos 21 inquiridos, os dados indicam que o maior número de visitantes é proveniente da República Sul Africana, numa percentagem de 81% (n17), e os restantes 19% (n4) são provenientes de França, segundo ilustra o gráfico 56, abaixo.

Gráfico 56 - País de proveniência



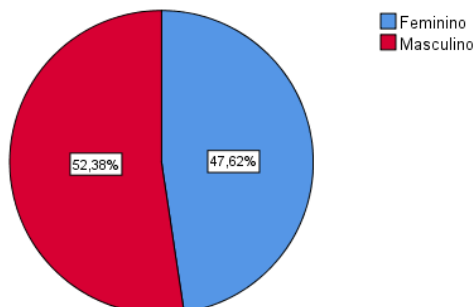
Importa referir que a recolha de dados foi efetuada apenas na fronteira de Giriyondo, o que poderá ter contribuído para a não existência de visitantes nacionais.

Por outro lado, estes dados realçam a informação prestada pelos gestores do parque, aquando das entrevistas semiestruturadas, que dão conta de que a África do Sul é o seu maior mercado emissor de turistas, através do Parque Nacional do Kruger.

4.1.3.1.2 Caracterização por sexo

Relativamente ao sexo, dos inquiridos, 52,38% (n 11) são do sexo masculino, enquanto que 47,62% (n 10) são do sexo feminino, segundo mostra o gráfico 57 que se segue

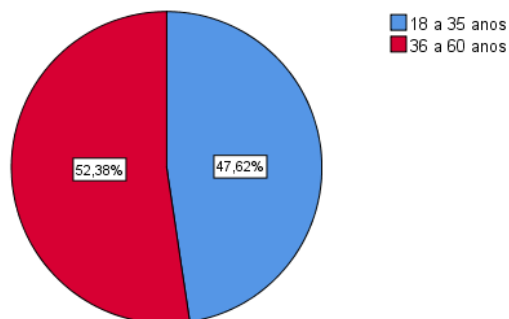
Gráfico 57 – Caracterização por sexo



4.1.3.1.3 Idade

No que respeita a idade, 52,4% dos inquiridos, (n11) situam-se na faixa etária de 36 a 60 anos enquanto que 47,62% (n10) na faixa etária de 18 a 35 anos de idade, conforme o gráfico 58, abaixo.

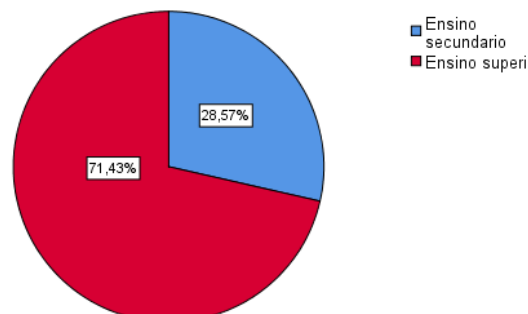
Gráfico 58 – caracterização por idade



4.1.3.1.4 Habilitações literárias

Relativamente às habilitações literárias, segundo mostra o gráfico 59, abaixo, o maior número dos inquiridos tem ensino superior, numa percentagem de 71,43% (n15) enquanto que uma minoria, de 28,57% (n6) tem o ensino secundário.

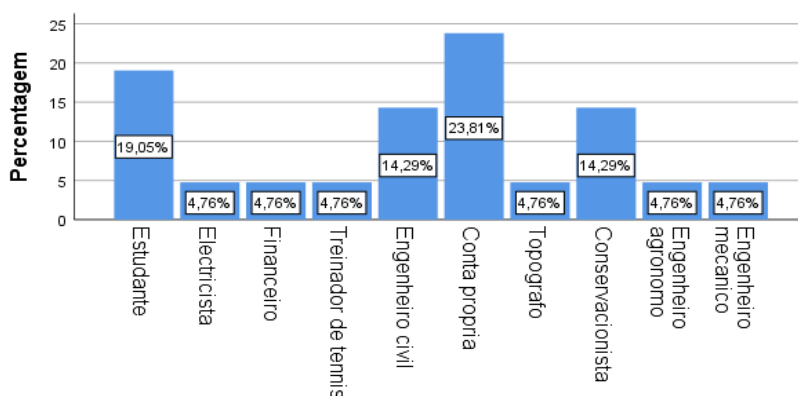
Gráfico 59 – Habilitações literárias



4.1.3.1.5 Profissão

No que concerne à profissão, foi colocada uma questão aberta tendo os inquiridos prestado a informação, consubstanciada num conjunto de profissões que se apresentam no gráfico 60, abaixo. Com maior destaque, surgem os trabalhadores por conta própria, com uma percentagem de 23,81% (n5), - de notar, contudo, que trabalhador por conta própria não é uma profissão, mas a natureza do vínculo laboral - seguidos de estudantes, 19% (n 4), em terceiro lugar engenheiros civis e conservacionistas, ambos com uma percentagem de 14,3% (n 3), entre outras profissões com menores percentagens.

Gráfico 60 – Profissão

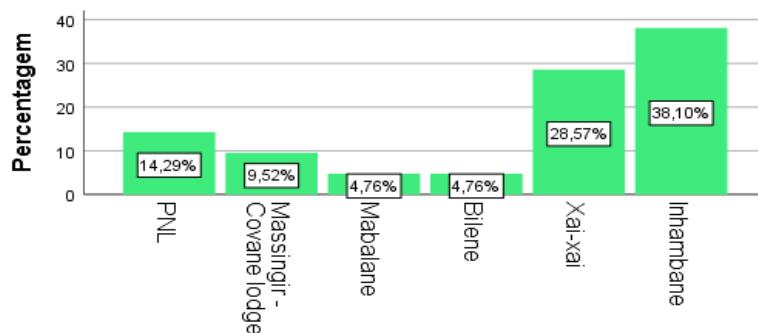


4.1.3.2 Opinião dos inquiridos sobre o turismo no PNL

4.1.3.2.1 Destino final

Relativamente ao destino final dos inquiridos, 39,10% destes, (n8) tinham como destino, a Província de Inhambane. Em segundo lugar, encontra-se o distrito de Xai-xai, que foi a escolha de 28,57% dos inquiridos (n6), estando o PNL em terceiro lugar, com 14,29% (n3). Depois do PNL, o Covane Community Lodge, no distrito de Massingir foi a escolha de 9,52% dos inquiridos (n2), estando em último lugar, Bilene e Mabalane, ambos com 4,76% (n1), como mostra o gráfico 61, abaixo.

Gráfico 61 - Destino final



Dos 21 inquiridos, apenas 3 tinham o PNL como destino, e os restantes 18 tinham outras escolhas. Como se pode notar, o PNL ocupa o terceiro lugar na lista das escolhas dos inquiridos, o que realça a informação prestada pelas entidades gestoras do parque nas entrevistas, segundo a qual, a maior parte dos visitantes contabilizados no PNL não tem este como destino final e mesmo com a política de "obrigar" os turistas a passar pelo menos uma noite ou no PNL ou no Kruger, eles simplesmente pagam essa dormida e seguem para os seus destinos.

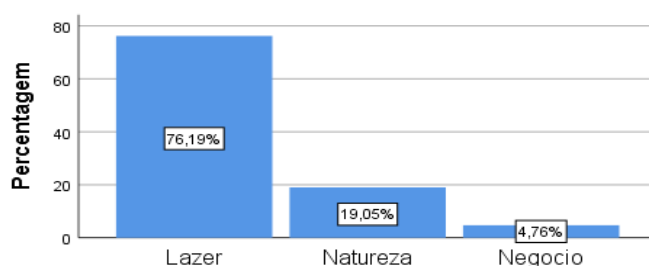
O PNL, no âmbito da colaboração transfronteiriça, adotou, em coordenação com o Kruger, uma política segundo a qual, todas as pessoas que entram num dos parques, deveria passar pelo menos uma noite ou no PNL ou no Kruger, como forma de impulsionar o turismo nestas áreas protegidas.

4.1.3.2.2 Motivo da visita

No que diz respeito às motivações da visita, embora tenha ficado claro que os visitantes que tinham como destino o PNL eram apenas 3, todos os inquiridos apresentaram as suas motivações para esta deslocação, sendo que a maioria, 76,19% (n16) afirmou estar na origem da visita, o lazer, como se pode ver no gráfico 62.

Em segundo lugar, estão os visitantes que têm como motivações, a observação da natureza, que coincidentemente, são todos os visitantes do parque, mais um visitante de outro destino, numa percentagem de 19%, (n4), estando em último lugar, a deslocação por motivos de negócios, com 4,76% (n1).

Gráfico 62 – Motivo da visita



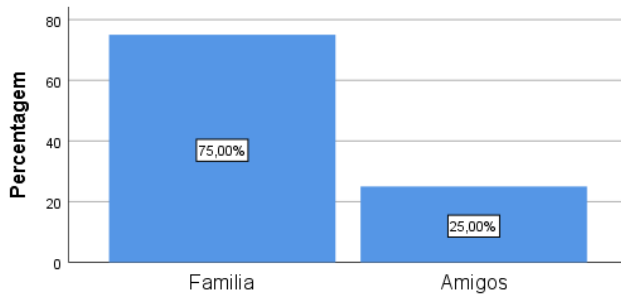
Apesar de a observação da natureza ser o objetivo principal de apenas 4 visitantes, ela não deixa de ser considerada relevante, até porque 3 dos 4 visitantes que a referem tinham como destino final o PNL.

Assim, afigura-se de grande importância e necessidade a criação de uma dinâmica no sentido de manter altos níveis de conservação da natureza e da biodiversidade, na medida em que esta é o produto mais apreciado pelos amantes deste tipo de destinos, aproveitando, assim, este importante recurso endógeno para o desenvolvimento local sustentável e conseqüente melhoria da qualidade de vida das comunidades.

4.1.3.2.3 Com quem visita o PNL

Relativamente a esta questão, a companhia da família foi a que mais percentagem obteve, tendo sido apontada por 75% dos inquiridos (n18), seguida da companhia de amigos, indicada por 25% destes, (n6), conforme o gráfico 63.

Gráfico 63 – Com quem visita o parque

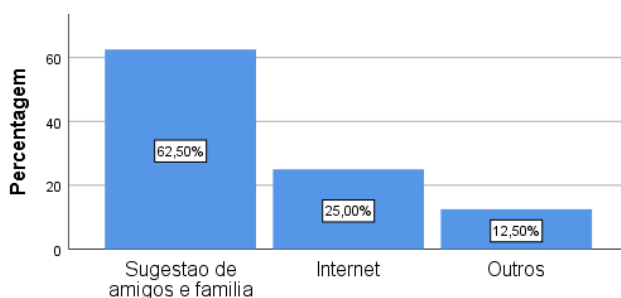


4.1.3.2.4 Meios de propaganda que o influenciaram a visitar o parque

Relativamente aos meios de propaganda que os influenciaram a visitar o parque, dos 21 inquiridos apenas 16 responderam à questão.

Dos respondentes, 62,50% (n10) afirmaram terem sido influenciados por familiares e amigos, 25% (n4) apontam para a internet como sendo o meio de propaganda que os influenciou e por último 12,50% (n2) afirmam terem sido influenciados por outros meios de propaganda, sem mencionar quais esses meios, como mostra o gráfico 64, abaixo.

Gráfico 64 – Meios de propaganda que o influenciaram



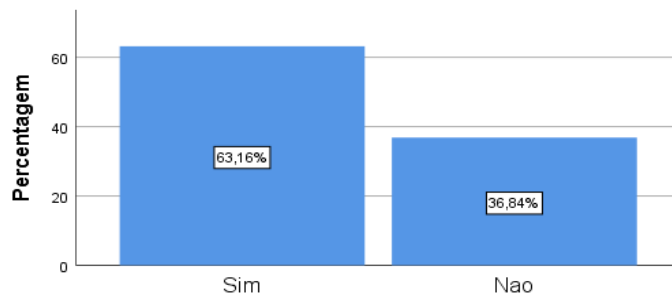
Esta informação demonstra o impacto positivo da satisfação dos visitantes, pois para além que fiquem com vontade de visitar mais vezes, também recomendam os seus familiares e amigos. Igualmente os dados realçam o papel do marketing digital, como um mecanismo fundamental de difusão dos produtos e serviços além-fronteiras.

4.1.3.2.5 Trata-se da primeira vez que visita o PNL

No que respeita a esta questão, apenas 19 inquiridos responderam.

Dos 19 respondentes, 63,2% (n 12) afirmaram que se tratava de primeira vez que visitavam o parque, sendo para os restantes 36,84%, (n 7) não se tratava de primeira vez, conforme o gráfico 65.

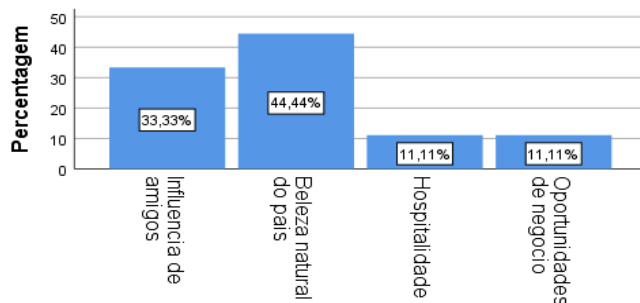
Gráfico 65 – Trata-se de primeira vez que visita o parque



4.1.3.2.6 Não se tratando de primeira visita, o que o motivou a visitar novamente o parque

Dos 7 respondentes que afirmaram não se tratar de sua primeira visita ao parque, relativamente às motivações que os levaram novamente a efetuar a visita, encontra-se em primeiro lugar, a beleza natural do país, que é apontada por 44,44% (n4), em segundo lugar encontra-se a influência de amigos, com 33,33% (n3), e por último, a hospitalidade e oportunidades de negócios, ambos apontados por 11,11% (n1), conforme o gráfico 66.

Gráfico 66 – Não se tratando de primeira visita, o que o motivou a visitar novamente



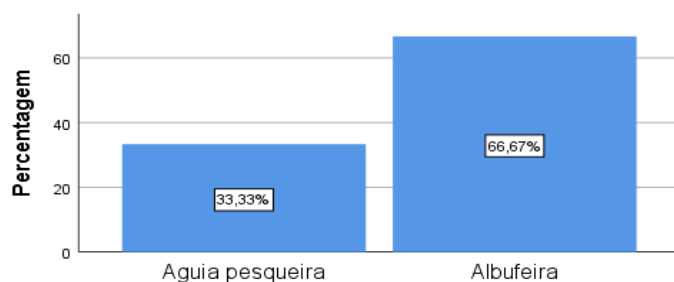
Como se pode ver, a beleza natural do país onde se inclui o PNL é um recurso com enorme potencial e que foi indicado em primeiro lugar pelos inquiridos que responderam à questão. Assim, a divulgação e potenciação deste recurso, de modo a que se torne num verdadeiro atrativo turístico, deve ser uma aposta dos responsáveis do parque.

4.1.3.2.7 Período de estadia no PNL

No que diz respeito ao período de estadia no parque, por noites, apenas 16 inquiridos responderam à questão.

Em relação aos 16 respondentes, 81,3% (n) referiram que não iam passar nenhuma noite no PNL, 12,5%, (n2) tinham uma ou duas noites para passar no parque, e apenas 6,3% (n1) referiu que ia passar 5 noites ou mais, no PNL, conforme o gráfico 67, abaixo.

Gráfico 67 – Período de estadia no PNL



Estes dados realçam o fraco nível de adesão dos visitantes aos serviços/produtos turísticos oferecidos pelo PNL.

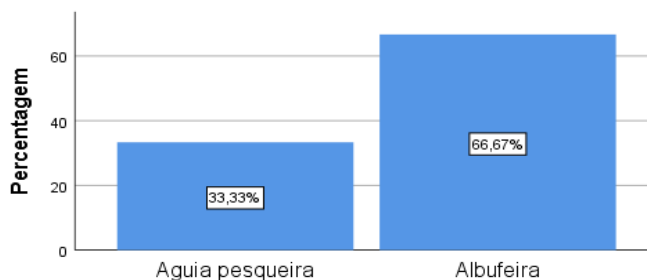
A este propósito recorde-se a política de obrigar a todas as pessoas que passam por esta área, a passar pelo menos uma noite no PNL ou no PNK através de políticas conjuntas entre os dois parques, atrás referida

Os dados aqui apresentados realçam este facto, uma vez que a maioria dos turistas não iam passar nenhuma noite no PNL, apesar de supostamente terem pago o alojamento, como mandam as regras.

4.1.3.2.8 Local de alojamento no PNL

Relativamente ao local de alojamento, dos 3 inquiridos que passaram pelo menos uma noite no PNL, o local escolhido pela maioria, 66,7% (n2) é o Campismo Albufeira, enquanto que para os restantes 33,3% (n1) a escolha foi para o Campismo Águia Pesqueira, segundo mostra o gráfico 68, abaixo.

Gráfico 68 – Local de alojamento no PNL

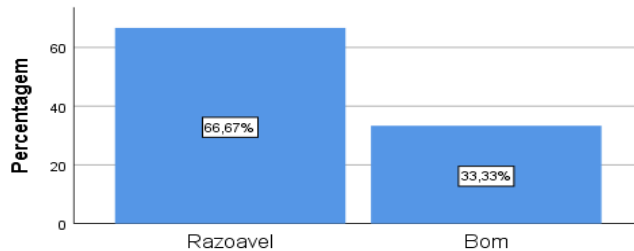


4.1.3.2.9 Avaliação do local de alojamento

Relativamente à avaliação que os inquiridos fazem, do local de hospedagem, 66,7% (n2) considera um local de "Razoável", enquanto que 33,33% (n1) considera de "Bom", conforme o gráfico 69, abaixo.

A qualidade de infraestruturas é um aspeto importante para a satisfação do público visitante, havendo, portanto, necessidade de o PNL investir numa melhoria contínua. O facto de 2/3 dos respondentes ter indicado "Razoável", pode confirmar esta ideia.

Gráfico 69 – Avaliação do local de alojamento



4.1.3.2.10. Propostas para o melhoramento do turismo no PNL

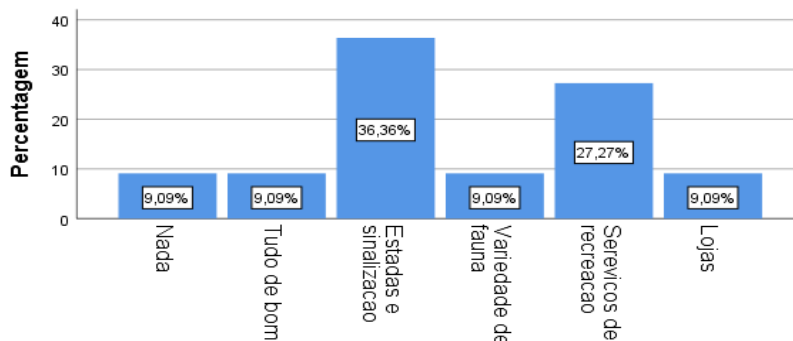
Embora tenham sido apenas 3 visitantes que pernoveram no PNL, os respondentes desta questão, foram além desse número, ou seja, a totalidade dos 21 visitantes.

Contudo, apenas os 3 visitantes que pernoveram no PNL indicaram sugestões concretas que se apresentam a seguir:

- Vias de acesso, apontado por todos os 3 visitantes;
- Acessibilidade à informação, também pelos 3 visitantes;
- Serviços de recreação, por 2 visitantes;
- Melhoria das condições de acomodação, por 1 visitante e
- Serviços de restauração, também por 1 visitante.

Todos os restantes visitantes que não tenham pernoverado no PNL, responderam com "Nada", ou seja, não tiveram nenhuma proposta a apresentar, provavelmente porque não conhecem as condições oferecidas pelo parque, como mostra o gráfico 70, abaixo.

Gráfico 70 – Propostas para o melhoramento do turismo no PNL

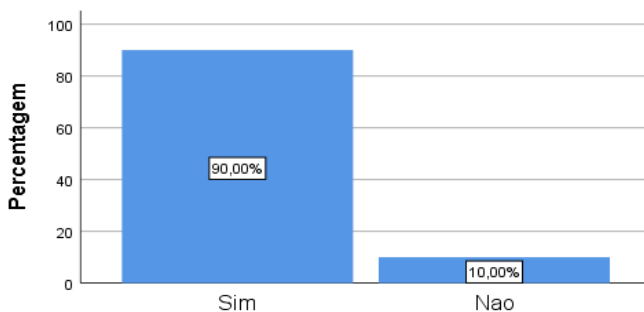


4.1.3.2.11. Já visitou o PNK

Em relação a esta questão, apenas 20 inquiridos responderam.

Dos inquiridos, 90% (n18) respondeu positivamente à questão, enquanto que os restantes 10% (n2) responderam que não, conforme o gráfico 71, abaixo.

Gráfico 71 – Já visitou o PNK?

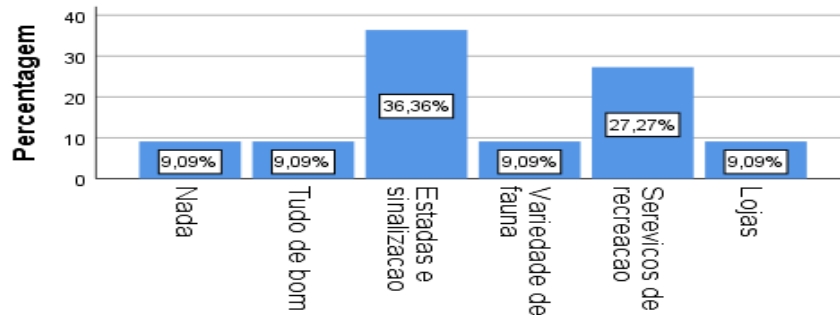


4.1.3.2.12 Caso já tenha visitado o PNK, que exemplos de boas práticas deveriam ser seguidos pelo PNL

Relativamente a esta questão, dos 18 inquiridos que afirmaram terem visitado o kruger, apenas 11 responderam à questão. Dos 11 respondentes, 36,4% (n4) considera que as estradas e a sinalização são exemplos que o PNL deveria copiar do PNK, 27,3% (n3) considera os serviços de recreação e por último as lojas e a variedade de fauna, são propostas por igual número de visitantes, 9,1% (n1).

Para um dos respondentes, o parque deveria copiar "Tudo de bom", sem especificar, enquanto que outro, simplesmente responde com "Nada", conforme o gráfico 72, abaixo.

Gráfico 72 - Caso já tenha visitado o PNK, que exemplos de boas práticas deveriam ser seguidos pelo PNL

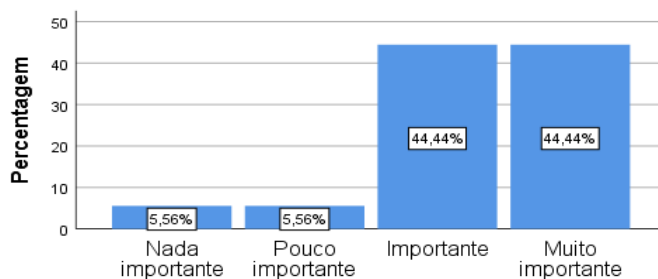


4.1.3.2.13 Opinião sobre o grau de importância da conservação para o desenvolvimento das comunidades locais

Relativamente ao grau de importância da conservação da natureza e da biodiversidade para o desenvolvimento local, os inquiridos, na sua maioria, 88,8% (n16) atribuem grande relevância, sendo que 44,4% (n8) consideram de "Muito importante" e 44,4% (n8) consideram de "Importante".

Ao mesmo tempo, 5,56% dos inquiridos, (n1) considera de "Nada importante" e os restantes 5,56% considera de "Pouco importante", conforme o gráfico 73, abaixo.

Gráfico 73 - Opinião sobre o grau de importância da conservação para o desenvolvimento das comunidades locais

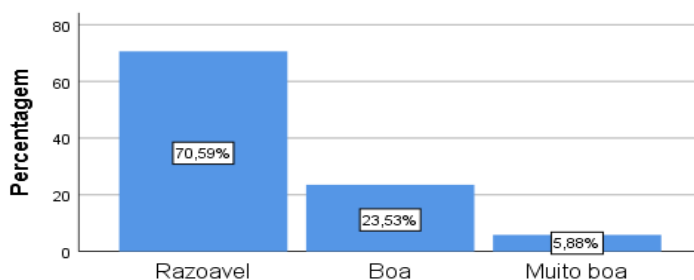


Como se pode ver, a maioria dos inquiridos tem uma opinião positiva sobre a conservação enquanto promotor de um desenvolvimento local, cabendo, assim, às autoridades competentes, fazer com que esta realidade se efetive, no PNL.

4.1.3.2.14 Opinião sobre o grau de interação entre turistas e comunidades locais

No que respeita ao grau de interação turistas e comunidades locais, 70,59% dos inquiridos (n12) considera de "Razoável", enquanto que 23,5% (n4) considera de "Boa" e 5,88% (n1) considera de "Muito boa", conforme os dados apresentados no gráfico 74, abaixo. De referir que nesta questão, apenas 17, dos 21 inquiridos responderam.

Gráfico 74 - Opinião sobre o grau de interação entre turistas e comunidades locais

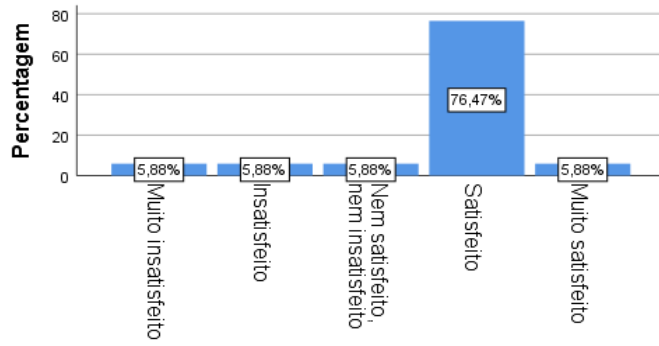


4.1.3.2.15 Grau de satisfação pelos produtos/serviços oferecidos pelo parque

Relativamente ao grau de satisfação pelos produtos/serviços oferecidos pelo PNL, igualmente houve 4 inquiridos que não se disponibilizaram a dar sua opinião, sendo que foram apenas respondentes, 17, dos 21 inquiridos.

Dos respondentes, 76,5%, (n13) referiram que estão satisfeitos com os produtos e serviços oferecidos pelo parque, enquanto que 5,9%, (n1), se diz "Muito satisfeito" e os outros 3, na mesma proporção (5,9%) responderam com "Muito insatisfeito", "Insatisfeito" e "Nem satisfeito, nem insatisfeito", conforme do gráfico 75, abaixo.

Gráfico 75 - Grau de satisfação pelos produtos e serviços oferecidos pelo parque



4.2. Apresentação e análise das entrevistas semi-estruturadas

Neste ponto apresenta-se a discussão e análise dos resultados obtidos através das quatro entrevistas semiestruturadas efetuadas, - conforme explicitado no capítulo dois, referente à metodologia – a indivíduos considerados relevantes para a obtenção da informação necessária para responder aos objetivos propostos. Os entrevistados são os seguintes:

- Administrador do Distrito de Massingir - Entrevistado A (EA)
- Administrador do PNL - Entrevistado B (EB)
- Coordenadora do Programa de Apoio Comunitário no PNL - Entrevistado C (EC)
- Gestor do Turismo, no PNL - Entrevistado D (ED)

A análise das entrevistas foi efetuada com recurso à constituição de uma grelha de análise de conteúdo estruturada com base em quatro temas principais, que se indicam a seguir:

Tema 1. Caracterização do Distrito de Massingir, do PNL e das comunidades residentes na zona tampão do PNL

Tema 2. A conservação da natureza e da biodiversidade

Tema 3. Desenvolvimento turístico no PNL

Tema 4. Turismo e desenvolvimento local sustentável

Por sua vez, os temas acima indicados foram subdivididos em categorias e estas em subcategorias que se vão indicando ao longo do texto.

Tema 1: Caracterização do Distrito de Massingir, do PNL e das comunidades residentes na zona tampão do parque

O principal objetivo deste tema é identificar os principais recursos/produtos turísticos existentes no distrito de Massingir em geral, e no Parque Nacional do Limpopo, em particular, bem como as formas de aproveitamento desses recursos. Pretende-se igualmente compreender a composição, em termos populacionais, da referida zona, bem como os seus meios de subsistência.

Este tema foi subdividido em duas categorias, a saber: recursos turísticos; população residente na zona tampão do PNL.

1.1 Categoria: Recursos Turísticos

Esta categoria, por sua vez foi subdividida em duas subcategorias, as quais procuram responder de forma detalhada aos objetivos já referenciados acima:

- Recursos/produtos turísticos existentes no Distrito de Massingir, e em particular no PNL;
- Formas de aproveitamento dos recursos turísticos no Distrito de Massingir e em particular, no PNL.

1.1.1 Subcategoria: Recursos e atividades turísticas no distrito de Massingir e em particular, no PNL

Segundo informações prestadas pelos entrevistados, o Distrito de Massingir é bastante rico em recursos naturais, de tal forma que para além do Parque Nacional do Limpopo, existem no distrito, duas reservas de fauna bravia: Massingir Game safari e a Reserva de Karingani. Outro recurso de extrema importância no Distrito é a Albufeira de Massingir.

O PNL com uma enorme e diversa variedade de flora e fauna, as fazendas de Massingir Game safari e Karingane. A albufeira de Massingir é também um importante recurso. (EA)

A fronteira de Giriyyondo e o Covane Community Lodge são também apontados pelo entrevistado A, como empreendimentos que mais visitantes atraem.

No Parque Nacional do Limpopo, em particular, evidenciam-se as mais belas paisagens, e inúmeras espécies de fauna e flora, parte das águas da albufeira de Massingir, uma vez que a gestão desta é partilhada com a Administração Regional de Águas do Sul (ARA-Sul), encontrando-se parte dela dentro dos limites do parque. A disposição destes recursos ao longo de toda a extensão do PNL, associada com as formações geológicas em alguns pontos, proporcionam ao parque um forte potencial para o desenvolvimento da atividade turística.

O PNL dispõe de uma grande diversidade de flora e fauna bravia, que em combinação com a albufeira de Massingir e a fauna aquática proporcionam ao PNL um grande potencial para o turismo. (EB)

A disposição da flora e fauna bravia, em conjugação com as formações geológicas em alguns pontos do parque proporcionam a este, um potencial para desenvolver diferentes tipos de turismo. (EC)

Considerando o tipo de recursos turísticos existentes no Distrito de Massingir e no PNL em particular, pode-se então compreender que a natureza já se encarregou de criar condições para uma melhoria na qualidade de vida das comunidades residentes na zona tampão do PNL, cabendo ao homem, estruturá-las de modo a que se possam transformar num produto turístico que possa realmente realçar a valorização dos recursos endógenos, e conseqüentemente, do território enquanto destino turístico de excelência, atrair visitantes e com eles trazerem divisas.

1.1.2 Subcategoria: Formas de aproveitamento dos recursos turísticos no Distrito de Massingir, e em particular no PNL

De forma geral, o Distrito de Massingir aproveita os recursos naturais para fins turísticos, sendo que as fazendas de fauna bravia são as que mais exploram estes recursos em relação ao PNL. A criação de produtos e serviços turísticos nas reservas de fauna bravia, como os serviços de safaris guiados para a observação de animais que inclui a observação aérea, a construção de empreendimentos de luxo para acomodação,

de modo a complementar a oferta turística, e outros serviços complementares coloca estas reservas numa posição bastante competitiva, sob o ponto de visto de atratividade turística.

A construção de acomodação de luxo no Karingane, o serviço de safaris guiados, incluindo a observação aérea dos animais, através de uma aeronave, piscina e outras atividades, tem contribuído bastante para o desenvolvimento daqueles empreendimentos. (EA)

No que respeita à albufeira de Massingir, o Governo do Distrito tenciona que esta se torne num verdadeiro meio de recreação, onde os visitantes possam praticar a pesca desportiva e outras atividades recreativas. Entretanto, neste momento esta atividade não tem sido desenvolvida, sendo que a pesca artesanal tem dominado o dia a dia da albufeira de Massingir.

A recreação na albufeira de Massingir, seria uma das formas de aproveitamento deste recurso. No entanto, neste momento estas atividades são pouco frequentes. Esta, tem sido mais usada para a pesca artesanal. (EA)

Outro aspeto importante é a questão da inclusão comunitária, tendo em atenção que estas reservas de fauna bravia, priorizam a mão de obra local, em processos de recrutamento, o que reforça a ideia de responsabilidade social empresarial, que para Cabral, Santos, & Gomes, (2015), "É uma forma de direcionar a atividade empresarial como corresponsável pelo bem-estar da sociedade" (p.96).

O Covane Community Lodge também tem estado a atrair um número considerável de turistas, devido a vários produtos e serviços de recreação que desenvolve, colocando deste modo, o Distrito de Massingir numa posição competitiva.

Em relação à nossa área de pesquisa, os recursos existentes no PNL são explorados através da observação da fauna bravia, contemplação da natureza e das paisagens da albufeira, em conjugação com a fauna aquática, porém, uma vez que os produtos e serviços não estão ainda devidamente estruturados, o parque tem encontrado algumas alternativas para permitir que os interessados em explorar os recursos possam efetivamente realizar os seus projetos.

Uma das alternativas tem sido providenciar mapas e toda a informação relevante sobre os recursos, sua localização bem como acessibilidade, para que o visitante por si próprio explore os seus interesses. Algumas vezes, o parque aproveita o conhecimento de alguns fiscais florestais, e delega neles o acompanhamento aos visitantes.

O PNL ainda não está a explorar muito os recursos, ainda não existem empreendimentos turísticos, espaços de lazer entre outras formas de exploração que satisfaçam cabalmente a procura. (EA)

O PNL neste momento não tem atividades turísticas nem pacotes estruturados para a venda. (ED)

Apesar de existir um património natural bastante rico no PNL, pouco se tem estado a fazer em relação à exploração destes recursos para fins de turismo. O nível de exploração é muito baixo, de tal forma que o parque não possui quaisquer atividades turísticas ou pacotes estruturados para a venda aos turistas, sendo que os turistas que visitam o PNL, maioritariamente usam-no apenas como uma via alternativa para chegarem aos seus destinos finais, facto que levou as autoridades do PNL, no âmbito da colaboração transfronteiriça com o Parque Nacional do Kruger (PNK), na África do Sul, a adotarem uma política segundo a qual, todo o visitante do PNL, obrigatoriamente deverá pagar uma noite ou nas instalações do Kruger, ou nas do PNL, o que deu aso ao início do desenvolvimento dos poucos espaços de acomodação que existem no PNL.

No âmbito da colaboração transfronteiriça, os dois parques, PNL e PNK adotaram uma política que obriga os visitantes a dormir pelo menos uma noite num dos parques. (ED)

Este baixo nível de exploração dos recursos naturais para fins do turismo, é justificado pela idade do PNL e pelo contexto em que foi criado o parque.

Os entrevistados foram unânimes em considerar que o PNL é bastante novo e que devido à existência de população na sua zona central, o desenvolvimento turístico fica comprometido, visto que o principal produto turístico que este pode oferecer é a fauna bravia, não sendo, portanto compatível, o desenvolvimento deste produto com a

presença humana na sua zona central, facto que levou o Governo de Moçambique a decidir reassentar estas populações fora do parque, por forma a assegurar o melhor aproveitamento deste potencial para o desenvolvimento turístico. Neste momento, está em curso a transferência das populações residentes na zona central do parque, para a sua zona tampão, e segundo os entrevistados, as suas atenções estão todas viradas para este processo de reassentamento, e não ao turismo como tal.

O grande foco do PNL no presente momento é o reassentamento das comunidades residentes no interior do parque, findo qual, o parque focar-se-á no desenvolvimento do turismo, pois já haverá mais vida selvagem, que é o maior e principal produto que o parque pode oferecer. (ED)

Por outro lado, a não concessão dos espaços destinados à prática de atividades turísticas é apontada como sendo um dos fatores que atrasam o desenvolvimento turístico no PNL, visto que o parque, sendo uma instituição do estado, não tem vocação para este tipo de atividade, sendo o ideal, apostar em parcerias com o setor privado.

É preciso envolver o setor privado através da concessão das áreas destinadas para o efeito, para o desenvolvimento turístico no PNL. (EA)

A concessão de Machampane, que era explorada por um privado tinha atividades como safaris guiados, canoagem, entre outras, mas neste momento não está sendo explorada. (ED)

Todas as intervenções dos entrevistados, apontam para uma fraca exploração dos recursos naturais no PNL, para fins de turismo, por motivos de diversa ordem. Por um lado, a existência de população na zona central do parque impossibilita o desenvolvimento turístico, pois o principal produto turístico do PNL é a vida selvagem, e que havendo pessoas residindo na zona central do parque não é possível desenvolver este produto. Por outro lado, o não envolvimento do setor privado é também apontado como sendo um dos fatores que retardam o desenvolvimento turístico nesta área.

1.2 Categoria 2 – População residente na zona tampão do PNL

Como referenciado supra, o Parque Nacional do Limpopo possui comunidades residindo tanto na sua zona central assim como no tampão.

Esta categoria é subdividida em duas subcategorias, as quais espelham a densidade populacional especificamente da zona tampão, bem como os seus meios de subsistência:

- Número de comunidades e famílias residentes na zona tampão;
- Meios de subsistência

1.2.1 Subcategoria - Número de comunidades e famílias residentes na zona tampão

Neste momento, existem na zona tampão 64 aldeias, com cerca de 6000 famílias. Este número inclui comunidades nativas desta zona, e algumas oriundas da zona central do parque no âmbito do reassentamento em curso, e o número poderá ainda aumentar nos próximos tempos uma vez que muitas aldeias do interior continuarão a ser reassentadas na zona tampão.

Atualmente existem na zona tampão 64 aldeias e cerca de 6000 famílias, mas com o reassentamento, este número poderá subir. (EC)

1.2.2 Subcategoria - Meios de subsistência

As comunidades residentes na zona tampão do PNL, desde sempre tiveram como principais meios de subsistência a agricultura de sequeiro, a criação de gado e de aves, a pesca em algumas regiões, e o uso dos recursos naturais.

No entanto, a partir do momento em que se proclamou esta área como um Parque Nacional, as comunidades são apeladas a adotar meios de subsistência que se adequem aos padrões exigidos em áreas de conservação. Neste contexto, o uso dos recursos naturais tende a ser feito de forma sustentável.

O parque tem estado a ensinar as comunidades a usar os recursos naturais de forma sustentável (lenha, carvão, etc.) (EC)

Atualmente, o PNL tem estado a apoiar as comunidades em alguns projetos que possam garantir a sua subsistência, como é o caso da implementação de sistemas de regadio, uma vez que a agricultura de sequeiro não oferece segurança, tratando-se de uma área em que poucas vezes chove.

Existem no PNL 18 sistemas de regadio, com os quais o parque apoia as comunidades na produção de comida. Destes, apenas 3 é que estão a mostrar resultados satisfatórios. (EC)

A implementação destes projetos visa fundamentalmente, apoiar as comunidades na produção de alimentação e, por conseguinte, aumentar a tolerância para com os recursos naturais.

Tema 2 – Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Pretende-se com este tema, compreender as ações concretas que têm sido levadas a cabo pelo Governo e gestores do PNL, para a sensibilização e consciencialização comunitária, relativamente à conservação da natureza e da biodiversidade, bem como a resposta das comunidades locais através de atos e ações e tendo em consideração os seus anteriores modos de vida. É igualmente objetivo do presente tema, compreender de que forma as comunidades locais são envolvidas no processo de conservação da natureza e da biodiversidade.

Assim, para uma compreensão plena destes objetivos, estruturou-se o tema em duas categorias:

- Papel dos diferentes intervenientes na conservação da natureza e da biodiversidade, e na sensibilização e consciencialização comunitária;
- Envolvimento das comunidades locais na conservação e gestão conjunta do parque.

2.1 Categoria - Papel dos diferentes intervenientes na conservação da natureza e da biodiversidade, sensibilização e consciencialização comunitária

De modo a obter uma informação mais detalhada e abrangente, esta categoria, foi subdividida em 3 subcategorias, a saber:

- Papel do Governo do Distrito na Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- Estratégias usadas pelo Governo Distrital para a consciencialização e sensibilização das comunidades;
- Papel do PNL na sensibilização e consciencialização comunitária.

2.1.1 Subcategoria - Papel do Governo do Distrito na Conservação da Natureza e da Biodiversidade

O Governo de Moçambique proclamou esta área como um Parque Nacional. Apesar de existir uma estrutura responsável pela administração das áreas de conservação em Moçambique, Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), o Governo local tem também as suas responsabilidades neste processo.

O Governo do Distrito implementa aquilo que são os planos e projetos do Governo de nível central e local. (EA)

O Governo Distrital tem o papel de fazer cumprir com aquilo que são os projetos do Estado, de nível nacional e local. Neste caso específico, o Governo do distrito, transmite às comunidades locais, aquilo que são os seus objetivos, no que diz respeito às áreas de conservação, faz a sensibilização e consciencialização das comunidades, mostrando-lhes os benefícios da conservação da natureza e da biodiversidade e a necessidade de elas aderirem a este projeto. O Governo trabalha em parceria com as Organizações não Governamentais (ONGs) e Sociedade Civil, as quais trabalham diretamente com as comunidades com vista a sua consciencialização.

O Governo Distrital trabalha em parceria com as ONGs e Sociedade Civil. (EA)

2.1.2 Subcategoria - Estratégias usadas pelo Governo Distrital para a consciencialização e sensibilização das comunidades

A introdução do pacote de educação ambiental em todas as escolas do ensino primário para permitir que as crianças cresçam com a cultura de conservação da natureza e da biodiversidade, é uma das principais estratégias usadas pelo Governo para a consciencialização e sensibilização comunitária.

Por outro lado, no caso específico do PNL, o Governo Distrital considera o facto do PNL ser parte integrante do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL), uma ótima oportunidade para consciencializar e sensibilizar as comunidades locais, de tal forma que este promove intercâmbios entre as comunidades do PNL com as de outros parques vizinhos, PNK, na África do Sul e Parque Nacional de Gonarezhou (PNG), no Zimbabwe, que juntamente com o PNL formam o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL), como forma de lhes submeter a esta consciencialização.

Promovemos intercâmbios entre as nossas comunidades com as do PNK e o PNG como uma medida de consciencialização comunitária. (EA)

O Governo aposta ainda nas palestras às lideranças locais, como instrumento fundamental de divulgação de seus objetivos, bem como sensibilização e consciencialização comunitária, uma vez que estas, maioritariamente exercem uma forte influência sobre as comunidades.

Privilegiamos também, encontros formais e informais com os líderes locais de diferentes escalões bem como capacitações a estes como parte das estratégias. (EA)

2.1.3 Subcategoria - Papel do PNL na sensibilização e consciencialização comunitária

O Parque Nacional do Limpopo possui na sua estrutura, o programa de apoio comunitário, que é um dos seus pilares. Neste está inserido o setor de educação ambiental, o qual tem estado a trabalhar na sensibilização e consciencialização das comunidades. Esta tarefa tem se constituído como um grande desafio.

O facto do estabelecimento do parque ter sido posterior à ocupação humana, conjugado com o facto desta ter sido anteriormente uma área destinada à caça tem tornado bastante árdua a tarefa de consciencialização e sensibilização comunitária, na medida em que as comunidades tinham outras formas de vida, sendo portanto um grande desafio fazê-las abandonar o conceito de coutada de caça, e familiarizar-se, abraçar e valorizar este novo conceito, o de conservação.

Não é fácil mudar a mentalidade das pessoas, de modo a abandonar os seus modos de vida. No entanto, o parque faz a consciencialização e sensibilização comunitária através do setor de educação ambiental que está dentro do programa de apoio comunitário. (EC)

Outro fator que tem tornado esta tarefa bastante difícil é a seca na região que tem concorrido para a fome, uma vez que é uma zona semiárida, em que poucas vezes cai chuva. Este fator faz com que as comunidades, mesmo que acatem a mensagem da conservação, nalgum momento, vêm-se "obrigadas" a agir contra ela, para a satisfação das suas necessidades básicas, como a alimentação.

A seca severa que afeta esta região faz com que as comunidades não tenham qualquer outra opção, acabando por vezes, por recorrer aos recursos naturais para a sobrevivência. (EC)

Face a estes desafios, o PNL tem estado a difundir a sua mensagem de conservação, apostando, principalmente na camada mais jovem (mas sem excluir os adultos), oferecendo a esta, outras oportunidades, abrindo a sua visão, mostrando os benefícios que a conservação poderá trazer para a sua comunidade, na expectativa de que estas poderão crescer com uma mentalidade diferente dos mais velhos, uma vez que estes tinham outros modos de vida, antes da proclamação do parque.

Partimos do princípio de que é de menor que se educa um ser humano, para servir melhor amanhã. (EC)

Apesar dos vários fatores que possam tender a fazer retroceder o processo de construção de uma consciência ambiental no seio das comunidades do PNL, a sensibilização e consciencialização comunitária, tem sido uma atividade prioritária e

contínua, através de diversas estratégias adotadas tanto pelo Governo do distrito, como pela administração do parque.

A ideia que temos, é de que a consciencialização e sensibilização passam necessariamente por um ouvir, e ouvir sempre. Isto nos motiva a nos mantermos firmes no processo de sensibilização, pois acreditamos que um dia chegaremos ao nosso objetivo. (EC)

Ambas as entidades consideram os intercâmbios com os parques vizinhos, como uma oportunidade para que as comunidades do PNL aprendam através de ensinamentos transmitidos pelas comunidades dos outros parques, sobre o valor e a importância da conservação da natureza e da biodiversidade, na expectativa de que estas sigam o exemplo das comunidades dos outros parques, e com a vantagem de que aquelas estão ainda mais sensibilizadas em relação a todos os aspetos ligados à conservação.

Fazemos intercâmbios com os outros parques que fazem parte do PTGL, onde cada parque mune-se daquilo que julga ser relevante, atividades culturais, gastronomia entre outros. Os nossos jovens vêm "in loco" aquilo que é o nível de desenvolvimento dos outros parques em todos os aspetos, e tomamos a oportunidade para mostrar que é naquele nível que pretendemos chegar. (EC)

2.2 Categoria: Envolvimento das comunidades locais na conservação e gestão conjunta do parque

Esta categoria, está estruturada em 5 subcategorias, a saber:

- Envolvimento das comunidades no processo de elaboração das políticas de conservação;
- Políticas adotadas pelo PNL para uma gestão conjunta do parque e estratégias para melhorar a interação;
- Conciliação dos objetivos da conservação da natureza e da biodiversidade com a presença humana no PNL;
- Monitorização das atividades das comunidades inerentes à conservação;

- Avaliação dos membros dos órgãos comunitários no processo de conservação dos recursos naturais;

2.2.1 Subcategoria - Envolvimento das comunidades no processo de elaboração das políticas de conservação

Embora a elaboração das políticas nacionais de conservação seja feita a nível central, seja da Assembleia da República, no caso das leis ou decretos, ou do conselho de Ministros no caso de outro tipo de instrumentos normativos ou políticas que sejam da competência deste órgão, dependendo do tipo de políticas, tendo em conta que estas são aplicadas ao nível local, e com impactes significativos para as comunidades locais, em Moçambique, as comunidades são sempre envolvidas no processo, através da sua auscultação pelos órgãos competentes, conforme refere o entrevistado (EB).

A estratégia de desenvolvimento da zona tampão, que é la onde estão integradas as comunidades do PNL, tanto as reassentadas como as hospedeiras é um exemplo do envolvimento das comunidades locais através da auscultação da sua opinião. (EB)

A auscultação das comunidades na elaboração de políticas de conservação pressupõe que estas sejam definidas tendo em atenção as reais prioridades e necessidades das comunidades, evitando ao máximo possível ferir as suas sensibilidades, e definindo-se um ponto de equilíbrio para a satisfação, tanto das necessidades das comunidades, quanto dos objetivos da conservação da natureza e da biodiversidade, o que vai ao encontro do defendido por Oliveira, Freitas, & Nóbrega (2018): "Tendo em atenção que o turismo faz o uso do espaço para desenvolver-se, espaço este pertencente primeiramente às pessoas que ali habitam, é fundamental haver envolvimento dessas pessoas proprietárias do território" (p.153).

2.2.2 Subcategoria - Políticas adotadas pelo PNL para uma gestão conjunta do parque e estratégias para melhorar a interação

A conservação da natureza e da biodiversidade é um processo complexo, na medida em que coloca nalgum momento, divergências de interesses e "opiniões" entre as entidades gestoras das áreas de conservação e as comunidades locais.

Por forma a reduzir o nível de conflitos, e assegurar uma convivência sã e harmoniosa, e conseqüentemente, o alcance dos objetivos da conservação, o Parque Nacional do Limpopo privilegia o envolvimento das comunidades através de uma gestão conjunta e participativa como uma ferramenta fundamental.

Como principal política para uma gestão conjunta, o PNL privilegia a organização das comunidades em comités de gestão ou em associações, que são órgãos representativos de todas as comunidades, que interagem com o parque em todos os assuntos que dizem respeito à vida das comunidades, bem como assuntos do interesse do parque. Esta estrutura funciona como uma ponte de ligação entre as partes.

Privilegamos a organização das comunidades em comités de gestão ou associações, como principal política para uma gestão conjunta. (EC)

A lei de Conservação n.º 16/2014 de 20 de junho, no seu artigo 7, realça a gestão participativa das áreas de conservação, abrindo espaço para a criação de um conselho de gestão da área de conservação, órgão consultivo, presidido pelo Administrador da Área de Conservação, constituído por representantes das comunidades locais, do sector privado, das associações e dos órgãos locais do Estado que, sob a supervisão do órgão implementador da administração das áreas de conservação, apoia a gestão e maneiio da respetiva área de conservação.

O parque, sendo uma área bastante sensível, cujo objetivo primordial é a conservação da natureza e da biodiversidade, a qual, antes de ser proclamada como um parque nacional já era uma coutada de caça, e igualmente já era habitada por pessoas, constitui um requisito fundamental, a integração destas comunidades no processo de conservação, e conseqüentemente, no seu desenvolvimento.

A gestão conjunta das áreas de conservação, entre as entidades responsáveis pela gestão da área e as comunidades locais constitui o ponto mais alto da aplicação das políticas nacionais de conservação, através da qual o Governo manifesta o seu reconhecimento em relação ao contributo que estas poderão proporcionar para o alcance dos objetivos da conservação, bem como a redução de conflitos entre as partes.

Igualmente, a adoção de uma gestão conjunta pressupõe a manifestação de uma confiança mútua entre as partes, o que de certa forma concorre para o sucesso da conservação.

O PNL procura através destes órgãos, manter as comunidades informadas de todas as atividades de relevo, que possam ter algum impacto nelas, pois assim elas sentem-se envolvidas e apoiam os projetos do parque.

Estas estruturas são chamadas para sentar na mesa com o parque, discutir e encontrar melhores caminhos para prosseguir em harmonia. São estruturas reconhecidas pelo governo, inclusive publicadas no Boletim da República. (EC)

Estas estratégias adotadas pelo PNL realçam o papel das políticas públicas, tal como defendido por Benedetto et al. (2016): "*In the management of destination, an effective local governance strengthens local participation and the sense of participation in political action, and provides a singular place some tool for sharing information, discussion, negotiation, and learning*" (pág. 40).

Por outro lado, o PNL, no âmbito de uma gestão conjunta e participativa, envolve as comunidades em algumas ações de conservação, identificando e capacitando alguns membros da comunidade, em coordenação com os comités de gestão, de modo a adquirirem alguma base sobre o que se pretende. Alguns são capacitados para o efeito de mitigação de conflitos, principalmente os relacionados com a fauna bravia, de modo que possam dar resposta caso ocorra algum conflito na ausência do parque. Estes também verificam a ocorrência de irregularidades e denunciam.

Estes membros capacitados apoiam o parque na gestão, e as próprias comunidades. (EC)

O parque também aposta na capacitação dos líderes locais e outras pessoas influentes na aldeia, de modo a que tenham algum conhecimento sobre legislação e outras áreas de interesse do parque, de modo a que possam por si próprios ter ideia daquilo que são os princípios que regem o funcionamento de uma área de conservação, os modos de convivência, e outros assuntos julgados relevantes, sendo que os encontros informais são os mais privilegiados, de modo a quebrar a distância entre as partes.

Temos tido encontros informais, à volta da fogueira com os líderes locais e demais membros das comunidades, e estes encontros tem tido mais impacto, pois as comunidades querem sentir a presença do parque na aldeia e julgamos esta ser uma melhor estratégia para quebrar a distância e melhorar a interação. (EC)

2.2.3 Subcategoria - Conciliação dos objetivos da conservação da natureza e da biodiversidade e a presença humana no PNL.

No PNL, tendo em consideração uma gama de recursos faunísticos e florestais nele existentes, e onde cumulativamente habitam, só na sua zona tampão, cerca de 6000 famílias, tem sido uma tarefa desafiadora conciliar os objetivos da conservação com a presença humana.

Segundo os entrevistados, devido à coabitação, vários são os problemas com os quais o PNL e o Governo do distrito se deparam para a materialização dos objetivos conservação, com destaque para:

- A gestão de mudanças de comportamentos e de atitudes das comunidades, uma vez que anteriormente as comunidades tinham outros modos de vida;
- Os problemas decorrentes da coabitação de pessoas com animais ferozes (vidas humanas em risco, segurança alimentar comprometida devido ao devaste de culturas agrícolas pelos animais ferozes, a redução dos esforços das comunidades em relação à criação de gado, pois este é atacado pelos animais ferozes):

Estamos a gerir mudanças de comportamentos e atitudes, ao mesmo tempo que gerimos os conflitos decorrentes da coabitação de pessoas e animais bravios. (EA)

Por outro lado, a presença humana dentro dos limites do parque é apontada pelos entrevistados, como sendo a causa do fraco desenvolvimento turístico no PNL, uma vez que condiciona o aumento e livre circulação dos animais bravios, que são um dos produtos turísticos mais procurados pelos visitantes. Entretanto, o desenvolvimento deste produto turístico aumenta a vulnerabilidade das comunidades locais e por conseguinte, o nível de conflitos.

A fauna bravia é o principal produto turístico que o parque pode oferecer, no entanto, o seu desenvolvimento atíça ainda mais os conflitos com as comunidades. (EB)

Para o entrevistado B, é uma tarefa bastante desafiadora, conciliar a conservação da natureza e da biodiversidade com a presença humana. A caça furtiva, em grande escala é resultado desta coabitação.

A problemática da caça furtiva em grande escala tem como origem esta coabitação. (EB)

Apesar do esforço envidado pelo PNL através do setor de apoio comunitário no sentido de mudar a mentalidade das comunidades, construir um sentido de pertença e de responsabilidade para com a conservação, de modo a que haja coabitação, aparentemente alguns membros das comunidades não acatam a mensagem, sendo que procedem contra aquilo que são os objetivos do PNL, e ainda mais, influenciando outras pessoas para seguirem o mesmo exemplo.

O mais triste é ter ainda nas comunidades, pessoas que mesmo ouvindo a mensagem do parque, agem contra e algumas delas, por serem influentes na comunidade, acabam por arrastar outros seguidores. (EB)

Face a estes fatores, o Governo de Moçambique decidiu transferir as famílias, da zona central do Parque para a sua zona tampão, na expectativa de criar equilíbrio entre os

objetivos da conservação e a melhoria da qualidade vida das comunidades. Embora o reassentamento também seja um processo complexo, uma vez que se trata de um processo social, e não obrigatório, os entrevistados A e B acreditam que esta poderá ser a melhor forma de criar harmonia com as comunidades, e prosseguir com os objetivos do parque.

Conciliar conservação e desenvolvimento não é tarefa fácil. Diante de vários fatores que tem constituído entrave para a prossecução dos objetivos da conservação, o Governo decidiu reassentar as famílias em zonas mais seguras. A meta é ter todas as comunidades reassentadas, até 2022. (EA)

Ambos são unânimes em considerar que o reassentamento que está sendo levado a cabo no PNL poderá reduzir tanto os conflitos homem/animal, quanto a pressão sobre os recursos naturais. Igualmente apontam para o mesmo processo como sendo uma forma de melhorar o desenvolvimento turístico no PNL, embora, o entrevistado A refira que este processo também tem sido muito complexo pelo facto de ser um processo social, e não obrigatório.

2.2.4 Subcategoria - Monitorização das atividades das comunidades inerentes à conservação da natureza e da biodiversidade

O PNL, não só faz o apelo para a adesão da mensagem da conservação da natureza e da biodiversidade, como também faz a monitorização das ações do dia a dia das comunidades, para medir o nível de resposta dada por estas através de ações concretas.

Esta monitorização, envolve, para além do Programa de apoio comunitário, os setores de fiscalização e de manejo de fauna, ambos pertencentes à estrutura do Parque.

Trabalhamos em conjunto com o setor de fiscalização e de manejo de fauna. (EC)

O setor de fiscalização foca-se naquilo que são as práticas ilegais do uso não permitido dos recursos, enquanto que o manejo de fauna juntamente com o programa comunitário fazem a monitorização do nível de conservação da floresta, de modo a identificar se há evasões de áreas florestais identificadas praticamente virgens e

aconselhar e sensibilizar as comunidades de modo que utilizem as áreas delimitadas para as suas atividades diárias, como machambas, pastagem, entre outras.

Foram feitos no parque, alguns zoneamentos com delimitações claras de áreas de pastagem e para agricultura. As comunidades estão cientes de que não devem ir para além dos espaços permitidos, para além de ser perigoso para elas também, visto que são áreas mais frequentadas por animais bravios. (EC)

Estes dois mecanismos auxiliam o PNL a compreender até que ponto as comunidades locais acatam a mensagem, e colaboram no processo de conservação da natureza e da biodiversidade.

2.2.5 Subcategoria - Avaliação dos membros dos órgãos comunitários no processo de conservação dos recursos naturais

Como referido anteriormente, existem membros dos comités de gestão, que representam as comunidades, junto do PNL. O seu papel legal é o de funcionarem como ponte de ligação entre o parque e as comunidades. Dentre várias atribuições destes órgãos, destaca-se o seu papel na transmissão, às comunidades, daquilo que são os objetivos do parque, e sensibilizando-as, e a canalização, para a direção do parque, daquilo que são as preocupações das comunidades.

Apesar destes elementos colaborarem com o parque na sensibilização e alertando o parque sobre certas ocorrências de atos ilegais, alguns deles, devido à ambição e procura de "vida fácil", distanciam-se destas boas práticas, envolvendo-se em atos ilegais, tornando-se, num mau exemplo para as comunidades, envolvendo-se em atos ilícitos e contra a conservação, e por serem pessoas respeitadas no seio da comunidade, influenciam os outros.

No entanto, apesar dessas más influências, numa forma geral, no que respeita à população no seu todo, transparece a ideia de que elas apoiam a conservação.

É preocupante ter indivíduos dentro das comunidades que querem enriquecimento fácil, e envolvem-se em caca furtiva, e porque alguns são influentes na comunidade acabam por arrastar outros seguidores. Mas a

perceção que tenho sobre a população como um todo é de que apoiam a conservação. (EB)

Em termos de participação dos órgãos comunitários na conservação dos recursos naturais, alguns são ativos e disseminam a principal mensagem do parque, e trazem algumas denúncias no anonimato, de pessoas que transgridem a lei e os princípios do parque, mas outros colaboram com os malfeitores. (EC).

Tema 3 - Desenvolvimento Turístico no PNL

Pretende-se com este tema, compreender o desenvolvimento turístico existente, desde o início de atividades turísticas nesta área até aos níveis atualmente alcançados, e principalmente compreender as estratégias que o PNL tem adotado para a sua promoção.

Pretende-se ainda neste tema compreender o nível de envolvimento do setor privado no desenvolvimento turístico do PNL.

Para o efeito, e para melhor compreensão, o tema foi estruturado em sete categorias:

- Período de início de atividades turísticas no PNL;
- Tipos de infraestruturas e capacidades em termos de alojamento;
- Mecanismos de captação de receitas no PNL e envolvimento do setor privado;
- Conciliação das práticas turísticas com os objetivos da conservação;
- Inclusão social, turismo acessível;
- Comunicação e marketing;
- Fluxo turístico.

3.1 Categoria – Período de início de atividades turísticas no PNL

Uma vez que esta categoria pretende apenas dar um breve historial do período e dos avanços nas atividades turísticas no PNL, optou-se por não a subdividir.

O PNL foi proclamado em novembro de 2001. As infraestruturas turísticas e facilidades só tiveram início a partir dos anos de 2003 a 2005, com a abertura de

estradas, sendo a de Giriyondo bem como a construção da fronteira com o mesmo nome, o que marcou o início de movimento turístico no PNL.

O desenvolvimento turístico no PNL inicia entre os anos 2003 a 2005, com a construção da estrada de Giriyondo e a fronteira do mesmo nome. (ED)

Segundo o entrevistado D, primeiramente, as pessoas usavam o PNL apenas como caminho, de e para a vizinha África do Sul, uma vez que a distância entre os dois pontos é bastante curta, relativamente à da fronteira de Ressano Garcia, em Maputo. Com a construção da fronteira de Giriyondo muitos turistas provenientes da África do Sul passaram a usar o PNL como via alternativa para chegar as praias moçambicanas.

Mais tarde houve a necessidade de adoção de políticas que pudessem "reter" os visitantes por mais tempo no PNL, e foi então, que no âmbito da colaboração transfronteiriça com o Parque Nacional do Kruger, determinou-se que todo o indivíduo que quisesse passar pelo parque, devia passar pelo menos uma noite, em um dos parques, ou no PNL ou no Kruger.

Pensou-se que conseguindo atrair e aliciar as pessoas a ficarem mais tempo no parque, seria uma das formas de divulgar o parque e ganhar alguma receita pelo alojamento. (ED)

3.2 Categoria – Tipos de infraestruturas e capacidade em termos de alojamento

Nesta categoria, também não houve necessidade de subdividi-la em subcategorias, pelo facto de permitir resposta mais direta.

A política referida na categoria anterior, aliada ao facto de que na área de conservação haver também limitação em termos de velocidade (o que significa que o turista, ao entrar numa área de conservação, assume que não tem pressa) deu força ao início do desenvolvimento de infraestruturas para acomodação (chalés e espaços para acampar) o que complementa a oferta turística ora existente. Foram construídos, numa primeira fase, os acampamentos de Águia Pesqueira, Machampane e depois o da Albufeira.

Neste momento, em termos de alojamento, o PNL conta com um total de 42 camas e 60 espaços para acampar, distribuídos em: 24 camas no campismo albufeira, 8 na aguia pesqueira, e 10 camas em Machampane. (ED)

3.3 Categoria - Mecanismos de captação de receitas no PNL e envolvimento do setor privado

Em qualquer instituição ou organismo público ou privado, a produção de receita é crucial para assegurar o seu funcionamento, e as áreas de conservação não são uma exceção.

O objetivo desta categoria é compreender os mecanismos de captação de receitas bem como as formas de parceria com o setor empresarial.

Para o efeito, a categoria foi estruturada em três subcategorias:

- Taxas de acesso ao parque e outras receitas
- Concessões turísticas
- Estratégias para capitalizar os produtos/serviços turísticos

3.3.1 Subcategoria – Taxas de acesso ao parque e outras receitas

Para fazer face a despesas de funcionamento, um dos mecanismos para a captação de receitas nas áreas de conservação em Moçambique, em particular no PNL é a aplicação de taxas de entrada de visitantes. Estas taxas são aplicadas mediante tabelas previamente fixadas pelo órgão competente.

Em todos os portões de entrada, existem funcionários encarregues de fazer essas cobranças, mediante aplicação de taxas preestabelecidas pela estrutura competente (ED)

Embora a importância dos recursos naturais não se resuma apenas em valor monetário, indo muito além disso, é importante que o seu acesso seja mediante o pagamento destas taxas, o que irá permitir suprir algumas necessidades relativas a própria conservação.

Para além da cobrança de taxas de entrada, o PNL socorre-se ainda das cobranças dos serviços de alojamento, e às vezes também produz e vende material promocional como

camisetas, bonés, entre outros, que para além da finalidade financeira, também servem de promoção da marca do PNL.

Às vezes produzimos e vendemos camisetas, bonés entre outros, que também julgamos ser uma forma de promover o parque. (ED)

Por outro lado, o processo de conservação da natureza e da biodiversidade requer fundos avultados, nomeadamente para a formação e várias despesas com o pessoal, equipamentos, entre outros, sendo que a comercialização destas áreas através do turismo pode ajudar a colmatar o défice de fundos.

3.3.2 Subcategoria - Concessões turísticas

A concessão de empreendimentos turísticos, ou locais previamente identificados como possuidores de um potencial turístico ao setor empresarial para que este os explore, e haver partilha de benefícios é apontada pelos entrevistados como uma das estratégias que poderia alavancar financeiramente o parque, a economia nacional, bem como a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

É preciso envolver o setor privado através da concessão das áreas destinadas para o efeito, para o desenvolvimento turístico no PNL. (EA)

Esta forma de exploração turística é bastante apelada pela ANAC, através do seu Plano Estratégico.

Segundo o entrevistado D, o PNL tem três concessões com muitos e diferentes tipos de turismo, mas que neste momento não estão a ser exploradas, sendo que a burocracia é apontada como sendo um dos fatores que retarda o processo das concessões, uma vez que para estes processos, as decisões não são da competência do parque, mas sim dos órgãos centrais do estado.

O PNL tem 3 concessões com muitos e diferentes tipos de turismo, mas que não estão a ser exploradas. É um assunto que envolve também o Governo de nível central. (ED)

Um das mais importantes áreas a ser concessionada, é o Madonse, com um potencial turístico bastante invejável em termos de vida selvagem, e que devido à sua localização estratégica (nas proximidades da fronteira de Giriyondo), poderia servir para captar os turistas remanescentes do Parque Nacional do Kruger.

O Kruger, por ser um parque secular não tem mais espaço para desenvolvimento. Julgamos ser uma oportunidade para a captação dos turistas remanescentes. (EB)

A ideia básica é que o PNL garanta a existência, a manutenção e segurança dos recursos turísticos, e o setor privado faça a sua exploração. (EB)

Nesta questão, todos os entrevistados convergem em considerar que o envolvimento do setor privado poderá trazer ganhos avultados ao PNL, sendo que o entrevistado D lamenta a morosidade dos processos de concessão por parte do Governo do nível central, pois até ao momento ainda não está a ser explorada nenhuma concessão devido a este fator enquanto que o entrevistado B foi otimista em referir que a abertura do concurso para a concessão de Águia Pesqueira seria consumada brevemente.

Inicialmente foi concessionado o Machampane, e em breve se irá abrir concurso para concessionar Águia Pesqueira. (EB)

No geral, a ideia principal do Governo Distrital e do PNL é basicamente assegurar que os espaços com maior potencial para turismo sejam concessionados, de modo a que o setor privado os possa explorar.

Pode-se assim concluir que para os entrevistados, o envolvimento do setor privado, através da concessão a este, das áreas destinadas ao desenvolvimento de infraestruturas turísticas é a melhor forma de assegurar que ocorra no PNL, o real desenvolvimento turístico. Tendo em atenção que o PNL é uma instituição do estado, e que turismo é um negócio, e o estado, geralmente não tem vocação para fazer negócio, é através da criação deste tipo de parcerias que se pode aproveitar os seus recursos. Aliás, esta forma de exploração turística é também bastante realçada pela ANAC:

A recuperação deste potencial depende da disponibilidade de infraestruturas e serviços de apoio ao turismo, desenvolvimento de produtos turísticos baseados nas Áreas de Conservação e as possibilidades de manter a integridade e qualidade das Áreas de Conservação. Isto implica a sua gestão integrada e a criação de sinergias com o sector privado, combinando as capacidades e competências empresariais no país e garantindo ao mesmo tempo a Conservação da Biodiversidade (Plano Estratégico da ANAC, 2015-2024. p. 2).

3.3.3 Subcategoria - Estratégias para capitalizar os produtos/recursos turísticos

Até aqui, não há dúvidas de que o PNL é detentor de recursos que possam permitir a prática de variados tipos de atividades turísticas. No entanto, é necessária alguma inovação, de modo a transformar esses recursos em produto acabado, que possa gerar capital económico financeiro.

A Lei da conservação n.º 16/2014 de 20 de junho, no seu artigo 8, realça a capitalização da riqueza genética, fauna bravia, e outros recursos naturais e dos conhecimentos locais e tradicionais sobre o uso de material biológico, como um dos mecanismos de financiamento das áreas de conservação.

Segundo os entrevistados, o PNL tem-se empenhado na procura de estratégias para transformar os seus recursos num verdadeiro atrativo, criando produtos que possam efetivamente conquistar o interesse dos visitantes.

A construção da rampa na albufeira de Massingir de modo a permitir que os turistas pratiquem a pesca desportiva é umas das inovações recentes do parque, sendo que os turistas são encorajados a trazerem os seus barcos para o efeito.

A Albufeira de Massingir, apesar de não pertencer totalmente ao PNL, mas nós aproveitamos parte das suas águas que estão dentro dos limites do PNL, para atividades recreativas de tal forma que existe já uma rampa construída para o efeito. (ED)

3.4 Categoria - Conciliação das práticas turísticas com os objetivos da conservação

Nesta categoria, igualmente as outras anteriores, não houve a necessidade de subdividi-la em subcategorias.

Muitas vezes, o turismo praticado especificamente em ambientes naturais, tem causado danos avultados ao meio ambiente, facto que nalgum momento coloca divergências entre os conceitos de turismo e desenvolvimento.

Para superar deste dilema, e criar uma relação saudável entre turismo e ambiente, o Parque Nacional do Limpopo, tem adotado algumas estratégias.

Uma visita efetuada a uma área de conservação exige sempre uma certa disciplina, tanto por motivos inerentes ao próprio visitante (a sua segurança, o alcance do seu objetivo, se for por exemplo a observação da fauna), quanto para reduzir o impacto sobre a área.

O turismo, independente do segmento, gera impactos ao meio em que é realizado, por isso, no caso de práticas turísticas em unidades de conservação, requiere-se mais atenção e cuidado com os possíveis impactos derivados da atividade (Oliveira et al. 2018).

Segundo o entrevistado D, os turistas que visitam o PNL geralmente são pessoas com uma consciência sobre turismo de contemplação, e que por si próprias já estão conscientes de algumas regras de conduta, como os limites de velocidade, os impactos sobre a fauna, principalmente os sonoros, visuais e outros tipos de distúrbios, bem como a regulação dos ânimos, visto tratar-se de uma zona que pode ser agressiva. Ainda assim, o PNL tem estado a apelar aos visitantes o respeito pelas regras de conduta e princípios a serem tomados em consideração ao entrarem no parque.

Nos pontos de entrada, os visitantes são oferecidos panfletos onde tem toda informação relevante e sobre regras de conduta e aconselhamos os turistas a segui-las. Embora na sua maioria estão cientes destas regras, mas sempre os relembramos. (ED)

O PNL limita ainda o número de turistas quando se trata de visitas de grupos organizados (o grupo é repartido em subgrupos). O objetivo do PNL, ao redimensionar os grupos, é o de proporcionar aos visitantes uma experiência turística agradável, sem interferir negativamente no ambiente. Por outro lado, esta medida visa garantir a segurança dos visitantes, e por fim, as condições de acomodação.

Sempre que preciso, redimensionamos o grupo de modo a termos um número facilmente manejável. (ED)

O estabelecimento do número limite de visitantes é apontado por estudos como uma abordagem de gestão para o desenvolvimento de um turismo sustentável. "*It was largely acknowledged that exceeding carrying capacity not only reduces visitor satisfaction but also has substantial impacts on wildlife (Baltescu et al, citando Buultjiens et al. 2005, p.118) "*.

Relativamente aos resíduos sólidos, o PNL incentiva a todos os visitantes a adotarem um comportamento responsável. Nas entradas do PNL, tem sempre sacos de lixo e todo o turista que entra é lhe entregue o saco, e informado para não deitar lixo no chão. Tem também dísticos nas entradas para chamar a atenção dos visitantes, para não deitar o lixo no chão, não urinar, etc. O PNL tem uma incineradora para o lixo incinerável. O que não se pode queimar é recolhido e tratado fora.

Sensibilizamos sempre os visitantes a colocarem o lixo no saco que lhes são oferecidos na entrada, e na saída existe sempre um local onde possam depositá-lo. (ED)

Uma vez que ainda não existem empreendimentos turísticos a um nível avultado, a situação pode-se considerar controlada. Entretanto, há uma necessidade de se pensar e precaver situações futuras, visto que ao se concretizar existem planos de desenvolvimento

Neste momento como ainda não temos muitos empreendimentos, julgamos que a situação do lixo está controlada. (ED)

Uma área de conservação, ao adotar regras de conduta para o público, concorre para a sustentabilidade da área, bem como da atividade, uma vez que estas podem proporcionar a satisfação dos visitantes, que por sua vez poderá contribuir para que estes voltem a visitá-lo e o recomendem a amigos e familiares.

Como refere Lima (2006), "para atingir a sustentabilidade dos recursos será necessário compreender que a sustentabilidade da atividade é um pré-requisito para o melhor aproveitamento do potencial turístico" (p. 45).

Por outro lado, as práticas turísticas sustentáveis podem contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, através da educação e compreensão do valor que estes espaços detêm e conseqüentemente, a preocupação em conservá-los. "O turismo provoca também impactes significativos sobre a biodiversidade, mas pode converter-se de maneira a protegê-la" (Careto & Lima, 2007. p 57)

3.5 Categoria - Inclusão social (Turismo acessível)

Nesta categoria, tal como nas anteriores, julgou-se não haver necessidade de subdividi-la em subcategorias.

A inclusão social na área de turismo tem sido um assunto fortemente abordado na atualidade, tanto nas esferas académica assim como política, o que em grande medida, tem sido motivado pelo facto de existirem cada vez mais pessoas com algum tipo de incapacidade, viajando ou precisando de viajar.

Relativamente às formas como o PNL inclui este conceito nos seus produtos e serviços, este assume que o conceito ainda não tem sido aplicado como deveria ser. A acessibilidade à informação, que é um fator bastante importante no desenvolvimento turístico, ainda é deficiente.

Temos um website, mas devido a problemas financeiros, não temos conseguido divulgar os nossos serviços como devia ser. (ED)

Relativamente aos produtos, nalgum momento não é possível um visitante que não tenha a sua própria viatura, efetuar uma visita a certos pontos do parque, primeiro porque não existe transporte público, os únicos carros que circulam com frequência no

parque, são do próprio parque, e quando não há disponibilidade, não é fácil chegar a certos pontos. Nalgum momento, ainda que o turista tenha a sua própria viatura, há locais em que não passam viaturas pequenas, sendo que há necessidade de uma viatura 4x4.

Relativamente ao transporte também não estamos ainda a nível de satisfazer a procura. (ED)

Em relação à acessibilidade, as infraestruturas, o PNL assume não se ter obedecido ao critério de desenho universal. Contudo, está ciente de que nos próximos empreendimentos, deverá obedecer aos padrões de desenho mundialmente aceites, de modo a incluir a toda e qualquer pessoa.

3.6 Categoria - Comunicação e marketing

Em qualquer área de atividade, no mundo moderno, não basta apenas dispor de produtos/serviços, ainda que sejam de alta qualidade, sendo, portanto, necessário publicitá-los. A área de turismo não é uma exceção, sendo, pelo contrário, muito exigente.

Para melhor compreensão dos mecanismos de marketing e comunicação, no PNL, esta categoria foi estruturada em duas subcategorias, a saber:

- Estratégias de promoção turística do PNL
- Principais mercados emissores para o PNL

3.6.1 Subcategoria - Estratégias de promoção turística

Para a promoção turística, o PNL tem privilegiado a participação em feiras onde expõe o seu produto. A produção de panfletos, camisetas entre outras iniciativas, tem ajudado na promoção turística. O PNL não privilegia o uso de redes sociais, como a plataforma do Facebook, Twitter entre outras, devido a falta de pessoas formadas para o efeito.

Nossa principal estratégia de marketing tem sido a participação em feiras. A produção de panfletos, camisetas entre outras iniciativas também nos tem ajudado na promoção turística. (EB)

O parque tem igualmente um website, através do qual divulga os seus produtos/serviços, porém este não tem sido efetivo, pois devido a problemas financeiros este não tem sido atualizado com periodicidade.

O parque usa igualmente o website para divulgação dos seus produtos/serviços. (EB)

Temos também o website, mas devido a problemas financeiros, este não tem sido atualizado com periodicidade. (ED)

Está também em curso o desenho de um pacote que irá permitir que a partir da ANAC, haja informação sobre todos os parques. (ED)

Relativamente às plataformas digitais de marketing, não havendo uma coerência em relação às respostas dos dois entrevistados, pode-se então, concluir que o uso destas para a divulgação de seus produtos/serviços, ainda não tem sido feito de forma satisfatória.

3.6.2 Subcategoria - Principais mercados emissores para o PNL

O maior número de pessoas que passam pelo PNL é proveniente da RSA, através do KNP, a seguir são pessoas de nacionalidade moçambicana. Como se disse antes, deve-se ter em consideração que nem todos são turistas como tal, usando apenas o PNL como via de acesso para as praias. Deste modo, não se pode considerar que a mensagem de promoção turística tem tido maior impacto no mercado sul africano, seguido do mercado nacional, pois muitas destas viagens são com outros fins, e não tem o PNL como destino final, embora alguns possam juntar aquilo que consideram o "útil ao agradável".

As pessoas que se fazem ao PNL são maioritariamente provenientes da RSA. Nem todos são visitantes do parque. Muitos usam-no como via rápida para as praias de Inhambane, Xai-xai, Bilene e outros. (ED)

Importa referir que mesmo com a política de passar obrigatoriamente uma noite no PNL ou no Kruger, apenas tem tido impacte financeiro, porque todo o visitante do parque paga os valores de alojamento mas muitos são os que não se importam de pagar

e depois não dormir no parque, sendo portanto necessária a adoção de estratégias que irão convencer as pessoas por si próprias a escolherem o parque como destino final.

3.7 Categoria - Fluxo turístico

Esta categoria foi estruturada em quatro subcategorias:

- Produtos mais procurados;
- Épocas altas e baixas;
- Fluxo turístico nos últimos 3 a 5 anos e projeção dos próximos 3 a 5 anos;
- Avaliação da satisfação do PNL em relação aos produtos que oferece.

3.7.1 Subcategoria - Produtos mais procurados

Como referenciado na categoria anterior, até ao momento, raras vezes aparecem turistas que têm o PNL como destino final. A maioria usa-o como via de acesso para as praias e a outros destinos de seu interesse, para reduzir as distâncias. Dos poucos que vêm especificamente para visitar o PNL, o que mais pretendem é ver os animais bravios.

Os poucos visitantes que procuram o parque como destino final, o que mais procuram é a observação da fauna bravia. (ED)

3.7.2 Subcategoria - Épocas altas e baixas

O PNL tem conhecido o seu pico, no período de festejos de natal e fim de ano, páscoa e férias escolares na RSA, o que mais uma vez justifica a proveniência da maioria das pessoas que visitam o PNL. Nas restantes épocas o parque tem sido muito calmo.

As épocas de pico, geralmente tem sido nos festejos de natal e fim de ano, no período de páscoa e nos meses de julho e agosto, devido as férias escolares na Africa do Sul. (ED)

3.7.3 Subcategoria - Fluxo turístico nos últimos 3 a 5 anos e projeção dos próximos 3 a 5 anos

A avaliação em termos de receitas dos últimos 3 a 5 anos foi progressiva, o que é bastante positivo. Houve um período em que a tendência da receita foi de regredir, devido às hostilidades políticas no centro do país, que acabaram afetando o país no seu todo, na área do turismo. Mas tirando esta época, e a época em que as infraestruturas do PNL estavam em mau estado, o impacto tem sido positivo.

Em 2016 a receita foi de cerca de cinco milhões de meticais, em 2017 foi de aproximadamente a sete milhões de meticais, e em 2018 foi de cerca de dez milhões de meticais. (EB)

Estas receitas são justificadas pela entrada de turistas, portanto, se as receitas foram progressivas, isto implica também o aumento do número de visitantes.

Este aumento progressivo no valor das receitas, dos últimos 3 anos a 5 anos, deixam uma expectativa de aumentos contínuos nos próximos anos, o que leva as entidades da área, a prever um aumento cada vez crescente nos próximos anos.

A este ritmo, acredito que nos próximos 3 anos poderá atingir a quinze milhões de meticais ou mais. (EB)

3.7.4 Subcategoria - Avaliação da satisfação do PNL em relação aos produtos que oferece

O PNL possui nas entradas, bem como nos locais de alojamento, livros de registos, onde os turistas partilham a sua satisfação ou insatisfação, reclamações ou sugestões para o melhoramento, sendo que também o podem fazer por outras vias.

É com base nesta avaliação da satisfação dos visitantes, que o Parque faz uma autoavaliação positiva, embora reconheça a necessidade de melhorias cada vez mais crescentes e tendo em consideração que o principal produto que o PNL pode oferecer é a fauna bravia.

Colocaria o produto na escala de razoável, crescente para satisfatório. (EB)

Com as comunidades ainda dentro dos limites do parque seria difícil oferecer um produto que satisfaça cabalmente os anseios dos visitantes, porém, acredita-se que depois de todas as comunidades reassentadas, a fauna irá se desenvolver mais, haverá ainda a restauração da paisagem e tudo isto irá concorrer para uma grande atratividade.

Acreditamos que no fim do reassentamento, o cenário poderá mudar. (EB)

Tema 4- Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável

É objetivo deste tema, compreender no concreto, como é que o turismo praticado no parque beneficia as comunidades locais, e como é que estas participam no seu próprio desenvolvimento.

Para a sua análise e melhor compreensão, o tema foi subdividido em seis categorias:

- Partilha dos benefícios do turismo praticado no PNL com as comunidades locais e projetos concretos;
- Membros e processo de gestão dos benefícios;
- Monitorização e avaliação;
- Incentivos para as práticas turísticas e de geração de rendimentos;
- Colaboração transfronteiriça e vantagens da integração do PNL no PTGL;
- Constrangimentos e desafios.

4.1 Categoria - Partilha dos benefícios do turismo praticado no PNL com as comunidades locais e projetos concretos

Vários estudos mostram que o sucesso da conservação da natureza e da biodiversidade depende da satisfação das comunidades residentes nessas áreas, e esta satisfação circunscreve-se pela partilha de benefícios resultantes da exploração dos recursos naturais. "*Protected species, areas, and ecosystems would survive only if those people living nearest them benefited financially from both the parks and tourism*" (Honey, 1999, p.12).

Por outro lado, segundo o Plano estratégico da ANAC, as comunidades locais são interlocutores fundamentais a ter em conta na planificação, execução, gestão e partilha de benefícios de exploração de recursos naturais nas Áreas de Conservação, com a participação consciente e ativa da população.

Para compreender então, como é feita essa partilha de benéficos provenientes da exploração dos recursos naturais para fins do turismo no PNL, esta categoria foi estruturada em 2 subcategorias:

- Benefícios diretos e indiretos das comunidades, resultantes do estabelecimento do PNL;
- Projetos concretos desenvolvidos pelas comunidades (turísticos e outros que visam a geração de rendimentos).

4.1.1 Subcategoria - Benefícios diretos e indiretos resultantes do estabelecimento do PNL

As comunidades residentes no PNL recebem um benefício direto de 20% das receitas arrecadadas pelo PNL, para desenvolverem projetos e iniciativas de geração de rendimento.

20% das receitas arrecadadas pelo parque é convertida a favor das comunidades locais. (EC)

Esta comparticipação do PNL resulta do preconizado no artigo 49, da lei de conservação n.º 16/2014 de 20 de junho, concernente á atribuição de uma taxa de acesso e utilização dos recursos naturais, para o benefício das comunidades locais, que não seja inferior a 20%. Esta lei, por sua vez, inspirou-se na convenção sobre a diversidade biológica sobre a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos naturais, bem como dos conhecimentos tradicionais das comunidades locais.

O PNL oferece ainda benefícios indiretos às comunidades, através da criação de oportunidades de emprego, entre permanentes e sazonais, bem como pela terciarização dos serviços.

Cerca de 90% dos trabalhadores do PNL são oriundos das comunidades locais e dos distritos circunvizinhos. Anualmente o PNL emprega ainda cerca de 100 trabalhadores sazonais. (EB)

Outros provedores de serviços, nos casos em que o PNL faz a terceirização oferecem emprego a cerca de 500 pessoas oriundas das comunidades circunvizinhas. Portanto são cerca de 1000 postos de trabalho criados pelo PNL para as comunidades locais. (EB)

Prevê-se que os benefícios poderão aumentar, já que, uma vez reassentadas todas as famílias, o produto turístico vai crescer e, conseqüentemente, o aumento das receitas, sendo que as comunidades poderão ser guias turísticos e poderão ter muitas oportunidades de negócios, como alojamento, transporte e outros.

A comunidade deverá, portanto, tirar vantagens de estar num parque transfronteiriço, tal como acontece com as comunidades circunvizinhas no Kruger, que desenvolvem vários negócios, aproveitando se do fluxo turístico daquele parque. (EB)

4.1.2 Subcategoria - Projetos concretos desenvolvidos pelas comunidades

O valor entregue às comunidades correspondentes a 20% das receitas do parque tem por finalidade o desenvolvimento de iniciativas e projetos que possam ajudar no suprimento de necessidades das comunidades, através da geração de alguns rendimentos. Em termos de investimentos feitos com os fundos do turismo praticado no PNL, estes foram variando conforme as necessidades e prioridades das comunidades.

Algumas comunidades compram motobombas para irrigação dos campos agrícolas. Outras optam pelo fomento pecuário, através da compra de gado bovino, e outras ainda compram moageiras, barcos para a travessia e para a pesca, entre outros investimentos. (EC)

4.2 Categoria - Membros e processo de gestão dos benefícios

A gestão dos fundos dos 20% é feita pelas próprias comunidades, através de um órgão intitulado Comité de Gestão do Parque, no qual estão representadas todas as comunidades residentes no PNL.

Todas as comunidades estão representadas neste órgão (EC)

Este comité é composto pelos membros de cada uma das comunidades. O valor é entregue ao comité do parque, e este por sua vez faz a distribuição por igual, pelos 4 distritos que fazem parte do parque. Estes distritos também estão organizados em comités distritais, os quais fazem também a gestão a nível distrital, e assim sucessivamente, até a comunidade.

*Este comité avalia as propostas dos projetos e aprova os que achar viáveis.
(EC)*

O mesmo comité, após o financiamento dos projetos, faz o acompanhamento do decurso dos projetos financiados, obedecendo, igualmente a estrutura local, distrital e até a geral do comité do parque.

4.3 Categoria – Monitorização e avaliação

Como referenciado na categoria anterior, o fundo dos 20% é pertencente às comunidades, e a sua gestão está sob a sua responsabilidade. Entretanto, sendo um fundo público, proveniente das receitas do estado, para melhor execução dos projetos e alcance dos objetivos desejados, é natural que tanto o PNL assim como o Governo distrital desempenham um papel fundamental, pois de nada valeria a distribuição de fundos, se não se fizer a sua monitorização e avaliação para medir até que ponto os projetos estão a produzir os efeitos que se desejam.

Para o efeito, esta categoria foi dividida em subcategorias:

- Papel do Governo Distrital e do PNL na monitorização dos projetos;
- Apreciação do Governo em relação ao desempenho dos membros de gestão dos benefícios.

4.3.1 Subcategoria - Papel do Governo Distrital e do PNL na monitorização dos projetos

O Governo Distrital faz a monitorização do decurso dos projetos para saber quem são os que foram financiados, qual o nível de retorno, quais os projetos de sucesso e os fracassados e compreender os motivos dos insucessos, de modo a tomar precauções em processos futuros.

O comitê presta informação ao conselho consultivo, que reúne duas vezes por ano. (EA)

Em relação ao PNL, não há dúvidas que devia participar ativamente neste processo de monitorização e avaliação, até porque devia estar mais envolvido desde o processo de planificação e execução, como se sabe, a planificação tem sido a chave para o sucesso de qualquer atividade. Entretanto, segundo o entrevistado B, só nos últimos anos é que o PNL tem participado com alguma consistência na planificação deste valor, precisando ainda de fortificar a monitoria e execução, e melhorar a transparência.

O PNL precisa trabalhar mais com as comunidades. O sentimento que tenho, é de que o envolvimento do parque ainda não é muito forte (EB)

O fraco envolvimento do PNL no processo de planificação, execução, monitorização e avaliação dos projetos desenvolvidos pelas comunidades deverá estar aliado à divergência de opiniões entre os entrevistados B e C. Enquanto o entrevistado B entende que o papel legal do PNL devia ser mais ativo, o entrevistado C entende que pelo fato das comunidades serem detentoras dos fundos, o PNL só deverá entrar como consultor.

As comunidades são detentoras dos fundos, o parque entra como consultor, ajudando-as e direcionando-as, mostrando-as a viabilidade do projeto, e a probabilidade de o projeto dar certo ou não. Mas no fim estas é que decidem pelos projetos que julgam ser prioritários. (EC)

Por outro lado, a maioria dos membros dos comités de gestão são pessoas de muito baixo nível de escolaridade, ou mesmo escolaridade inexistente, sem experiência na matéria de planificação, gestão, etc., sendo que carecem de algumas competências para o desempenho das funções com algum profissionalismo. Seria importante a formação contínua a estes membros em matérias de governança, planificação, gestão, contabilidade entre outras áreas julgadas relevantes.

Os membros de gestão, maioritariamente são pessoas com baixo ou inexistente nível de escolaridade e pouco experientes na matéria de gestão, pelo que

pensamos que os submeter a formações poderia contribuir para melhorar a gestão. (EB)

Outro dilema que precisa de alguma tomada de consciência e atitude é a questão da transparência, uma vez que existe algum oportunismo e fraqueza na estrutura comunitária, aplicando os fundos para fins alheios à comunidade, o que para o entrevistado B, pode ser devido a experiências anteriores de valores que foram dados pelo estado e que pensaram que fosse donativo, sendo que para as comunidades tirarem essa consciência não tem sido fácil. Para este entrevistado, os membros comunitários não se sentem confortáveis com a presença do PNL no processo de gestão, e pensa-se que este pode ser um dos fatores que está por detrás disso.

A falta de transparência tem sido outro dilema. Alguns membros usam o valor para fins alheios. As formações poderiam também ajudar a melhorar a transparência. (EB)

As comunidades não se sentem confortáveis com a presença do parque no processo. (EB)

4.3.2 Subcategoria – Avaliação do desempenho dos membros e da gestão dos benefícios

O Governo do distrito faz uma apreciação positiva em relação ao desempenho dos membros de gestão dos benefícios.

Entretanto, há um problema de falta de reembolsos. A ideia é que os fundos beneficiem o maior número possível de pessoas, sendo que as pessoas estão estruturadas em associações. Uma determinada associação, ao ser financiada, deverá produzir num determinado período, e assegurar que tenha capacidade para começar a andar sozinha, e assim, devolver o valor financiado para a conta mãe, para permitir que os outros também se beneficiem do mesmo. Este reembolso não tem acontecido.

As próprias comunidades decidiram que os fundos deveriam ser entregues as associações, mediante apresentação e aprovação de projetos, e que estas associações deveriam produzir, e chegar a um nível em que possam andar

sozinhas, e assim devolverem o dinheiro para a conta mãe, das próprias comunidades, para que possa beneficiar os outros. No entanto os reembolsos para a conta mãe não estão a acontecer. (EA)

Um dos motivos da falta de reembolsos é a execução de projetos sem uma avaliação prévia, pois projetos deste género, geralmente tem resultado em fracasso, umas vezes porque o projeto falhou, e outras vezes porque é um projeto que leva muito tempo para surtir os efeitos, comprometendo deste modo, os reembolsos.

Alguns optam por comprar bovino, e muitas vezes não resiste a condições diferentes dado que trazem no de longe e acaba morrendo. (EA)

Outras vezes os bovinos conseguem sobreviver, mas o tempo necessário para o gado bovino se reproduzir é bastante longo. (EA)

Esta questão associa-se ao facto referenciado na subcategoria anterior, ausência de acompanhamento nas diferentes fases do projeto, desde a planificação até a monitorização e avaliação, sendo da responsabilidade do PNL e do Governo Distrital, garantir a devida assistência.

A fragilidade na estrutura responsável pela gestão dos benefícios, referenciada na subcategoria anterior é apontado pelo Governo do Distrito como sendo um dilema que culmina com comportamentos desonrosos que levam alguns membros à barra da justiça, necessitando, deste modo, de algumas medidas corretivas, o que recentemente, levou as partes a optarem por um modelo de gestão rotativo de modo a permitir que haja mais controle e transparência no processo e que sejam responsabilizadas as pessoas que usarem o valor em seu benefício próprio.

Neste momento há pessoas que estão a responder em tribunal pelo uso indevido dos fundos, na altura em que estavam em frente da gestão. (EA)

Duma forma geral, pode se concluir que de facto, há uma certa fragilidade em relação à estrutura de gestão. Por um lado, devido à falta de conhecimentos técnicos, como antes foi referenciado, mas por outro lado por existirem pessoas de má fé, que queiram

tirar proveito, usando das funções que lhes foram incumbidas para tirar vantagens ilicitamente.

Por outro lado, pode-se compreender facilmente que a adoção de projetos sem prévio estudo de viabilidade tem sido resultado da falta de acessoria, sendo de extrema importância que tanto o Governo Distrital assim como o PNL intensifiquem o seu envolvimento neste processo.

4.4 Categoria - Incentivos para as práticas turísticas e de geração de rendimentos

É intenção do Governo/PNL munir as comunidades de ferramentas, conhecimentos e recursos para que estas possam tirar o proveito de estarem a residir numa área de conservação, através do uso dos recursos endógenos, para a promoção de atividades que garantam a melhoria dos seus rendimentos e a valorização e visibilidade do território.

Esta categoria também foi subdividida em 4 subcategorias:

- Papel do PNL e do Governo no incentivo às práticas turísticas com base comunitária;
- Outras formas de apoio às comunidades;
- Avaliação do nível de satisfação pelo desenvolvimento alcançado, na zona tampão do PNL, desde o início das atividades turísticas no PNL;
- Outros potenciais investimentos que poderiam ser feitos com recurso aos fundos dos 20% das receitas do turismo.

4.4.1 Subcategoria - Papel do PNL e do Governo no incentivo às práticas turísticas com base comunitária

Apesar de constituir uma das prioridades do Governo, o envolvimento das comunidades no seu próprio desenvolvimento através de estruturas comunitárias organizadas para desenvolvimento de turismo baseado na comunidade, e implementação de outras iniciativas de geração de rendimentos, o Governo ainda não tem estado a fazer muito nesta matéria, isto é, o Governo não tem desenvolvido ações de incentivo às comunidades para este tipo de práticas, apesar de reconhecê-las como

potenciais causadoras de mudanças, como se pode observar na Comunidade de Canhane, com o projeto Covane Community Lodge, que tem vindo a contribuir bastante para o bem estar daquelas comunidades.

O Covane Community Lodge é um exemplo a seguir, onde as comunidades participam no seu próprio desenvolvimento. (EA)

Outro exemplo é o das fazendas de fauna bravia existentes no distrito, que também tem demonstrado grandes sucessos, que se traduzem no emprego e outros tipos de benefícios para as comunidades locais.

Uma das poucas iniciativas que existe a nível do Governo do distrito, em relação às comunidades residentes no PNL, é a seleção e capacitação de alguns membros destas comunidades como guias. A ideia é munir estes membros de informação sobre a localização dos recursos e sua interpretação. Entretanto é uma iniciativa concebida recentemente, sendo que o Governo está a trabalhar com alguns consultores no sentido de encontrar melhores mecanismos para a implementação da iniciativa.

Acreditamos que esta será uma das formas de envolver as comunidades no seu próprio desenvolvimento. (EA)

No que diz respeito à promoção cultural, estudos mostram que o turismo pode contribuir significativamente para a preservação e promoção cultural.

No entanto, não há ainda ações concretas por parte do Governo do distrito, com vista a apoiar e incentivar as comunidades a apostar nestas práticas, como forma de valorizar os recursos endógenos e, por conseguinte, o seu território e diversificação da oferta turística.

Não temos ainda avanços, sobre o turismo cultural, mas acreditamos que também seria uma forma de promover as tradições locais (EA)

Em relação ao PNL, tal como o Governo Distrital, ainda não participa diretamente na sensibilização para a promoção turística com base comunitária, sendo para o entrevistado B, a idade do parque, a justificativa para este facto.

O PNL é bastante novo, e neste período não constituía ainda prioridade do parque o desenvolvimento turístico. Mas estamos a entrar numa fase em que teremos de nos empenhar muito nisso. (EB)

Entretanto, apesar de não existir ainda este incentivo para as comunidades, estas, por iniciativa própria, com os 20% das receitas, podem implementar vários projetos e iniciativas baseados em recursos naturais. Estas intervenções podem ocorrer dentro da zona tampão ou mesmo fora dela, para reduzir a pressão sobre os recursos naturais.

No plano de desenvolvimento da zona tampão há zonas delimitadas para atividades turísticas, como a construção de lodges comunitários e, neste momento, já existe o de Pafuri.

O Krocs Konner Lodge é um dos poucos exemplos destas práticas, pertencente à comunidade de Pafuri, no distrito de Chicualacuala, na zona tampão do PNL. (EB)

Contudo, para a sua construção, não foram usados os fundos das receitas, tendo sido por fundos doados. Apenas para equipar a infraestrutura foram usados os fundos dos 20% e, atualmente, está a ser gerido por um privado, e há partilha de benefícios. No entanto, realça-se a grande necessidade de formação dos recursos humanos para aquisição de mais competências para este tipo de iniciativas.

As comunidades precisam de ser treinadas para que possam fortificar a sua intervenção sobre a sua participação em turismo baseado na comunidade (EB)

Esta formação passa necessariamente pelo profundo envolvimento de todas as partes intervenientes, principalmente do PNL e do Governo do Distrito.

Em relação à promoção cultural, o parque presta apoio na promoção cultural através do convite a alguns grupos culturais das comunidades para manifestações culturais em datas comemorativas.

Contamos também com esses grupos quando há algum intercâmbio com outros parques do PTGL, onde eles encontram a oportunidade de expor aquilo que são as suas tradições. (EC)

Estes grupos poderiam também ser organizados de modo a que quando houver turistas, os grupos darem um "well come" e receberem algum dinheiro. (EC)

Duma forma geral, pode-se concluir que tanto o PNL, como o Governo Distrital, até ao momento não têm dado muito incentivo às comunidades de modo a que estas desempenhem certas atividades turísticas com base comunitária.

Weaver & Oppermann (2000) realçam o papel do turismo na preservação e revitalização cultural, considerando que a procura turística pode preservar e revitalizar as tradições e cerimónias que poderiam morrer devido aos efeitos da modernização.

4.4.2 Subcategoria - Outras formas de apoio às comunidades

Devido ao contexto em que foi criado o PNL, a necessidade de uma assistência acrescida às comunidades nele residentes é maior, o que é ainda agravado por fatores como a seca na região. Por outro lado, a transferência das famílias implica alguma assistência no que respeita à restauração dos modos de vida e meios de subsistência, nas novas áreas de residência.

Para além dos projetos desenhados com recurso aos 20%, existem algumas iniciativas por parte do PNL, por forma a apoiar as comunidades no suprimento das suas necessidades básicas, e deste modo aumentar a tolerância para com os recursos naturais, sendo que algumas estão já a ser implementadas e outras ainda numa fase de avaliação de viabilidade.

A ideia é melhorar continuamente as condições de vida das comunidades locais, principalmente assegurar o suprimento das necessidades básicas. (EC)

Devido ao reassentamento, foi criada uma estratégia de restauração dos modos de vida das comunidades reassentadas e enquadra também as hospedeiras. Foram identificadas várias atividades que deverão ser desenvolvidas em cada aldeia, tendo em conta as suas potencialidades, recursos disponíveis e condições agro ecológicas.

Foi identificada a agricultura como sendo uma atividade prioritária, seguida da pesca como complementar e outras que podem ser implementadas dependendo das características e condições oferecidas por cada região. (EB)

O PNL está a implementar sistemas de irrigação para apoiar na produção de comida, não só para o consumo, mas também para a comercialização. Segundo o entrevistado B, já existe uma iniciativa de agricultura de conservação, onde será feita a transferência de tecnologias, técnicas de produção agrária, sendo que o PNL é uma área árida, isto poderá maximizar a humidade das águas de chuva e da irrigação e manter os solos mais produtivos.

4.4.3 Subcategoria - Avaliação do nível de satisfação pelo desenvolvimento alcançado, na zona tampão do PNL

Para o Governo do Distrito, o nível de desenvolvimento ainda é pouco. Não há nada muito visível, de tal forma que o Governo está a injetar outros fundos do Orçamento Geral do Estado, para a abertura de furos de abastecimento de água, e para a irrigação dos campos. Com os fundos das receitas do turismo ainda se está longe de alcançar os níveis desejados, sendo, portanto, necessária uma forte articulação com as comunidades, principalmente para que elas tenham uma visão mais ampliada, em relação ao tipo de investimentos, optar por investimentos que satisfaçam a coletividade e introduzirem outras iniciativas inovadoras de investimentos, não apenas se focarem em agricultura e fomento pecuário.

Elas como tal estão crescendo, há mais campos irrigados e o gado esta tambem a aumentar. Mas em termos de desenvolvimento, ainda estão longe de atingir o desejado. (EA)

Para o PNL, os resultados são visíveis, porém é preciso que sejam sistematizados e quantificados.

Alguns eventos como a aquisição de mogaireiras em algumas comunidades, o fomento pecuário, aquisição de barcos para pesca e para a travessia. Algumas comunidades aplicaram os fundos para melhorar as condições da escola.

Estes são alguns exemplos dos efeitos multiplicadores da utilização dos 20%, mas bem geridos, começando pela planificação, execução, e monitorização, os ganhos seriam ainda maiores do que os atuais. (EB)

Tambem é preciso que haja quantificação. A avaliação tem sido mais subjetiva do que objetiva. (EB)

Apesar dos ganhos obtidos pela utilização das receitas dos 20% nas comunidades residentes no PNL, o parque sente que ainda há muito por melhorar. Por outro lado, o próprio valor das receitas ainda não atingiu um nível a que as comunidades possam fazer investimentos maiores, e a altura das suas necessidades, porém tudo está relacionado, a participação destas comunidades na conservação é bastante fundamental, pois só assim poderão se incrementar as receitas, e conseqüentemente os valores a serem entregues às comunidades.

As comunidades devem compreender que os fundos dos 20% só poderão aumentar, se tivermos os recursos conservados. Portanto, elas devem colaborar neste processo. (EB)

As comunidades devem aderir a mensagem da conservação, porque esta é a única maneira de atrair turistas a visitar o PNL e consigo trazerem mais receitas. (EC)

Duma forma geral, pode-se então concluir que o nível de desenvolvimento proporcionado pelo estabelecimento do parque nestas comunidades, ainda não é satisfatório. Embora haja algum crescimento no que diz respeito ao fomento pecuário, agricultura, entre outros eventos, mas ainda está longe daquilo que são os níveis desejados.

4.4.4 Outros potenciais investimentos que poderiam ser feitos com recurso aos fundos dos 20% das receitas do turismo

As comunidades residentes no PNL tem muitas opções de investimentos, dependendo daquilo que são as condições oferecidas por cada região.

A abertura de tanques de peixe (piscicultura), principalmente na zona norte do distrito, onde não há abundância de peixe como no sul do distrito, a abertura de estabelecimentos comerciais para aproximar estes serviços às comunidades, principalmente aos produtores, para a venda de produtos para

os animais e insumos agrícolas, a venda de produtos de primeira necessidade para aproximar esses serviços às comunidades que muitas vezes tem de percorrer distancias para compra-los, são vistos como alternativas viáveis de investimentos para impulsionar o desenvolvimento local. (EA)

Por outro lado, o PNL, com o apoio da KFW (um dos principais doadores do Parque) fez uma consultoria para ver as potencialidades e os projetos que poderiam ser implementados para melhorar cada vez mais a qualidade de vida destas comunidades, tendo em conta as suas necessidades e prioridades, conforme referido pelo entrevistado C.

Foram identificadas algumas atividades como: a especialização em produção e comercialização do frango, a produção de galinhas poedeiras, montagem de uma pequena indústria processadora de tomate, a produção de caprinos, pois a multiplicação desta espécie é mais rápida, em relação ao bovino.

Neste momento, aguardamos que haja disponibilidade de financiamento de modo a que as comunidades possam apresentar as propostas em termos de áreas de intervenção. (EC)

As comunidades serão capacitadas de acordo com a área em que cada um pretende investir, e sobre as poupanças. (EC)

Todos os entrevistados foram unânimes em considerar que para impulsionar o desenvolvimento local, na área de estudo, não basta só a implementação das iniciativas acima referenciadas, sendo importante que as comunidades pensem em produzir não só para o consumo, mas também para comercializar (seja hortícolas ou mesmo produção animal, incluindo peixes e frangos), como um mecanismo viável para aumentar os rendimentos, sendo que algumas comunidades já estão a aderir a estas iniciativas.

Refere-se que o PNL se irá encarregar de facultar o acesso ao mercado, para a comercialização dos produtos, nas vilas sede, bem como em distritos circunvizinhos, conforme referido pelo entrevistado C, e que o próprio parque já é um dos consumidores da produção local, como o feijão para compor a ração dos fiscais e

muitos funcionários do parque são consumidores do frango produzido pela associação de Chibotane.

Um exemplo excelente, é a comunidade de Chibotane, que através dos rendimentos da produção agrícola, hoje já produz e vende frangos. E o PNL é um dos consumidores do frango de Chibotane. (EC)

4.5 Categoria - Colaboração transfronteiriça e vantagens da integração do PNL no PTGL

Algumas áreas de conservação em Moçambique estão integradas em iniciativas regionais de áreas de conservação transfronteiriças, o que cria e amplia as oportunidades de cooperação neste domínio e abre espaço para o desenvolvimento de turismo regional e internacional abrangente, com significativos ganhos para o país. (Plano Estratégico da ANAC, 2015-2024).

O PNL faz parte do PTGL, juntamente com o Kruger, na RSA e o Gonarezhou, em Zimbabwe. No âmbito dos interesses dos três países, tem havido muita colaboração entre os três parques, o que coloca o PNL em grande vantagem, ao lidar com parques mais experientes em todas as vertentes.

Esta categoria, foi estruturada em três subcategorias:

- Vantagens da integração do PNL no PTGL, para a conservação da natureza e da biodiversidade:
- Vantagens na valorização dos recursos endógenos
- Vantagens do desenvolvimento turístico

4.5.1 Subcategoria - Vantagens da integração do PNL no PTGL, para a conservação da natureza e da biodiversidade:

A colaboração transfronteiriça iniciou-se aquando da preparação do processo do estabelecimento do parque transfronteiriço, onde os três países assinaram um tratado de cooperação.

De entre os vários aspetos que têm marcado a colaboração entre os três parques, destaca-se a remoção de cerca de 50 km de vedação, em pontos estratégicos, para permitir uma circulação livre dos animais.

Atualmente continua havendo muita colaboração com os dois parques, no que diz respeito à conservação da natureza e da biodiversidade, sendo de destacar a problemática da caça furtiva que tinha chegado a níveis difíceis de controlar, trabalhando de forma isolada.

Nos últimos anos, os três parques tinham definido como prioridade, o fortalecimento da segurança dos parques, através da intensificação das atividades de fiscalização. (EB)

Por outro lado, a integração do PNL ao PTGL constitui uma excelente oportunidade para educar as comunidades sobre a importância da conservação da natureza e da biodiversidade. O Governo do distrito promove intercâmbios com os outros parques do PTGL, como forma de educar as crianças nas escolas. Elas visitam os outros parques, e fazem comparação em relação ao nível de povoamento animal lá existente.

Julgamos ser uma das formas de abrir a consciência das crianças e comunidades do PNL para que entendam os objetivos da conservação. (EA)

4.5.2 Subcategoria - Vantagens na valorização dos recursos endógenos

O intercâmbio entre os três parques tem trazido também vantagens naquilo que é a valorização dos recursos endógenos, na medida em que nesses encontros ocorre muita troca de experiência. Cada país mune-se daquilo que acha ser relevante, danças, gastronomia, e outras manifestações culturais. Estes intercâmbios culturais ajudam a comunidade a compreender o valor das suas tradições, como únicas e exclusivas. Ao mesmo tempo, vão interagindo com outras comunidades que têm um conhecimento mais profundo do valor da sua cultura, expondo-a com muito orgulho.

É comum os residentes desenvolverem um senso de orgulho renovado em relação ao seu património quando percebem que os turistas o apreciam. (OMT, 2003. p31)

O PNL tem levado grupos de crianças que dançam makwai, e outros membros da comunidade como forma de consciencializá-las naquilo que é o sonho do PNL. A criança vê in loco as diferenças em termos de nível de desenvolvimento destas atividades, e o PNL mostra que é naquele nível, onde deseja chegar. (EC)

É uma oportunidade para mostrar o quanto valem as suas tradições. (EC)

Sendo a cultura por si própria um atrativo turístico, quando devidamente estruturada e conjugada com os recursos naturais localmente disponíveis, torna a oferta turística mais apelativa, o que realça o valor do território, e que pode impulsionar o desenvolvimento local.

4.5.3 Subcategoria - Vantagens no desenvolvimento turístico

Atualmente, o PNL e o Kruger estão a iniciar uma fase de muita colaboração na área de desenvolvimento do turismo.

O Zimbabwe não está contemplado nesta fase, pois encontra-se ainda a tratar alguns assuntos internos que o impedem de participar, no entanto vamos avançando com o Kruger, sendo o vizinho mais próximo, com uma linha de fronteira de cerca de 200 km. (EB)

Sendo o Kruger um parque secular, não tem mais espaço para o desenvolvimento, tendo atingido a fase de consolidação.

É uma oportunidade para o PNL captar o remanescente dos turistas para si. (EB)

Nas épocas de pico, o Kruger esgota a sua capacidade de carga e as pessoas imediatamente sentem-se obrigadas a virem ao PNL.

A concessão de Madonse, por estar nas proximidades da fronteira, irá aproveitar bastante este fluxo de remanescente de turistas do Kruger. (ED)

Está em curso, através de um operador Sul Africano, o desenho de um roteiro turístico que inclui alguns pontos no Kruger e outros no PNL. Julgamos que isto também poderá promover bastante o PNL. (ED)

Duma forma geral, a integração do PNL no PTGL constitui uma esperança para os gestores do PNL, principalmente neste período em que o desenvolvimento turístico tende a constituir prioridade.

4.6 Categoria - Constrangimentos e desafios

Em qualquer atividade existem constrangimentos e desafios com os quais as pessoas se deparam no seu dia a dia, para a prossecução dos seus objetivos.

Numa área de conservação, principalmente, a que comporta pessoas como o caso específico do PNL, para que a sua gestão possa de facto impulsionar um desenvolvimento local, através da prática de atividades turísticas e outras geradoras de rendimentos, em consonância com a conservação da natureza e da biodiversidade, os desafios tendem a ser ainda maiores.

Alguns constrangimentos e desafios foram sendo enumerados nas categorias anteriores, contudo, estruturou-se esta categoria, a qual foi subdividida em três subcategorias que irão resumir aquilo que são os constrangimentos e desafios gerais apontados pelos entrevistados:

- Problemas decorrentes da pobreza e falta de meios de subsistência e gestão de mudanças de comportamentos e atitudes
- Gestão de expectativas;
- Problemas decorrentes da coabitação;

4.6.1 Subcategoria – Problemas decorrentes da pobreza e falta de meios de subsistência e gestão de mudanças

As comunidades residentes no PNL, tanto na sua zona central, quanto na zona tampão vivem uma situação de extrema pobreza, o que as torna vulneráveis. Nesta região, há muito pouco ou é quase inexistente o desenvolvimento económico.

Tanto para o Governo do Distrito, como para o PNL, conciliar conservação e desenvolvimento é uma tarefa bastante desafiadora, principalmente pelo fato do PNL ter sido proclamado num período posterior à sua ocupação pelas populações, agravado pelo fato de anteriormente ter sido uma coutada de caça.

Estamos a gerir mudanças de comportamentos e atitudes, pois antes da proclamação desta área como parque, as pessoas tinham outros modos de vida. (EA)

A atividade económica predominante nesta região é a agricultura de sequeiro, seguida da criação de gado e aves, e a pesca em menor escala.

A base de subsistência é basicamente a agricultura. Tratando-se de uma região semiárida, muitas vezes as comunidades ficam propensas à fome, o que agrava a sua situação de vulnerabilidade.

A seca na região, e a falta de alternativas de meios de subsistência tem concorrido para o aumento do sofrimento destas comunidades devido a fome. Isto impacta negativamente o processo de conservação. (EC)

A restrição no uso dos recursos naturais torna-se um problema muito sério, pois deixa as pessoas sem muitas alternativas, no que respeita aos meios de subsistência.

Nestes termos, constitui uma tarefa bastante desafiadora lidar com situações em que o parque tem de consciencializar estas comunidades a abandonar os seus modos tradicionais de vida, e participarem ativamente no processo de conservação.

A situação é ainda mais agravada pelo facto de na região não existirem outras alternativas de atividades de geração de rendimentos.

Mais da metade da população do Distrito são jovens sem ocupação, que vivem praticando a caca furtiva, estando deste modo habituados a uma vida fácil. (EA)

Um das grandes apostas do Governo é criar maneiras de restaurar os meios de vida, sendo que está em curso o desenho de projetos com jovens. Projetos que visam a

formação de curta duração para permitir que estes possam ter o saber fazer. O Ministério da Educação já autorizou que a Escola Técnica Básica existente na vila, se eleve para a categoria de Escola Técnico Profissional, onde serão introduzidos cursos como carpintaria, serralharia, eletricidade, canalização de água, agricultura entre outros. A ideia é que os jovens quando terminarem o nível básico, sejam encaminhados para a Escola Técnica onde serão ensinados a trabalhar e ter alguma fonte de subsistência.

Julgamos que esta seria uma forma de manter os jovens ocupados ganhando algum rendimento, e por via disso, aumentar a tolerância com os recursos naturais. (EA)

4.6.2 Subcategoria - Gestão de expectativas

Outro desafio com que se deparam as autoridades tanto do Governo Distrital, como do PNL é a gestão de expectativas.

A partir da altura em que as comunidades passaram a ser interditas de certas práticas que tendiam à exploração excessiva dos recursos naturais, criou-se automaticamente a ideia de que outras formas de compensação pelo esforço de conservação iriam surgir, de modo a se assegurar o suprimento das suas necessidades básicas.

De facto, como anteriormente abordado, o parque em coordenação com parceiros de cooperação tem estado a se empenhar na criação de estratégias para minorar o sofrimento das comunidades, para além da comparticipação do estado com os 20% das receitas do parque.

No entanto, os esforços ainda não se fazem sentir, o que deixa transparecer a ideia de que há mais malefícios do que benefícios, o que de certa forma frustra as expectativas das comunidades, o que também impacta negativamente na conservação.

O PNL está de facto empenhado na melhoria contínua das condições de vida destas comunidades, porém, os resultados ainda não são satisfatórios. (EA)

Estamos a gerir expectativas, pois aquilo que as comunidades esperavam como contrapartida, ainda não está a acontecer conforme. (EA)

4.6.3 Subcategoria - Problemas decorrentes da coabitação

Outro grande problema com que o Governo e o PNL se deparam são os conflitos decorrentes da coabitação.

O conflito homem/animal coloca as autoridades numa situação bastante conflituosa com as comunidades locais, devido aos danos que estas têm vindo a sofrer, resultantes da coabitação (devaste de culturas agrícolas, numa altura em que a fome é demasiado maior, a sua integridade física comprometida, o abate do seu gado pelos animais bravios, e vários outros tipos de conflitos).

A vida das pessoas está em risco devido a esta coabitação com os animais bravios. O abate de gado pelos animais bravios tem sido um outro dilema que nos coloca em choque com as comunidades. (EA)

O devaste de culturas agrícolas pelos elefantes e outros animais bravios atizam ainda mais os conflitos. (EC)

Contudo, o desenvolvimento turístico está dependente do aumento dos animais bravios e da sua livre circulação, uma vez ser este o principal produto turístico que o parque pode oferecer, tornando-se deste modo, bastante desafiador conciliar os dois objetivos.

É um desafio muito grande, conservar a fauna e desenvolver o turismo, sem colocar a vida das pessoas em risco. (EA)

Por outro lado, a existência de muito gado circulando em quase toda a área do parque reduz de certa forma a satisfação dos turistas, pois estes pretendem ver os animais bravios, porém os animais domésticos são os que mais facilmente se podem avistar na área.

Existem no PNL, cerca de 2.800 cabeças de gado bovino e cerca de 1500 de caprino. (EA)

Outro dilema com que se deparam as entidades governamentais e gestoras do PNL na prossecução dos seus objetivos, é a caça furtiva, principalmente a caça ao rinoceronte e ao elefante para fins de comércio ilegal, o que faz com que algumas pessoas das

comunidades, principalmente jovens do sexo masculino não se conformem com a ideia de conservação, envolvendo-se em atos contra a ela.

Para o entrevistado B, é uma tarefa bastante desafiadora, conciliar a conservação da natureza e da biodiversidade com a presença humana.

A caça furtiva, em grande escala é o resultado desta coabitação. (EB)

Face a estes constrangimentos todos, o Governo de Moçambique decidiu reassentar as famílias, na zona tampão do PNL.

O reassentamento, por sua vez, é também um processo complexo, na medida em que é um reassentamento social, e não obrigatório, sendo que o Governo está a gerir expectativas e criar harmonia com as comunidades, discutindo com elas o que é bom e o que não é, e acredita-se que em 4 anos, o reassentamento poderá conhecer o fim.

A meta é ter todas as comunidades reassentadas, até 2022 para reduzir estes conflitos. Neste momento estão sendo construídas cerca de 720 casas para comunidade de Mavodze, através de uma empreitada. (EA)

5. Conclusões e recomendações

O presente estudo incidiu sobre o Parque Nacional do Limpopo e teve como objetivo geral, estudar a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo e específicos, compreender a importância da natureza e da biodiversidade enquanto recursos endógenos; compreender como é que o Parque Nacional do Limpopo concilia os objetivos de conservação com o desenvolvimento local sustentável; compreender o contributo do turismo para o desenvolvimento local sustentável e consequente melhoria da qualidade de vida das populações, tendo a resposta a estes objetivos sido consubstanciada num conjunto de questões que operacionalizaram a investigação.

De seguida, com base na discussão e análise dos dados recolhidos na investigação atrás efetuada, seguem-se as conclusões, as quais apresentam uma visão de conjunto dos resultados obtidos no estudo. Apresentam-se, também, algumas recomendações.

5.1. Principais conclusões

O Distrito de Massingir, no qual se situa o Parque Nacional do Limpopo, possui uma importante gama de recursos naturais, consubstanciados na sua paisagem, fauna e flora, os quais se constituem como importantes recursos endógenos para o desenvolvimento da atividade turística, podendo evidenciar-se duas reservas de fauna bravia: Massingir Game Safari e a Reserva de Karingani. Também possui um conjunto relevante de formações geológicas e a albufeira de Massingir, onde pode-se praticar a pesca desportiva.

Possui assim, um vasto capital de recursos endógenos, consubstanciados nos recursos vitais ao desenvolvimento local sustentável.

No que diz respeito à conservação da natureza e da biodiversidade:

O PNL apoia as comunidades locais através da alocação de motobombas para a produção de alimentos. Neste momento, existem disponíveis dezoito motobombas, distribuídas por associações comunitárias em algumas comunidades, contudo, nem todas estão a produzir de forma eficiente, sendo que apenas três é que estão a produzir

resultados satisfatórios. O PNL incentiva as comunidades a produzir não só para o consumo, mas também para a venda, sendo a associação agrícola de Chibotane um exemplo a seguir, a qual, a partir da produção agrícola, ampliou o negócio para a produção e venda de frangos. O PNL é um dos consumidores de alguns dos seus produtos, como o feijão para compor a ração dos fiscais e muitos dos seus funcionários consomem o frango desta associação.

O PNL proporciona emprego permanente para cerca de 200 pessoas oriundas de distritos circunvizinhos.

A existência de pessoas residindo na zona central do parque constitui um entrave para o processo de conservação da natureza e da biodiversidade, devido aos mais diversos conflitos que surgem, decorrentes da coabitação, como a caça furtiva, principalmente ao elefante e ao rinoceronte, que colocam em causa a conservação destes valiosos recursos, e conseqüentemente o desenvolvimento local sustentável. O conflito homem-animal coloca as partes em choque, o que de certa forma impacta negativamente na relação entre as partes; o facto da presença humana na região ter sido anterior à proclamação desta área como um parque nacional, aliado ao facto de ter sido antes, uma coutada de caça, constitui-se como um maior entrave para a conservação. A presença humana na zona central do parque é também um entrave para o desenvolvimento turístico, visto que a fauna, que é o principal produto que o parque pode oferecer, não se pode desenvolver a níveis satisfatórios devido aos já referidos conflitos entre esta e as pessoas.

Existe no PNL o programa comunitário que trabalha na comunicação com as comunidades, na sensibilização para a construção de uma consciência ambiental, privilegiado, para o efeito, encontros formais e informais com os líderes locais, e outros membros comunitários influentes. Esta estratégia é igualmente usada pelo Governo do Distrito, para a sensibilização e consciencialização.

O PNL identifica junto com as comunidades, alguns membros da comunidade e os capacita em matéria de mitigação de conflitos principalmente relacionados com a fauna bravia, e outras matérias de interesse do parque e estes membros apoiam o parque na gestão da área.

O PNL incentiva os visitantes a adotarem um comportamento ambientalmente responsável, oferecendo-lhes sacos de lixo disponíveis nas entradas do PNL e encorajando-os a não deitar o lixo no chão, colocando dísticos e panfletos indicando regras de conduta no parque, bem como limites de velocidade e o limite de números de visitantes, em caso de grupos organizados, de modo a ter um número de visitantes fácil de controlar.

Para aproveitar o facto de estar integrado no PTGL, o PNL faz a sensibilização e consciencialização comunitária, através de intercâmbios entre as comunidades dos três parques, o que igualmente poderá contribuir para a promoção e valorização cultural; há programas conjuntos de reforço de segurança nos parques; e o PNL procura também aproveitar aproveitar o remanescente de turistas do PNK, uma vez que em épocas altas, o PNK quando enche, imediatamente os turistas sentem se obrigados a ir para o PNL.

Relativamente às comunidades locais, como já acima referenciado, estas, no geral, reconhecem o papel relevante da conservação da natureza e da biodiversidade, de tal forma que desenvolvem algum tipo de atividade como forma de participar no processo, com destaque para o combate a queimadas descontroladas e outras formas de desmatamento. Para além das questões ambientais, as comunidades reconhecem o valor destes recursos enquanto fornecedores de alimento e abrigo para o gado. Alguns membros das comunidades apoiam na vigilância, apresentando denúncias anónimas, no caso de cometimento de atos ilícitos.

Contudo, existe uma série de fatores que tendem a descredibilizar esta conceção:

- As comunidades não têm as suas necessidades básicas satisfeitas, principalmente a alimentação. A região é semiárida, e poucas vezes chove. Sendo que as comunidades dependem da agricultura de sequeiro para a sua sobrevivência, a falta de chuva as coloca numa situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar.
- A falta de atividades económicas aliada à falta de alternativas de meios de subsistência aumentam a situação de vulnerabilidade que as comunidades se encontram, contribuindo para a sua insatisfação e conseqüentemente para a falta de

colaboração de alguns dos seus membros no processo de conservação da natureza e da biodiversidade.

- A maioria das comunidades não tem escolaridade, o que reduz as possibilidades de encontrar um emprego digno, bem como a possibilidade de conceber ideias para implementação de certo tipo de projetos.

- Apesar de ser relevante o facto de o PNL empregar cerca de 200 trabalhadores efetivos e cerca de 100 sazonais por ano, e cerca de 500 pessoas pelas empresas de construção das casas do reassentamento, oriundas dos distritos circunvizinhos, as comunidades residentes na zona tampão julgam não ser relevante porque consideram que maioritariamente são pessoas que vêm de fora.

- Os conflitos decorrentes da coabitação (vida das pessoas em risco devido aos animais bravios, devaste de culturas agrícolas, o abate do gado pelos animais bravios) minam a relação entre o PNL e as comunidades locais.

- A maioria das comunidades não pertencem a nenhuma associação, o que constitui uma limitação ao acesso a iniciativas de projetos de apoio provenientes do parque. Os poucos que estão associados pertencem todos a associações agrícolas, não havendo diversificação de atividades económicas.

- A falta de visão para o desenvolvimento deste tipo de iniciativas por parte das comunidades, aliado à falta de incentivo por parte das autoridades para as práticas turísticas de base comunitária.

- O fluxo de turistas ainda não é significativo, o que faz com que os valores do fundo dos 20%, provenientes das receitas turísticas, entregues às comunidades também sejam menores, não cobrindo aquilo que são as necessidades das comunidades.

- Devido à pobreza e à fome, as comunidades não valorizam investimentos que promovam o desenvolvimento como tal, sendo que clamam pela satisfação das necessidades básicas, sobretudo a alimentação, propondo na sua maioria a compra de motobombas para irrigação dos campos e vedação nas machambas para evitar o devaste das culturas pelos animais bravios.

- Como referido atrás, as comunidades recebem uma verba de 20% das receitas do turismo praticado no parque para desenvolverem iniciativas e projetos de geração de rendimentos, a qual é gerida através das próprias comunidades, por meio de comités de gestão.

- As comunidades estão organizadas em comités de gestão ou em associações que, para além de fazerem a gestão dos benefícios, também funcionam como ponte de ligação entre estas e o PNL.

Contudo, os benefícios provenientes do turismo praticado no PNL não são visíveis. Por um lado, porque as receitas do turismo praticado no parque são ainda muito baixas e não estão à altura das necessidades das comunidades e, por outro lado, devido à fragilidade na gestão.

Essa fragilidade no processo de gestão destes fundos, traduz-se em:

i) Falta de transparência dos membros de gestão; ii) Aplicação dos fundos em projetos sem prévio estudo de viabilidade, o que contribui para a falência dos mesmos ainda na fase de implementação (a construção de um lodge em Chibotane sem o conhecimento das comunidades locais, infraestrutura essa que nunca chegou a funcionar, tendo sido abandonada logo após a edificação, é uma evidência de aplicação de fundos em projetos sem prévio estudo de viabilidade, e de má gestão de alguns membros dos comités comunitários), sendo que, atualmente as comunidades em conjunto com as autoridades adotaram um estilo de gestão rotativo para permitir a melhoria da transparência. O fraco envolvimento das entidades na assessoria do processo, desde o planeamento até à execução contribuem para esta fragilidade.

As comunidades preservam os seus modos de vida tradicionais o que reforça a sua identidade cultural.

Nota-se uma diferença de opiniões e sensibilidades por parte das comunidades dos três distritos, sendo que, a sensibilidade vai mudando positivamente do Sul ao Norte do Parque, isto é, o Distrito de Massingir (Comunidade de Chibotane) tem uma opinião bastante negativa sobre o parque, seguido do distrito de Mabalane (Comunidades de Nyimba Yinwe e Chimangue) com uma opinião boa e por último o de Chicualacuala

(Pafuri), que é bastante otimista sobre o parque. Esta diferença na sensibilidade é devida aos conflitos entre as partes – a recolha de dados em Chibotane coincidiu com uma altura em que havia um forte conflito entre aquela comunidade e o PNL, - a caça furtiva, mas por outro lado, por natureza, a sensibilidade destas comunidades tende a mudar progressivamente para o positivo, do Sul ao Norte do parque.

Em termos do turismo, a linha charneira desta investigação, pode concluir-se o seguinte:

O PNL não tem aproveitado muito os recursos disponíveis para fins de turismo, por um lado por não ter produtos e serviços estruturados para a venda em quantidade e qualidade suficientes (infraestruturas de alojamento -apenas chalés com uma capacidade de 42 camas em todo o parque e 60 espaços de campismo-, acessibilidades, serviços de recreação, divulgação entre outros), mas por outro lado por questões de prioridade, uma vez que as autoridades do parque não identificaram esta área como prioritária, sendo que o foco neste momento é o reassentamento das comunidades que residem na zona central do parque.

Em termos de divulgação, o estudo permitiu concluir que o PNL privilegia como principal estratégia de marketing, a participação nas feiras, produção e venda de material como camisetas, bonés e outros, o que ajuda, não só na promoção da sua marca, mas também na angariação de alguma receita, sendo que as plataformas digitais de marketing não têm sido muito usadas pelo parque, para a sua divulgação, apesar de possuir o website, o que é motivado, em grande parte, por questões financeiros e falta de pessoal treinado.

Em termos de contributo para o aumento dos rendimentos das comunidades foi possível concluir que o turismo não amplia as oportunidades de negócios para as comunidades, sendo que a grande maioria das comunidades não praticam quaisquer atividades turísticas ou de geração de rendimentos.

Apesar de existir condições para diferentes tipos de turismo, a falta de concessão ao setor privado, desses espaços e infraestruturas turísticas retardam o desenvolvimento turístico no parque. A exploração dos espaços e infraestruturas pelo setor privado,

poderia igualmente contribuir para a redução dos problemas de morosidade na manutenção e substituição de equipamentos que atualmente se verifica, devido à complexidade dos processos administrativos do estado, que tornam moroso o desembolso de fundos para o efeito.

Apesar da política adotada pelo PNL e PNK que "obriga" os turistas a passar pelo menos uma noite num dos parques, esta política, sob ponto de vista económico, está a surtir efeitos, mas do ponto de vista de desenvolvimento turístico não tem os efeitos desejados, pois os turistas pagam o alojamento e continuam para outros destinos. Não há muita adesão aos produtos/serviços oferecidos pelo parque, de tal forma que a grande maioria de turistas contabilizados no PNL não são visitantes do parque, sendo que usam-no como via alternativa a partir da África do Sul para chegarem aos seus destinos, que preferencialmente são as praias de Inhambane, Xai-xai, Bilene, entre outros destinos, sendo que a época de pico tem sido o período de festejos de natal e fim de ano, a páscoa, e o período de férias escolares na RSA, nos meses de julho e agosto.

O estudo permitiu ainda concluir que as reservas de fauna bravia existentes no Distrito, com destaque para o Karingane, são o recurso natural mais potenciado para fins de turismo, através da observação da fauna incluindo por via aérea e construção de empreendimentos turísticos de luxo para complementar a oferta turística. Ainda assim, foi possível compreender que com exceção da altura das hostilidades políticas, em termos de receitas do turismo no PNL, estas foram registando crescimento gradual nos últimos 3 anos e continuando a este ritmo, as autoridades entrevistadas crêem num aumento ainda maior nos próximos anos.

Assim, em termos de síntese conclui-se que:

A conservação da natureza e da biodiversidade são de extrema importância não só em termos ambientais, mas também em termos socioeconómicos, dado que a preservação e valorização dos recursos naturais é vital para a atividade turística na medida em que se constitui como o seu principal recurso no PNL. Salienta-se, por isso, a importância que todos os atores inquiridos tenham manifestado a opinião de que a conservação é de extrema importância, o que constitui uma grande mais valia para a implementação

de políticas conducentes à conciliação da conservação da natureza e da biodiversidade e o desenvolvimento local sustentável, desde que articuladas e participadas por todos os atores. Ora, referente a este aspeto verificou-se que apesar das pessoas das comunidades inquiridas considerarem importante a conservação da natureza e da biodiversidade, como acima referido, as suas condições de vida estão longe de ser as ideais e são poucos os resultados visíveis resultantes da implementação do parque, bem como das atividades turísticas praticadas, as quais têm produzido poucos resultados na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

O estudo permite evidenciar, indo ao encontro da literatura, que não é possível levar a cabo processos de conservação bem-sucedidos sem a participação das populações existentes no território, bem como da satisfação das suas necessidades. Ou seja, para que um processo de conservação da natureza e da biodiversidade seja bem-sucedido, deve, para além da conservação em si, promover a melhoria da qualidade de vida das populações, na medida em que as pessoas só estão disponíveis e entendem as medidas concretas de conservação.

Contudo, o estudo evidenciou, que apesar das dificuldades e carências, estão reunidos no PNL os pressupostos do desenvolvimento local sustentável, o que se assinala como muito positivo. No entanto, um efetivo desenvolvimento ainda não está a acontecer, como se compreenderá pelos aspetos acima discriminados de forma detalhada.

Face às conclusões do estudo, acima, apresenta-se, de forma sistematizada, um conjunto de recomendações:

- Criar mecanismos para uma melhoria contínua da interação com as comunidades e envolvê-las, cada vez mais, na gestão do parque.
- Adotar estratégias sustentáveis de compensação às comunidades, pelo esforço de conservação de um bem comum (os recursos naturais).
- Sensibilizar o público no geral, em particular os turistas, para participarem ativamente neste processo de suporte das comunidades residentes nas áreas de conservação.

- Apoiar e incentivar as comunidades locais, para participarem no seu próprio desenvolvimento, através dos recursos endógenos, consubstanciados no património natural. Usar a marca do PNL para divulgar produtos/serviços das comunidades locais.
- Criar mecanismos que possam reduzir o grau de conflitos com as comunidades.
- Sensibilizar as comunidades para o aumento dos níveis de conservação, de modo a que a área se torne mais atrativa a visitantes.
- Capacitar as comunidades em matéria de gestão de projetos, principalmente relacionados ao turismo, e outros tipos de projetos, muni-las de ferramentas e incentivá-las na prática de turismo cultural.
- Capitalizar os recursos locais de modo a que sejam mais atrativos.
- Identificar aspetos diferenciadores do kruger, de modo a tornar o destino mais competitivo.
- Aproveitar a integração no GLTP para aprender exemplos de boas práticas e aplicá-los no PNL, e igualmente identificar fatores diferenciadores do PNL e capitalizá-los, de modo a se tornar mais competitivo.
- Reforçar a divulgação do PNL através do marketing digital.
- Adotar estratégias de modo a manter os fluxos turísticos durante todo o ano.
- Melhorar as vias de acesso na zona tampão de modo a permitir a aproximação dos turistas às comunidades locais.

Apesar das limitações, principalmente as decorrentes dos instrumentos metodológicos, sobretudo os quantitativos assentes em questionários com amostras limitadas, e sem carácter aleatório, o que não permite fazer extrapolações, o presente estudo permitiu ter uma boa visão de conjunto das problemáticas em estudo sobre o PNL, patente nas conclusões expressas, e pode, assim, constituir-se como um bom ponto de partida, e base de trabalho, para a prossecução de outros estudos e investigações futuras.

Referências bibliográficas

- Allégre, C. (1996). *Ecologia das cidades, Ecologia dos campos*. Lisboa: Inst. Piaget.
- Amaro, R. (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In AA.VV. *Desenvolver, (des) envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, pp. 155-169. Messejana: Esdime
- Amaro, R. (2004), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em Renovação? – Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria, Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, ISCTE, Lisboa
- Baltescu, C. A., Chitu, I. B., & Albu, R-G. (2017). The management measures components of sustainable tourism development in natural parks. Case study: Natural park del Carrascal de la Font Roja (Alcoi-Spain) and Bucegi Natural Park (Romania). *Bulletin of the Transilvania University of Brasov, Series V: Economic Sciences. Vol 10 (59) Nº2*, pp. 117-122. Retrieved from <http://widgets.ebscohost.com/prod/customersecific/ns000290/authentication/index>.
- Bazin, F & Quesne, G. (2016). *Avaliação Ex Post escrita e filmada do Projeto de Desenvolvimento do Parque Nacional do Limpopo (nº 61)* Direção de estudos, pesquisas e conhecimentos. Divisão de avaliação e capitalização. Retrieved from <http://www.afd.fr/home/recherche/evaluation-capitalisation/autres-produits-d-capitalisation>.
- Benedetto, G., Carboni, D., & Corinto, G. L. (2016). Governance of Sustainable Tourism in a Vast Area Surrounding a National Park. *Procedia Environmental Sciences* 32 (2016), pp. 38-48. DOI: 10.1016/j.proenv.2016.03.010
- Cabral, E. R., Santos, A.L.L., & Gomes, S. C. (2015). Responsabilidade social e ambiental e desenvolvimento Local Sustentável: O caso do Projeto de Educação Ambiental e Patrimonial – PEAP. *Revista de Gestão Ambiental e sustentabilidade*, v4 (Nº1), 91-107. doi: 10.5585/geas.v4i1.177.

Careto, H., & Lima, S. (2007). O Ordenamento do território como fator de competitividade do turismo. *BARLIA. Revista científica sobre ambiente e desenvolvimento*, (nº 3/4-2007), 57-79.

Carmo, H.; Ferreira M. (1998). *Metodologia da investigação – guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, N. (2009). Desenvolvimento local sustentável. A agenda 21 Local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação. *BARLIA. Revista científica sobre Ambiente e Desenvolvimento*. (Nº5-2009), 79-94.

Carvalho, N. (2018). Natureza e Cultura: Do Australopithecus ao homo sapiens, sapiens e ao "homo cretinensis". *Atas do III Congresso Internacional – Educação, Ambiente e Desenvolvimento*. Oikos. Associação de defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria.

Comissao Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (W.C.E.D.) 1987, O Nosso Futuro Comum, Lisboa, Meribérica/Liber.

Decreto número 30/2001, de 27 de novembro.

Feil, A. & Schrei, D. (2017). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: Desvendando as sobreposições e alcance dos seus significados. *Cadernos EBAPE. BR*, V.14, (nº 3), 667-681. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473>

Ferreira, A. (2014). *A Conservação da Natureza como Política Pública e Instrumento de Proteção e Sustentabilidade da Paisagem. Caso de estudo: Baixo Alentejo e Algarve*. Universidade de Lisboa, Lisboa.

Ferreira, B. & Raposo, R. (2017). Evolução do(s) Conceito (s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*. Julho-dezembro de 2017. (34), 113-144

Franco, J. L. A., Schittni, G. M., & Braz, V. S. (2015). História da conservação da natureza e das áreas protegidas: Panorama Geral. *Historiæ, Rio Grande*, 6 (nº 2), 233-270.

Ghiglione, R e Benjamin M. (2005). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

Governo do Distrito de Massingir (2010). Plano estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Massingir.

Honey, M. (1999). *Ecotourism and sustainable development*. Washington: Island Press.

Lei de Conservação n.º 16/2014 de 20 de junho.

Lima, S. (2006). A responsabilidade ambiental como fator de competitividade no turismo: o caso do setor hoteleiro. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, (nº6), 45-53.

Mariano, Z., Scopel, I., Peixinho, D. & Sousa, M. (2011). A relação Homem-natureza e os discursos ambientais. *Revista do Departamento de geografia – USP*, 22, 158-170. Doi: 10.7154/RDG.2011.0022.0008.

Mergulhão, L. & Rita, J. (1997). Desenvolvimento Local em Meio Rural – Que Possibilidades? *Economia e Sociologia*, (nº 61), 31- 42.

Ministério da Cultura e Turismo (2015). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique*. Vol.1. Maputo.

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. (2015). *Estratégia e Plano de Ação para a Conservação da Diversidade Biológica em Moçambique*. Maputo. Moçambique.

Ministério do Ambiente. (2017). *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2025*. Portugal.

Ministério do Turismo. (2003). *Parque Nacional do Limpopo: Plano de Maneio e Desenvolvimento*. 1ª edição, Maputo.

Oliveira, J. P., Freitas, I. N. & Nóbrega, W. R. M. (2018). Participação comunitária no desenvolvimento do turismo: Um estudo no Parque Estadual da Pedra da Boca – PB. *Holos*, 06, (34), 151-170. Doi: 10.15628/holos.2018.6971.

Ombe, Z. & Fungulane, A. (1996). Alguns aspetos da história de conservação da natureza em Moçambique. República de Moçambique.

Pardal, L. & Correia, E. (1995). Métodos e Técnicas de Investigação Social. Porto: Areal Editores.

Plano Estratégico da Administração Nacional das Áreas de Conservação 2015-2024.

Quivy, R & Campenhoudt (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Reis, F. (2010). *Como elaborar uma dissertação de Mestrado Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais e Políticas Contemporâneas.

Rodrigues, M., Irving, M. & Drummond, J. (2010): A Valoração das Propriedades Estéticas e Recreativas da Biodiversidade e o Turismo em Parques Nacionais. Atas do V Encontro Nacional da Anppas. *Florianópolis - SC – Brasil*. outubro, 2010.

Santos, J. & Carvalho, M. (2015). Turismo em Parques Nacionais Brasileiros: Conhecer para conservar. *Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação*. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. Nitori, RJ/Brasil.

Wamir, A., Tedim, F., & Ntumi, C. (2017). Impacto das políticas de conservação da natureza na dinâmica das comunidades locais no Parque Nacional do Limpopo (Moçambique). *Revista Argumentos*. 14 (nº 2), 275-295.

Weaver & Oppermann, 2000. *Tourism management*. Milton: John Wiley & Sons Australia.

World Tourism Organization (UNWTO) and United Nations Global Compact Network Spain. (2016). *The Tourism Sector and the Sustainable Development Goals*. Responsible tourism, a global commitment. Madrid.

ANEXO I – GUIÕES DE ENTREVISTA:

- 1 ADMINISTRADOR DO DISTRITO DE MASSINGIR
2. ADMINISTRADOR DO PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO
3. COORDENADORA DO PROGRAMA DE APOIO COMUNOITARIO DO PNL
4. GESTOR DO TURISMO DO PNL

GUIÃO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA AO ADMINISTRADOR DO DISTRITO

Categoria/tópico	Objetivos	Perguntas
Explicação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar o objetivo e a finalidade da entrevista de modo a obter informações fiáveis para o estudo • Criar um ambiente de empatia entre o entrevistado e o entrevistador 	A presente entrevista tem por objetivo fazer a recolha de informação sobre a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo, na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo, no âmbito da dissertação do mestrado em turismo de interior-educação para a sustentabilidade.
Biografia do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> • Há quanto tempo está como administrador do distrito de massingir?
Informação sobre o Distrito	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o Distrito de Massingir e identificar os recursos turísticos nele existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Quais os recursos turísticos que existem no distrito? • De que forma são aproveitados?
Conservação da natureza e da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender até que ponto o Governo envolve a comunidade no processo decisório e em que medida este participa na conservação da natureza e da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Como são envolvidas as comunidades locais no processo de elaboração das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade? • Como é que o Governo do Distrito participa no processo de conservação da natureza e da biodiversidade? • Que estratégias são usadas pelo Governo Distrital para a sensibilização das comunidades locais?
Turismo e desenvolvimento local sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o papel do Governo na melhoria da qualidade de vida das populações residentes na zona tampão do PNL, bem como na sensibilização comunitária para implementação de 	<ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de investimento as comunidades fazem com os benefícios provenientes do turismo no PNL? • Qual é o de envolvimento do Governo na monitorização das atividades de geração de rendimento das comunidades locais baseadas na utilização dos

	<p>iniciativas que visem o seu desenvolvimento.</p>	<p>benefícios provenientes do turismo no PNL?</p> <ul style="list-style-type: none"> • De que forma o Governo Distrital promove e facilita iniciativas turísticas com base na comunidade? • Existem outros potenciais investimentos que o Governo Distrital acha que poderiam ser desenvolvidas pelas comunidades para melhorar a sua renda e a qualidade de vida na zona tampão com recurso aos mesmos fundos? • Como é que o Governo avalia a capacidade dos comités comunitários, em relação à gestão dos 20% das receitas arrecadadas pelo parque? • Qual a avaliação que faz em relação ao nível de desenvolvimento das comunidades residentes na zona tampão resultante das receitas do turismo praticado no PNL? • Quais os principais constrangimentos que o Governo encontra na conciliação entre conservação da natureza e o desenvolvimento local?
--	---	--

Há algum aspeto que não foi perguntado, e que gostaria de falar?

GUIÃO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA AO ADMINISTRADOR DO PNL

Categoria/tópico	Objetivos	Perguntas
Explicação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar o objetivo e a finalidade da entrevista de modo a obter informações fiáveis para o estudo • Criar um ambiente de empatia entre o entrevistado e o entrevistador 	A presente entrevista tem por objetivo fazer a recolha de informação sobre a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo, na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo, no âmbito da dissertação do mestrado em turismo de interior-educação para a sustentabilidade.
Biografia do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> • Há quanto tempo esta na posição
Informação sobre o PNL	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o PNL caracterizar e identificar os recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Que recursos turísticos existem no PNL? • De que forma são aproveitados?
Conservação da natureza e da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender como o Governo envolve a comunidade no processo decisório • Compreender as estratégias adotadas pelo PNL para conciliar conservação com a presença humana 	<ul style="list-style-type: none"> • Como são envolvidas as comunidades locais no processo de elaboração das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade? • De que forma o PNL concilia o decurso normal das atividades inerentes a conservação da natureza e da biodiversidade e a presença das comunidades residentes na área protegida?
Turismo, sustentabilidade e desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o papel do PNL na promoção do turismo e de outras atividades que visem o desenvolvimento local das comunidades residentes na zona tampão; • Compreender a contribuição do turismo para o melhoramento da qualidade de vida das populações locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Como é que o PNL partilha os benefícios da conservação com as comunidades locais? • De que forma o PNL promove e facilita iniciativas turísticas com base comunitária? • Para além dos 20% das receitas, que outras formas o PNL usa para partilhar os benefícios da conservação com as comunidades locais? • Para além dos projetos em curso, que outras atividades, a administração do parque julga que

		<p>poderiam ser implementadas com vista a melhoria da qualidade de vida das comunidades, e reduzir a pressão sobre os recursos naturais?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual a % dos funcionários do PNL foram recrutados a nível local? • Qual o nível de envolvimento do PNL na monitorização das atividades turísticas ou de geração de rendimento das comunidades locais? • Qual a avaliação que o PNL faz em relação ao nível de desenvolvimento comunitário alcançado desde o início das atividades turísticas no PNL? • Que iniciativas conjuntas são desenvolvidas para a promoção do turismo no âmbito do GLTP (arque transfronteiriço do Grande Limpopo)
<p>Turismo e sustentabilidade financeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender até que ponto as receitas do turismo são eficazes para a sustentabilidade financeira do parque e consequente aumento dos 20% que são entregues as comunidades locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Na sua opinião, os produtos/serviços turísticos oferecidos pelo parque satisfazem o mercado? • Qual a apreciação que o parque faz em relação às receitas dos últimos 3 a 5 anos e que projeção faz em termos de vendas para os próximos 5 anos? • Que estratégias o parque adota de modo a maximizar o volume das vendas e consequente receita? • De que forma o PNL procura envolver, de forma ativa, o sector privado no processo de desenvolvimento turístico? • Quais os principais constrangimentos e desafios que o PNL encontra na conciliação dos 3 conceitos: turismo, conservação da natureza e da biodiversidade e desenvolvimento local?
<p>Há algum aspeto que não foi perguntado, e que gostaria de falar?</p>		

**GUIÃO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA AOS
REPRESENTANTES DO PNL**

COORDENADORA DO PROGRAMA DE APOIO COMUNITARIO

Categoria/tópico	Objetivos	Perguntas
Explicação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar o objetivo e a finalidade da entrevista de modo a obter informações fiáveis para o estudo • Criar um ambiente de empatia entre o entrevistado e o entrevistador 	A presente entrevista tem por objetivo fazer a recolha de informação sobre a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo, na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo, no âmbito da dissertação do mestrado em turismo de interior-educação para a sustentabilidade.
Biografia do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> • Categoria • Tempo de serviço na área
Informação sobre o PNL	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a estrutura demográfica das comunidades residentes no interior e na zona tampão 	<ul style="list-style-type: none"> • Quantas aldeias existem na zona tampão do PNL e qual o número total de habitantes? • Qual a principal fonte de subsistência das populações?
Conservação da natureza e da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a contribuição das comunidades no processo de conservação da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Até que ponto as populações estão consciencializadas sobre a necessidade de conservação da natureza e da biodiversidade? • De que forma o PNL faz o acompanhamento das atividades da comunidade inerentes à conservação? • O PNL adota políticas para uma gestão conjunta do parque em relação as comunidades? Que políticas?
Turismo, sustentabilidade e desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a contribuição do turismo para o melhoramento da qualidade de vida das populações locais 	<ul style="list-style-type: none"> • De que forma O turismo praticado no PNL contribui para o melhoramento da qualidade de vida das populações? • Que tipo de iniciativas ou projectos são desenvolvidos pelas comunidades locais?

		<ul style="list-style-type: none"> • Que outras oportunidades baseadas no turismo a comunidade pode desenvolver para melhorar a sua renda? • Como a comunidade gere os benefícios provenientes do turismo praticado no PNL? • Qual é o papel de cada órgão comunitário incluindo o PNL? • Como e feito o processo de planificação e prestação de contas? • De que forma o PNL participa na gestão/monitoria dos fundos dos 20%? • O PNL presta algum apoio as comunidades locais, no que diz respeito a promoção cultural? Se sim, que tipo de apoio? • Tratando se de uma região do PTGL, que iniciativas conjuntas existem para a promoção de turismo cultural? • Como avalia a capacidade dos membros dos comités, órgãos comunitários no processo de conservação de recursos naturais? • Que estratégia o parque adopta no processo de sensibilização e consciencialização ambientais das comunidades locais? • Existe uma outra estratégica que poderá ser usada? • Que projectos concretos foram desenvolvidos pelas comunidades locais com recurso aos benefícios recebidos do turismo? evidencias concretas demonstram que as comunidades têm tido benefícios, em termos de desenvolvimento, com a proclamação desta área como parque? • Quais os principais constrangimentos com que se depara para um desenvolvimento comunitário sustentável, em consonância com a conservação da natureza?
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none">• Quais os principais desafios que o PNL tem, com vista a potenciar e incentivar o desenvolvimento das comunidades residentes na zona tampão?
--	--	---

Há algum aspeto que não foi perguntado, e que gostaria de falar?

**GUIÃO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA AOS
REPRESENTANTES DO PNL GESTOR DO TURISMO**

Categoria/tópico	Objetivos	Perguntas
Explicação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar o objetivo e a finalidade da entrevista de modo a obter informações fiáveis para o estudo • Criar um ambiente de empatia entre o entrevistado e o entrevistador 	A presente entrevista tem por objetivo fazer a recolha de informação sobre a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo, na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo, no âmbito da dissertação do mestrado em turismo de interior-educação para a sustentabilidade.
Biografia do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> • Categoria • Há quanto tempo trabalha nesta posição
Informação sobre o PNL, recursos e produtos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o PNL caracterizar e identificar os recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Que recursos ou produto turísticos existem no PNL? • Que atividades turísticas são desenvolvidas no PNL? • Que tipo de produtos/serviços são mais procurados pelos turistas no PNL?
Turismo sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender de que forma o PNL concilia as práticas turísticas com os objetivos da conservação 	<ul style="list-style-type: none"> • Como é que o parque concilia as práticas turísticas com a salvaguarda dos princípios de conservação da natureza e da biodiversidade? • De que forma o PNL incentiva aos turistas a adotarem comportamento ambientalmente sustentável? • Que mecanismos são adotados pelo PNL para a gestão dos resíduos sólidos?
Desenvolvimento turístico no PNL	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as etapas do desenvolvimento turístico no PNL 	<ul style="list-style-type: none"> • O PNL foi proclamado em 2001. Quando é que iniciaram os programas de desenvolvimento turístico no PNL? • Tratando de um parque novo (criado em 2001), que tipo de

		<p>infraestruturas e facilidades foram implantadas desde a sua criação?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem concessões turísticas dentro do parque? Quantas são e como são geridas? • Que estratégia foi ou esta sendo desenhada pelo PNL para capitalizar os produtos ou recursos turísticos? • Qual é a capacidade em termos de alojamento que o parque tem? • No desenvolvimento das infraestruturas, produtos e serviços turísticos no PNL é respeitada a questão da acessibilidade dos produtos e serviços? De que formas?
Marketing turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os mecanismos de difusão da imagem do PNL pelo mundo e fluxo de turistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é a proveniência da maioria dos turistas no PNL? No caso de estrangeiros quais as nacionalidades? • Como e que avalia o fluxo anual de turistas, e que implicações isso teve sobre as receitas nos últimos 5 anos? • Em que época do ano tem havido mais procura turística? • O PNL encerra o facto de este integrar o GLTP como uma oportunidade de desenvolvimento? de que forma o PNL aproveita esta integração na promoção do turismo? • Que meios o PNL usa para divulgar os seus produtos e serviços no estrangeiro? • Quais os principais desafios que o PNL tem, com vista a alcançar um desenvolvimento turístico sustentável? • Quais os constrangimentos com que se depara o PNL no desenvolvimento turístico?
Há algum aspeto que não foi perguntado, e que gostaria de falar?		

ANEXO 2 - INQUÉRITO ÀS COMUNIDADES LOCAIS

Instituto Politécnico de Coimbra

Escola Superior de Educação de Coimbra

Mestrado em Turismo de interior – Educação para a sustentabilidade

Questionário destinado às comunidades locais

Estimado Senhor (a),

O presente questionário tem como objetivo obter informação relacionada com a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo, na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo, no âmbito da dissertação do mestrado em turismo de interior-educação para a sustentabilidade.

Por questões de ética, o seu nome não será divulgado e as informações por si fornecidas serão apenas usadas para esta pesquisa.

Agradecemos atempadamente a sua colaboração, que nos será bastante útil para o sucesso da pesquisa.

I. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

1. Dados pessoais

1.1. Nacionalidade -----

1.2. Sexo

Masculino ----- feminino-----

1.3. Idade

18 a 35 anos ----- 36 a 59 anos ----- 60 ou mais -----

1.4. Habilitações literárias

1.4.1. Sem escolaridade -----

1.4.2. ensino primário -----

1.4.3. ensino secundário -----

1.4.4. ensino superior -----

1.5. Estado civil

1.5.1. Solteiro -----

1.5.2. Casado -----

1.5.3. União de facto -----

1.5.4. Divorciado -----

1.5.5. Viúvo -----

1.6. **Profissão** -----

1.7. **Distrito de residência** -----

1.8. **Há quanto tempo vive nesta aldeia** -----

2. Faz parte de alguma associação?

2.1. Sim _____ 2.2. Não _____

2.1.1. Se respondeu sim, que atividades desenvolve a associação (assinale todas as opções que se enquadram).

2.1.2. Ramo de acomodação _____

2.1.3. Cultural _____

2.1.4. Agrícola _____

2.1.5. Outras _____

Quais _____

3. Em termos culturais, o que a comunidade tem, que determina a sua unicidade e identidade (assinale todas as opções que se enquadram).

3.1. Gastronomia _____

3.2. Locais históricos (Museus, monumentos, etc.) _____

3.3. Artesanato _____

3.4. Danças _____

3.5. Língua _____

3.6. Religião _____

3.7. Outras _____. Quais?

II. IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

4. Qual o grau de importância que atribui à conservação da natureza e da biodiversidade?

4.1. Nada importante -----

4.2. Pouco importante -----

4.3. Importante -----

4.4. Muito importante

5. As populações desenvolvem algumas ações concretas de conservação da natureza e da biodiversidade?

5.1. Sim -----

5.2. Não -----

5.2.1. Se respondeu sim, quais são essas ações? (assinale todas as opções que se enquadram)

- 5.2.1.1. Ações de educação ambiental _____
- 5.2.1.2. Ações de conservação da natureza _____
- 5.2.1.3. Gestão de conflito dos animais com a população _____
- 5.2.1.4. Ações de combate á caça furtiva _____
- 5.2.1.5. Denúncia de ilícitos _____
- 5.2.1.6. Outras _____. Quais?

6. Participa em algumas ações concretas de conservação da natureza e da biodiversidade?

- 6.1. Sim -----
- 6.2. Não -----
 - 6.2.1. Se respondeu sim, diga em que ações participa. (Assinale todas as opções que se enquadram).
 - 6.2.1.1. Ações de educação ambiental -----
 - 6.2.1.2. Ações de conservação da natureza -----
 - 6.2.1.3. Gestão de conflito dos animais com a população -----

 - 6.2.1.4. Ações de combate a caça furtiva -----
 - 6.2.1.5. Denúncia de ilícitos _____
 - 6.2.1.6. Outras ____ quais? _____

7. As populações são ouvidas na tomada de decisão sobre a conservação da natureza e da biodiversidade no PNL? (Assinale todas as opções que se enquadram)

- 7.1. Sim -----
- 7.2. Não -----
 - 7.2.1. Se respondeu sim, diga de que forma
 - 7.2.1.1. Auscultação da opinião das comunidades locais em relação aos impactos da conservação da natureza e da biodiversidade

 - 7.2.1.2. Apresentação pública de projetos com pedido de opinião à comunidade ____
 - 7.2.1.3. Outras _____. Quais _____

8. Como avalia o grau de interação entre o PNL e as comunidades

- 8.1 Inexistente _____
- 8.2 Fraca _____
- 8.3 Razoável _____
- 8.4 Boa _____
- 8.5 Muito boa _____

III. CONTRIBUTO DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

9. As populações desenvolvem atividades turísticas ou de geração de renda?

- 9.1. Sim -----
- 9.2. Não -----
- Se sim, quais -----

10. Desenvolve alguma atividade turística ou de geração de renda?

10.1. Sim -----

10.2. Não -----

Se sim, qual -----

11. Para além dos projetos em curso, com recurso aos fundos de 20% das receitas do turismo no parque, existem outras atividades que acha que a comunidade poderia desenvolver com vista ao aumento de renda e melhoria das condições de vida?

11.1. Sim -----

11.2. Não -----

11.2.1. se respondeu sim, diga quais são essas atividades -----

12. Em que áreas o turismo contribui para o desenvolvimento da comunidade (Assinale todas as opções que se enquadram)

12.1. Nenhum contributo _____

12.2. Criação de emprego _____

12.3. Aumento dos rendimentos das populações locais _____

12.4. Promover o desenvolvimento de atividades económicas locais _____

12.5. Promover a cultura local _____

12.6. Promoção de produtos e serviços diversificados _____

12.7. Melhoria de infraestruturas básicas _____

12.8. Melhoria das condições habitacionais _____

12.9. Outros contributos _____.

Quais? _____

13. Já teve algum benefício direto do valor dos 20% das receitas do turismo?

13.1. Sim

13.2. Não

13.2.1 Se respondeu sim, indique quais foram esses benefícios.

14. Como tem contribuído para manter este benefício? (assinale todas as opções que se enquadram)

14.1. Adoção de projetos com uma previa análise de viabilidade _____

14.2. Gestão racional dos recursos disponíveis _____

14.3. Cumprimento integral dos acordos de financiamento _____

14.4. Outros _____.

Quais? _____

15. Em que medida está satisfeito ou insatisfeito com a existência e atuação do Parque Nacional do Limpopo

15.1. Muito insatisfeito _____

15.2. Insatisfeito _____

15.3.Nem satisfeito nem insatisfeito _____

15.4.Satisfeito _____

15.5.Muito satisfeito _____

16. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aumentar os benefícios do turismo tanto para o Parque como para as comunidades na conjugação do Desenvolvimento Local com a Conservação da Natureza e da Biodiversidade?

(Assinale todas as opções que se enquadrem)

16.1.Entendo que está bem como está, e não vejo necessidade de mudança _____

16.2.Melhoria das vias de acesso _____

16.3.Melhoria da oferta de alojamento _____

16.4.Melhoria da oferta de restauração _____

16.5. Maior interação e cooperação entre o Parque e as comunidades _____

16.6.Sensibilização da poluição para o turismo com base comunitária e com práticas sustentáveis

16.7.Outros. Quais _____

ANEXO 3 – INQUERITO AOS LÍDERES LOCAIS

Instituto Politécnico de Coimbra

Escola Superior de Educação de Coimbra

Mestrado em Turismo de interior – Educação para a sustentabilidade

Questionário destinado aos líderes e comités comunitários

Estimado Senhor (a),

O presente questionário tem como objetivo obter informação relacionada com a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo, na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo, no âmbito da dissertação do mestrado em turismo de interior-educação para a sustentabilidade.

Por questões de ética, o seu nome não será divulgado e as informações por si fornecidas serão apenas usadas para esta pesquisa.

Agradecemos atempadamente a sua colaboração, que nos será bastante útil para o sucesso da pesquisa.

I. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

1.1. Sexo-----

1.2. Idade -----

1.3. Habilitações literárias

1.3.1. Sem escolaridade -----

1.3.2. Ensino primário -----

1.3.3. Ensino secundário -----

1.3.4. Ensino superior -----

1.4. Estado civil

1.4.1. Solteiro -----

1.4.2. Casado -----

1.4.3. União de facto -----

1.4.4. Divorciado -----

1.4.5. Viúvo -----

1.5. Profissão-----

II. CARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA

2. Há quanto tempo assume a liderança desta aldeia? -----
3. Quantas famílias tem a sua aldeia? -----
4. Quantos habitantes tem a sua aldeia? -----

- 5. Quais as atividades económicas predominantes na aldeia (Pode assinalar mais do que uma opção)**
 - 5.1. Agricultura e criação de gado _____
 - 5.2. Pesca _____
 - 5.3. Artesanato _____
 - 5.4. Comércio/serviços _____
 - 5.5. Indústria/turismo _____

- 6. Na sua aldeia, que atividades turísticas são desenvolvidas?**
 - 6.1. Alojamento _____
 - 6.2. Restauração _____
 - 6.3. Cultural _____
 - 6.4. Observação da natureza _____
 - 6.5. Outras _____
Quais? _____

- 7. Em termos culturais, o que existe na comunidade, que determina a sua unicidade e identidade? (Assinale todas as opções que se enquadram)**
 - 7.1. Gastronomia -----
 - 7.2. Locais históricos (museus, monumentos, etc.) _____
 - 7.3. Artesanato -----
 - 7.4. Danças -----
 - 7.5. Língua _____
 - 7.6. Religião -----
 - 7.7. Outros -----
Quais? -----

III. OPINIÃO DOS LÍDERES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL E O ENVOLVIMENTO DESTES NO PROCESSO

- 8. Qual a sua opinião sobre a importância da conservação da natureza e da biodiversidade?**
 - 8.1. Nada importante -----
 - 8.2. Pouco importante -----

8.3. Importante -----

8.4. Muito importante -----

9 As populações desenvolvem algumas ações concretas de conservação da natureza e da biodiversidade?

9.1. Sim ----

9.2. Não ----

9.2.1. Se respondeu sim, quais são essas ações (Assinale todas as opções que se enquadram)

9.2.2. Ações de educação ambiental _____

9.2.3. Ações de conservação da natureza _____

9.2.4. Gestão de conflito dos animais com a população _____

9.2.5. Ações de combate à caça furtiva _____

9.2.6. Denúncia de ilícitos _____

9.2.7. Outras _____.

Quais? -----

10. Participa em algumas ações concretas de conservação da natureza e da biodiversidade? (Assinale todas as opções que se enquadram)

10.1. Sim _____

10.2. Não _____

10.2.1. Se respondeu sim, diga em que participa. Pode assinalar todas as opções de resposta em que participa.

10.2.2. Ações de educação ambiental _____

10.2.3. Ações de conservação da natureza _____

10.2.4. Gestão de conflito dos animais com a população _____

10.2.5. Ações de combate a caça furtiva _____

10.2.6. Denúncia de ilícitos _____

10.2.7. Sensibilizando as comunidades para uma cultura de conservação da natureza e da biodiversidade _____

10.2.8. Envolvendo as comunidades a todos os níveis na tomada de decisões _____

10.2.9. Sensibilizando a comunidade para envolvimento em atividades de geração de rendimento, ao mesmo tempo que reduzem a pressão sobre os recursos naturais _____

10.2.10. Outras _____.

Quais? _____

11. Na sua opinião, como é que o turismo praticado no Parque contribui para o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais? (Assinale todas as opções que se enquadram).

11.1. Nenhum contributo _____

11.2. Criação de emprego _____

11.3. Aumento dos rendimentos das populações locais _____

11.4. Promoção e desenvolvimento de atividades económicas locais _____

11.5. Promoção da cultura local _____

- 11.6. Promoção de produtos e serviços diversificados _____
- 11.7. Melhoria de infraestruturas básicas _____
- 11.8. Melhoria das condições habitacionais _____
- 11.9. Outro contributo_____. Qual? _____

12. Em que medida está satisfeito ou insatisfeito com a existência e atuação do parque?

- 12.1. Muito insatisfeito -----
- 12.2. Insatisfeito -----
- 12.3. Nem satisfeito, nem insatisfeito -----
- 12.4. Satisfeito -----
- 12.5. Muito satisfeito -----

13. Em que medida está satisfeito ou insatisfeito em relação ao desempenho dos comités, no que diz respeito à gestão dos 20% de fundos das receitas do turismoatribuídos pelo PNL?

- 13.1. Muito insatisfeito -----
- 13.2. Insatisfeito -----
- 13.3. Nem satisfeito, nem insatisfeito -----
- 13.4. Satisfeito -----
- 13.5. Muito satisfeito -----

**14. O que acha que deve ser feito para melhorar o desempenho dos comités?
(Assinale todas as opções que se enquadrem)**

- 14.1. Está bem assim. Não há nada a melhorar _____
- 14.2. Promover capacitações na matéria de gestão _____
- 14.3. Promoção da cultura de apresentação de relatórios de prestação de contas, periodicamente _____
- 14.4. Envolver o parque na acessória da gestão dos fundos _____
- 14.5. Intensificar o envolvimento do Governo Distrital na acessória da gestão dos fundos _____
- 14.6. Outras.
Quais? _____

**15. Que ações concretas as autoridades locais têm desenvolvido com vista a manutenção dos benefícios das receitas provenientes do turismo no parque?
(Assinale todas as opções que se enquadrem)**

- 15.1. Adoção de projetos com uma previa análise de viabilidade _____
- 15.2. Gestão racional dos recursos disponíveis _____
- 15.3. Cumprimento integral dos acordos de financiamento _____
- 15.4. Sensibilização comunitária para projetos que sejam sustentáveis económica, social e ambientalmente _____
- 15.5. Outras _____.
Quais? _____

16. Para além dos projetos em curso, com recurso aos fundos de 20% das receitas do turismo no parque, existem outras atividades que acha que a comunidade poderia desenvolver com vista ao aumento de renda e melhoria das condições de vida?

16.1. Sim_____

16.2. Não_____

16.2.1. Se respondeu sim, diga quais são essas

IV. OPINIÃO DOS LÍDERES SOBRE O QUE PENSAM AS COMUNIDADES SOBRE A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

17. Qual a sua perceção sobre a satisfação ou insatisfação da comunidade em relação às mudanças na qualidade de vida provocadas pelo estabelecimento do PNL.

17.1. Muito insatisfeita -----

17.2. Insatisfeita-----

17.3. Nem satisfeita nem insatisfeita -----

17.4. Satisfeita -----

17.5. Muito satisfeita -----

18. Qual a sua perceção em relação à opinião que a comunidade local tem sobre a importância da conservação da natureza e da biodiversidade

18.1. Nada importante-----

18.2. Pouco importante-----

18.3. Importante -----

18.4. Muito importante -----

19. Qual a sua perceção sobre o grau de contribuição das comunidades para o processo de conservação da natureza e da biodiversidade?

19.1. Inexistente -----

19.2. Fraca-----

19.3. Razoável-----

19.4. Boa -----

19.5. Muito Boa -----

20. Qual a sua perceção sobre em que medida as comunidades estão satisfeitas ou insatisfeitas com a existência e atuação do PNL?

20.1. Muito insatisfeitas -----

20.2. Insatisfeitas-----

20.3. Nem satisfeitas nem insatisfeitas -----

20.4. Satisfeitas -----

20.5. Muito satisfeitas -----

21. Qual a sua opinião sobre o grau de interação entre o PNL e as comunidades?

- 21.1. Inexistente-----
- 21.2. Fraca -----
- 21.3. Razoável
- 21.4. Boa _____
- 21.5. Muito boa -----

ANEXO 4 – INQUERITO AOS TURISTAS

Instituto Politécnico de Coimbra

Escola Superior de Educação de Coimbra

Mestrado em Turismo de interior – Educação para a sustentabilidade

Questionário destinado aos turistas

Estimado Senhor (a),

O presente questionário tem como objetivo obter informação relacionada com a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo, na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo, no âmbito da dissertação do mestrado em turismo de interior-educação para a sustentabilidade.

Por questões de ética, o seu nome não será divulgado e as informações por si fornecidas serão apenas usadas para esta pesquisa.

Agradecemos atempadamente a sua colaboração, que nos será bastante útil para o sucesso da pesquisa.

1. Dados pessoais

1.1. Pais de proveniência -----

1.2. Sexo -----

1.3. Idade -----

2. Habilitações literárias

1.1.1. Sem escolaridade -----

1.1.2. Ensino primário -----

1.1.3. Ensino secundário -----

1.1.4. Ensino superior -----

3. Profissão -----

4. Destino principal

4.1.1. Parque Nacional do Limpopo -----

4.1.2. Outro -----.

4.1.2.1. Qual? -----

5. Motivo da sua visita (Nesta questão pode assinalar até duas opções)

- 5.1.1. Lazer -----
- 5.1.2. Negócios/trabalho -----
- 5.1.3. Atividades escolares/científicas -----
- 5.1.4. Observação da natureza -----
- 5.1.5. Outro -----, Qual? -----

6. Com quem está a visitar o PNL

- 6.1.1. Sozinho -----
- 6.1.2. Com a família -----
- 6.1.3. Com amigos -----
- 6.1.4. Com colegas de trabalho -----

7. Qual o meio pelo qual teve conhecimento e que o influenciou a visitar o PNL

- 7.1. Internet -----
- 7.2. Sugestões de amigos ou familiares -----
- 7.3. Sugestão de agências de viagens -----
- 7.4. Outro -----, Qual? -----

8. É primeira vez que visita o PNL?

- 8.1. Sim -----
- 8.2. Não -----

8.2.1. Caso não seja primeira vez, o que o motivou a voltar? -----

9. Qual a duração (em noites) que vai permanecer no PNL?

- 9.1. Nenhuma noite -----
- 9.2. 1 a 2 noites -----
- 9.3. De 2 a 4 noites -----
- 9.4. 5 noites ou mais -----

10. Em que estabelecimento/s hoteleiro/s está hospedado nesta visita ao PNL

- 10.1. Águia Pesqueira -----
- 10.2. Albufeira -----
- 10.3. Machampane -----
- 10.4. Outros sítios de campismo -----, Onde -----

11. O que achou, dos estabelecimentos onde está ou esteve hospedado?

- 11.1. Muito mau -----
- 11.2. Mau-----
- 11.3. Razoável -----
- 11.4. Bom-----
- 11.5. Muito bom

12. O que acha que o PNL deve melhorar ou introduzir em termos de produtos/serviços? (Nesta questão pode assinalar até duas opções)

- 12.1. Nada_____

- 12.2. Vias de acesso -----
- 12.3. Serviços de recreação -----
- 12.4. Hotelaria _____
- 12.5. Restauração -----
- 12.6. Acessibilidade a informação -----
- 12.7. Outro -----. Qual? -----

13. Já visitou o Parque Nacional do Kruger?

- 13.1. Sim -----
- 13.2. Não -----

13.2.1. **Se respondeu sim, o que acha que o KNP tem, algum aspeto importante, que o PNL poderia tomar como exemplo para desenvolvimento turístico?** -----

14. Na sua opinião qual o grau de importância que a conservação da natureza e da biodiversidade pode ter para o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das comunidades locais

- 14.1. Nada importante -----
- 14.2. Pouco importante -----
- 14.3. Importante -----
- 14.4. Muito importante

15. Qual a sua opinião sobre o grau de interação entre os turistas e a comunidade local, anfitriã

- 15.1. Inexistente -----
- 15.2. Muito fraca-----
- 15.3. Fraca -----
- 15.4. Suficiente -----
- 15.5. Boa _____

16. Em que medida está satisfeito ou insatisfeito com os serviços/produtos que o Parque nacional do Limpopo oferece

- 16.1. Muito insatisfeito ----
- 16.2. Insatisfeito -----
- 16.3. Nem satisfeito nem insatisfeito -----
- 16.4. Satisfeito -----
- 16.5. Muito satisfeito

ANEXO 5 – GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Tema	Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Caracterização do distrito de Massingir	Recursos turísticos	Recursos/ produtos turísticos no distrito de Massingir e em particular no PNL	<ul style="list-style-type: none"> • O PNL tem uma variedade de flora e fauna. No distrito existem também duas fazendas de fauna bravia (Massingir game safari e Karingani. A albufeira de Massingir. (EA) • O PNL dispõe de uma grande diversidade de flora e fauna bravia, que em combinação com a albufeira de Massingir e a fauna aquática proporcionam ao PNL um grande potencial para o turismo. (EB) • A disposição da flora e fauna bravia, em conjugação com as formações geológicas em alguns pontos do parque proporcionam a este, um potencial para desenvolver diferentes tipos de turismo. (EC)
		Formas de aproveitamento dos recursos turísticos no distrito e no PNL	<ul style="list-style-type: none"> • A construção de acomodação de luxo no Karingane, o serviço de safaris guiados, incluindo a observação aérea dos animais, através de uma aeronave, piscina e outras atividades, tem contribuído bastante para o desenvolvimento daqueles empreendimentos. (EA) • A recreação na albufeira de Massingir, seria uma das formas de aproveitamento deste recurso. No entanto, neste momento estas atividades são pouco frequentes. Esta, tem sido mais usada para a pesca artesanal. (EA) • O PNL ainda não está a explorar muito os recursos, ainda não existem empreendimentos turísticos, espaços de lazer entre outras formas de exploração que satisfaçam cabalmente a procura. (EA) • O PNL neste momento não tem atividades turísticas nem pacotes estruturados para a venda. (ED) • No âmbito da colaboração transfronteiriça, os dois parques, PNL e PNK adotaram uma política que obriga os visitantes a dormir pelo menos uma noite num dos parques. (ED) • O grande foco do PNL no presente momento é o reassentamento das comunidades residentes no interior do parque, findo qual, o parque focar-se-á no desenvolvimento do turismo, pois já haverá mais vida selvagem, que é o maior e principal produto que o parque pode oferecer. (ED) • É preciso envolver o setor privado através da concessão das áreas destinadas para o efeito, para o desenvolvimento turístico no PNL. (EA) • A concessão de Machampane, que era explorada por um privado tinha atividades como safaris guiados, canoagem, entre outras, mas neste momento não está sendo explorada. (ED)
	População residente na zona tampao	Numero de comunidades e famílias residentes na zona tampao do PNL	<ul style="list-style-type: none"> • Atualmente existem na zona tampão 64 aldeias e cerca de 6000 famílias, mas com o reassentamento, este número poderá subir. (EC) • O parque tem estado a ensinar as comunidades a usar os recursos naturais de forma sustentável (lenha, carvão, etc.) (EC)
		Meios de subsistencia	<ul style="list-style-type: none"> • Desde sempre as comunidades do PNL viveram com base na agricultura de sequeiro, criação, pesca em algumas regiões e uso dos recursos naturais. (EC); • Atualmente o parque tem estado a ensinar as comunidades a usar os recursos naturais de forma sustentável (lenha, carvão, etc.) (EC)

			<ul style="list-style-type: none"> Existem no PNL 18 sistemas de regadio, com os quais o parque apoia as comunidades na produção de comida. Destes, apenas 3 é que estão a mostrar resultados satisfatórios. (EC)
Conservação da natureza e da biodiversidade	Papel dos diferentes intervenientes na conservação da natureza e da biodiversidade e na sensibilização e consciencialização comunitária	Papel do Governo do distrito na conservação da natureza e da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> O Governo do Distrito implementa aquilo que são os planos e projetos do Governo de nível central e local. (EA) O Governo Distrital trabalha em parceria com as ONGs e Sociedade Civil. (EA)
		Estratégias usadas pelo Governo distrital para consciencialização e sensibilização das comunidades	<ul style="list-style-type: none"> Promovemos intercâmbios entre as nossas comunidades com as do PNK e o PNG como uma medida de consciencialização comunitária. (EA) Privilegiamos também, encontros formais e informais com os líderes locais de diferentes escalões bem como capacitações a estes como parte das estratégias. (EA)
		Papel do PNL na sensibilização e consciencialização comunitária	<ul style="list-style-type: none"> Não é fácil mudar a mentalidade das pessoas, de modo a abandonar os seus modos de vida. No entanto, o parque faz a consciencialização e sensibilização comunitária através do setor de educação ambiental que está dentro do programa de apoio comunitário. (EC) A seca severa que afeta esta região faz com que as comunidades não tenham qualquer outra opção, acabando por vezes, por recorrer aos recursos naturais para a sobrevivência. (EC) Partimos do princípio de que é de menor que se educa um ser humano, para servir melhor amanhã. (EC) A ideia que temos, é de que a consciencialização e sensibilização passam necessariamente por um ouvir, e ouvir sempre. Isto nos motiva a nos mantermos firmes no processo de sensibilização, pois acreditamos que um dia chegaremos ao nosso objetivo. (EC) Fazemos intercâmbios com os outros parques que fazem parte do PTGL, onde cada parque mune-se daquilo que julga ser relevante, atividades culturais, gastronomia entre outros. Os nossos jovens vêm "in loco" aquilo que é o nível de desenvolvimento dos outros parques em todos os aspetos, e tomamos a oportunidade para mostrar que é naquele nível que pretendemos chegar. (EC)
Envolvimento das comunidades locais na conservação e gestão conjunta do Parque	Envolvimento das comunidades no processo de elaboração de políticas de conservação	<ul style="list-style-type: none"> A estratégia de desenvolvimento da zona tampão, que é la onde estão integradas as comunidades do PNL, tanto as reassentadas como as hospedeiras é um exemplo do envolvimento das comunidades locais através da auscultação da sua opinião. (EB) 	
	Políticas adotadas pelo PNL para uma gestão conjunta do Parque e estratégias para melhorar a interação	<ul style="list-style-type: none"> Privilegiamos a organização das comunidades em comités de gestão ou associações, como principal política para uma gestão conjunta. (EC) Estas estruturas são chamadas para sentar-se à mesa com o parque, discutir e encontrar melhores caminhos para prosseguir em harmonia. São estruturas reconhecidas pelo governo, inclusive publicadas no Boletim da República. (EC) Estes membros capacitados apoiam o parque na gestão, e as próprias comunidades. (EC) Temos tido encontros informais, à volta da fogueira com os líderes locais e demais membros das comunidades, e estes encontros tem tido mais impacto, pois as comunidades querem sentir a presença 	

			do parque na aldeia e julgamos esta ser uma melhor estratégia para quebrar a distância e melhorar a interação. (EC)
		conciliação dos objectivos da conservação da natureza e da biodiversidade com a presença humana no PNL	<ul style="list-style-type: none"> • Estamos a gerir mudanças de comportamentos e atitudes, ao mesmo tempo que gerimos os conflitos decorrentes da coabitação de pessoas e animais bravios. (EA) • A fauna bravia é o principal produto turístico que o parque pode oferecer, no entanto, o seu desenvolvimento atira ainda mais os conflitos com as comunidades. (EB) • A problemática da caça furtiva em grande escala tem como origem esta coabitação. (EB) • O mais triste é ter ainda nas comunidades, pessoas que mesmo ouvindo a mensagem do parque, agem contra e algumas delas, por serem influentes na comunidade, acabam por arrastar outros seguidores. (EB) • Conciliar conservação e desenvolvimento não é tarefa fácil. Diante de vários fatores que tem constituído entrave para a prossecução dos objetivos da conservação, o Governo decidiu reassentar as famílias em zonas mais seguras. A meta é ter todas as comunidades reassentadas, até 2022. (EA)
		Monitorização das atividades das comunidades inerentes à conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhamos em conjunto com o setor de fiscalização e de manejo de fauna. (EC) • Foram feitos no parque, alguns zoneamentos com delimitações claras de áreas de pastagem e para agricultura. As comunidades estão cientes de que não devem ir para além dos espaços permitidos, para além de ser perigoso para elas também, visto que são áreas mais frequentadas por animais bravios. (EC)
		Avaliação dos membros dos órgãos comunitários no processo de conservação dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> • É preocupante ter indivíduos dentro das comunidades que querem enriquecimento fácil, e envolvem-se em caça furtiva, e porque alguns são influentes na comunidade acabam por arrastar outros seguidores. Mas a percepção que tenho sobre a população como um todo é de que apoiam a conservação. (EB) • Em termos de participação dos órgãos comunitários na conservação dos recursos naturais, alguns são ativos e disseminam a principal mensagem do parque, e trazem algumas denúncias no anonimato, de pessoas que transgridam a lei e os princípios do parque, mas outros colaboram com os malfeitores. (EC)
Desenvolvimento turístico no PNL	Período de início das atividades turísticas no PNL		<ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento turístico no PNL inicia entre os anos 2003 a 2005, com a construção da estrada de Giriyoondo e a fronteira do mesmo nome. (ED) • Pensou-se que conseguindo atrair e aliciar as pessoas a ficarem mais tempo no parque, seria uma das formas de divulgar o parque e ganhar alguma receita pelo alojamento. (ED)
	Tipos de Infraestruturas e capacidade em termos de alojamento		<ul style="list-style-type: none"> • Neste momento, em termos de alojamento, o PNL conta com um total de 42 camas e 60 espaços para acampar, distribuídos em: 24 camas no campismo albufeira, 8 na aguia pesqueira, e 10 camas em Machampane. (ED)
	Mecanismos de captação de receitas no PNL e o envolvimento do sector privado	Taxas de acesso ao Parque e outras receitas	<ul style="list-style-type: none"> • Em todos os portões de entrada, existem funcionários encarregues de fazer essas cobranças, mediante aplicação de taxas preestabelecidas pela estrutura competente (ED) • Às vezes produzimos e vendemos camisetas, bonés entre outros, que também julgamos ser uma forma de promover o parque. (ED)

	Concessões turísticas	<ul style="list-style-type: none"> • É preciso envolver o setor privado através da concessão das áreas destinadas para o efeito, para o desenvolvimento turístico no PNL. (EA) • O PNL tem 3 concessões com muitos e diferentes tipos de turismo, mas que não estão a ser exploradas. É um assunto que envolve também o Governo de nível central. (ED) • O Kruger, por ser um parque secular não tem mais espaço para desenvolvimento. Julgamos ser uma oportunidade para a captação dos turistas remanescentes. (EB) • A ideia básica é que o PNL garanta a existência, a manutenção e segurança dos recursos turísticos, e o setor privado faça a sua exploração (EB)
	Estratégias para capitalizar os produtos / serviços turísticos	<ul style="list-style-type: none"> • A Albufeira de Massingir, apesar de não pertencer totalmente ao PNL, mas nós aproveitamos parte das suas águas que estão dentro dos limites do PNL, para atividades recreativas de tal forma que existe já uma rampa construída para o efeito. (ED)
Conciliação das práticas turísticas com os objetivos da conservação		<ul style="list-style-type: none"> • Nos pontos de entrada, os visitantes são oferecidos panfletos onde tem toda informação relevante e sobre regras de conduta e aconselhamos os turistas a segui-las. Embora na sua maioria estão cientes destas regras, mas sempre os relembramos. (ED) • Sempre que preciso, redimensionamos o grupo de modo a termos um número facilmente manejável. (ED) • Sensibilizamos sempre os visitantes a colocarem o lixo no saco que lhes são oferecidos na entrada, e na saída existe sempre um local onde possam depositá-lo. (ED) • Neste momento como ainda não temos muitos empreendimentos, julgamos que a situação do lixo está controlada. (ED)
Inclusão social		<ul style="list-style-type: none"> • Temos um website, mas devido a problemas financeiros, não temos conseguido divulgar os nossos serviços como devia ser. (ED) • Relativamente ao transporte também não estamos ainda a nível de satisfazer a procura. (ED) • Em relação à acessibilidade as infraestruturas, não se obedeceu o critério de desenho universal. Contudo, estamos ciente de que nos próximos empreendimentos, deveremos obedecer aos padrões de desenho mundialmente aceites (ED)
Comunicação e Marketing	Estratégias de promoção turística do PNL	<ul style="list-style-type: none"> • Nossa principal estratégia de marketing tem sido a participação em feiras. A produção de panfletos, camisetas entre outras iniciativas também nos tem ajudado na promoção turística. (EB) • O parque usa igualmente o website para divulgação dos seus produtos/serviços. (EB) • Temos também o website, mas devido a problemas financeiros, este não tem sido atualizado com periodicidade. (ED) • Está também em curso o desenho de um pacote que irá permitir que a partir da ANAC, haja informação sobre todos os parques. (ED)
	Principais mercados emissores para o PNL	<ul style="list-style-type: none"> • As pessoas que se fazem ao PNL são maioritariamente provenientes da RSA. Nem todos são visitantes do parque. Muitos usam-no como via rápida para as praias de Inhambane, Xai-xai, Bilene e outros. (ED)
Fluxo turístico	Produtos mais procurados	<ul style="list-style-type: none"> • Os poucos visitantes que procuram o parque como destino final, o que mais procuram é a observação da fauna bravia. (ED)

		Épocas altas e baixas	<ul style="list-style-type: none"> • As épocas de pico, geralmente tem sido nos festejos de natal e fim de ano, no período de páscoa e nos meses de julho e agosto, devido as férias escolares na Africa do Sul. (ED)
		Fluxo turístico nos últimos três a cinco anos.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 2016 a receita foi de cerca de cinco milhões de meticais, em 2017 foi de aproximadamente a sete milhões de meticais, e em 2018 foi de cerca de dez milhões de meticais. (EB) • A este ritmo, acredito que nos próximos 3 anos poderá atingir a quinze milhões de meticais ou mais. (EB)
		Avaliação da satisfação do PNL em relação aos produtos que oferece	<ul style="list-style-type: none"> • Colocaria o produto na escala de razoável, crescente para satisfatório. (EB) • Acreditamos que no fim do reassentamento, o cenário poderá mudar. (EB)
Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável	Partilha de benefícios do turismo praticado no PNL com as comunidades locais e projectos concretos	Benefícios diretos e indiretos das comunidades, resultantes do estabelecimento do PNL	<ul style="list-style-type: none"> • 20% das receitas arrecadadas pelo parque é convertida a favor das comunidades locais. (EC) • Cerca de 90% dos trabalhadores do PNL são oriundos das comunidades locais e dos distritos circunvizinhos. Anualmente o PNL emprega ainda cerca de 100 trabalhadores sazonais. (EB) • Outros provedores de serviços, nos casos em que o PNL faz a terceirização oferecem emprego a cerca de 500 pessoas oriundas das comunidades circunvizinhas. Portanto são cerca de 1000 postos de trabalho criados pelo PNL para as comunidades locais. (EB) • A comunidade deverá, portanto, tirar vantagens de estar num parque transfronteiriço, tal como acontece com as comunidades circunvizinhas no Kruger, que desenvolvem vários negócios, aproveitando se do fluxo turístico daquele parque. (EB)
		Projetos concretos desenvolvidos pelas comunidades (turísticos e outros que visam a geração de rendimentos)	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas comunidades compram motobombas para irrigação dos campos agrícolas. Outras optam pelo fomento pecuário, através da compra de gado bovino, e outras ainda compram moageiras, barcos para a travessia e para a pesca, entre outros investimentos. (EC)
	Membros e processo de gestão dos benefícios		<ul style="list-style-type: none"> • Todas as comunidades estão representadas neste órgão (EC) • Este comité avalia as propostas dos projetos e aprova os que achar viáveis. (EC)
	Monitorização e avaliação	Papel do Governo distrital e do PNL na monitorização dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> • O comité presta informação ao conselho consultivo, que reúne duas vezes por ano. (EA) • O PNL precisa trabalhar mais com as comunidades. O sentimento que tenho, é de que o envolvimento do parque ainda não é muito forte (EB) • As comunidades são detentoras dos fundos, o parque entra como consultor, ajudando-as e direcionando-as, mostrando-as a viabilidade do projeto, e a probabilidade de o projeto dar certo ou não. Mas no fim estas é que decidem pelos projetos que julgam ser prioritários. (EC) • Os membros de gestão, maioritariamente são pessoas com baixo ou inexistente nível de escolaridade e pouco experientes na matéria de gestão, pelo que pensamos que os submeter a formações poderia contribuir para melhorar a gestão. (EB)

			<ul style="list-style-type: none"> • A falta de transparência tem sido outro dilema. Alguns membros usam o valor para fins alheios. As formações poderiam também ajudar a melhorar a transparência. (EB) • As comunidades não se sentem confortáveis com a presença do parque no processo. (EB)
		Avaliação do desempenho dos membros e da gestão dos benefícios	<ul style="list-style-type: none"> • As próprias comunidades decidiram que os fundos deveriam ser entregues as associações, mediante apresentação e aprovação de projetos, e que estas associações deveriam produzir, e chegar a um nível em que possam andar sozinhas, e assim devolverem o dinheiro para a conta mãe, das próprias comunidades, para que possa beneficiar os outros. No entanto os reembolsos para a conta mãe não estão a acontecer. (EA) • Alguns optam por comprar bovino, e muitas vezes não resiste a condições diferentes dado que trazem no de longe e acaba morrendo. (EA) • Outras vezes os bovinos conseguem sobreviver, mas o tempo necessário para o gado bovino se reproduzir é bastante longo. (EA) • Neste momento há pessoas que estão a responder em tribunal pelo uso indevido dos fundos, na altura em que estavam em frente da gestão. (EA)
Incentivos para as praticas turisticas e de geracao de rendimentos	Papel do PNL e do Governo no incentivo as praticas turisticas com base comunitaria		<ul style="list-style-type: none"> • O Covane Community Lodge é um exemplo a seguir, onde as comunidades participam no seu próprio desenvolvimento. (EA) • Acreditamos que esta será uma das formas de envolver as comunidades no seu próprio desenvolvimento. (EA) • Não temos ainda avanços, sobre o turismo cultural, mas acreditamos que também seria uma forma de promover as tradições locais (EA) • O PNL é bastante novo, e neste período não constituía ainda prioridade do parque o desenvolvimento turístico. Mas estamos a entrar numa fase em que teremos de nos empenhar muito nisso. (EB) • O Krocs Konner Lodge é um dos poucos exemplos destas práticas, pertencente à comunidade de Pafuri, no distrito de Chicualacuala, na zona tampão do PNL. (EB) • As comunidades precisam de ser treinadas para que possam fortalecer a sua intervenção sobre a sua participação em turismo baseado na comunidade (EB) • Contamos também com esses grupos quando há algum intercambio com outros parques do PTGL, onde eles encontram a oportunidade de expor aquilo que são as suas tradições. (EC) • Estes grupos poderiam também ser organizados de modo a que quando houver turistas, os grupos darem um "well come" e receberem algum dinheiro. (EC) • Foi identificada a agricultura como sendo uma atividade prioritária, seguida da pesca como complementar e outras que podem ser implementadas dependendo das características e condições oferecidas por cada região. (EB)
	Outras formas de apoio as comunidades		<ul style="list-style-type: none"> • A ideia é melhorar continuamente as condições de vida das comunidades locais, principalmente assegurar o suprimento das necessidades básicas. (EC)
	Avaliacao do nivel de satisfacao pelo desenvolvimento		<ul style="list-style-type: none"> • Elas como tal estão crescendo, há mais campos irrigados e o gado esta tambem a aumentar. Mas em termos de desenvolvimento, ainda estão longe de atingir o desejado. (EA)

		<p>alcançado na zona tampão do PNL desde o início das atividades turísticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estes são alguns exemplos dos efeitos multiplicadores da utilização dos 20%, mas bem geridos, começando pela planificação, execução, e monitorização, os ganhos seriam ainda maiores do que os atuais. (EB) • Também é preciso que haja quantificação. A avaliação tem sido mais subjetiva do que objetiva. (EB) • As comunidades devem compreender que os fundos dos 20% só poderão aumentar, se tivermos os recursos conservados. Portanto, elas devem colaborar neste processo. (EB) • As comunidades devem aderir a mensagem da conservação, porque esta é a única maneira de atrair turistas a visitar o PNL e consigo trazerem mais receitas. (EC)
		<p>Outros potenciais investimentos que poderiam ser feitos com recurso aos fundos dos 20% das receitas do turismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A abertura de tanques de peixe (piscicultura), principalmente na zona norte do distrito, onde não há abundância de peixe como no sul do distrito, a abertura de estabelecimentos comerciais para aproximar estes serviços às comunidades, principalmente aos produtores, para a venda de produtos para os animais e insumos agrícolas, a venda de produtos de primeira necessidade para aproximar esses serviços às comunidades que muitas vezes tem de percorrer distâncias para compra-los, são vistos como alternativas viáveis de investimentos para impulsionar o desenvolvimento local. (EA) • Neste momento, aguardamos que haja disponibilidade de financiamento de modo a que as comunidades possam apresentar as propostas em termos de áreas de intervenção. (EC) • As comunidades serão capacitadas de acordo com a área em que cada um pretende investir, e sobre as poupanças. (EC) • Um exemplo excelente, é a comunidade de Chibotane, que através dos rendimentos da produção agrícola, hoje já produz e vende frangos. E o PNL é um dos consumidores do frango de Chibotane. (EC)
Colaboração transfronteiriça e vantagens da integração do PNL no PTGL		<p>Vantagens da integração do PNL no PTGL, para a conservação da natureza e da biodiversidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nos últimos anos, os três parques tinham definido como prioridade, o fortalecimento da segurança dos parques, através da intensificação das atividades de fiscalização. (EB) • Julgamos ser uma das formas de abrir a consciência das crianças e comunidades do PNL para que entendam os objetivos da conservação. (EA)
		<p>Vantagens na valorização dos recursos endógenos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O PNL tem levado grupos de crianças que dançam makwai, e outros membros da comunidade como forma de consciencializá-las naquilo que é o sonho do PNL. A criança vê in loco as diferenças em termos de nível de desenvolvimento destas atividades, e o PNL mostra que é naquele nível, onde deseja chegar. (EC) • É uma oportunidade para mostrar o quanto valem as suas tradições. (EC)
		<p>Vantagens do desenvolvimento turístico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Zimbabwe não está contemplado nesta fase, pois encontra-se ainda a tratar alguns assuntos internos que o impedem de participar, no entanto vamos avançando com o Kruger, sendo o vizinho mais próximo, com uma linha de fronteira de cerca de 200 km. (EB) • É uma oportunidade para o PNL captar o remanescente dos turistas para si. (EB) <p>A concessão de Madonse, por estar nas proximidades da fronteira, irá aproveitar bastante este fluxo de remanescente de turistas do Kruger. (ED)</p>

			Está em curso, através de um operador Sul Africano, o desenho de um roteiro turístico que inclui alguns pontos no Kruger e outros no PNL. Julgamos que isto também poderá promover bastante o PNL. (ED)
Constrangimentos e desafios	Problemas decorrentes da pobreza e falta de meios de subsistência e gestão de mudanças		<ul style="list-style-type: none"> • Estamos a gerir mudanças de comportamentos e atitudes, pois antes da proclamação desta área como parque, as pessoas tinham outros modos de vida. (EA) • A seca na região, e a falta de alternativas de meios de subsistência tem concorrido para o aumento do sofrimento destas comunidades devido a fome. Isto impacta negativamente o processo de conservação. (EC) • Mais da metade da população do Distrito são jovens sem ocupação, que viviam praticando a caça furtiva, estando deste modo habituados a uma vida fácil. (EA) • Julgamos que esta seria uma forma de manter os jovens ocupados ganhando algum rendimento, e por via disso, aumentar a tolerância com os recursos naturais. (EA)
	Gestão de expectativas		<ul style="list-style-type: none"> • O PNL está de facto empenhado na melhoria contínua das condições de vida destas comunidades, porém, os resultados ainda não são satisfatórios. (EA) • Estamos a gerir expectativas, pois aquilo que as comunidades esperavam como contrapartida, ainda não está a acontecer conforme. (EA)
	Problemas decorrentes da coabitação		<ul style="list-style-type: none"> • A vida das pessoas está em risco devido a esta coabitação com os animais bravios. O abate de gado pelos animais bravios tem sido um outro dilema que nos coloca em choque com as comunidades. (EA) • O devaste de culturas agrícolas pelos elefantes e outros animais bravios atizam ainda mais os conflitos. (EC) • É um desafio muito grande, conservar a fauna e desenvolver o turismo, sem colocar a vida das pessoas em risco. (EA) • Existem no PNL, cerca de 2.800 cabeças de gado bovino e cerca de 1500 de caprino. (EA) • A caça furtiva, em grande escala é o resultado desta coabitação. (EB) • A meta é ter todas as comunidades reassentadas, até 2022 para reduzir estes conflitos. Neste momento estão sendo construídas cerca de 720 casas para comunidade de Mavodze, através de uma empreitada. (EA)

ANEXO 6 – TABELAS DE CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS**1. Participa na conservação da natureza e da biodiversidade X Grau de importância que atribui à conservação da natureza e da biodiversidade****Crosstab**

Contagem

		Participa na conservação da natureza e da biodiversidade		Total
		Sim	Não	
Grau de importância que atribui a conservação da natureza e da biodiversidade	Nada importante	1	9	10
	Pouco importante	4	0	4
	Importante	29	4	33
	Muito importante	45	13	58
Total		79	26	105

Medidas Simétricas

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,509	,000
	V de Cramer	,509	,000
N de Casos Válidos		105	

2. Tabulação cruzada Grau de importância que atribui a conservação da natureza e da biodiversidade * As populações participam na conservação da natureza e da biodiversidade

Contagem

		As populações participam na conservação da natureza e da biodiversidade		Total
		Sim	Não	
Grau de importância que atribui a conservação da natureza e da biodiversidade	Nada importante	5	5	10
	Pouco importante	6	0	6
	Importante	34	1	35
	Muito importante	60	2	62
Total		105	8	113

Medidas Simétricas

		Valor	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	,522	,000
	V de Cramer	,522	,000
N de Casos Válidos		113	

ANEXO 7 – TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DAS ENTREVISTAS (VIDE CD ANEXO)